



AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA

ANÁLISE DA ESCALADA DO AUTORITARISMO E NEOLIBERALISMO
SOBRE O AGRÁRIO NO SÉCULO XXI



Émerson da Silva Neves
(Organizador)

América Latina em perspectiva:

*Análise da escalada do autoritarismo e
neoliberalismo sobre o agrário no século XXI*

© 2021, dos autores e autoras

Todos os direitos reservados aos autores e autoras. Proibida utilização e reprodução total ou parcial – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, inclusive por meio de fotocópias e de gravações, etc. – nem apropriação ou estocagem em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização dos autores e autoras.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Projeto Gráfico

Acervus

Preparação do texto

Djiovan Vinícius Carvalho

Aprovação pelo Conselho Editorial em:

Julho de 2021

Finalização da obra:

Outubro de 2021

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade dos autores e autoras.

A revisão dos textos foi de responsabilidade dos autores e autoras.

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo –
99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

E-mail: acervuseditora@gmail.com

Site: acervuseditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Gizele Kleidermacher (Universidad de Buenos Aires)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)

João Carlos Tedesco (UPF)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

Contato com o organizador:

emerson.silva@uffs.edu.br

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A512 América Latina em perspectiva [recurso eletrônico]: análise da escalada do autoritarismo e neoliberalismo sobre o agrário no século XXI / Emerson Neves da Silva (Org.). – Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.
10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.

Textos em português e em espanhol.

ISBN 978-65-86000-80-1.

1. América Latina - História, séc. XXI. 2. Autoritarismo.
3. Neoliberalismo. 4. Agricultura - História, séc. XXI.
I. Silva, Emerson Neves da, org.

CDU: 94(8=6)

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Êmerson Neves da Silva (Org.)

América Latina em perspectiva:

*Análise da escalada do autoritarismo e
neoliberalismo sobre o agrário no século XXI*



PASSO FUNDO
2021

Sumário

Apresentação	7
<i>Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad</i>	
1. Los pueblos en movimiento ante los desafíos de las nuevas derechas	17
<i>Raúl Zibechi</i>	
2. América Latina: dependência, contrarreforma e neoliberalismo (2000-2020)	45
<i>Emerson Neves da Silva</i>	
3. La resistencia de la agricultura familiar y campesina en Uruguay: referenciales para la construcción de un proyecto superador	65
<i>Emiliano Guedes Humberto Tommasino Gabriel Picos</i>	
4. Diversidad agraria en la Argentina entre la agri-cultura y el agro-negocio (1995-2019)	103
<i>Noemí M. Girbal-Blacha</i>	
5. Venezuela e os caminhos da resistência	135
<i>Rafael Quiroga Maciel</i>	
6. La estrecha relación entre los intereses del capital y la dinámica política	163
<i>Marielle Palau Abel Irala</i>	

7. Análisis crítico del impacto de las políticas neoliberales en la tenencia de la tierra en Colombia, 1990-2020 185

Libia Esperanza Nieto Gómez | Reinaldo Giraldo Díaz

8. Impactos del neoliberalismo en Chile: lecturas sobre un país que busca recuperar su dignidad 207

Pablo Saravia Ramos

9. La situación de la agricultura familiar campesina en los últimos 20 años en Bolivia 239

Jhonny L. Ledezma Rivera

10. Titulação das terras quilombolas: a desesperança vivida pelas comunidades negras brasileiras (1988-2021) 265

Adelmir Fiabani

11. O lugar da cultura em governos autoritários: uma análise dos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro (2019-2020) 301

Jaisson Teixeira Lino | Ana Cristina Pandolfo | Luana Campos

12. Demarcação de terras indígenas no Brasil: avanços, desafios e retrocessos 335

Luís Fernando da Silva Laroque | Fabiane da Silva Prestes

13. Educação do campo: do devir formativo à resistência frente o atual projeto antagônico do Estado 357

Solange Todero Von Onçay

Sobre os autores e autoras 401

A light gray silhouette map of Latin America, showing the continents of North, Central, and South America, centered behind the title.

Apresentação

A AMÉRICA LATINA É ESPAÇO GEOGRÁFICO QUE PODE SER ANALISADO a partir de diferentes percepções, cabendo destacar que na obra em tela - América Latina em perspectiva: análise da escalada do autoritarismo e neoliberalismo sobre o agrário no século XXI - privilegia-se três aspectos, a saber:

A América Latina como um território em disputa por atores sociais representantes do capitalismo contemporâneo e, de outro lado, representantes dos movimentos sociais e populações historicamente invisibilizadas em permanente processo de resistência e resiliência, imersas em um cenário de fragilização do Estado e das políticas públicas de natureza social.

A questão agrária/fundiária em seus diferentes aspectos e o impacto da denominada modernização conservadora, representada pelo agronegócio, especialmente nas articulações com os sistemas agroalimentares e os impactos no território de populações

tradicionais que propoe outras agriculturas que não aquela fomentada pela agronegócio, perpassa todos os artigos.

A crescente escalada do autoritarismo na América Latina e sua relação com a ascensão de governos identificados, explicitamente, com uma direita extremamente conservadora e defensora do corolário neoliberal.

As questões anteriormente elencadas, ainda que possam aparecer separadamente, no caso em análise são faces de um mesmo processo, organicamente articulado que perpassa a América Latina e, em cada país ou região, incorpora um conjunto de variáveis que podem lhe dar especificidades, mas não diferencia-se, em uma apreciação mais acurada, do fenômeno pensado na escala macro, ainda que possamos asseverar que é um consenso inegável o protagonismo da experiência autoritária brasileira neste cenário.

O recurso metodológico da análise inter escalar feita pelos(as) autores(as) é de suma importância para capturarmos os processos em curso em toda a sua complexidade, havendo a preocupação em articular escalas locais, aqui identificadas com os Estados, com escalas regionais (continentais) e escalas globais (globalização) em um dialético movimento de reflexão.

Cabe ressaltar ainda que nos artigos que constituem esta coletânea, encontramos uma preocupação permanente em destacar a heterogeneidade do que denominamos América Latina, especialmente no que diz respeito aos sujeitos envolvidos neste processo. As elites locais da América Latina imprimem ao processo de contrarreformismo, como assevera Neves, suas configurações próprias, ainda que articuladas com propostas do corolário neoliberal globalizante.

Da mesma forma as populações vitimadas pelas propostas

neoliberais, sejam populações urbanas ou camponesas, também imprimem à sua resistência, as especificidades da sua constituição sócio histórica.

A coletânea apresentada está organizada em treze artigos de autoria de estudiosos de diferentes países e instituições da América Latina, bem como partícipes de diferentes organizações sociais comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e mais equânime.

No primeiro artigo *Los pueblos en movimiento ante los desafíos de las nuevas derechas*, Raúl Zibechi apresenta a emergência de uma nova direita na América Latina e a resposta resultante das populações que se mobilizam e organizam contra o neoliberalismo extrativista, como denomina o autor, ocorrendo a polarização da sociedade entre as denominadas direitas autoritárias e os movimentos populares anticapitalistas.

Na sequência Émerson Neves da Silva, no texto *América Latina: dependência, contrarreforma e neoliberalismo (2000-2020)*, analisa os antecedentes do avanço do conservadorismo e dos golpes na América Latina, no Século XXI, a partir da relação histórica da dependência do capitalismo e da sociedade latino americano em relação as econômicas desenvolvidas/centrais. Relaciona o avanço dos governos populares na condução das políticas sociais, usando as riquezas e recursos naturais, petróleo, gás e etc., confrontando-se com os interesses de empresas transnacionais. Nesse sentido, os golpes tiveram o objetivo da “retomada” dos laços de dependência e abriram caminho para o retorno do neoliberalismo na região.

Emiliano Guedes, Humberto Tommasino e Gabriel Picos, no artigo *La resistencia de la agricultura familiar y campesina en Uru-*

guay: referenciales para la construcción de un proyecto superador apresentam um estudo sobre a resistencia coletiva na agricultura familiar, em um contexto de expansão e intensificação das relações capitalistas no agro ocorridas no Uruguai nos últimos 20 anos. Encontramos a sintetização dos processos organizativos da agricultura familiar em Uruguai, além da discussão e análise do contexto (social, económico e político), bem como as estratégias de resistencia da classes subalternas, em oposição com as relaciones sociales hegemônicas.

Noemí M. Girbal-Blacha no artigo *Diversidad agraria en la Argentina entre la agricultura y el agro-negocio (1995-2019)*, apresenta um estudo histórico analisa quali-quantitativamente as alternativas do heterogêneo agro contemporâneo na Argentina. Sua proposta é descrever e interpretar criticamente as características da transição da agricultura argentina de base cerealera- forrajera, para o agronégocio próprio de um país sojero. As políticas públicas agrícolas, a posse da terra e sua concentração, as novas corporações agrárias e suas relações com as mais tradicionais concepções de campo, assim como o caráter subalterno da agricultura familiar, são os eixos para abordar o tema nos últimos 25 anos, marcados pelas alternativas do conjuntura político-econômica geral e sua inserção internacional.

O artigo *Venezuela e os caminhos da resistência*, de autoria de Rafael Quiroga Maciel, apresenta ao leitor elementos que ajudam a entender como as políticas liberais adotadas a partir dos anos 80, contribuíram para a crise atual e como a realidade do campesinato e das comunidades indígenas foi impactada durante esses anos. Para tanto o autor realizou uma sumária retrospectiva histórica daquele país, desde a colonização até os dias atuais, destacando o

fato que a Venezuela do século XX e XXI não pode ser estudada desvinculada da economia petrolífera. O autor assevera que durante o governo Chávez, o campesinato teve voz e representatividade como nunca antes na Venezuela, sendo sua organização estimulada e fortalecida. O autor informa ainda que no governo Maduro há um esforço no sentido de manter os programas sociais para esses grupos o que tem sido difícil em razão da queda do preço do petróleo e pelas sanções que o país vem sofrendo.

Marielle Palau e Abel Irala no texto *La estrecha relación entre los intereses del capital y la dinámica política*, apresentam um estudo sobre o Paraguai asseverando que o governo de Alfredo Stroessner (1954 a 1989) sustentado pelas Forças Armadas e pelo partido da Associação Nacional Republicana (ANR), foi fundamental para a expansão do capitalismo no Paraguai rural, impulsionando a revolução verde e assentando as bases para o desenvolvimento do agronegócio no país. O texto faz uma análise do processo político conduzido pelo Partido Colorado que deu sustentação a Stroessner, assim como a influência por parte de Estados Unidos e das corporações nacionais na vida política do país que sofreu profundas transformações no espaço agrário, articulando a dinâmica política à produção agrícola.

Libia Esperanza Nieto Gómez e Reinaldo Giraldo Díaz no artigo, *Análisis crítico del impacto de las políticas neoliberales en la tenencia de la tierra en Colombia, 1990-2020*, apresentam aos leitores o caso da Colômbia e os encaminhamentos para a efetiva implementação do Acordo final para o término do conflito e pela construção de uma paz estável e duradoura, firmado em novembro de 2016 entre o Governo e as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia Exército do Povo FARC-EP. Parte das ações do

acordo consistem na efetivação da Reforma Rural Integral: por um novo campo, que implicaria em uma distribuição mais equânime da terra o que não vem sendo feito em razão da ação intencional da elite agrária daquele país. O texto analisa criticamente a realidade agrária e fundiária da Colômbia, identificando as políticas neoliberais adotadas no país desde a década de 1990, assim como seu impacto social, político, econômico e humanitário nas populações camponesas.

O artigo *Impactos del neoliberalismo en Chile: lecturas sobre un país que busca recuperar su dignidad*, de autoria de Pablo Saravia Ramos, apresenta o caso do Chile visto que a partir de la ditadura cívico-militar decorrente do golpe de Estado de 1973, quando os operadores políticos civis deram início a implementação de um modelo econômico fundado nos princípios do neoliberalismo, que entre outras questões, significou a privatização de praticamente todas as dimensões da vida das pessoas, de tal modo a agudizar as diferenças e segregações de diferente natureza. O autor apresenta o impacto das políticas neoliberais no campo chileno, bem como na saúde, educação e outros setores diretamente relacionado às políticas sociais efetivando o que o autor denomina de modelo deshumanizante que vem provocando na sociedade uma sensibilização para a questão coletiva/social como verifica-se após a denominada Revolta de 2019, na qual a mobilização social e o enfrentamento ao modelo ficou evidente.

Jhonny L. Ledezma Rivera, no artigo *La situación de la agricultura familiar campesina en los últimos 20 años en Bolivia*, apresenta o caso boliviano asseverando que a situação da agricultura familiar camponesa não tem melhorado nos últimos 20 anos. Acreditava-se que com o governo do MAS (Movimiento al Socialismo) iria

melhorar, porém isso não ocorreu. Apesar de haver aprovado várias leis a favor da pequena agricultura, os mais favorecidos têm sido e seguem sendo la agroindústria cruceña. Dois fenômenos socioeconômicos que aparecem no artigo são: 1) A diferenciação social no interior da economia familiar camponesa, onde se pode observar como três estratos em função do tamanho da terra (menos de 1 a 5 hectares; 5 a 10 hectares e 10 a 50 hectares); e 2) A pluriatividade camponesa como resposta aos argumentos que a agricultura familiar não é rentável.

Adelmir Fiabani no artigo, *Titulação das terras quilombolas: a desesperança vivida pelas comunidades negras brasileiras (1988-2021)* realiza um estudo apresentando a temática quilombola, privilegiando a análise das titulações em terras quilombolas realizadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. O processo de titulação foi mais robusto enquanto as terras quilombolas incidiam sobre terras do Estado, devolutas, áreas ‘desocupadas’. A partir do momento que as titulações implicaram e desapropriações, o processo tornou-se burocrático e judicializado. As comunidades remanescentes de quilombos perderam apoio de parte dos parlamentares com a eleição de representantes do agronegócio e bancada ruralista, consequentemente cessaram as titulações. O autor destaca que a maioria das comunidades negras tiveram as terras diminuídas em relação à área inicial. Os agentes expropriadores concentram-se nos setores imobiliário e do agronegócio. O Estado também expropria ao criar projetos desenvolvimentistas alheios à vontade das comunidades.

O artigo *O lugar da cultura em governos autoritários: uma análise dos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro (2019-2020)*, de

autoria de Jaisson Teixeira Lino, Ana Cristina Pandolfo e Luana Campos apresenta e discute algumas das ações, no campo da cultura, implementadas pelo Governo Bolsonaro demonstrando que os temas culturais, usualmente associados a segmentos da sociedade ligados ao campo progressista, vêm sendo atacados e deslegitimados, além de não receberem recursos orçamentários. Como se trata de um amplo campo, os autores evidenciam três temas: o patrimônio cultural, as instituições de proteção e fomento do patrimônio e da ciência e o trato com a questão indígena.

Luís Fernando da Silva Laroque e Fabiane da Silva Prestes, no artigo *Demarcação de terras indígenas no Brasil: avanços, desafios e retrocessos*, problematizam em que medida as atuações dos órgãos públicos impactaram nas comunidades indígenas no sentido de declarar este direito pré-existente. O objetivo do estudo consistiu em analisar o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil à luz da PEC 215/2000 e das discussões do Marco Temporal. A investigação demonstra a urgência da implementação de medidas capazes de efetivar a demarcação das terras indígenas, tendo em vista que a Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece que os coletivos indígenas têm direito aos seus tradicionais territórios.

Encerrando a coletânea encontramos o artigo *Educação do campo: do dever formativo à resistência frente o atual projeto antagônico do Estado*, de autoria de Solange Todero Von Onçay que apresenta-nos reflexões sobre a educação do campo destacando que, por meio das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais na última década do século XX, desencadeou-se o movimento: “Por uma Educação do Campo”. Emana, deste potencial formativo, uma concepção com viés de classe, que se identifica com a educação a serviço da produção humana (Marx). Feito pelos próprios

sujeitos, por mais de duas décadas, a proposta desafia-se à construção contra-hegemonia e a favor da emancipação dos diversos sujeitos que compõem o campo. Assim, faz-se necessário identificar a tênue relação com o Estado na construção dessas políticas públicas e, em especial, perceber o recuo desastroso em tempos atuais. Nesse sentido, considera-se relevante compreenderem que mediada a educação do campo resiste e segue dando passos na perspectiva contra-hegemônica, sendo capaz de manter-se como instrumento de mobilização social, em contraposição ao modelo de desenvolvimento imposto, com forças ultraliberais que atuam orientadas por determinações do capital, estruturadas em nível mundial

A importância de estudos como os reunidos nesta coletânea está diretamente relacionado ao esforço de compreensão do processo em tela, a partir de diferentes países que constituem a América Latina.

Ademais os estudos evidenciam a resistência às proposições neoliberais desde o espaço local, cabendo destacar que a visibilidade destas experiências, na América Latina, e em especial no Brasil, é muito reduzida, sendo de suma importância a circulação de reflexões como as que constituem esta coletânea.

Boa leitura a todos(as) e que as experiências e reflexões presentes nesta coletânea nos auxiliem a pensar e propor contrapontos efetivos às propostas neoliberais e desumanizantes que marcam o momento que vivemos, evidenciando por fim a proposição que um outro mundo é possível, necessário e urgente!

Prof.^a Dr.^a Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Coordenadora do Mestrado em Ensino de História
Universidade Federal de Santa Maria-UFSM



Los pueblos en movimiento ante los desafíos de las nuevas derechas

RAÚL ZIBECHI

EN AMÉRICA LATINA HA NACIDO UNA DERECHA DE NUEVO TIPO, diferente a la que conocimos en la década de 1960. El epicentro de esta derecha es Brasil, pero se expresa con diversas intensidades en casi todos los países. Uno de los rasgos más desconcertantes es que presenta una base social, por lo que no debería ser analizada con los parámetros que caracterizaron a las viejas derechas. Se trata de rehuir los juicios simplistas y entender las características que las diferencian de sus predecesoras.

Estas nuevas derechas se referencian en Washington, pero es de poca utilidad pensar que actúan de modo mecánico, siguiendo las órdenes emanadas de un centro imperial. Las derechas regionales, sobre todo las de los grandes países, tienen cierta autonomía en la defensa de intereses propios, sobre todo aquellas que se apoyan en un empresariado local más o menos desarrollado.

Ante el desconcierto que generan los amplios apoyos de ma-

sas que consiguen, algunos analistas tienden a simplificar una realidad heterogénea, apelando a adjetivos como “fascista” que no consiguen dar cuenta de las razones por las cuales esta derecha ha conseguido amplio apoyo de masas, que incluye no sólo a las clases medias sino también a una parte de los sectores populares.

A la derecha argentina encarnada por Mauricio Macri se la puede catalogar, como señala Maristella Svampa, como “neoliberal típica de los años 90”, mientras la brasileña capitaneada por Jair Bolsonaro debe considerarse como “radical y autoritaria” (SVAMPA, 2020). Ambas tienen en común, empero, ser hijas del fin del ciclo progresista, el rechazo a la integración regional al estilo Unasur y la tendencia a la polarización política y social como formas de ganar hegemonía.

Como tantos otros dirigentes de la derecha regional, Macri (al igual que Sebastián Piñera) es hijo del modelo neoliberal y se comporta según el modo empresarial, defiende la acumulación por desposesión y el sistema financiero, de forma abierta y transparente, y defiende sus decisiones apoyado en técnicas de marketing. Los despidos masivos de funcionarios públicos cuando era presidente, por ejemplo, se apoyan en la firme creencia de las clases medias de que los trabajadores estatales son “privilegiados” que cobran sin trabajar.

El cambio mayor se relaciona con las clases medias, base social mayoritaria de las nuevas derechas. Son muy diferentes de las que jugaron un papel en los años 60. Ya no se referencian en las camadas de profesionales que se formaron en universidades estatales, que leían libros y seguían estudiando cuando finalizaban sus carreras, aspiraban a trabajar por sueldos medianos en reparticiones estatales y se socializaban en los espacios públicos donde confluían

con los sectores populares. Las nuevas clases medias se espejan en los ricos, aspiran a vivir en barrios privados, lejos de las clases populares y del entramado urbano, son profundamente consumistas y recelan del pensamiento libre (SCALON; SALATA, 2012).

Si una década atrás una parte de las clases medias argentinas golpearon cacerolas contra el “corralito” instalado por el ministro de Economía, Domingo Cavallo, y en ocasiones confluyeron con los desocupados (“piquete y cacerola la lucha es una sola”, era el lema de 2001), ahora les preocupa la propiedad y la seguridad, y creen que la libertad consiste en comprar dólares y vacacionar en hoteles de cinco estrellas.

Estas clases medias (y una parte de los sectores populares) están modeladas culturalmente por el extractivismo: por los valores consumistas que promueve el capital financiero, tan alejados de los valores del trabajo, el ahorro y el esfuerzo que promovía la sociedad industrial hace apenas cuatro décadas. Los defensores a ultranza del modelo neoliberal consiguen un piso de apoyos en torno al 35-40% del electorado, como muestran todos los procesos de la región.

Además de los factores estructurales, las nuevas derechas tienen capacidad de interpelar al movimiento feminista pero, a la vez, de encarnar necesidades reales de los sectores populares. Las iglesias evangélicas y pentecostales, en particular, consiguen interpretar problemas de la vida cotidiana de los pobres urbanos y “han sido muy hábiles para tratar y contener ciertos problemas sociales que tienen que ver con el alcoholismo, las adicciones e incluso la violencia” (VEGA, 2020, p. 141). También ofrecen “servicios de proximidad”, asesoran a las familias ante problemas concretos y de ese modo “trenzan comunidad”, algo que antes podían

hacer los movimientos populares, la educación popular y las comunidades eclesiales de base (BRINGEL, 2020).

Ironía de la vida, las jornadas de junio de 2013 pueden ser consideradas como la carta de nacimiento de las nuevas derechas en Brasil. Para comprender cómo se fue gestando esta nueva derecha en su principal laboratorio regional, habría que tomar como punto de partida lo que Bringel considera como “el fin del ciclo democrático en Brasil” (BRINGEL, 2020), situación que en realidad abarca a toda la región latinoamericana, ya que tampoco los gobiernos progresistas avanzaron en la democratización de las sociedades.

Ciertamente la crisis brasileña tiene sus particularidades, pero el fin del ciclo progresista, el *boom* de la *commodities* y su posterior caída, así como la creciente deslegitimación de las democracias, involucran a casi todos los países.

El cambio del ciclo económico y el agotamiento del modelo de desarrollo implementado por el PT desde su arribo al gobierno en 2003, por el kircherismo en Argentina, por los gobiernos de Rafael Correa en Ecuador y Evo Morales en Bolivia (el caso de Venezuela es parcialmente diferente), se hizo evidente con la crisis global de 2008. Durante una década se combinaron un fuerte crecimiento de las exportaciones de *commodities* (sobre todo soja y minerales) con una relativa ampliación del mercado interno (por las políticas sociales focalizadas y el crecimiento del salario mínimo) que generaron un ciclo virtuoso por el que tanto ricos como pobres se vieron beneficiados.

Los elevados precios de los productos exportados a los países emergentes, sobre todo a China, generaron superávit comerciales que lubricaron el crecimiento de la producción y del consumo in-

terno. Pero los millones que salieron de la pobreza se incorporaron nuevos consumidores, en un proceso de rápida despolitización ya que no era necesario organizarse y luchar para mejorar la vida, como habían interiorizado buena parte de los sectores populares.

Con la crisis global y el enfriamiento de la economía, los empresarios que habían obtenido enormes ganancias durante el ciclo progresista, tomaron distancias de los gobiernos y pronto pasaron a una actitud abiertamente hostil. En el caso de Brasil, a los problemas de gestión económica (en particular de los dos gobiernos de Dilma Rousseff), se sumó la difusión de un esquema de corrupción que habría beneficiado al PT, denuncias orquestadas por la Justicia y difundidas por los medios, logrando un rechazo masivo de la población a las gestiones petistas.

Sin embargo, lo que abrió brechas impensadas en todos los países fue la reactivación de la protesta social. En Brasil las jornadas de Junio de 2013 fueron un parteaguas que agrietaron la gobernabilidad lulista. En el mismo período varios países de la región fueron testigos de una importante reactivación de los movimientos que, contradictoriamente, crearon una nueva coyuntura que perjudicó a los gobiernos progresistas anclados en el extractivismo.

En diciembre de 2010 hubo una importante movilización de sectores populares que ocuparon el Parque Indoamericana en la periferia de Buenos Aires, forzando al gobierno de Cristina Fernández a implementar medidas de contención que profundizaron la crisis por el aumento del déficit fiscal (DINO; VERA; ZAPATA, 2014). En 2011 la marcha en defensa del TIPNIS (Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuré) en Bolivia constituyó un primer momento de ruptura entre los movimientos y el gobierno

del MAS (PAZ, 2012; CHÁVEZ; CHÁVEZ, 2012). Desde comienzos de la década de 2010, en Ecuador se reactivó la resistencia a la minería (PÉREZ, 2012), proceso que llevó a huelgas y manifestaciones en agosto de 2015, que sellaron el quiebre entre los movimientos indígenas, sindicales y populares con el gobierno de Rafael Correa (MUÑOZ, 2015).

Con el paso del tiempo, puede apreciarse cómo la reactivación de los movimientos jugó un papel destacado en el fin del ciclo progresista. El llamado “consenso lulista” se asentaba en la paz entre clases en uno de los países más desiguales y violentos del mundo. Semejante “milagro” fue posible durante el crecimiento de la economía que permitió mejorar la vida de los más pobres sin tocar los privilegios, o sea sin realizar reformas estructurales, como las reformas agraria y tributaria. Pero la respuesta fue represión policial y ajuste fiscal.

En Bolivia, por poner otro ejemplo, el gobierno del MAS consiguió capturar la potencia social que se había desplegado en tres “guerras” –en defensa del agua en 2000 y del gas en 2003 y 2005– destituyendo sucesivos gobiernos neoliberales, llegando a dueñarse de los procesos de lucha y “monopolizar la política, apropiándose nuevamente de prerrogativas que habían sido asumidas por la sociedad” (SALAZAR, 2016, p. 355). Sin embargo, cuando los gobiernos progresistas y de izquierda necesitaron el retorno de la potencia de abajo para enfrentar a las derechas, encontraron un desierto a su lado ya que las organizaciones no fueron capaces de movilizar a sus bases en tiempo y forma, como sucedió en junio de 2013 en Brasil, o se encontraron con que aquellos movimientos que habían sido cooptados o atacados desde el gobierno, rehusaron salir a la calle en su defensa (ZIBECHI, 2019a).

Llegamos así ante un fin de ciclo con millones de personas en las calles. La hegemonía en las calles brasileñas pasó a la derecha, por primera vez en 50 años. Poco antes del golpe de Estado de marzo de 1964, la derecha protagonizaba grandes manifestaciones contra el presidente progresista João Goulart, como la “Marcha de la Familia con Dios por la Libertad” en São Paulo que congregó cerca de 300 mil personas. Pero esa misma derecha fue también capaz de ocupar las calles de Buenos Aires y de muchas ciudades argentinas, en particular en contra de las campañas feministas por el aborto libre y gratuito.

El fin de ciclo encontró a las izquierdas y a los movimientos desmovilizados e institucionalizados, sin la capacidad para enfrentar la agresividad y la enorme capacidad de movilización de las nuevas derechas. Una vez más, Brasil fue el caso paradigmático, con millonarias manifestaciones convocadas por novedosas y oportunistas siglas como Vem Para Rua, Movimento Brasil Livre y otras. Tampoco fueron capaces de comprender de dónde provenía esa potencia desituyente, audaz y agresiva de esta derecha que actúa en base a un triple pilar: “la proetsta en las calles, la acción institucional y la disputa cultural/territorial” (BRINGEL, 2020, p. 162).

La mirada micro y local

Es un error pensar que los manifestantes de esta nueva derecha actúan digitados por los medios, como si fueran autómatas. Lo que no quiere decir que los medios estén al margen de la nueva coyuntura regional. Es una derecha militante, que tiene estrategia y organizaciones propias, politizada, formada en universidades

privadas y públicas. El vacío político generado por la institucionalización de los movimientos comenzó a ser ocupado por una nueva derecha militante, con un potente discurso político, con organizaciones de base, con espacios de formación de sus militantes y capaz de realizar acciones audaces, aún con pocos participantes como hizo siempre la izquierda.

Uno de los casos más notables y contradictorios es el de Ecuador, donde el gobierno de Correa asumió con entusiasmo la “ideología de género”, en una “combinación de homofobia y homoproteccionismo, característica del gobierno de la Revolución Ciudadana” (Vega, 2020, p. 131). En este sentido, debe recordarse que Correa se hizo eco de la onda global conservadora que reucorre al género para articular neoliberalismo con conservadurismo moral, como plantea Cristina Vega. Las críticas que varios gobiernos progresistas hicieron al feminismo (recuerdese las variadas intervenciones de Evo Morales al respecto), alfombró el camino de la nuevas derechas, por lo menos en la cuestión de género.

El rechazo social al feminismo y el papel de las iglesias evangélicas y pentecostales es una constante entre todas las derechas del continente. Sin embargo, creo que es necesario ir más allá de la denuncia para comprender cómo y porqué arraigaron las ideas conservadoras en los territorios de la pobreza, para comenzar a debatir lo que pueden hacer los movimientos para revertir una situación de agudo retroceso. Propongo completar este breve análisis del ascenso de las derechas, con una mirada particular, a escala micro y local.

Dos antropólogas sociales de Porto Alegre realizaron una investigación cualitativa con jóvenes en una favela de la periferia de la ciudad, durante casi una década. El trabajo de Rosana Pinhei-

ro-Machado y Lucia Mury Scalco en el Morro da Cruz, donde las políticas sociales del PT venían impactado desde la experiencia del presupuesto participativo, puesta en marcha por la administración de Olivio Dutra en 1990, es una de las fuentes más ricas para comprender el giro ultraderechista de la sociedad.

Para las antropólogas, se registró un proceso extenso en el tiempo de “politización popular, a través de los movimientos sociales o del presupuesto participativo”, que desembocó en la política lulista de “fortalecimiento del Estado-gestor, la gradual desmovilización de las bases y la adopción de políticas de transferencia de renta a través del programa Bolsa Familia” (PINHEIRO; SCALCO, 2019).

La inclusión financiera focalizada en los individuos acarreo lo que la etnografía denomina como “debilitamiento democrático”. La potenciación del consumo de masas, sello de identidad de los progresismos, en sociedades profundamente desiguales, fue el modo como los sectores populares delinearon sus modos de insubordinación, celebrados por esos gobiernos. Recordemos que en Brasil, entre 2003 y 2011, unas 40 millones de personas salieron de la pobreza para integrarse a las “clases medias” (medidas sólo por los ingresos). Esa integración a través del consumo representó, para los subalternos, que la invisibilidad y las humillaciones “se trasmutaban en orgullo y autoestima tanto a nivel individual, como de clase” (PINHEIRO; SCALCO, 2019).

Cambio social y cultural que se obtenía sin lucha ni organización, gracias a las políticas de los gobiernos, con un resultado casi obvio de creciente despolitización (MACHADO; ZIBECHI, 2017). Cuando la coyuntura económica expansiva se tornó recesiva, el suelo estaba alfombrado para un viraje de los “incluidos a través

del consumo”, ahora excluidos y endeudados, hacia la derecha, ya que culparon a los gobiernos progresistas de su retroceso económico y social. Sin embargo, lo anterior no alcanza para explicar el giro antifeminista de una parte considerable de los sectores populares, integrados en su inmensa mayoría por jóvenes negros que alcanzaban, por vez primera, no sólo a ingresar en los tempos del consumo (como los shoppings y los aeropuertos) sino a la educación secundaria y terciaria.

Pinheiro y Scalco enfatizan que los programas sociales, como Bolsa Familia, “al traspasar el beneficio directamente a las mujeres, contribuyó a empoderarlas”, ya que la narrativa del éxito personal y familiar fue en gran medida un relato femenino, de modo que “la posesión de bienes pasó a ser un fenómeno fundamentalmente político” (PINHEIRO; SCALCO, 2019).

Hacia 2016, ya en plena crisis, comenzaron la segunda ronda del trabajo etnográfico en el Morro da Cruz, cuando las calles estaban siendo ocupadas por la extrema derecha y se acercaba la destitución de Rousseff por el parlamento. Una primera observación destaca que mientras los jóvenes veneraban las marcas preferidas y hacían performances en los shoppings, ignoraban por completo, o despreciaban como “cosa de vagabundos”, la oleada de ocupaciones de los colegios secundarios.

El dato no es menor, porque en dos oleadas, en 2015 y 2016, hubo unos 2.100 colegios ocupados. Sólo en el estado de Paraná fueron ocupados 850 centros, contra la reforma educativa y el congelamiento del gasto público por 20 años decidido por el gobierno de Michel Temer (BRUM, 2019). La magnitud de las ocupaciones no podía pasar desapercibida, en particular para los jóvenes. Sin embargo, siendo determinante el papel de las mujeres en el movi-

miento de ocupaciones, el rehuir la mención o hacerlo de forma despectiva representaba una actitud militante contra ellas.

El trabajo de la cientista social Paula Alegria en las ocupaciones en São Paulo, le permitió comprender la amplitud de “la onda cuestionadora de las sexualidades y de los binarismos de género que perturba el ‘orden interno’ de los colegios, desde antes de las primeras ocupaciones” (ALEGRÍA, 2017). El empoderamiento de las estudiantes era evidente en “los discursos inflamados que invaden los corredores en la cotidianeidad escolar”, mientras fuera de los centros crecía un discurso conservador que las tacha de “feminazis” y demoniza la “ideología de género”.

En las ocupaciones cientos de mujeres jóvenes toman la palabra para denunciar abusos y violencias que antes no habían podido articular; pero también se hacen escuchar a la hora de analizar la situación que vive la enseñanza, siendo las voces más potentes en las asambleas. Se trata de mujeres jóvenes, pobres y de clase media baja, que son las que frecuentan los colegios públicos, que viven en barrios populares y favelas, negras y mestizas en su mayoría. En las ocupaciones y en las manifestaciones se visibilizan también las personas LGBT, que antes no lo hacían, ya que el clima de confianza y las multitudes les abrieron la posibilidad de afirmar sus identidades.

La desestabilización de los roles tradicionales y el empoderamiento de las mujeres jóvenes tuvieron su contrapartida en la favela. En 2016, las antropólogas detectan que un tercio de los alumnos secundarios de Morro da Cruz simpatizaban ya con Bolsonaro y en 2017, “era raro conocer un joven que no fuese admirador o que no pensara en votarlo como candidato, lo que se convirtió en un fenómeno, un símbolo totémico de identificación juvenil

masculina similar al papel que Nike o Adidas, por ejemplo, desempeñaban en tiempos de crecimiento económico y de la apología gubernamental del consumo” (PINHEIRO; SCALCO, 2019).

En los años que siguen a Junio de 2013 en las escuelas del Morro da Cruz hubo una explosión de chicas que se declaran feministas, como comprueba el trabajo de campo. “Eso no sólo es inédito sino que llega a ser revolucionario, en el sentido de la ruptura de las estructuras sociales y los modelos hegemónicas de masculinidad que se perpetuaban en la zona urbana periférica” (PINHEIRO; SCALCO, 2019).

Se impone una conclusión, aunque provisional: “Uno de los factores que nos parece decisivo en la formación de una juventud bolsonarista es justamente la pérdida de protagonismo social y la sensación de desestabilización de la masculinidad hegemónica”. En las conversaciones más informales, ellos las atacan con epítetos como “vagabundas” y “maconheiras” (PINHEIRO; SCALCO, 2019).

En suma, dentro del viraje de los sectores populares hacia la derecha (en la medida que se sintieron abandonados por el sistema político), aparece un factor específico que es el caso de los varones adolescentes de la periferia, para quienes el bolsonarismo es la oportunidad de reaccionar contra el empoderamiento de las mujeres. Pero no sólo: “Hay muchas historias de campo –no sólo de jóvenes- de maridos que apoyaron a Bolsonaro como una forma de agredir a las mujeres que ahora tienen más poder que antes” (PINHEIRO, 2019).

Lo que intento transmitir es que el ascenso de una derecha de nuevo tipo no es una cuestión de carácter ideológico. Existe ideología, como puede verse en el rechazo a la “ideología de género”,

pero no es el aspecto central del fenómeno. Por el contrario, es necesario destacar las distancias con aquellas derechas de la “cruz y la espada”, cuyos lemas giraban en torno a “familia y propiedad”. Ahora pueden defender la despenalización del consumo de marihuana, el feminismo y la diversidad sexual, como sucede en varios países de la región como sucede en Uruguay.

Estas líneas son una invitación a profundizar en el conocimiento de la realidad social. En Uruguay, por ejemplo, la nueva derecha militarista conformada por Cabillo Abierto (que cosechó el 10% de los votos pese a haberse formado durante la campaña electoral de 2019), tiene lazos sólidos con muchas ollas comunitarias en los barrios populares que nacieron para resolver la alimentación durante la pandemia de coronavirus. Sería demasiado fácil, y profundamente equivocado, atribuir el respaldo que las derechas tienen entre los sectores populares sólo a su oportunismo político y al afán de manipular a los pobres.

Los pueblos defienden sus territorios

Durante los últimos meses de 2019 se produjeron estallidos sociales y levantamientos en varios países, entre los que destacan Chile, Ecuador, Colombia, Haití y Nicaragua. Fue la mayor contraofensiva de los movimientos populares frente al ascenso de las derechas. En todos los casos, las políticas neoliberales extractivas han estado en la mira de la acción colectiva, ya sea bajo gobiernos de derecha o de izquierda, conservadores o progresistas.

Entre todas las movilizaciones mencionadas, debo destacar dos. El levantamiento indígena y popular en Ecuador, en octubre

de 2019, quebró la aplicación de un paquete de ajuste neoliberal del presidente Lenin Moreno, forzándolo a revertirlo. Al decidir poner fin al levantamiento, la CONAIE (Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador) convocó un Parlamento de los Pueblo y Organizaciones Sociales que articula a más de 200 movimientos que construye “a través de una minga plurinacional una propuesta de nuevo modelo económico que asegure el *sumak kawsay* (buen vivir)” (ZIBECHI, 2019b).

La segunda es la revuelta de Chile, en la que confluyen los tres grandes movimientos de ese país: el mapuche en defensa de los territorios autónomos, el de los estudiantes secundarios que enarbolan una nueva cultura política no institucional y el feminista que muestra una potencia anti-patriarcal notable (ZIBECHI, 2019b). Una de las mayores conquistas de esta revuelta fue la conformación de más de 200 asambleas territoriales que se articulaban a través de dos coordinadoras en Santiago, con creciente incidencia en los barrios populares.

En marzo de 2020, cuando los gobiernos decretaron cuarentena ante la pandemia de Covid-19, los movimientos seguían activos pero ya no pudieron seguir ocupando las calles sino que debieron ensayar nuevos caminos, inéditos para la mayoría. Encuentro cuatro aspectos destacables en los primeros meses de la pandemia, producto de la actividad de los movimientos o pueblos en movimiento (ZIBECHI, 2020a).

1. Un viraje hacia adentro, ya sea en los territorios que habían reconquistado los pueblos o en nuevos espacios rurales y urbanos nacidos durante la pandemia. De forma espontánea, muchas comunidades decidieron bloquear el ingreso y la salida de personas, como ha hecho el EZLN en Chiapas. Establecer controles que deli-

mitan el territorio es una forma de ordenar y de proteger a la vez, ya que existe clara conciencia de que la enfermedad viene de fuera y que los recursos propios permiten afrontarla.

Además del zapatismo con el cierre de sus 43 espacios, las más diversas comunidades intensificaron el control territorial, destacando el papel de la Guardia Indígena nasa en el Cauca colombiano. Siete mil guardias armados con bastones de mando controlan setenta puntos vigilando que sólo ingresen los vehículos y personas autorizadas por los cabildos, autoridades nasa en los territorios.

El Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) decidió implementar una *Minga hacia Adentro*, que puede leerse como una síntesis de lo que están haciendo pueblos y comunidades rurales y urbanos a lo largo y ancho de América Latina. Las claves del “hacia adentro”, en todos los casos, son el fortalecimiento de las relaciones comunitarias que pasa por sus dimensiones material y simbólica, que van desde la mayor autonomía alimentaria hasta el reforzamiento de las autoridades internas ancladas en las prácticas asamblearias y de toma de decisiones por consenso, hasta la armonización colectiva a través de rituales en lugares sagrados como las lagunas, de fogones y sahumerios con la participación de médicos tradicionales.

A diferencia del sistema hegemónico, que consigue el consenso social agitando un enemigo externo –desde el comunismo y los virus hasta el inmigrante y el otro- los pueblos en movimiento lo hacen a través de la actualización de rituales ancestrales que nos armonizan entre las personas y entre los colectivos humanos y los no humanos, montañas, lagunas, plantas y animales. Mientras la primera es una lógica de homogeneidad

para y por la guerra, la segunda se basa en el cuidado y la reproducción de la vida.

Este cierre territorial no debe interpretarse como aislamiento, sino como el trazar una frontera que conduce a potenciar las relaciones no capitalistas, anteponiendo los valores de uso a los valores de cambio, la solidaridad y el hermanamiento entre las y los de abajo frente al individualismo que propone, e impone, el sistema. Porque la propuesta de “Quedate en casa” no funciona y es sustituida por el “Quedate en el barrio” en las villas argentinas o el “Quedate en la comunidad” de campesinos y pueblos originarios y negros.

En suma, frente a la individualidad imposible y propia de las clases medias, surge una colectivización del espacio público que no es sino la extensión de las prácticas habituales de los sectores populares a la situación pandémica. Esta realidad nos abre a dos debates aún incipientes: el papel de los trabajos colectivos, mingas o tequios, en la creación de mundos otros y la forma de abordar los cuidados, no en clave estatal/institucional e individual, sino colectiva y comunitaria.

2. La profundización y/o la búsqueda de la autonomía alimentaria. En todas las experiencias registradas, se constata un retorno a la tierra, un intento por construir huertas colectivas autogestionadas de carácter orgánico, también en las periferias urbanas donde esta tarea es más compleja. Puede decirse que constituye, a la vez, un intento por superar las consecuencias económicas de la pandemia, pero también un deseo de hacerlo en colectivo, rompiendo el asilamiento individual-familiar impuesto.

Durante la pandemia podemos observar que entre los sectores populares urbanos, pueblos originarios, negros y campesinos,

ha crecido un hambre de tierra y de territorio. Testigo de esta tendencia es la multiplicidad de iniciativas urbanas que venimos registrando: las 200 asambleas territoriales formadas al calor del estallido en Chile que durante la pandemia pusieron en pie redes de abastecimiento por fuera del mercado, contactando directamente con los productores. En las periferias urbanas, como sucede en Temuco (Chile), en Popayán (Colombia), en Córdoba (Argentina) y en Montevideo (Uruguay), miles de personas ocuparon tierras para construir viviendas o para cultivar, en lo que supone un desafío frontal a la propiedad privada y al Estado.

Es evidente que en las áreas rurales la autonomía alimentaria (concepto que prefiero al de soberanía alimentaria, siempre vinculada al Estado) tiene mayores alcances y una larga y fecunda trayectoria. Los movimientos indígenas son los que con mayor vigor encararon la delimitación y defensa de sus territorios. Muchos campesinos bloquearon en toda América Latina el ingreso y salida de sus pueblos, para asegurarse que el virus no entre en las comunidades.

Desde hace ya varias décadas, existe un diálogo entre territorios y autonomía/autogobierno, que ahora se vuelve urgente actualizar. En particular, en las ciudades y en las periferias urbanas. Por eso creo necesario atender lo que se viene haciendo en Cherán, la ciudad autogobernada de 20 mil habitantes en Michoacán (México), la autogestión barrial que ensayan las ocho comunidades de la organización Popular Francisco Villa de la Izquierda Independiente en Ciudad de México, y las asambleas territoriales en Santiago y Valparaíso en Chile.

3. Los vínculos entre los abajo, rural-urbanos, como apertura a la autonomía. Ni las ciudades son autónomas en alimentos y

agua, ni las áreas rurales lo son en la salud y en desarrollos tecnológicos. Los sectores populares que habitan las periferias se necesitan mutuamente con los trabajadores organizados, porque no pueden salvarse solos y tienen intereses y enemigos comunes.

El apoyo de los sindicatos uruguayos a las ollas populares en los barrios periféricos, las donaciones de alimentos de productores rurales a los pobladores urbanos, son apenas una muestra de cómo durante la pandemia se están estrechando vínculos entre pobres rurales y urbanos. Quizá la acción más llamativa, por la explicitación de la solidaridad, sea la de los Bañados de Asunción. Decenas de ollas populares funcionan bajo el lema “El Estado no nos cuida. Los pobres nos cuidamos entre pobres”, en un amplio trabajo solidario que conecta estudiantes y profesionales con pobladores organizados que viven en la mayor pobreza.

El apoyo de asentamientos del Movimiento Sin Tierra (MST) de Brasil a los pobres urbanos, enviando toneladas de alimentos, así como el intercambio de productos entre nasa del campo y la ciudad, son un excelente ejemplo del apoyo mutuo entre los pueblos. Siglos de dominación capitalista han segmentado y fragmentado a los pueblos, en particular sus saberes y capacidades. De modo que debemos reconstruirnos, como pueblos, recuperando los saberes perdidos. Un buen ejemplo es cómo los zapatistas han recuperado el arte de las hueseras, que se estaba perdiendo.

4. Potenciar el mundo de los valores de uso. Entre las poblaciones campesinas e indígenas de Bolivia, Colombia y México, se constata la generalización del trueque y de otras prácticas ancestrales por fuera del mercado capitalista. Se realizan ferias de trueque en puntos y días previamente acordados, sin moneda, pero no se intercambian equivalencias sino que cada quien lo hace en

base a la necesidad. Estamos ante prácticas que se realizan desde hace mucho tiempo, pero que en medio de la emergencia sanitaria cobran un doble sentido de resistencia colectiva y de alternativa al capitalismo.

En la agricultura urbana comienza a experimentarse con huertos circulares, que responden a una lógica indígena ancestral, vinculada por un lado a las cosmovisiones propias y, por otro, al ahorro de agua, la complementación de cultivos y la división del trabajo en base a la ayuda mutua. Se desarrollan en algunas ciudades prácticas notables de cuidados comunitarios, con la identificación de las personas más vulnerables para abastecerlas de alimentos sin que tengan que salir de sus casas.

Algunas redes de abastecimiento han hecho posible que en las ciudades ya haya familias que no deben comprar en el supermercado, sino de forma directa a productores rurales que participan en las redes. También están proliferando mini-bancos que son modos de ahorro comunitario y redistribución hacia las familias con más urgencias. En fin, prácticas no capitalistas, de dispersión y no de concentración de bienes, en base a la producción y distribución de valores de uso, negando la posibilidad de que se convierten en valores de cambio.

La economía no capitalista se abre paso durante la pandemia, multiplicando posibilidades que hasta ahora parecían marginales. De estas experiencias recogemos la importancia de que existan prácticas heterogéneas respecto a las hegemónicas, no siendo decisivo que sean minoritarias, locales y hasta marginales, como tantas veces nos señalan quienes han optado por lo grande que es, indefectiblemente, lo estatal/capitalista. Es importante que ellas existan, porque cuando las personas las necesitan, las multiplican.

La ruptura del cerco por los movimientos

El repliegue “hacia adentro” fue apenas una primera reacción defensiva de auto-protección colectiva para asegurar la reproducción de la vida en base a los cuidados colectivos. Una vez estabilizadas las comunidades, barrios y pueblos, comenzó una segunda etapa que continúa hasta ahora: los intentos por salir hacia fuera, por romper los cercos mediáticos y policial/militares establecidos tiempo atrás los gobiernos, extendidos y profundizados durante la pandemia.

En diferentes países, movimientos y pueblos lanzaron iniciativas colectivas, destacando el pueblo mapuche en el sur de Chile, los pueblos originarios, negro y campesino del Cauca en Colombia, el zapatismo en Chiapas, además de importantes movilizaciones en Perú, Chile y Bolivia a partir de mediados del año.

En el mes de julio la huelga de hambre de veintisiete presos mapuche sacudió a las comunidades del sur de Chile que comenzaron una oleada de movilizaciones en apoyo a los detenidos en las cárceles de Temuco, Lebu y Angol. Los huelguistas demandaban el cumplimiento del Convenio 169 de la OIT que les permite cumplir la condena en sus comunidades, algo necesario en tiempos de pandemia, que se revise la prisión preventiva y para denunciar las condiciones denigratorias en las cárceles.

El machi Celestino Córdova estuvo 107 en ayuno, al igual que otros presos. A pesar de las dificultades generadas por la militarización y la pandemia, se registraron manifestaciones y concentraciones en el norte, centro y sur de Chile. Las huelgas de hambre denunciaron, además, la represión que están sufriendo los mapuche en todo el país, como la persecución contra las vendedoras

de hortalizas y de cochayuyo, un alga marina que vende en los mercados. En diciembre de 2018, una ordenanza del alcalde de Temuco prohibió la actividad comercial ambulante en un perímetro de exclusión en torno al mercado de la ciudad. La particularidad es que la ordenanza impone multas tanto a quienes venden como a quienes compren sus productos.

En los primeros días de agosto se produjeron masivos bloqueos de carreteras en Bolivia en al menos 70 puntos, por grupos de campesinos por la postergación de las elecciones por parte del gobierno golpista de Jeannine Añez. Los bloqueos fueron levantados cuando el gobierno aceptó celebrar elecciones el 18 de octubre, que ganó ampliamente el MAS con más del 55% de los votos, superando con holgura el cuestionado resultado de un año atrás. La masiva votación que recibió el MAS fue un rechazo a un gobierno de ultraderecha, represivo y privatizador surgido de un golpe para instalar un gobierno provisional anti- popular.

El 5 de octubre el EZLN emitió el primer comunicado desde que cerró los caracoles por la pandemia, el 16 marzo de 2020. Informan que en ese lapso fallecieron 12 personas por coronavirus y asumieron la responsabilidad, a diferencia de lo que hacen los gobiernos, y que decidieron “enfrentar la amenaza como comunidad, no como un asunto individual”. Apuestan a la movilización global contra el capital e informan que en abril de 2020 comenzarán una primera gira por Europa, que luego extenderán a otros continentes, con una amplia delegación integrada mayoritariamente por mujeres, porque “es tiempo de nuevo para que bailen los corazones, y que no sean ni su música ni sus pasos, los del lamento y la resignación” (EZLN, 2020).

A fines de octubre de 2020 en Colombia se realizó la Minga

Indígena, Negra y Campesina, que arrancó en el suroccidente, en el Cauca y continuó en Cali, recorrió varias ciudades y pueblos para llegar ocho días después a Bogotá. En todo su recorrido, la minga (trabajo comunitario o tequio) dialogó con poblaciones que comparten sus mismos dolores, en un país que se desangra por la violencia narco-militar-paramilitar, con cientos de líderes sociales asesinados (ZIBECHI, 2020b).

El núcleo de la resistencia colombiana son los pueblos originarios del Cauca, agrupados en el Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), fundado en 1971 en el marco de una vasta lucha por la recuperación de tierras, que se saldó con la expropiación y dispersión de los grandes terratenientes. El pueblo nasa con sus “proyectos de vida”, lanzados en la década de 1990, es uno de los mejor organizado de Colombia.

La Minga hacia Bogotá, en la que participaron ocho mil miembros de pueblos originarios, negros y campesinos, fue escoltada por la Guardia Indígena, la Guardia Cimarrona y la Guardia Campesina, con especial protagonismo de las mujeres y los jóvenes. Fue recibida y acompañada por miles de personas que vienen luchando contra la represión de cuerpos militarizados, contra los que se levantaron en las jornadas memorables del 9 al 11 de setiembre, en las que ardieron o fueron vandalizadas decenas de dependencias policiales.

En Colombia ya hay más de 70 mil guardias de autodefensa de los pueblos. Cada pueblo cuenta con sus propios territorios: palenques (quilombos) negros y zonas de reserva campesina se suman a los resguardos indígenas, conformando un tapiz multicolor de resistencias y dignidades.

El 25 de octubre el pueblo chileno desbordó las urnas en el

referendo para redactar una nueva Constitución que sustituya a la heredada por la dictadura militar de Pinochet. El 80% de los votantes aprobaron el inicio de un proceso constituyente, cuando se esperaba un resultado de un 60% a favor de la iniciativa. La movilización popular por el referendo es una clara continuación de la revuelta iniciada en octubre de 2019 que le cambió la cara al país, deslegitimando la política oficialista neoliberal y represiva.

Finalmente, en Perú se produjo una notable movilización popular a raíz de la destitución ilegítima del presidente Martín Vizcarra, instalando en su lugar un gobierno corrupto considera golpista por la población, ya que la mayoría absoluta de los parlamentarios tienen acusaciones de corrupción. En una semana de gigantescas manifestaciones, que representan “un antes y un después, un punto de inflexión” en la política peruana, el golpista Manuel Merino debió abandonar la presidencia abriendo una coyuntura inédita en el país (MONTROYA, 2020).

Consideraciones finales

La gobernabilidad neoliberal se ha pulverizado en este período por la doble emergencia de las nuevas derechas y de los pueblos en movimiento. Del mismo modo que asistimos a una creciente radicalización conservadora de las elites empresariales y de las clases medias urbanas, también observamos mejor organización, mayor conciencia y activismo entre los sectores populares, pueblos originarios y negros del continente. No son sin embargo dos procesos simétricos.

Quienes se identifican con la derecha política, empresarial,

mediática y religiosa pudieron experimentar en los últimos años su poder destituyente, ocupando las calles en Brasil y Bolivia o activando las instituciones corruptas de Paraguay, Honduras y Colombia, entre los casos más destacados. De cualquier modo, las derechas del continente adquirieron la capacidad de movilización más notable desde el fin de las dictaduras.

Sin embargo, aún nos falta comprender hasta qué punto las nuevas derechas rompen las derechas liberales para encarar formas de hacer política compatibles o funcionales a la acumulación por desposesión, utilizando ampliamente la coerción en el lugar que la vieja derecha apelaba a cierto consenso. Actividades como el narcotráfico, la minería ilegal, el tráfico de la biodiversidad y otras actividades ilegales, dejaron de ser excepcionales, alientan la derechización y a las nuevas derechas, mientras “entretejen profundamente los procesos económicos formales e informales, legales e ilegales en un solo capitalismo contemporáneo con claros rasgos mafiosos y criminales” (HOETMER, 2020,p. 27).

Este “capitalismo narco” desató una guerra contra los pueblos (PALEY, 2018) que busca vulnerar sus territorios, lo que explica el empeño de los movimientos de pueblos originarios en defenderlos por todos los medios: policías comunitarias en Guerrero, guardianes de las lagunas y rondas campesinas en Perú, un ejército zapatista en Chipas y comunidades alzadas en armas en toda la geografía del continente. Incluso en la Amazonia brasileña, donde catorce pueblos están caminando hacia protocolos autónomos de consulta para enfrentar la expansión del agronegocio, la minería y los megaproyectos hidroeléctricos y de carreteras que bloquean la reproducción de sus vidas (ALKMIN, 2020).

La masiva respuesta desde abajo de los pueblos, impide que

el capital mafioso y los Estados puedan diseñar la coyuntura a su medida. Por eso transitaremos durante un tiempo por la cornisa de la ingobernabilidad, de la que pueden sacar partido las derechas más autoritarias o los movimientos populares anticapitalistas, si se muestran capaces de evitar errores y desviaciones que han neutralizado la capacidad de transformación de las izquierdas electorales.

Referencias

ALEGRIA Paula. Lute como una mina. Gênero, sexualidade e práticas políticas em ocupações de escolas públicas. 13th **Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017.

ALKMIN, Fábio. Plantando palavras, colhendo autonomías: os protocolos de consulta na defesa dos territórios indígenas amazônicos. Sao Paulo, **Fapesp**, 2020 (inédito).

BRINGEL, Breno. Bolsonaro y el fin del ciclo democrático en Brasil. en Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo, Nuevas derechas autoritarias, **Fundación Rosa Luxemburg**, Quito, pp. 149-173, 2020.

BRUM, Eliane. Ana Júlia e a palavra encarnada. **El País**, 31 de octubre 2016 en https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/opinion/1477922328_080168.html, (consulta 30/07/2019).

DINO, Nicolás; VERA Leandro; ZAPATA, María. La toma del Parque Indoamericano. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, Buenos Aires, Año 3 No 6 Enero-Junio, pp. 101-125, 2014.

EZLN Una montaña en alta mar. subcomandante insurgente Moisés, **EZLN**, 5 de octubre de 2020 en <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2020/10/05/sexta-parte-una-montana-en-alta-mar/> (Consulta 5/12/2020).

HOETMER, Raphael. Anatomía del giro autoritario y la derchización. **Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo**, en *Nuevas derechas autoritarias*, Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2020, pp. 11-32.

MACHADO Decio y ZIBECCHI Raúl. Cambiar el mundo desde arriba. Los límites del progresismo”. Bogotá, **Desdeabajo**, 2017.

MONTOYA Rojas, Rodrigo. La calle: por ahí pasan la esperanza y el futuro. **La Mula**, 15 de noviembre de 2020.

MUÑOZ, Francisco. Marcha y huelga nacional. La encrucijada del correísmo. **La Línea de Fuego**, Quito, 4 de agosto 2015 en <https://lalineadefuego.info/2015/08/04/marcha-y-huelga-nacional-la-encrucijada-del-correismo-por-francisco-munoz-jaramillo/> (Consulta 5/12/2020).

PALEY, Dawn. Capitalismo antidrogas. Una guerra contra el pueblo. México, **SOCCE**, 2018.

PÉREZ, Carlos. Agua u oro. Kimsacocha, la resistencia por el agua. Cuenca, 2012.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. É impossível separar bolsonarismo do antifeminismo. **UOL**, 1 de marzo de 2019, en <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/01/e-impossivel-separar-bolsonarismo-do-antifeminismo-diz-antropologa.htm> (consulta, 1/12/2020).

PINHEIRO-MACHADO, Rosana y SCALCO Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Revista IHU**, São Leopoldo, 4 de octubre en <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>, 2018 (consulta, 10/12/2020).

SALAZAR, Huáscar. Se han adueñado del proceso de lucha. La Paz, **SOCCE**, 2015.

SCALON, CELI y SALATA, André. Uma Nova Classe Média no Brasil da última Década? **Revista Sociedade e Estado** - Volume 27 Número 2-Maio/Agosto, pp. 387-407, 2012.

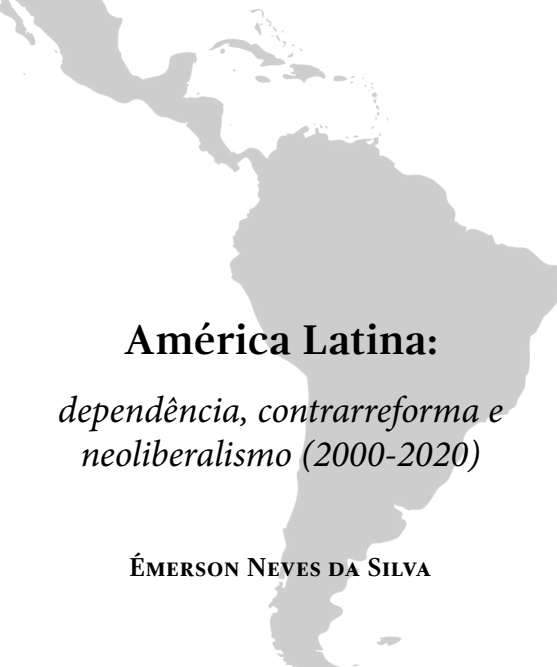
SVAMPA, Maristella. Lo que las derechas traen a la región latinoamericana. **Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo**, en *Nuevas derechas autoritarias*, Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2020, pp. 33-76.

ZIBECCHI, Raúl. Evo perdió a Evo. **Brecha**, Montevideo, 15 de noviembre de 2019a.

ZIBECCHI, Raúl. Nuevas derechas, nuevas resistencias. **Quimantú**, Santiago, 2019b.

ZIBECHI, Raúl. Tiempos de colapso. Los pueblos en movimiento. **Desdeabajo/Bajo Tierra/Quimantú**, 2020a.

ZIBECHI, Raúl. Los pueblos rompen el cerco. **La Jornada**, 23 de octubre de 2020b.



América Latina:

dependência, contrarreforma e neoliberalismo (2000-2020)

ÊMERSON NEVES DA SILVA

A AMÉRICA LATINA, NA ÚLTIMA DÉCADA, SOFREU COM O AVANÇO do contrarreformismo e da retomada do neoliberalismo. A onda do atraso se espalhou na sociedade latino-americana e alicerçou a prevalência dos interesses do capital transnacional e da burguesia local sobre o Estado, desconstruindo políticas públicas voltadas para os setores populares.

Os governos progressistas da região, a partir do início do século XXI, produziram uma série de políticas sociais e econômicas, incluindo na agenda do Estado populações historicamente marginalizadas, ao passo que abandonaram o corolário neoliberal que havia sido introduzido nas décadas de 1980 e 1990.

O presente trabalho analisa o contrarreformismo como reação às reformas e ações estabelecidas pelos governos populares latino-americanos, que “atenuaram” o elemento estruturante do capitalismo na região: a dependência.

Assim, a teoria da dependência foi utilizada como abordagem analítica para compreender o contrarreformismo no seu sentido histórico não enquanto um fenômeno isolado, singular, mas integrante da lógica de inserção dos países latino-americanos na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

De outra parte, alguns elementos da guerra híbrida e o *lawfare* são analisados como instrumentos da marcha da contrarreforma, longe de ser um fenômeno isolado, mas parte do projeto de fortalecimento dos laços históricos da dependência, garantindo o domínio do Estado latino-americano a setores econômicos e políticos alinhados à diplomacia norte-americana.

Destaca-se a existência de um padrão na atuação do contrarreformismo nos diversos países latino-americanos. A criminalização judicial e moral de políticos progressistas, a disseminação do discurso anticorrupção e emprego recorrente das forças do aparato de segurança do Estado, como as polícias e as Forças Armadas para desestabilizar governos eleitos legitimamente.

A contrarreforma abre caminho ao neoliberalismo

Em 2012, o processo de *impeachment* tramitado por cerca de 24 horas destituiu o presidente do Paraguai Fernando Lugo. Apesar de causar uma crise diplomática com os países que questionaram esse ato, o afastamento foi efetivado, consolidando a retomada do Estado pela burguesia do país. Fernando Lugo foi eleito a partir de um arco amplo de alianças. No entanto, sem maioria no legislativo federal, sofreu forte oposição e desestabilização política da elite econômica paraguaia, o que culminou com o seu afastamento.

Apesar da conjuntura da América Latina ser marcada pela ofensiva de governos populares, a queda do presidente Fernando Lugo foi um ato que antecipou a onda conservadora, que atingiu a região alguns anos depois. De outra parte, a esquerda e a intelectualidade não interpretaram precisamente o golpe no Paraguai como uma ameaça para toda a região, em geral foi compreendido como uma crise local, típica das relações políticas presentes na história do Paraguai.

Longe disso, a queda do presidente Fernando Lugo explicitou que a histórica relação de dependência econômica e política da América Latina em relação ao centro capitalista não foi resolvido com a eleição de um governo com perspectiva popular no Paraguai, ou seja, o campo de forças representativo dos interesses do capital reestabeleceu o domínio sobre o Estado.

No Equador, o governo de Rafael Correa diminuiu a pobreza e aumentou o PIB do país, baseando-se em políticas nacionalistas no período de 2007 a 2017. Em 2020 foi condenado por corrupção a oito anos de prisão. Ao largo do seu governo, que efetivou políticas desenvolvimentistas e enfrentou questões sociais históricas, Rafael Correa foi alvo da ação de atores políticos que se utilizaram do sistema Judiciário para criminalizá-lo. Esse expediente é denominado de *lawfare*. Na sequência do governo de Correa, o Equador presenciou a ofensiva do neoliberalismo e o estabelecimento das relações políticas favoráveis na manutenção dos interesses de setores econômicos transacionais e da burguesia do país.

Na Argentina, o enredo não foi muito diferente. A primeira mulher eleita presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, governou o país entre 2007 e 2015. A gestão reduziu a pobreza do país em 2012, segundo a Cepal, ao nível de 5,7%, o que representou re-

dução de 38,7%. O crescimento econômico nesse período foi o segundo maior da América Latina, perdendo apenas para o Equador. Entre 2003 e 2011, a taxa de desemprego foi reduzida para 7,4%, ao passo que o salário mínimo teve aumento de 25% em 2013, ocasião em que se tornou o maior salário mínimo da América Latina.

No entanto, esse cenário econômico trouxe significativa instabilidade política para o governo da presidenta Kirchner. A grande mídia conjugou a ofensiva sobre os avanços econômicos e sociais com a repercussão do uso do *lawfare* na medida em que o governo de Kirchner foi alvo de uma série de denúncias de corrupção.

A realidade brasileira, apesar das especificidades, também está inscrita no avanço histórico do conservadorismo político e social. Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2011, e de Dilma Rousseff, 2011 e 2016, protagonizaram avanços nas áreas sociais e econômicas no país comparáveis à Era Vargas.

Tendo caráter econômico desenvolvimentista, esses governos basearam a sua atuação política na conciliação de classes, constituindo um espectro amplo de apoio. Contudo, a quebra desse pacto ocorreu com a mudança do cenário econômico mundial.

Com a crise mundial do capitalismo a partir de 2008, setores da burguesia brasileira aliados ao capital norte-americano desencadearam campanha baseada no discurso anticorrupção e moralismo social, o que desembocou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. O auge desse processo foi a prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2018, vítima de inúmeros processos de corrupção. Essa campanha de criminalização do ex-presidente, que também implicava a tentativa de fragilizar e isolar a esquerda brasileira, sofreu um significativo revés com a condenação pelo Supremo Tribunal Federal pelo ex-juiz Sérgio

Moro por atuação parcial em um processo referente ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, até o presente momento que estamos finalizando o texto.

Na Bolívia, em 2016, o presidente Evo Morales convocou referendo para decidir a alteração da Constituição para possibilitá-lo concorrer a mais um mandato. Em meio a esse processo, a mídia produziu um escândalo para prejudicá-lo, atribuindo ao presidente uma paternidade ilegítima, mais tarde foi comprovado não ser verdade, no entanto, Evo Morales foi derrotado no referendo (Fusser, 2018, p. 80). Mas, em dezembro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral da Bolívia proferiu decisão habilitando a candidatura do presidente Evo Morales (BBC, 2018). Na eleição ocorrida em 2019 abriu-se impasse no processo de apuração e o presidente renunciou diante da mobilização de forças políticas e paramilitares.

Dessa forma, as forças policiais serviram como instrumento de mobilização contra o governo de Evo Morales. O sindicalista e indígena governou no período de 2006 a 2019, representando os interesses das comunidades indígenas e setores populares. Os lucros com a exploração dos recursos naturais do país passaram a ser revertidos em políticas sociais direcionadas aos segmentos populares. Com a alteração da conjuntura, a onda progressista que abalou as estruturas do poder e da sociedade tradicional latino-americana cedeu espaço à emergência do discurso conservador, fascista e moralista.

Observando esses casos, percebemos que há um padrão na atuação das elites econômicas e do capital transnacional na organização dos golpes na América Latina. O fortalecimento do discurso e prática contrarreformista encontrou ressonância em parte das igrejas neopentecostais.

Essas igrejas difundiram o ideário da teologia da prosperidade, acentuando o individualismo, corroendo qualquer forma de organização coletiva que não fosse representativa da igreja. De outra parte, a prática religiosa baseia-se em rígido código moral, o que cria as condições para a cosmovisão dicotômica: cristão x não cristão; bem x mal.

Pode-se caracterizá-la enquanto um ator social, político. Nessa perspectiva, o fundamentalismo neopentecostal desenvolveu uma experiência religiosa que gerou confiança nos fiéis perante o contexto de abandono do Estado. Os golpes contaram com forte atuação desses novos “atores coletivos”, ou seja, das lideranças das igrejas neopentecostais na América Latina. Os setores populares que mais se beneficiaram com as políticas progressistas tiveram a sua consciência ganhada para a agenda conservadora a partir da mediação religiosa conservadora.

Outro fator determinante na ofensiva conservadora foi a crise capitalista. A partir de 2008, a crise do capital financeiro abriu o período de instabilidade da economia mundial. Essa instabilidade motivou o capital transnacional estimular ampla articulação envolvendo diversos setores das elites regionais no sentido de repassar os “custos” da crise para o Estado e a população. Para isso era necessária a desconstrução de políticas públicas sociais e econômicas e a retomada dos projetos de privatização do Estado. Sendo assim, governantes alinhados com esses compromissos mergulharam no conservadorismo racial e cultural históricos na sociedade latino-americana, como, por exemplo, o secular isolamento das comunidades indígenas e afrodescendentes.

Para Fuser (2018, p. 79), esse processo conservador foi protagonizado por atores políticos que possuem relação com os setores

sociais e econômicos dominantes nos respectivos países durante todo o século XX, como, por exemplo, a cúpula do Judiciário, os proprietários das grandes empresas de comunicação, os acionistas das maiores empresas nacionais. Por outro lado, a escalada do retrocesso representou a sintonia desses atores com a diplomacia dos Estados Unidos e seus interesses econômicos, movidos pela perspectiva de:

a) remover os governos progressistas instalados a partir da virada do século; b) deslegitimar aos olhos da população as lideranças, os partidos políticos e os movimentos sociais associados a esses governos; c) blindar as instituições do Estado para impedir o regresso de atores políticos de esquerda ao comando do Poder Executivo e seu acesso a posições de influência efetiva no Legislativo; d) aplicar de modo irrestrito e em ritmo acelerado as políticas neoliberais em sua versão mais extrema; e) facilitar o acesso das empresas estrangeiras ao mercado interno e, especialmente, aos recursos naturais de cada país; f) realinhar a diplomacia latino-americana aos interesses dos EUA.

É pertinente analisar essa participação da diplomacia norte-americana no processo contrarreformista a partir da perspectiva histórica, destacando rupturas e permanências na relação da América Latina com os Estados Unidos e o capitalismo desenvolvido. Cabe estudar o fenômeno contrarreformista como uma estratégia de manutenção da dependência do capitalismo latino-americano para verificarmos as raízes profundas dos laços de subordinação centro-periferia, ainda vigentes na atualidade.

Raiz histórica do dependentismo

Observando a marcha contrarreformista, os segmentos sociais dirigentes e os interesses econômicos e geopolíticos, compreendemos o sentido da guerra híbrida. Nos últimos anos, os recursos da guerra híbrida¹ foram empregados pelos Estados Unidos em associação com as elites regionais latino-americanas, contribuindo com o estabelecimento de ações coordenadas junto ao Judiciário, grande mídia, setor empresarial e segmentos conservadores. A marcha contra a corrupção está ligada à estratégia de guerra híbrida. O discurso moralizador da política colocou a esquerda na defensiva na medida em que partidos e lideranças de esquerda foram criminalizados.

Para Korybko (2018, p. 43), a guerra híbrida pode ser definida “como um pacote híbrido excepcional de dominação intangível e tangível das variáveis do campo de batalha que se manifesta de maneira largamente indireta”. Sem dúvida, a articulação estabelecida entre a diplomacia e o capital norte-americano com as elites locais dialogou diretamente com práticas correspondentes à guerra híbrida, em especial se julgarmos os interesses centrais do movimento de retomada da América Latina enquanto área de influência dos Estados Unidos.

Se a guerra híbrida é a referência estratégica para a intervenção política que articula o Judiciário, a grande mídia e os setores ligados ao capital no fazer da desestabilização dos governos populares, a finalidade dos golpes foi estabelecer a contrarreforma na América Latina. Os governos progressistas enfrentaram, em certa

¹ Sobre a concepção de guerra híbrida, ver KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

medida, o crescimento econômico, a redução da dependência, o desenvolvimento do mercado interno, políticas públicas direcionadas para a redução da pobreza e desigualdade social. De outra parte, atuaram no sentido de fortalecer a presença do Estado para estimular o crescimento econômico, em especial no controle do petróleo e gás como elementos potencializadores do desenvolvimento social e econômico dos países latino-americanos (Fuser, 2018, p. 81).

Em síntese, o estabelecimento do contrarreformismo sinaliza a retomada do neoliberalismo na América Latina. É pertinente destacar que os governos progressistas chegaram ao Estado a partir da negação das políticas econômicas e seus impactos sociais. Claro que havendo uma diferenciação em governos mais radicais, como, por exemplo, da Venezuela e Bolívia, ou mais moderados, como Brasil, Argentina e Uruguai.

A inserção do corolário neoliberal na América Latina ocorreu através do ideal da modernização do Estado e da economia, inserindo a região à nova divisão do mercado internacional, marcada pelo discurso do mundo globalizado. Dessa forma, com o período de redemocratização dos estados na América Latina, em especial na transição da década de 1980 para 1990, as dinâmicas do mercado subordinaram o Estado, inviabilizando o seu caráter de gestão do bem público voltado para a totalidade dos cidadãos. Calderón e Santos (1991, p. 37) destacam:

En la medida en que el Estado se subordine a la dinámica de un mercado excluyente, perderá capacidad de regulación societal y específicamente no cumplirá nuevas funciones imprescindibles para una reconversión exitosa.

No existen ejemblos históricos de desarrollo bajo las nuevas condiciones internacionales sin la asunción de nuevas funciones por parte del Estado, entre las cuales se halla imprescindible la del desarrollo científico y tecnológico, como tampoco existen tales ejemblos sin cooperación entre agentes públicos y privados.

Sem dúvida, a modernização neoliberal acentuou as relações históricas de dependência da América Latina diante de setores econômicos representativos da centralidade do capitalismo, sobretudo através do “monopólio” científico e tecnológico exercido pelas grandes corporações capitalistas norte-americanas e europeias. Nessa perspectiva, Marini (1993, p. 120) compreende a integração enquanto demandante de democratização, ao passo que o futuro dos latino-americanos necessita da “aptidão dos mesmos para construir novas superestruturas políticas e jurídicas indispensavelmente dotadas de capacidade negociadora, de resistência e de pressão” (apud Valdés, 2012, p. 230).

Apesar de ser necessário refletir sobre a pertinência da teoria da dependência para a compreensão da realidade contemporânea da América Latina, sobretudo se se observa as abordagens derivantes dessa teoria, como, por exemplo, a teoria do sistema-mundo e o pensamento decolonial,² pode-se considerar a teoria da dependência um aporte pertinente para analisarmos a relação da formação histórica do capitalismo latino-americano com o projeto da globalização e o neoliberalismo. Dessa forma, situa-se a origem

² Sobre a teoria de sistema-mundo, ver WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1974. WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 1995. Em relação ao pensamento decolonial, ver QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

histórica do movimento contrarreformista enquanto fruto da relação de subordinação histórica da América Latina à diplomacia e ao capital norte-americano.

A inserção dependente da América Latina à Divisão Internacional do Trabalho foi um processo histórico iniciado com a expansão comercial promovida pelo capitalismo emergente, ocorrido a partir do século XVI. Nessa perspectiva, Marini (2000, p. 108) foi categórico ao destacar que a

colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria.

As relações de dominação econômica e política entre metrópole e colônia se deterioraram na medida em que avançava o despontar da Revolução Industrial na Europa. O estabelecimento das nações latino-americanas está “imbricado” ao desprendimento da órbita do sistema colonial, nas primeiras décadas do século XIX, para girar em torno da Inglaterra. Os “novos países se articularam com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo [...]” (Marini, 2000, p. 108), reconfigurando, dessa forma, a relação de dependência aos moldes do capitalismo industrial, ou seja, a América Latina fornecia matéria-prima e produtos agrícolas e acessava artigos industrializados.

No entanto, essa relação de exploração sofreu alteração subs-

tantiva a partir do início do século XX. A subordinação dos países latino-americanos pela economia industrial se efetivou com a transferência de valor, excedentes de riqueza dos primeiros em favor do segundo através do instrumento do pagamento da dívida externa. Com o aumento do volume de exportações e do saldo positivo da balança comercial para os países latino-americanos, o serviço da dívida aumentou consideravelmente.

Vejamos o exemplo brasileiro. A partir da década de 1860, o contexto em que o saldo positivo da balança comercial era cada vez mais favorável, o serviço da dívida externa aumentou em 50% na década de 60 e 99% na década posterior. Assim, no período de 1902 a 1913, o valor das exportações aumentou em 79,6%, no entanto, a dívida externa brasileira aumentou 144%, representando, em 1913, 60% do gasto público total (Marini, 2000, p. 108-109).

Não é pretensão do presente trabalho aprofundar a análise da teoria da dependência, mas situar historicamente o processo de contrarreformismo e retomada do neoliberalismo na relação de subordinação histórica da América Latina à economia capitalista central. Com esse objetivo cabe trazer alguns elementos da análise produzida pela teoria da dependência para compreendermos a relação de continuidade da aliança entre setores sociais e econômicos regionais com segmentos representativos do capitalismo central e a diplomacia norte-americana.

Com esse espírito, é pertinente refletir sobre o papel do setor primário na configuração da dependência latino-americana. Para a gênese da grande indústria era necessária a disponibilidade de bens agrícolas para viabilizar a especialização da sociedade na atividade industrial, em especial para a concentração de significativo volume de trabalhadores em centros urbanos.

Na experiência europeia, isso foi oportunizado pelas exportações de bens agrícolas da América Latina, que evitaram o bloqueio da expansão daquela indústria. Contudo, aqui reside uma contradição que caracteriza, inclusive, o atual papel dos países latino-americanos de fornecedores de bens agrícolas e *commodities*, como, por exemplo, petróleo e gás, às corporações econômicas transnacionais em detrimento do estabelecimento da industrialização capaz de fomentar a autonomia política e econômica de seus países.

Mas não ocorreu isto na função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, se acrescentará logo a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial (Marini, 2000, p. 111).

Ao passar pela fase de consolidação do capitalismo industrial, no qual a contribuição da América Latina na acumulação primitiva de capital foi relevante, a integração da região passou a ocorrer a partir da superexploração do trabalho, ou seja, através do rebaixamento dos salários e precarização das condições de produção. Dessa forma, surgiu uma forma de capitalismo *sui generis*, na qual a produção no país dependente não se vinculava à potencialidade do mercado consumidor interno, pois ligava-se à circulação capitalista internacional (Marini, 2000, p. 132).

Os governos reformistas, independentemente da configuração moderada ou radical, desenvolveram uma série de políticas

públicas voltadas para a diminuição da pobreza, desemprego, aumento do valor real dos salários e melhoria das condições de vida da população, o que afetou diretamente a superexploração do trabalho, tensionando, dessa forma, os laços do dependentismo desses países com os setores econômicos do capitalismo desenvolvido, transnacional.

É pertinente destacar que o movimento contrarreformista atuou no sentido de desbloquear a agenda neoliberal, dialogando com premissas macroeconômicas que orientaram as significativas alterações ocorridas na América Latina a partir da década de 1980. O neoliberalismo, em especial nas décadas de 1980 e 1990, configurou um amplo processo de privatizações que reduziu a presença do Estado na sociedade e economia, aumentando o controle dos recursos naturais e de setores estratégicos para o desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos. Dessa forma, a América Latina foi apresentada para a globalização.

Ianni (1996, p. 11) caracteriza precisamente o sentido da globalização ao afirmar que é a expressão de uma nova fase do capitalismo enquanto modo de produção e processo civilizatório de abrangência planetária. “Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e sociedades nacionais, grupos e classes sociais, econômicas e sociedades, culturas e civilizações.” Essa concepção dialoga com os aspectos estruturantes da globalização defendidos por Marini (2000, p. 270-272): magnitude da população envolvida em escala mundial; a aceleração do tempo histórico e aumento da capacidade produtiva. De outra parte, traz para a análise da compreensão do fenômeno da globalização a revolução das comunicações, o que contribuiu para a aceleração da circulação de mercadorias, serviços e a

potencialização do mercado financeiro, o qual assume na atualidade condição privilegiada na acumulação capitalista.

Percebe-se que os ventos da globalização, associados ao neoliberalismo, produziram mudanças profundas na sociedade mundial, como, por exemplo, o aumento da pobreza e da concentração de riquezas. Esse processo teve como origem a resposta da crise capitalista vivenciada, sobretudo na década de 1970, baseada no investimento, no desenvolvimento de novas tecnologias, concentração e internacionalização do capital.

Por outro lado, essa “nova” economia, que emergiu no final do século XX, representa uma nova fase de desenvolvimento capitalista no mundo, reordenou a divisão internacional do trabalho, uma vez que acentuou a dependência a partir da dificuldade de os países latino-americanos acessarem as inovações tecnológicas em virtude da monopolização desses recursos pelas economias desenvolvidas.

Outro fator característico da economia globalizada foi a capacidade de transferência de atividades industriais de caráter menos intensivo tecnologicamente a áreas da América Latina, porém demandantes de significativo volume de força de trabalho. Essa realidade contribuiu inclusive com o retrocesso da inserção de países latino-americanos na Divisão Internacional do Trabalho, ou seja, condições similares às existentes no século XIX. Nessa perspectiva, Marini afirma:

Na América Latina o caso mais evidente é o do Chile, cujas exportações consistem basicamente em cobre e outros minerais, frutos do mar, farinha de peixe, madeira e celulose, enquanto as importações suprem boa parte das necessidades do país quanto a bens de

capital e de consumo os suntuários. Mas está longe de ser o último exemplo. O próprio Brasil, o país de maior desenvolvimento industrial da região, começa a apresentar tendências que se constituem em motivo de preocupação para empresários e economistas (Marini, 200, p. 282-283).

Em síntese, a nova fase do capitalismo, denominada “globalização”, ampliou as forças produtivas, sobretudo a reprodução do capital financeiro em escala planetária. A superação das fronteiras nacionais em facilitar a reprodução e a circulação de capitais foi o neoliberalismo. Expoente desse contexto, os Estados Unidos produziram o corolário do Consenso de Washington, que, na década de 1990, defendia o desmonte de qualquer política industrial e protecionista, orientava-se por perspectivas das políticas macroeconômicas neoliberais, em especial o equilíbrio fiscal, a desregulamentação da economia, a privatização de empresas públicas e a valorização cambial (Trindade, 2018, p. 19).

Ao retomar a análise do contrarreformismo diante do que foi problematizado até então, percebe-se que o extenso repertório de ações que visou à desestabilização e criminalização de experiências de governos progressistas até a assunção de governos que atuaram para restabelecer políticas baseadas no neoliberalismo pode ser interpretada como estratégia do capitalismo desenvolvido e dos Estados Unidos, para manter os laços de dependência econômica e política da América Latina. Dito de outra forma, sonhando aos países latino-americanos o direito de autodeterminação e de priorizarem a constituição de relações econômicas e diplomáticas com países também periféricos da África, Oriente Médio e Ásia.

Considerações finais

No início do século XXI, houve um amplo movimento de resistência às políticas neoliberais desenvolvidas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. O descontentamento da população com o impacto socioeconômico do corolário neoliberal, como o aumento do desemprego, precarização do trabalho, perda do valor dos salários e desindustrialização, criou as condições para que governos estabelecessem uma série de políticas econômicas e sociais que atendessem as camadas populares até então desassistidas ou não priorizadas pelo Estado, em especial a população indígena e as camadas empobrecidas do campo e da cidade.

Assim, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela, Uruguai, Argentina e Brasil desenvolveram ações que garantiram a autonomia nacional sobre o uso dos recursos naturais, sobretudo gás e petróleo, bem como atuaram no fortalecimento do Estado enquanto promotor do desenvolvimento econômico capaz de agregar setores sociais até então marginalizados.

Destaca-se que as políticas reformistas desses países não foram homogêneas em razão dos países que optaram por mudanças estruturais, como a reforma agrária, no caso venezuelano, ou criação do Estado pluriétnico, no caso da Bolívia, foram considerados radicais. Já o Brasil, entre outros, optou por incluir socialmente setores empobrecidos à classe média pelo desenvolvimento da economia, mas sem produzir alteração das estruturas econômicas e sociais do país considerados moderados.

Nesse cenário, a reação da diplomacia norte-americana, setores do capital transnacional aliados à burguesia e a elite local atuaram para paralisar e reverter o processo de reformas, constituindo, portanto, o movimento contrarreformista.

É importante ressaltar que as reformas realizadas não se propunham a superar o capitalismo, no entanto atingiram frontalmente o elemento histórico que caracteriza a formação econômica latino-americana, em especial do nosso capitalismo *sui generis*: a dependência. Por isso considera-se que a mobilização de elementos representativos da guerra híbrida e do *lawfare* são frutos dos interesses da diplomacia norte-americana, setores do capital internacionalizado, burguesia e elites locais para reestabelecer os laços do capitalismo dependente e retomada das políticas neoliberais.

Diante desse breve panorama, cabe aprofundar a análise desse processo, destacando as experiências de resistência protagonizadas por movimentos sociais do campo e da cidade. Longe de estar consolidado o contrarreformismo, é pertinente acompanharmos e refletirmos sobre a dialética do popular, que, através das ações coletivas em curso por toda América Latina, pode fortalecer a construção da emancipação da região.

Em meio a tantas incertezas, cabe centrarmos o olhar sobre as certezas. José Carlos Martíategui sinalizou de forma consistente o poder revolucionário do indígena latino-americano no início do século XX. Força que hoje está latente não apenas na população originária, mas também nos afrodescententes, nas mulheres, jovens, camponeses, trabalhadores urbanos, enfim, em toda população empobrecida da América Latina.

Referências

CALDERÓN, Fernando; SANTOS, Mário dos. Hacia un nuevo orden estatal en América Latina: veinte tesis sociopolíticas y un corolario. Chile: **Fondo de Cultura Económica**, 1991.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 78-89, nov. 2018.

IANNI, Octavio. A era do globalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1996.

KORYBKO, Andrew. Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: **Expressão Popular**, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina: integración y democracia. Caracas: **Nueva Sociedad**, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis - RJ: Vozes; Buenos Aires: **Clasco**, 2000.

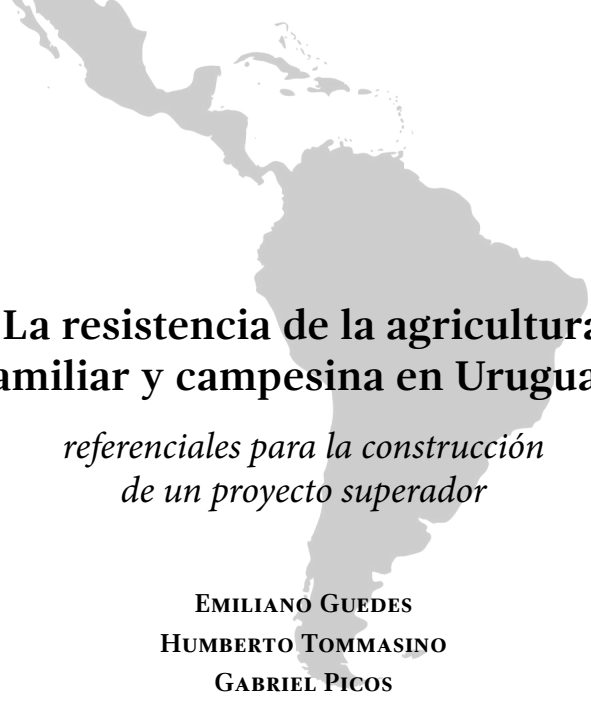
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: **Cortez**, 2010.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal - RN, v. 7, n. 2, p. 5-33, 2018.

VALDÉS, Eduardo Devés. O pensamento latino-americano na virada do século: temas e figuras mais relevantes. Ijuí - RS: **Editora Unijui**, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World System. New York: **Academic Press**, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: **Vozes**, 1995.



La resistencia de la agricultura familiar y campesina en Uruguay:

*referenciales para la construcción
de un proyecto superador*

**EMILIANO GUEDES
HUMBERTO TOMMASINO
GABRIEL PICOS**

EL PRESENTE TRABAJO ABORDA LA RESISTENCIA COLECTIVA DE LA agricultura familiar, en el marco de la expansión e intensificación de las relaciones capitalistas en el agro ocurridos en el Uruguay en los últimos 20 años. El mismo sintetiza parte de un proceso de investigación en relación a los procesos organizativos de la agricultura familiar en Uruguay¹ y los análisis y discusiones realizadas por los autores en el marco de una tesis² de la Maestría en Educación y Extensión Rural (Programa de Posgrados de la Facultad de

¹ Proyecto CSIC I+D “Procesos organizativos en el medio rural: Estudio de los factores que afectan la sustentabilidad de la producción familiar en el Uruguay”. Coordinador Dr. H. Tommasino (MSc, PhD). Proyecto aprobado y financiado por el Programa Proyectos I+D, llamado 2014 (CSIC), ID 116. Acta y nómina en: http://www.csic.edu.uy/renderPage/index/pageId/188#heading_3660.

² “Insustentabilidad, Resistencia y Superación. Estudio de las condicionantes socio-organizativas de la agricultura familiar en Uruguay”. Emiliano Guedes (Maestrando), Humberto Tommasino (Director de tesis), Gabriel Picos (Co-director de tesis). Maestría en Educación y Extensión Rural, programa de Posgrados, Facultad de Veterinaria, Universidad de la República.

Veterinaria). A partir del análisis del contexto (social, económico y político) y de la identificación y el análisis de las organizaciones de agricultores familiares, se discuten posibles escenarios para la configuración de estrategias de resistencia que configuren proyectos identitarios de las clases subalternas, en oposición a las relaciones sociales hegemónicas.

Relaciones capitalistas, agricultura familiar y campesinado

En Uruguay, a diferencia de muchos países de América Latina, el concepto con el cual se ha trabajado tanto desde la academia como a nivel político es el de “producción agropecuaria familiar” o “agricultura familiar”³, aunque se han utilizado otros conceptos como sinónimos (pequeño productor, campesinos), pero que al decir de Piñeiro (2003, p. 2) se trata solo en parte de sujetos sociales distintos⁴.

³ En Uruguay el concepto de agricultura familiar fue trabajado inicialmente desde la academia (década del 80’), como categoría sociológica o socioeconómica, para describir a determinados sistemas de producción existentes en el campo uruguayo. No fue hasta la década del 90’, que el mismo es asumido por las organizaciones, como sujeto político. En este sentido Comisión Nacional de Fomento Rural, ha sido la organización que lo impulso con más fuerza, convirtiéndose en algo frecuente en sus discursos organizacionales la utilización del concepto de producción familiar o agricultura familiar. Si bien los mismos han sido utilizados indistintamente, en los últimos tiempos el concepto de agricultura familiar ha penetrado con más fuerza, lo cual se asocia a su uso desde las políticas públicas, lo cual tiene un correlato tanto nacional como regional.

⁴ Entre los rasgos que, según Piñeiro, diferencian al productor agropecuario familiar de la figura de campesino, encontramos: a) vínculos con el mercado, los agricultores familiares tienen mayor interacción con el mercado (productos, financiero y laboral), destinando menor tiempo para el autoconsumo; b) tipo de reproducción, los agricultores tienen la posibilidad de acumular riquezas y entrar en procesos de reproducción ampliada, en cambio los campesinos, no superan la reproducción simple; c) las reivindicaciones, los agricultores suelen reclamar por cambios en la política de precios y regulación de los mercados y los campesinos por cambios estructurales; y d)

No obstante, existe la discusión en el campo de los estudios campesinos, de cómo concebir al campesinado en el marco del desarrollo actual de las relaciones capitalistas. Podemos encontrar siguiendo a Martins de Carvalho (2012), dos acepciones del concepto, la cuales son complementarias. Por un lado, una concepción del campesinado como modo de producción, la cual ha sido la acepción tradicionalmente utilizada en Uruguay tanto desde las organizaciones sociales, como el sistema político y la academia. Por otro lado, también se puede concebir al campesinado como sujeto político, como clase social en contraposición a la clase capitalista. Para Horacio Martins de Carvalho (2012, p. 4), el campesinado (con sus distintas denominaciones o autodenominaciones) en su praxis social establece una relación contradictoria con el modo de producción capitalista, y se encuentra sometido a procesos de opresión y desagregación por parte del capital. Esta concepción del “campesinado contemporáneo”, ubicaría a los sectores históricamente más vulnerables del medio rural latinoamericano (producción familiar, agricultura familiar, campesinos, pueblos originarios y otras autodenominaciones), en una misma situación de clase frente al capital.

Recientemente algunos autores (OYHANTÇABAL, 2007, 2010; PICOS, 2013, 2014; ROSSI, 2013, 2019) han propuesto reutilizar el concepto de campesinado en Uruguay. En este trabajo si bien se mantiene la denominación de producción o agricultura familiar, por entender que es el concepto con el cual se referencian las principales organizaciones sociales del medio rural (con fuerte

las formas de resistencia, en función con su inserción en el mercado los agricultores familiares son más vulnerables a las crisis, en cambio los campesinos son más resistentes ya que tienden al aumento del autoconsumo y la diversificación productiva (OYHANTÇABAL, 2010, p. 31).

afluencia desde la academia y las políticas públicas), utilizaremos el concepto de campesinado, entendido este como clase social y proyecto político que involucra a varias formas de producción del agro latinoamericano que no responden o están en contraposición con las lógicas de la producción capitalista. En este sentido la agricultura familiar (o gran parte de la misma) en Uruguay, se vincula al proyecto campesino contemporáneo en América Latina, por compartir una misma praxis social y estar sujeta a los mismos intentos de desagregación por parte del capital.

Agricultura familiar y diferenciación social

Existe una larga discusión en relación a la persistencia de los campesinos en el desarrollo de las relaciones capitalista a nivel agropecuario. En este sentido, priman dos visiones predominantes, aquellas en las cuales las unidades campesinas en el marco del desarrollo capitalista tienden a desaparecer o diferenciarse en las dos clases sociales básicas del capitalismo, la burguesía agraria y el proletariado (visión descampesinista o proletarista) y otra que establece que los mismos son capaces de desarrollarse de manera articulada al desarrollo capitalista (campesinistas) (PIÑEIRO, 1985, p. 28; FOLADORI, 1986; KAY, 1995, p. 74; OYHANTÇABAL, 2007, p. 13; ROSSI, 2013, p. 2).⁵

Si bien es cierto que las economías familiares a nivel del agro, se han mantenido durante todo este tiempo, existen suficientes evidencias para afirmar que las mismas han sufrido un proceso de

⁵ El origen de esta discusión entre proletaristas y campesinistas enfrenta las posiciones de Lenin y Kautski con Chayanov.

creciente proletarización y que la tendencia general del desarrollo capitalista es a la polarización de clases, es decir a la diferenciación⁶ de este tipo de economía en sentido mayoritariamente hacia el empobrecimiento y el despojo de sus medios de producción. Las distintas velocidades que ha asumido este proceso en distintas partes del mundo se debe al desarrollo desigual y contradictorio de la economía capitalista. En momentos, como el actual, donde el desarrollo capitalista ha penetrado en pleno en las economías agrarias latinoamericanas, a través de sus distintas leyes de tendencia (división del trabajo, desarrollo de las fuerzas productivas y diferenciación social), el proceso de proletarización de la fuerza de trabajo rural se hace mucho más evidente.

Los mecanismos que determinan la insustentabilidad de los sistemas de producción familiar en el marco de las relaciones capitalistas son de tipo económicos y responden a la extracción de excedentes⁷ a la cual están sujetos los sistemas a través de su vinculación con el mercado y la competencia entre distintas unidades de producción impuesta por el sistema. No obstante, la subordinación

⁶ Si bien la diferenciación social es la tendencia central que debe ser considerada a los efectos de ver la dinámica de los sistemas agropecuarios, esta es solo una parte de la ecuación de la que resultará la realidad concreta en la cual los sistemas se inviabilizan o reproducen. La diferenciación social es una tendencia constante que opera sobre los sistemas de producción, pero en todo momento se presentan contratendencias, como pueden ser las políticas agrarias vigentes. No es lo mismo, por ejemplo, un contexto histórico de apertura de la economía y de políticas económicas neoliberales, que momento en donde predominan las políticas de protección y estímulo a la pequeña producción, o políticas de reforma agraria o colonización (TOMMASINO, 2001, p. 160).

⁷ Astori y col (1982, p. 20) y Piñeiro (1985, p. 24), citando a Deere y De Janvry (1979), identifican, tres mecanismos básicos a través de los cuales se les extrae trabajo a los campesinos: renta, impuestos y mercados. A su vez Astori y col (1982, p. 22), a partir de del desglose de los mecanismos básicos, identifica siete mecanismos concretos de extracción de excedentes (tres tipos de renta de la tierra y tres tipos de mercados con los cuales se vincula el campesino –mercado de productos, mercado laboral y mercado financiero–). Según Astori y col. (1982, p. 16), el mercado a través de la relación de intercambio es el principal mecanismo diferenciador regresivo.

de los sistemas de producción familiar a las lógicas capitalistas no es solamente de índole económico, sino también de índole social, cultural y político. Tal es así que los mecanismos que limitan el proceso de diferenciación social, si bien deben tener impacto a nivel de las relaciones económicas (de producción, intercambio, distribución y consumo), son principalmente de acción política. En este sentido, la organización social, las movilizaciones del campesinado por la defensa de sus intereses de clase, pasa a jugar un rol preponderante para poder construir escenarios sociales y políticos que generen contratendencias al proceso de diferenciación social e incluso que permitan construir colectivamente utopías⁸

Organizaciones de la agricultura familiar y sustentabilidad: resistencia y superación

En este apartado dialogaremos desde la perspectiva de la sustentabilidad con la propuesta teórica-práctica de Horacio Martins de Carvalho (2013) sobre las Comunidades de Resistencia y Superación.

Partiendo de la comprensión del proceso de diferenciación

⁸ Elizalde y Yentzen (2003, p. 1), nos plantean que las utopías, como capacidad de soñar en un mundo mejor al que hemos construido, son un elemento constitutivo de la historia humana. *“La condición humana nos provee de algo único entre los seres vivos, cual es nuestra capacidad de imaginar escenarios distintos a la realidad que vivimos, saliéndonos o desbordando los límites que nos pone la realidad. Es por eso que creemos que, frente a la presente desvalorización de las utopías, es necesario iniciar un esfuerzo de recuperación de la capacidad de utopizar [...] Pensamos asimismo hoy, a diferencia de lo que se creyó ingenuamente en el pasado reciente, que no es posible realizar un sueño único, que sea capaz de metabolizar y subsumir todas las demandas por justicia e igualdad reivindicadas por los diversos explotados del mundo. La utopía subsiste, pero se halla dispersa; no atomizada, ni fragmentada, sino distribuida de manera válida y legítima en muchos sueños individuales y colectivos. Creemos que hoy es posible la utopía de la diversidad, del valor legítimo y cierto -en cuanto vivencia humana- de todos los sueños por un mundo mejor”* (ELIZALDE Y YENTZEN 2003, p. 2).

social al cual están sujetas las economías campesinas (campesinos/as, productores/as familiares, pueblos originarios y otras autodenominaciones) en el marco de las lógicas de acumulación capitalista,

La CRS deberá ser comprendida, por un lado, como una alternativa para la retención, a nivel de la familia campesina, de un posible excedente (sobretabajo) a ser generado en su proceso de trabajo, a la hora de vender sus mercancías en los mercados establecidos o en otros a ser creados. Además, sugiere cambios en las concepciones y prácticas para la reproducción de sus medios de vida y de trabajo, para que se reduzca o evite la proletarización de los miembros de la familia campesina, con el consecuente ingreso en el ejército de reserva del capital. [] Por otro lado, con los cambios que serán propuestos busca, a partir de una nueva praxis en la producción y en las relaciones con el ambiente, el desarrollo de una conciencia política crítica que facilite, en alianza con las demás clases sociales populares del campo y de la ciudad, la emergencia subjetiva y objetiva de condiciones para la superación del actual modelo económico y social de reproducción...” (MARTINS DE CARVALHO, 2013, p. 325).

Si analizamos las dimensiones planteadas por Martins do Carvalho (2013, p. 338), vemos que hacen referencia a aspectos vinculados a cambios en las relaciones económicas (limitación de la extracción de excedentes, establecimiento de nuevas relaciones con el mercado local y los consumidores), del vínculo con el ambiente (agricultura ecológica, relaciones saludables con la naturaleza), y vinculadas a lo social (identidad de la agricultura familiar como clase y alianza con sectores populares, formación y cambio

cultural). Es decir que las mismas se pueden asociar a las dimensiones básicas de la sustentabilidad. Dado el análisis realizado por el autor en su vínculo con los movimientos y organizaciones campesinas (tendencia intrínseca del capitalismo a la polarización de clases y proletarianización social), podríamos decir que la propuesta va en concordancia con los planteos realizados desde la corriente de insustentabilidad (FOLADORI Y TOMMASINO, 2000).

Martins de Carvalho (2013, p. 345), cuando plantea la propuesta de las Comunidades de Resistencia y Superación (CRS), reconoce el rol de las organizaciones y movimientos sociales como elementos centrales para dar consistencia a los cambios necesarios para la superación de las relaciones sociales capitalistas. Si bien la propuesta se plantea en un principio con base en cambios que deberán desarrollarse a nivel de las unidades familiares de producción, serán necesarios niveles de organización para trabajar en la concientización política (formación) y la generación de alianzas necesarias para la construcción de una identidad social de clase, con base en un proyecto transformador de las relaciones sociales.

Para Martins de Carvalho (2012, p. 28), las organizaciones y movimiento sociales, contribuyen en la articulación de las luchas de la agricultura familiar y campesina, en sus distintos niveles (local, nacional e internacional). Esta articulación deviene de su carácter de clase social en oposición a las lógicas de relacionamiento capitalista⁹. Martins de Carvalho (2013, p. 329), plantea

⁹ “Para resistir y superar esa concepción de mundo, (...) de discriminación social de los campesinos, asociada a la tendencia intrínseca del capital, en la dinámica de su reproducción ampliada, a eliminar o someter a todos los demás modos y formas de producción a su interés de clase social, inclusive homogenizando el universo general de la producción bajo el estándar reproductivo capitalista, más que nunca el campesinado necesita construirse políticamente y comportarse como clase social en contradicción irreconciliable con el capitalismo”. (MARTINS DO CARVALHO, 2012, p. 3)

que hay algunos agricultores/as familiares, vinculados a los movimientos sociales que, a través de sus luchas, han generado una conciencia crítica respecto a su condición de campesinos insertos en una sociedad de explotación económica y dominación política. El posicionamiento en contrario de la explotación económica y dominación política genera formas de resistencia colectiva, lo que construye una identidad destinada a la resistencia. A su vez las identidades de resistencia, permiten a partir de una reconfiguración de los valores y los referenciales sociales de los agricultores/as familiares y campesinos, construir proyectos de vida diferentes, que busquen en alianza con otros sectores populares, la transformación de las relaciones sociales de producción, esto es lo que denomina el autor como identidad proyecto.

Uno de los puntos a discutir es la necesidad de alianzas entre distintos colectivos, organizaciones y movimientos sociales (tanto del campo como de la ciudad)¹⁰ que a partir de distintas identidades de resistencia apoyados en diversos referenciales sociales (étnicos, feministas, de generaciones, ambientalista, pueblos originarios, etc.), puedan articular en la generación de referencias comunes, que permitan generar alianzas estables y construcción de identidades de proyecto (de superación).

10 “... la CRS es un conjunto de cambios que deberían ser implantados de manera integrada por los diversos movimientos y organizaciones sociales y/o sindicatos en la praxis de los pequeños agricultores familiares, de manera que las personas que incorporen estos cambios, superen la identidad legitimadora, y construyan entre si identidad social de resistencia a la opresión y de proyecto para la superación del actual modelo económico y social” (MARTINS DO CARVALHO, 2013, p. 345).

El contexto agropecuario uruguayo durante el siglo XXI

Durante las últimas décadas se ha producido en Uruguay una profundización de las relaciones capitalistas a nivel agropecuario, que ha sido evidenciado por diversos autores (PIÑEIRO, 2010; 2014; OYHANTÇABAL Y NARBONDO, 2013, CERONI, 2017). Estos cambios iniciados en la década del 90 (consolidación del modelo neoliberal), se intensifican y consolidan, a partir de inicios del siglo XXI, lo cual ha generado cambios en las dinámicas del sector, con consecuencias a nivel de las distintas dimensiones de la sustentabilidad (económico, social y ambiental).

Tras la llegada del primer gobierno progresista (en concordancia con los cambios que se sucedían en la región), en el año 2005, existe un cambio de rumbo en las políticas generales impulsadas por el gobierno y en el rol asumido por el Estado en la regulación de las actividades económicas y la distribución de la riqueza generada.

Si bien a nivel macroeconómico, se siguió promocionando la inversión como motor de la economía, se impulsaron políticas públicas a nivel social, con la finalidad de apoyar a los sectores más postergados de la sociedad (los más afectados por la crisis económica que había afectado al país y por los efectos del modelo neoliberal de desarrollo). A nivel agropecuario y en base al alza de los precios de los commodities en el mercado internacional, se profundizaron los procesos de concentración y extranjerización de la tierra, en manos de los grandes capitales transnacionales vinculados al modelo del agronegocio¹¹.

¹¹ Según Oyhantçabal y Narbondo (2013, p. 410), “este proceso consolidó un modelo de producción conocido como agronegocio que configura una imagen del campo ca-

A la vez se generan políticas específicas de promoción y fomento de la agricultura familiar. Este modelo económico, denominado por varios autores como neodesarrollismo (PIÑEIRO Y CARDELLIAC, 2018; RIELLA Y MASCHERONI, 2017, SANTOS y col., 2013), se caracteriza por “... *generar condiciones institucionales para el arribo y permanencia de la inversión transnacional al tiempo que despliega políticas sociales compensatorias de redistribución del ingreso imponiendo algunas condiciones al capital transnacional.*” (SANTOS y col., 2013, p. 13).

Si bien este modelo ha significado avances con respecto a los modelos neoliberales, sobre todo asociado a un rol importante del estado en la dinámica económica y el fomento y la promoción, tampoco ha generado una ruptura con el capitalismo, sino que ha agudizado su proceso de expansión a nivel agropecuario. En las propias palabras de CNFR, en su documento de políticas públicas para la agricultura familiar, plantea la coexistencia conflictiva de dos modelos de desarrollo, el del agronegocio y el de la agricultura familiar y reclama acciones del estado contener el primero y defender al segundo (SANTOS y col., 2013, p. 27).

A continuación, se presentan las consecuencias más destacadas de este proceso de intensificación de las relaciones capitalistas y que reflejan las tendencias generales impuestas por la ley del valor (división social del trabajo, desarrollo de las fuerzas productivas y proceso de diferenciación social).

racterizada por economías de escala, estandarización de la producción, incorporación continua de tecnologías de insumos y uso de trabajo asalariado”.

Cambios en la matriz productiva (con énfasis en la especialización y la territorialización de la producción)

Uno de los efectos más notorios del desarrollo del capitalismo agrario (desde la década del 90) se da a partir de la emergencia de nuevos rubros de producción (con dinámicas específicas de desarrollo), los cuales entran a competir por el recurso tierra (utilización y apropiación) en el territorio con los rubros históricamente más tradicionales de la producción uruguaya (ganadería principalmente).

Esto ha llevado a que las regiones agropecuarias hayan variado notoriamente en los últimos 30 años (principalmente a partir de iniciado el siglo XXI)¹². Las regiones ganaderas que representaban el 71% (11.268.000 has) de la superficie nacional a inicio de los 90, para el año 2011 ocupaban tan solo el 40% (6.467.000 has). También existen cambios importantes en las dinámicas internas de los sistemas de producción, en la cual la producción ovina a partir de la década del 90, cae abruptamente (asociado a una disminución internacional del precio de la lana) y la especialización de producción ganadera mixta característica del Uruguay pasa del 41% de uso del suelo a tan solo el 3% para el año 2011 (DIEA-MGAP, 2015).

También existen disminuciones importantes en las zonas de

¹² “En Uruguay la división espacial del trabajo se observa claramente en la especialización de los territorios para el suministro de mercancías en función de cuan redituables sean estos para valorizar el capital. Así por ejemplo el litoral oeste limítrofe con Argentina se ha especializado en la producción de soja asociada al trigo (sistemas de agricultura continua), el noreste y el este se han especializado en los monocultivos forestales, mientras que el sur y el sureste combinan agricultura con lechería, la que se ha intensificado en los últimos años a pesar de la reducción de al menos 180.000 hectáreas destinadas a este rubro. El resto del territorio, unos 11,5 millones de hectáreas, continúa especializado en la producción ganadera (de carne y lana), seña característica del Uruguay desde mediados del siglo XVIII” (OYHANTÇABAL Y NARBONDO, 2013, p. 414).

especialización lecheras y agrícolas intensivas (principalmente hortícolas) con pérdidas de entorno al 60% de la superficie en el periodo 2000-2011 (DIEA-MGAP, 2015). Si bien las mismas representan el 1% de la superficie agropecuaria total, son de alto impacto dado los sectores productivos vinculados a estos rubros de producción, asociados a la agricultura familiar principalmente.

En esta dinámica los rubros o zonas de especialización productiva que representaron las mayores variaciones se asocian a las áreas agrícolas y forestales. La frontera agrícola se expandió, pasando de representar el 17% de la superficie total en la década del 90 del siglo pasado a un 30% para el año 2011. En este sentido los mayores cambios ocurren en el periodo 2000-2011, donde las zonas de especialización agrícola pasan de ocupar 308.000 has a más de 1.200.000 en el año 2011, lo que representa un crecimiento de un 318% en tan solo 10 años. Asociado a esto también se da un crecimiento de las áreas agrícola en asociación a ganadería y lechería (DIEA-MGAP, 2015).

En cuanto al área forestal, la misma viene en proceso de crecimiento desde la década del 90 (a punto de partida de la ley forestal¹³), con un crecimiento que va desde las 93.000 has (1% de la superficie) en 1990 a 2448000 has en el año 2011 (15% de la superficie total). En el período 2000-2011, el crecimiento del área forestal fue de un 158%, lo que se ve favorecido por la implantación de las primeras plantas de pulpa de celulosa en Uruguay (DIEA-MGAP, 2015).

¹³ “La primera manifestación explícita de los agronegocios en Uruguay se puede adjudicar al avance de la forestación industrial en la década del ‘90. Promovida por la Ley N° 15.939 de 1987 (Ley forestal), que otorgó subsidios y beneficios tributarios a las empresas para implantar bosques artificiales en los suelos de prioridad forestal (...)” (OYHANT-CABAL Y NARBONDO, 2013, p. 411).

Aumento de la productividad y tecnificación de los procesos productivos

Sin embargo, esto no se ha reflejado en disminución de los aportes al PBI agropecuario de los rubros que perdieron área, más por el contrario en este periodo se ha dado un crecimiento sostenido de todos los rubros de producción. Estos procesos de aumento de la productividad se vieron favorecidos por el aumento del precio de los commodities a nivel internacional y por la incorporación de tecnologías y mejoramientos que permitieron mejoras en los procesos productivos¹⁴ y sus principales indicadores.

Según Riella y Mascheroni (2017, p. 15), al comienzo del siglo XXI el escenario de la producción agropecuaria, cambia radicalmente. El aumento de los precios internacionales de los alimentos, hace que la producción agropecuaria resulte interesante para los capitales transnacionales, lo cual provoca una fuerte inversión extranjera en el sector. Las exportaciones del sector valorizan y se multiplican, lo cual se da principalmente debido al alza de los precios de la soja, la leche, carne y la actividad forestal.

La sustitución de la fuerza de trabajo por capital obedece fundamentalmente a cambios técnicos que aumentan la inversión en capital constante (maquinaria, equipos, insumos, etc.) incrementando la productividad del trabajo y reduciendo el costo por

¹⁴ “Estos cambios también fueron resultado de la masiva incorporación de tecnologías al proceso productivo, lo que desde la década del 60 se conoció como revolución verde, que incluyó la introducción de la mecanización, de los avances en la petro-química con el desarrollo de los biocidas (insecticidas, fungicidas, herbicidas) y los fertilizantes químicos, y del mejoramiento genético de especies, que en los últimos 15 años incorporó el desarrollo de los organismos genéticamente modificados (soja Round-Up Ready, maíz Mon 810 y Syngenta BT11)” (OYHANTÇABAL Y NARBONDO, 2013, p. 416).

unidad de producto. En Uruguay el cambio más influyente sobre el trabajo rural fue la creciente mecanización de los procesos productivos, que tiende a ahorrar trabajo humano, sustituyéndolo por maquinaria y herramientas.” (OYHANTÇABAL Y NARBONDO, 2013, p. 418).

Concentración y transnacionalización de los recursos productivos y el capital

Otro de los efectos del proceso de re-expansión de las relaciones capitalistas en el agro es la tendencia a la concentración de la tierra, la cual es a su vez acompañada de procesos de extranjerización de la misma.

Según los datos de los Censos Generales Agropecuarios (CGA), vemos que se ha dado un proceso continuo de disminución en el número total de explotaciones agropecuarias y por consiguiente un aumento en la superficie media por explotación. Según los datos del CGA 2011 (DIEA-MGAP, 2014), en el periodo intercensal 2000-2011 existió una reducción en el número total de explotaciones agropecuarias de 12350 explotaciones. Según los datos presentados por Riella y Romero (2014:12), casi el 90% de estas explotaciones se corresponden a predios de menos de 100 has, los cuales podemos asociar a predios de la agricultura familiar.

Si analizamos el número de explotaciones agropecuarias según tamaño de la explotación veremos que existe una fuerte concentración de la tierra, donde una pequeña cantidad de empresas concentran la mayor parte de la superficie productiva del país. Los predios menores a 100 hectáreas, los cuales representan el 55%



Figura 1: Evolución del número de explotaciones agropecuarias, según estrato de tamaño (1908-2011). Fuente: Elaboración propia en base datos de CGA (1908-2011), presentados por Riella y Romero (2014).

de las explotaciones agropecuarias, gestionan tan solo el 5% de la superficie productiva. Por su parte menos del 10% de los establecimientos de mayor superficie (más de 1000 has), concentran el 61% de la superficie productiva. Es notoria también como existe una pequeña cantidad de empresas (56), que concentran superficies mayores a las 10000 has y en su conjunto manejan similar superficie que la gestionada por los predios más pequeños (24702 explotaciones menores a 100 has) (DIEA-MGAP, 2014).

Si se analiza la propiedad de la tierra según la nacionalidad del productor vemos que, si bien el 81% de las explotaciones declaran ser productores nacionales, los mismos gestionan en conjunto menos del 50% de la superficie. Por otra parte, existe una proporción de establecimientos (16,8%) de los cuales no es posible determinar la nacionalidad del capital y en su conjunto concentran el 47,2% de la superficie total. Es decir que, en Uruguay, casi

en la mitad de su superficie no es posible determinar la nacionalidad del productor. (DIEA-MGAP, 2014). Sin embargo, existe evidencia para señalar una fuerte y creciente presencia de capitales extranjeros en la propiedad de la tierra en Uruguay¹⁵.

Cambios en la dinámica del mercado de tierras¹⁶

Si observamos el comportamiento del mercado de tierras en los últimos veinte años vamos a observar que el valor de la tierra en el Uruguay ha sufrido un crecimiento acelerado llegando a valores de comercialización promedio de 3934 dólares por hectárea al año 2014. De igual manera, se ha elevado el valor del arrendamiento, el cual llegó a alcanzar valores de 174 dólares promedio en el año 2014. Si tomamos los valores de inicio de siglo, año 2000 (valor promedio de 448 dólares y 28 dólares por ha para operaciones de compra-venta y arrendamiento respectivamente), vemos que el valor de la tierra y los arrendamientos se ha multiplicado

¹⁵ A modo de ejemplo, “...ocho empresas forestales son propietarias de 720 000 hectáreas de tierras forestadas sobre un total de un millón. Una de ellas es la mayor propietaria del país: Montes del Plata, asociación entre Stora Enso (sueco-finlandesa) y Arauco (chilena) detenta 234000 hectáreas, mientras que UPM (finlandesa) es propietaria de 200000 hectáreas forestadas (Pou et al., 2007, citado por PIÑEIRO 2014:235). Otra fuente señala que en 2008 nueve empresas agrícolas sembraron 600 000 hectáreas de cultivos de secano (soya, trigo maíz, etcétera) sobre un total de 1.6 millones de hectáreas sembradas en ese año. La mayoría de ellas eran de capitales argentinos (Errea et al., 201, citado por Piñeiro 2014, p. 235)” (PIÑEIRO, 2014, p. 235).

¹⁶ Esta re-expansión capitalista en el agro ocurrida en los últimos treinta años, fue dinamizada principalmente por el arribo de actores empresariales transnacionales y transregionales que hoy controlan buena parte de la fase primaria y de acopio, consolidando un complejo altamente concentrado en todas sus fases. Este fenómeno no ocurre de manera aislada, se trata más bien de un proceso que responde a tendencias más generales a nivel mundial que pueden enmarcarse en lo que se conoce como “acaparamiento de tierras” o “land grabbing” (OYHANTÇABAL Y NARBONDO, 2013, p. 412).

8.7 veces para el caso de las compra-ventas y 6.2 veces para los arrendamientos. No obstante, la relación valor de la tierra/valor de los arrendamientos, presenta una tendencia a la disminución pasando de un 6.25% a inicio de siglo a un 3.35% hacia el año 2018 (DIEA-MGAP, 2019).

Por su parte el comportamiento de las operaciones de compra venta y arrendamientos, ha presentado distintos comportamientos. En el caso de las compra- ventas, las mismas tuvieron un crecimiento inicial importante hasta el año 2008, para luego decaer, lo cual puede estar asociado a la crisis financiera global ocurrida en ese periodo. Por su parte el mercado de arrendamientos que a inicio de siglo se ubicaba por debajo de las operaciones de compra-venta, a partir del mismo periodo pasa a superar a las mismas tanto en cantidad de operaciones como en superficie. Si analizamos la superficie total involucrada en operaciones de compra-venta y arrendamientos en su acumulado al año 2018, las mismas representan una superficie equivalente al 50% de la superficie agropecuaria nacional para el caso de las operaciones de compra-venta (8.322.634 hás) y de un 87% para el caso de los arrendamientos (14.207.386 hás) (DIEA-MGAP, 2019).

Generalización del trabajo asalariado y disminución de la población rural

La disminución de la producción a pequeña escala y los procesos de proletarización de la mano de obra rural, llevan a un proceso de creciente asalarización de la mano de obra y una disminución de la población rural en su conjunto. Según los datos del CGA

2011 (DIEA-MGAP, 2014), existe una tendencia general a la disminución de la población rural y del número de trabajadores permanentes en el sector. La población residente en establecimientos agropecuarios en los últimos 40 años se ha reducido en un 60%. Si analizamos la población trabajadora la tendencia, también es a la reducción en el número total de trabajadores permanente, aunque no tan acentuada (reducción del 28%). Esto nos permite señalar dos tendencias, una de migración campo-ciudad y otra de disminución de la población trabajadora rural.

Si observamos la relación trabajadores familiares/no familiares (PIÑEIRO, 2001, DIEA-MGAP, 2014), vemos que la misma disminuyó drásticamente en los últimos treinta años, pasando de 1.55 a 0.59, lo que nos permite afirmar que el proceso recorrido en el agro uruguayo tiende a la proletarización de la mano de obra rural.

Las organizaciones de la agricultura familiar en Uruguay

A nivel nacional, la mayoría de los trabajos sobre organizaciones hacen referencia a Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR) como principal organización representativa del interés de la producción familiar (Piñeiro y Fernández, 2008; Florit, 2013; Rossi, 2019) y por tanto se han limitado al análisis de la misma cuando hacen referencia al tema. En este trabajo se comparte este enunciado, ya que CNFR es la única organización de segundo grado que se plantea de manera explícita la defensa de los intereses de la agricultura familiar. A su vez, dada su gran cobertura y alcance a nivel territorial (100 organizaciones de base Sociedades de Fomento Rural –SFR–, dispersas en todo el territorio nacional

y que nuclean en conjunto a más de 17000 productores), lo cual junto a una trayectoria de la organización de trabajar en fuerte articulación con el estado y estar presente en varios ámbitos político institucionales, la ha legitimado frente al mismo como un portavoz válido del sector.

Sin embargo, en nuestro estudio, hemos visualizado la existencia de otras organizaciones nacionales que se posicionan desde el lugar de los sujetos de la agricultura familiar y abordan temáticas de interés para pensar la sustentabilidad de los mismos. En este sentido se identifican 13 organizaciones nacionales que caracterizamos como *organizaciones de la agricultura familiar*.

Por un lado, tenemos un bloque de organizaciones que se asocian a rubros específicos de producción (Centro de Viticultores de Uruguay –CVU-, Asociación Uruguaya de Productores de Cerdos/ Cooperativa Agraria Limitada Uruguay de Productores de Cerdos –AUPC/CALUPROCERD, Asociación de Façoneros de Pollos Unidos/ Cooperativa Nacional de la Asociación de Façoneros de Pollos Unidos –AFPU/CONAFPU-), las cuales, salvo el CVU, son de muy reciente conformación. A su vez, estas organizaciones guardan una característica común con CNFR, que es un vínculo muy estrecho con las políticas públicas. La presencia de productores/as familiares en estos rubros es importante, no obstante, existen otros rubros de producción en los cuales la producción familiar presenta un peso importante (lechería, ganadería, horticultura), que, si bien presentan organizaciones nacionales asociadas al rubro, en su discurso no se hace una distinción de sujeto social. Esto se puede deber en parte, a que la presencia de otras clases sociales (empresarios rurales), han sabido ocupar en forma mayoritaria los espacios de toma de decisiones en dichas

organizaciones y mediante un discurso homogenizador han invisibilizado los conflictos de clase a su interna. Tal es así que varias de esas organizaciones, son caracterizadas en base a su discurso y reclamos como organizaciones empresariales agro-industriales (AQUINO, 2013).

Por otra parte, existe un bloque de organizaciones que presentan un discurso más crítico de las relaciones sociales de producción en el medio rural y abordan algunas temáticas que entendemos centrales en la sustentabilidad de la agricultura familiar. Siendo organizaciones que surgen en la década del 90 y principios del siglo XXI, centran su mirada en trabajar algunas temáticas como las desigualdades en el medio rural (Asociación de Mujeres Rurales del Uruguay/ Cooperativa Delicias Criollas –AMRU/ CDC-, Red de Grupos de Mujeres Rurales -RGMR-), los modelos de producción (agroecología), relaciones económicas de distribución y consumo (economía solidaria –comercio justo-, vínculo productores-consumidores), el vínculo con la naturaleza y el acceso a los medios de producción –tierra- (Red de Agroecología del Uruguay –REDAE-, Red de Semillas Nativas y Criollas -RSNC-, Movimiento por la Tierra -MPLT-, Cooperativa Ecogranjas). Estos colectivos a su vez, principalmente las redes, presentan nuevas lógicas de organización y participación (UEC-Udelar, 2015, p.127).

Cuando analizamos las redes de relaciones existentes entre las organizaciones nacionales, vimos que existe una baja densidad de relaciones entre ellas, pero se identifican algunos vínculos entre CNFR y las Redes (REDAE, RSNC, RGMR). Desde nuestra perspectiva estos vínculos se han fortalecido en los últimos años a punto de partida de la organización conjunta de diversas actividades (Encuentros de Semillas, Campamento de Jóvenes, Proyectos

de investigación, etc.), a su vez, hoy estas organizaciones articulan en el ámbito de la Comisión Honoraria para el Plan Nacional de Agroecología¹⁷.

Cuando analizamos el escenario de organizaciones locales, estimamos en base a distintas fuentes de información un número de organizaciones locales a nivel nacional que se sitúa entre las 250 a 300 organizaciones ((PUR-MGAP, 2011; Villalba, 2015; UE-C-Udelar, 2015). Para la caracterización de las organizaciones locales, se trabajó en base al procesamiento de información relativa a las Propuestas de Fortalecimiento Institucional de 118 organizaciones locales (DGDR-MGAP, 2013). Según las estimaciones realizadas, el número de organizaciones comprendidas en este estudio representaría entre el 40 y 45% de las organizaciones presentes en el territorio.

De la caracterización de las organizaciones, se desprenden una serie de consideraciones a realizar sobre las mismas. Existe una importante presencia de organizaciones que no mantienen vínculos con organizaciones de segundo grado (26%), esto es relevante en la medida que vamos a tener una proporción de agricultores familiares que no van a estar vinculados a ámbitos gremiales de participación a nivel nacional. Otro de los hallazgos importantes a discutir es el impacto de las políticas públicas de fortalecimiento organizacional desplegadas por los gobiernos progresistas, en el mapa de organizaciones locales, dado que el 50% de las organizaciones analizadas, se fundan o se reactivan en este escenario político.

¹⁷ En diciembre de 2019 el Parlamento promulgó la Ley 19.717 que declara de interés general la agroecología y crea una Comisión Honoraria que tiene como principal cometido la elaboración de un Plan Nacional de Agroecología, su implementación y seguimiento. Información disponible en: <https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/politicas-y-gestion/planes/plan-nacional-para-fomento-produccion-bases-agroecologicas-cpna-0>

También se reafirma el peso del Sistema de Fomento Rural en el escenario general de las organizaciones locales, representando las organizaciones vinculadas a CNFR, el 53% de las organizaciones, lo que reafirma lo señalado por (FIGARI Y COL, 2008; ROSSI, 2010; PIÑEIRO Y FERNANDEZ, 2008), en relación al alcance de CNFR que la posiciona como la principal organización representativa de la agricultura familiar.

En base a una tipificación de las organizaciones en relación a su estructura y funcionamiento, se identificaron 2 grupos principales que concentran el 41.5% de las organizaciones estudiadas. Del análisis de los grupos de la tipología surgen dos elementos que parecerían ser los principales a la hora de agrupar a las organizaciones. Por un lado, la trayectoria temporal, que asociada a la autonomía económica de las organizaciones, determina niveles diferenciales de desarrollo de estrategias asociativas de apoyo a la producción (EAP). En este sentido de los grupos que concentran mayor cantidad de organizaciones, una parte se caracteriza por amplia trayectoria, temporal, alta autonomía económica, amplia base social y un desarrollo importante de EAP. Este modelo de organización generalmente mantiene más de un vínculo con organizaciones de segundo grado. En estos grupos podríamos ubicar a las grandes Sociedades de Fomento Rural (SFR) que se vinculan a CNFR, pero gremialmente responden a las organizaciones nacionales vinculadas al sector agroindustrial empresarial. Por otra parte, tenemos aquellas organizaciones con trayectorias temporales más cortas, las cuales tienden a tener una base social más reducida, menor autonomía económica y un desarrollo menor de estrategias colectivas de apoyo a la producción. Acá ubicamos a la mayoría de las organizaciones vinculadas al escenario de las polí-

ticas públicas, las cuales mayoritariamente son SFR, lo que posiciona a CNFR como un aliado estratégico de las políticas públicas.

Por tanto, podemos señalar que dentro del Sistema de Fomento Rural se articulan diferentes tipos de organización, con diferentes condicionantes de funcionamiento y quizás con diferentes intereses de clase, lo cual como señalaban Florit (2013, p. 76) y Rossi (2019, p. 136), puede generar dificultades para la construcción de una identidad y una estrategia de resistencia común.

La resistencia colectiva de la agricultura familiar en Uruguay

Diversos autores han identificado un rol importante de las organizaciones como sujetos colectivos en la defensa de sus intereses, articulando con el estado y en la disputa de políticas públicas que mitigan los efectos del desarrollo capitalista (MARTINS DE CARVALHO, 2012, p. 28; PIÑEIRO, 1985, p. 148; PIÑEIRO Y FERNANDEZ, 2008, p. 1). Desde la propuesta de Martins de Carvalho (2013), este rol es el de vislumbrar los distintos mecanismos de opresión del sistema capitalista y la generación conjunta de propuestas, lo que apunta a generar una identidad de resistencia en estos sujetos sociales.

Algunos trabajos que han profundizado en los procesos de resistencia colectiva de la producción familiar (ROSSI, 2019; FLORIT, 2013), identifican en la resistencia de CNFR, algunos elementos asociados a una tradición de dicha organización al trabajo en vínculo cercano con el estado y las políticas públicas. Esta situación puede generar dos lecturas sobre el tema, una vinculada a que se generan mejores condiciones para la defensa de los inte-

reses de la agricultura familiar, dado la gran inserción de CNFR en las estructuras político-institucionales del Estado y a su vez se corre el riesgo de generar un discurso legitimador del accionar de las políticas públicas y pérdida de autonomía.

En este sentido, en cuanto al relacionamiento de CNFR con el Estado, observamos que esta es una característica histórica de la organización que tiene orígenes en su surgimiento vinculado a las políticas de los gobiernos batllistas de inicio de siglo XX en Uruguay. A su vez, también pudimos evidenciar como este vínculo se ha fortalecido en los últimos años con las políticas de desarrollo rural instrumentadas por los gobiernos frenteamplistas.

Es evidencia de esto el número de organizaciones reactivadas en los últimos 15 años que se vinculan a la base social de la organización. Según la muestra analizada en este trabajo, de las 23 organizaciones reactivadas en este periodo, 20 corresponde a SFR. A su vez, en este mismo periodo un 30% de las organizaciones fundadas, se corresponden a SFR. En este marco político, CNFR ha ganado en legitimidad y participación en ámbitos político-institucionales (INAC, REAF, etc.) (RIELLA Y MASCHERONI, 2017, p. 109) y también ha sido sujeto de política públicas de desarrollo rural (participación en distintos proyectos), lo que, si bien la ha fortalecido en relación al trabajo con sus bases (mayor capacidad técnica), el mismo en varias ocasiones queda condicionado por los objetivos institucionales y los tiempos de ejecución de los proyectos.

El otro elemento puesto a consideración es que la organización se compone por una amplia base social.

La heterogeneidad comprendida dentro de la gremial y la debilidad que tiene ésta para desarrollar una vinculación mayor con la base social de la organización

aparecen como dos elementos claves para imposibilitar un accionar antagonista. Ambas permiten pensar a sus representantes que posiciones radicales y contrahegemónicas no cuentan con el respaldo de la variada masa de productores familiares que la gremial pretende representar (FLORIT, 2013, p. 148).

En relación a este aspecto, cuando analizamos el escenario de organizaciones locales, vemos que las organizaciones vinculadas a CNFR, representan el 50% de los casos estudiados. Sin embargo, existen varias organizaciones vinculadas a CNFR, que si bien se asocian a la misma por su condición de SFR (en algunos casos vinculado al rol de control y fiscalización de la organización sobre las SFR, Ley 14330), también presentan vínculos gremiales con otras organizaciones de segundo grado (organizaciones agro-industriales, Aquino, 2013) que presenta lógicas más empresariales y plataformas reivindicativas que no responden necesariamente a los intereses de la producción familiar. En este sentido CNFR es permeable por su amplia base social a un discurso de tipo empresarial que puede ser contrario a los intereses de varios sectores de la agricultura familiar.

(...) Más aún, aparece explícita la certeza por parte de sus directivos de que no todos los asociados se encuentran en contra del agronegocio y sus manifestaciones, que muchos de ellos se reproducen y producen en articulación con éste y que el factor económico es un elemento que pone cotas al accionar reivindicativo en tanto es determinante para mantener la adhesión de las entidades de base (FLORIT, 2013, p. 148).

Más allá de una posible caracterización sobre el tipo de resistencia ejercida por CNFR, es claro que la misma es un actor clave para la producción familiar uruguaya y habría que analizar cuáles son los factores y condicionantes que pueden favorecer procesos de resistencia antagónica a los procesos del desarrollo capitalista. En este sentido entendemos que el vínculo con algunas de las otras organizaciones nacionales de la agricultura familiar que presentamos en este trabajo, pueden aportar en este sentido. Algunas de ellas como la RGMR, fue caracterizada por Florit y Piedracueva (2015), como organizaciones que presentan niveles de resistencia contra hegemónicos. Sobre este punto profundizaremos más adelante cuando trabajemos sobre las condiciones para pensar un proyecto político alternativo para la producción familiar.

Si analizamos las estrategias generadas desde las demás organizaciones de la producción familiar, veremos (como mencionamos anteriormente) que tenemos dos grupos de organizaciones. Las organizaciones identificadas con algún rubro específico de producción (AUPC, CVU, AFPU), las cuales mantienen estrategias de trabajo al igual que CNFR, vinculadas a la participación en espacios políticos-institucionales en la búsqueda de la defensa de los intereses de sus asociados. Una característica de varias de estas organizaciones es la constitución de organizaciones (principalmente cooperativas), como estrategia de comercialización. En el caso de Caluprocerd y Conafpu, las mismas se constituyen como estrategia de comercialización en el marco de la Ley de Compras Públicas a la agricultura familiar¹⁸. Por tanto, podemos decir que el centro de su

¹⁸ Ley 19292 (Dic. 2014) y decreto reglamentario 86/015 (Feb 2015). Establece un mecanismo de reserva mínima de mercado del 30% para las compras centralizadas y del 100% de las compras descentralizadas de bienes alimenticios provenientes de las Organizaciones Habilitadas (OH), siempre que exista oferta de las mismas. La

accionar se presenta en las dimensiones social y económica. No es tan visible, en su accionar un posicionamiento crítico de la inserción subordinada de la producción familiar en las lógicas mercantiles de producción y los efectos del capitalismo agrario.

Por otro lado, tenemos las organizaciones vinculadas a la agroecología (REDAE y RSNC), las cuales presentan bajo el paradigma de la agroecología una mirada crítica a las lógicas de relacionamiento capitalista y abordan la sustentabilidad de la producción familiar desde las distintas dimensiones. En relación a su vínculo con el estado, las mismas si bien se han relacionado con el mismo, no parecen estar condicionadas en relación a su estructura y funcionamiento en este vínculo. Uno de los puntos o las principales reivindicaciones de estas organizaciones en los últimos años se basó en la discusión política para la constitución de un Plan Nacional de Agroecología (PNA). Tras la discusión parlamentaria que aprobó la ley, hoy integran la Comisión Honoraria del PNA, donde articulan con otras organizaciones como CNFR, quien incorpora esta dimensión por primera vez en el documento en el documento de políticas públicas diferenciadas para la producción familiar (CNFR, 2019, p. 37).

Después tenemos organizaciones como la RGMR y MPLT, que, también posicionados desde una postura crítica al desarrollo del capitalismo agrario, presentan su principal plataforma reivindicativa principalmente enfocada en la dimensión social y económica respectivamente. En este sentido la RGMR dialoga con varios espacios de articulación política específicos de cuestiones vincu-

participación en el sistema por parte de los productores será estrictamente en forma colectiva, a través de Organizaciones Habilitadas que estarán integradas por al menos cinco miembros y con un mínimo de 70% de productores familiares agropecuarios y/o pescadores artesanales. <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19292-2014>.

lados a las desigualdades de género en el medio rural, los cuales en muchos casos son espacios compartidos con AMRU.

Proyecto político de la AF ¿un escenario posible?

Por último, nos interesaba realizar algunas reflexiones vinculadas a la posibilidad de pensar proyectos alternativos de la agricultura familiar en Uruguay. En este sentido, siguiendo los planteos de Horacio Martins de Carvalho (2013), entendemos que la producción familiar debe avanzar en la construcción de estrategias de resistencia ante el embate del capitalismo agrario. En este proceso de resistencia, las organizaciones y movimientos sociales deben trabajar en la construcción de una identidad social de clase, que les permita en alianza con otros sectores subalternos (movimientos sociales de la ciudad y el campo), avanzar en la construcción de estrategias superadoras de las relaciones sociales de producción capitalista a través de un proyecto político basado en referenciales comunes.

Aquí, nos surge como interrogante si ¿es el concepto de agricultura familiar un referencial común a las organizaciones tanto a la interna de las mismas, como entre ellas? En este sentido, el concepto de agricultura familiar en Uruguay, ha estado permeado por una fuerte impronta desde la academia y políticas públicas. En el escenario político construido desde los gobiernos progresistas (en articulación con movimientos políticos regionales e internacionales), esto ha sido un punto central, hasta el punto que podemos llegar a asociarlo como un concepto construido desde las mismas para la operativización y viabilización de políticas públicas.

CNFR ha sido de las organizaciones que ha asumido esta categoría como propia y conforma la base de su plataforma reivindicativa, sin embargo, desde el trabajo con distintos colectivos del medio rural, esta denominación no siempre está presente en los discursos de los y las agricultoras, como definitorio de su condición de tal. A su vez, este concepto puede presentar limitantes para la articulación con otros sectores subalternos, tanto de la ciudad como del campo.

Como señalábamos a inicio de este trabajo, existen otras denominaciones o autodenominaciones a nivel regional que impulsados desde los movimientos y organizaciones sociales tratan de construir referenciales de las clases o sectores subalternos del medio rural y que, a su vez, presentan una carga política e ideológica de resistencia antagónica. En este sentido, el “campesinado” desde sus diferentes formas de expresión ha generado un referencial para diversas organizaciones y movimientos sociales latinoamericanos. Cuando analizamos las redes de relacionamiento de las organizaciones nacionales a nivel regional, veremos que varias de las organizaciones identificadas (principalmente las Redes), presentan vínculos regionales, que las vinculan con el proyecto campesino a nivel latinoamericano (Vía Campesina). Por tanto, identificamos aquí un aspecto que puede favorecer en la construcción de alternativas.

Por otro lado, pensando en las alianzas necesarias, planteadas por Martins de Carvalho (2013:349), surgen nuevamente algunas limitaciones que pueden presentar el concepto de agricultura familiar para articular con algunos otros sectores subalternos del medio rural, como pueden ser los asalariados rurales, más teniendo presente algunos posicionamientos generados desde CNFR

(como principal referencia de la agricultura familiar), en relación a las relaciones laborales en el agro¹⁹.

También, entendemos que el vínculo con otros sectores populares de la ciudad (clase trabajadora), requiere de nuevos referentes sociales. En este sentido, el proceso de división espacial del trabajo y la manifestación en la dicotomía campo-ciudad, trae consigo construcciones culturales que asocian a “los productores” con los discursos hegemónicos de los sectores terratenientes y empresariales del medio rural, lo cual genera en las clases trabajadoras una visión de oposición con sus intereses de clase.

Nuevamente aquí haremos referencia a los aportes desde las Redes, principalmente aquellas vinculadas a la Agroecología (REDAE, RSNC), que han sabido incorporar la visión de los consumidores en su estructura organizacional y han generado lazos importantes de los mismos con los sistemas de producción. Además, también en las redes se han nucleado algunos colectivos, con orígenes urbanos que han encontrado, o están en la búsqueda de generar proyectos de vida vinculados a lo rural, desde una perspectiva de convivencia con la naturaleza, diferente a la de los modelos tradicionales (capitalistas) de producción. Nos surge aquí la interrogante de si ¿podemos pensar en la agroecología²⁰ como un

¹⁹ En el marco de la discusión de la limitación de la jornada laboral de los trabajadores rurales, CNFR en alianza con las gremiales empresariales, rechazan el anteproyecto de ley enviado al Parlamento para fijar la jornada laboral en el medio rural en 8 horas. (Riella y Mascheroni, 2017, p. 78), lo cual a nuestro entender los alejó en ese momento de una posición de clase subalterna y limitó las posibilidades de alianzas con los sectores más subordinados del medio rural.

²⁰ Para Sevilla Guzman (2013, p. 29), la agroecología puede definirse como “(i) la búsqueda de un manejo ecológico de los bienes naturales para, (ii) mediante acciones locales endógenas, de naturaleza socioeconómica, construir sistemas agroalimentario locales, y (iii) generar procesos de transformación y sustentabilidad entre productores y consumidores. (iv) Su acción se articulada con los movimientos sociales (que se enfrentan al neoliberalismo y la globalización económica capitalista) para generar procesos de des-

referencial para la construcción de un proyecto alternativo de agricultura familiar? Esta es una temática que hoy por lo menos discursivamente, está incorporada en la agenda de CNFR y la misma junto con las redes y otros colectivos integran la CHPNA, por lo que existen algunas condiciones para la construcción conjunta de alternativas.

No obstante, sigue siendo un desafío a pensar por las organizaciones y principalmente por aquellas de mayor alcance nacional, ¿Cómo se construye junto a sus bases procesos identitarios, que planteen estrategias superadoras de las relaciones sociales capitalistas? ¿Cómo se construyen agendas de formación desde la praxis de los colectivos, que generen acumulación y construcción colectiva emancipadora?

Referencias

AQUINO, Andrés. Gremiales agro-industriales y políticas públicas en Uruguay. Tesis de Grado, Facultad de Ciencias Sociales, **Universidad de la Republica**. Montevideo, Uruguay. Pp 55. 2003. Disponible en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/25513> [Fecha de consulta 01/11/2020].

ASTORI, Danilo; PEREZ, Carlos; GOYETCHE, Lorenzo; ALONSO, José. La agricultura familiar uruguaya: orígenes y situación actual. Fundación de cultura universitaria, **Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo Uruguay**. Montevideo, Uruguay. Pp 120. 1982.

CERONI, Mauricio. Profundización del capitalismo agrario en el

mercantilización y democratización del conocimiento; (v) se pretende así incorporar, a las parcialidades socioculturales ocultas, en plataformas interculturales de sustentabilidad; (vi) para elaborar participativamente procesos de transición agroecológica que permitan la emancipación y liberación sociocultural y política de la concepción del mundo de la modernidad capitalista”

Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI. **Revista Nera** 20(35), 12- 40. 2017. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/326304559_Profundizacion_del_capitalismo_agrario_en_el_Uruguay_dinamicas_en_el_espacio_agrario_durante_el_comienzo_del_siglo_XXI [Fecha de consulta 12/10/2020].

CNFR. Propuesta de Políticas Publicas Diferenciadas para el Desarrollo de la Producción Familiar. **Documento on-line**. 2019. Disponible en: https://www.cnfr.org.uy/uploads/files/Propuesta_de_Policas_Pblicas_Diferenciadas_para_la_PF_CNFR_2019.pdf [Fecha de consulta: 01/11/2020].

DIEA-MGAP. Censo General Agropecuario 2011. Resultados Definitivos. **Estadísticas Agropecuarias, Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Montevideo, Uruguay**. Pp.142. 2014.

DIEA-MGAP. Regiones Agropecuarias del Uruguay. Estadísticas Agropecuarias, **Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Montevideo, Uruguay**. Pp.42. 2015.

DIEA-MGAP. Anuario Estadístico Agropecuario 2019. Estadísticas Agropecuarias, **Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Montevideo, Uruguay**. Pp 256. 2019. Disponible en: <https://descargas.mgap.gub.uy/DIEA/Anuarios/Anuario2019/Anuario2019.pdf> [Fecha de consulta 15/05/2020].

ELIZALDE, Antonio; YENTZEN, Eduardo. Hacia un rescate de utopías y sueños colectivos. Polis. **Revista latinoamericana**, 6:1-14. 2013. Disponible en: <https://journals.openedition.org/polis/6416> [Fecha de consulta 19/11/2020].

FIGARI, Mercedes.; ROSSI, Virginia; GONZÁLEZ, Rosario. Los Productores familiares. En: CHIAPPE, Marta; CARÁMBULA, Matias; FERNÁNDEZ, Emilio. (Comp.). El Campo Uruguayo: una mirada desde la sociología rural. Departamento de Publicaciones Facultad de Agronomía, **Udelar**. Montevideo, Uruguay. Pp 83-102. 2008.

FOLADORI, Guillermo. Proletarios y campesinos. Universidad Veracruzana. Colección Temas Sociológicos. **Xalapa**, Mexico. Pp 214. 1986.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Vol 1, Pp 41-56. 2000.

FLORIT, Paula. ¿Subalternidad o antagonismo? Análisis de la resis-

tencia de la producción familiar organizada a la concentración y extranjerización de la tierra en Uruguay. Tesis Maestría en Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, **Universidad de la Republica**, Montevideo, Uruguay. Pp 180. 2013. Disponible en: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/7693/1/TMS_FloritPaula.pdf [Fecha de consulta: 22/05/2020].

FLORIT, Paula; PIEDRACUEVA, Maximiliano. Contrahegemonía y Estado en el agro uruguayo: Estrategias de resistencia de organizaciones rurales. **Revista de Ciencias Sociales**, 28, 37:119-137. 2015. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/296486887_Contrahegemonia_y_Estado_en_el_agro_uruguayo_Estrategias_de_resistencia_de_organizaciones_rurales [Fecha de consulta: 22/05/2020].

KAY, Cristóbal. El desarrollo excluyente y desigual en la América Latina rural. **Nueva Sociedad**: (37), 60-81. 1995. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/317102747_El_desarrollo_excluyente_y_desigual_en_la_America_Latina_rural [Fecha de consulta: 13/06/2020].

MARTINS DO CARVALHO, Horacio. El campesinado contemporáneo como modo de producción y como clase social. Documento On-line. Curitiba, Brasil. Pp 40. 2012. Disponible en: <https://web.ua.es/es/giecryal/documentos/campesinado-contemporaneo.pdf> [Fecha de consulta: 13/06/2020].

MARTINS DO CARVALHO, Horacio. Comunidad de resistencia y superación. En MARTINS DO CARVALHO, Horacio. Camino y encrucijadas. Agricultura familiar y el campesinado en América Latina. Extensión Libros, Cseam, **Udelar**. Montevideo, Uruguay. Pp 323-351. 2013.

OYHANTÇABAL, Gabriel. Agricultura familiar y campesinado: un abordaje desde el pensamiento social alternativo. Documento On-line. **Curso Antropología económica y política**. Facultad de Humanidades, Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay. 2007. Disponible en: <https://www.upc.edu.uy/produccion=-familiar?download-72:oyhantcabal-2007> [Fecha de consulta: 18/11/2019].

OYHANTÇABAL, Gabriel. Evaluación de la sustentabilidad de la producción familiar de cerdos a campo: un estudio de seis casos en la zona sur del Uruguay. Tesis de grado, Facultad de Agronomía, Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay. 2010. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/265835698_Sustentabilidad_

de_la_produccion_familiar_de_cerdos_a_campo_estudio_de_6_casos_en_el_sur_de_Uruguay [Fecha de consulta: 18/11/2019].

OYHANTÇABAL, Gabriel; NARBONDO, Ignacio. El Agronegocio y la Expansión del Capitalismo en el Campo Uruguayo. **REBELA** Revista Brasileña de Estudios Latinoamericanos, 2(3), 409-425. 2013. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/273341515_El_Agronegocio_y_la_Expansion_del_Capitalismo_en_el_Campo_Uruguayo [Fecha de consulta: 18/11/2019].

PICOS, Gabriel. Prólogo. En MARTINS DO CARVALHO, Horacio. Camino y encrucijadas. Agricultura familiar y el campesinado en América Latina. **Extensión Libros**, Cseam, Udelar. Montevideo, Uruguay. Pp 9-12. 2013.

PICOS, Gabriel. Extensión Rural libertaria y lucha campesina en el Uruguay: sus condiciones de posibilidad. En **II Congreso de Ciencias Sociales Agrarias** “Enfoques y alternativas para el desarrollo rural”. 6 al 8 de Agosto de 2014. Salto-Uruguay.

PIÑEIRO, Diego. Formas de resistencia de la agricultura familiar. El caso del noreste de Canelones. CIESU. **Ediciones de la Banda Oriental**. Montevideo, Uruguay. Pp 177. 1985.

PIÑEIRO, Diego. Los trabajadores rurales en un mundo que cambia: el caso de Uruguay. **Agrociencia**, Vol V, 1:68-75.2001. Montevideo, Uruguay.

PIÑEIRO, Diego. Caracterización de la Producción Familiar. **Documento On-line**. Mimeo. Montevideo, Uruguay. Pp 17. 2003. Disponible en: <http://mail.upc.edu.uy/produccion=-familiar?download-80:pineiro> [Fecha de consulta: 22/09/2014].

PIÑEIRO, Diego. Concentración y extranjerización de la tierra en el Uruguay. **CICCUS**, Las agriculturas familiares del MERCOSUR. Trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires, Argentina. Pp. 153-170. 2010.

PIÑEIRO, Diego. Asalto a la tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. En Almeida, G; Concheiro, L; Mendes, JM; Porto Goncalvez, C. (2014) Capitalismo: Tierra y Poder en América Latina (1982-2012). Universidad Autónoma Metropolitana, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, **Ediciones Continente**. Mexico. Pp 215-253. 2014. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/264971116_Capitalismo_tierra_y_poder_en_America_Latina_1982-2012_-_vol_I_-_Argentina_Brasil_Chile_Paraguay_y_

Uruguay/link/53f78a410cf24ddba7d8958d/download [Fecha de consulta: 16/04/2020].

PIÑEIRO, Diego; CARDELLIAC, Joaquín. El Frente Amplio y la Política Agraria en Uruguay. En KAY, Cristóbal; VERGARA CAMUS, Leandro. La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo - 1a ed. -CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Pp 259-286. 2018. Disponible en http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180608115610/La_cuestion_agraria.pdf [Fecha de consulta: 16/04/2020].

PIÑEIRO, Diego; FERNÁNDEZ, Emilio. Organizaciones rurales. En: CHIAPPE, Marta; CARÁMBULA, Matías; FERNÁNDEZ, Emilio. (Comp). El Campo Uruguayo: una mirada desde la sociología rural. Departamento de Publicaciones Facultad de Agronomía. **Udelar**. Montevideo, Uruguay. Pp 127-152. 2008. Disponible en: www.fagro.edu.uy/~ccss1/Libro_El%20campo%20uruguayo/06-Organizaciones%20Rurales.pdf [Fecha de Consulta 12/07/14].

PUR-MGAP. Organizaciones en movimiento: Un inventario de experiencias de desarrollo rural en Uruguay. **Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca**. Montevideo, Uruguay. Pp 86. 2011.

RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paula. Las políticas públicas y las organizaciones agrarias en el Uruguay progresista. Montevideo-Uruguay. **Ediciones Universitarias**, Universidad de la República. Pp 168. 2017.

RIELLA, Alberto; ROMERO, Juan. Continuidades y Rupturas en la estructura agraria en el Uruguay del siglo XXI. **Pampa**, 10:159-171. 2014. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4961418> [Fecha de consulta 29/11/2020].

ROSSI, Virginia. Territorios en conflicto. Reestructuración productiva y producción familiar en el campo uruguayo. Pampa. **Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales**. Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe- Argentina. Año 6, n° 6:89-111. 2010. Disponible en: www.bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/PAMPA/article/view/3178 [Fecha de consulta: 22/09/2014].

ROSSI, Virginia. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. **Revista Nera** 13, 16:63-80. 2013. Disponible en: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/10_rossi.pdf [Fecha de consulta: 20/10/2020].

ROSSI, Virginia. Prácticas de resistencia de los productores familia-

res en el agro uruguayo. Tesis Doctorado Estudios Sociales Agrarios, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. **Editorial Centro de Estudios Avanzados**, Colección Tesis. Pp 268. 2019.

SANTOS, Carlos; NARBONDO, Ignacio; OYHANTÇABAL, Gabriel; GUTIÉRREZ, Ramón. Seis tesis urgentes sobre el neodesarrollismo en Uruguay. En: CASTRO, Diego y Col. (Comp.) Contrapunto: Bienes comunes. Saqueo y resistencias. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio, **Universidad de la Republica**. Montevideo-Uruguay. Pp 13- 32. 2013.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo. Introducción. En MARTINS DO CARVALHO, Horacio. Camino y encrucijadas. Agricultura familiar y el campesinado en América Latina. Extensión Libros, Cseam, **Udelar**. Montevideo, Uruguay. Pp 13-41. 2013.

TOMMASINO, Humberto. Sustentabilidad rural: desacuerdos y controversias. En: Pierri, N; Foladori, G. ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el Desarrollo Sustentable. Ed. **Trabajo y Capital**, Montevideo, Uruguay. Pp 139-163. 2001.

UEC-UDELAR. Mapeo, caracterización y desafíos de la Economía Solidaria Uruguay (2014/15) Informe General. **Comisión Sectorial de Investigación Científica**, Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay. Pp 208. 2015. Disponible en: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-6242_es.html [Fecha de consulta: 15/11/2020].

VILLALBA, Clara. Estudio de las mesas de desarrollo rural en Uruguay como innovación institucional para la participación y la inclusión. IICA, **DGDR**. Montevideo, Uruguay. Pp 60. 2015.



Diversidad agraria en la Argentina entre la agri-cultura y el agro-negocio (1995-2019)

NOEMÍ M. GIRBAL-BLACHA

ESTE ESTUDIO HISTÓRICO SE PROPONE ANALIZAR CUALI-CUANTITATIVAMENTE las alternativas del agro contemporáneo en la Argentina; es decir, precisar e interpretar críticamente las características y significado del tránsito de la agri-cultura argentina de base cerealera- forrajera, a la del agronegocio que la transformaría en un país sojero. Las políticas públicas agrícolas, la posesión de la tierra y su concentración, las nuevas corporaciones agrarias y sus relaciones con las más tradicionales, así como el carácter subalterno de la agricultura familiar, serán los ejes para abordar el tema en 3 subperíodos durante los últimos 25 años, signados por las alternativas de la coyuntura político-económica general y su inserción internacional.

La Argentina es un país cuya historia -aun la más reciente- reconoce bases agroexportadoras. A fines del siglo XIX dejaría de sostener su economía y las bases de su poder en el sector pecuario,

para convertirse en una Argentina Moderna, positivista y agropecuaria, que en las primeras décadas del siglo XX sería reconocida como “*el granero del mundo*”. Con un territorio de casi 3 millones de kms², su ordenamiento territorial se enlaza estrechamente al poder complejo y contradictorio, que “*nunca está condensado en un solo lugar, circula por todas partes, está extendido a lo largo del tejido social entero*” y siempre opera de un modo hegemónico (HALL; MELLINO, 2011, p. 42. ROSANVALLON, 2002). La construcción social del espacio y la apropiación desigualdad de los recursos que la sociedad genera, forja hacia 1910 una concentración de las tres cuartas partes de la población, la infraestructura, la ganadería y la agricultura en una cuarta parte del territorio nacional: la región pampeana, que circunda a la ciudad puerto de Buenos Aires. El Estado, como campo de poder, en tanto expresión institucional y relación social, junto a su característica dual de representar a la sociedad en su conjunto y ser instrumento de los sectores hegemónicos y dominantes, es protagonista de ese ordenamiento territorial, social, cultural, económico y político (MIGDAL, 2011).

En tiempos del Estado conservador, interventor, Benefactor, desarrollista y aun en épocas de gobiernos de facto con políticas económicas ortodoxas y decididamente liberales o cuando ocurra el retorno de la democracia en 1983 y la vigencia de modelos nacionalistas y populares, el agro jugará siempre un papel estratégico, para sostener o disputar poder y caudal político al Estado. Es el eje de un país dependiente, vinculado al endeudamiento externo, con economías regionales de base agroindustrial y/o monoproductoras, participando de importantes corporaciones agrarias que integran las bases de su poder político, para acordar o confrontar con las decisiones estatales. El binomio Estado y mercado cam-

bia progresivamente su relación interna de cierta equidad, hasta que en las últimas décadas el segundo logra imponer sus reglas al primero (GARRABOU, 2010).

El fin de la expansión horizontal agraria ocurrida hacia 1912, no es suficiente para alentar las producciones intensivas del campo mejorando sus rindes, y hacia 1930 a pesar del fin del crecimiento hacia afuera, el modelo agroexportador seguiría vigente al amparo de los subsidios del Estado a través de sus Juntas Reguladoras de la producción. Con la presencia del peronismo en el gobierno desde 1946, nuevamente el agro se convierte en el eje estratégico de la política económica; en este caso definida por la redistribución del ingreso, primero, y *“la vuelta al campo”* desde 1950. Progresivamente, los actores sociales del agro argentino se diversifican, mientras aumenta la tecnología agraria y hacia los años de 1970, se desdobra el sujeto agrario y quien es dueño de la tierra no necesariamente lo es de la tecnología, el conocimiento y el capital rural (BARKSKY; GELMAN, 2009. GIRBAL-BLACHA, 2019).

Desde entonces se privilegian con firmeza los espacios territoriales más avanzados. La disputa por el ingreso cobra un papel central y se constituyen las Ligas Agrarias que representan a la agricultura familiar de base campesina, como contracara de las corporaciones más poderosas del agro argentino (JARA; RODRIGUEZ SPERAT; RICON MANRIQUE; GOMEZ HERRERA, 2019). Ni las políticas regionales, ni la legislación de promoción para relocalizar las actividades productivas o la coparticipación federal de impuestos, parecen lograr los efectos deseados por la normativa que en su letra se propone lograr una mayor equidad intersectorial agraria. Las políticas liberales acentúan la recesión económica, al no consignar ventajas para el capital local y pronto

desalientan el crecimiento productivo pronunciándose a favor de la liberación de los mercados, la rentabilidad del sistema financiero y el uso de instrumentos monetarios. Hacia finales de los 80 la crisis económica, el impacto de la deuda externa y el desborde hiperinflacionario, conspiran contra la flamante democracia recuperada en 1983, dando paso a una coyuntura perjudicial para amplios sectores sociales de la Argentina. El país se terciariza de modo sostenido (ROFMAN, 2012).

Fuera de la rica región pampeana, las economías regionales resultan las más afectadas cuando se procura insertar en ellas el “*estilo tecnológico pampeano*” -aun con sus deficiencias comprobadas- en medio de las crisis de sus cultivos y de sus agroindustrias tradicionales. La tecnología agraria se incorpora a nivel empresario, permitiéndole obtener notables rendimientos al sector, pero es poco probable el acceso a ella para el productor minifundista fuera de la pampa húmeda. Las diferencias de los grados de negociación en los distintos espacios regionales resultan evidentes en un esquema desvinculado de un modelo de desarrollo con proyección macroeconómica. Las economías marginales se mantienen en el tiempo porque se distorsiona el objetivo de impulsar un desarrollo regional autosostenido. El Nordeste (NEA) de la Argentina ha sido y sigue siendo la región más pobre del país.

El punto de partida de este trabajo se ancla en 1995 cuando el segundo gobierno del peronista riojano Carlos Menem, ejerciendo una política ultraliberal y privatizadora impulsa el cultivo sojero y la siembra directa, como ejes de la política rural. La crisis del 2001 derivada de esas decisiones y de la convertibilidad, produce distorsiones en la economía del país, como no se vivieran desde 1930, aumentando la fragmentación, el desempleo y la exclusión

social hasta límites desconocidos para una Nación proveedora de alimentos a nivel mundial como la Argentina. Desde entonces, el agro vuelve a jugar un papel estratégico, hasta el 2008 cuando las retenciones a las exportaciones desatan un duro enfrentamiento entre el gobierno popular Kirchnerista -liderado por Cristina Fernández- y los sectores altos y medios del campo argentino, en coincidencia con la crisis internacional de entonces. Las secuelas de la frustrada resolución 125 del 2008, llevarían a una tensa relación entre el gobierno y las poderosas corporaciones del agro, que influirían en el desenlace del período 2015-2019, cuando gobierna el empresario liberal Mauricio Macri. Su gestión cierra este estudio que se propone reflexionar acerca de las alternativas relacionales que históricamente mantuvieran los sectores económicos vinculados al agronegocio y el poder político que no muestra interés similar por la agricultura familiar. Se trata de realizar, entonces, un balance y diagnóstico de estos últimos 25 años del agro argentino.

El avance de la soja y la siembra directa en tiempos del populismo liberal (1995-2001)

En 1970 la superficie plantada con soja en todo el país era de 30.470 hectáreas y en el 2012 alcanzaría a los 18.902.259 de hectáreas. En tanto, la producción en toneladas crecería 4 veces, de 10.000.000 en 1970 a más de 40.000.000 en 2012. El paquete tecnológico de semilla transgénica-glifosato-siembra directa deriva en un incremento del rendimiento por hectárea y la superficie sojera crece rápidamente desplazando otros cultivos. No sólo cambian las variedades cultivadas, sino los actores sociales intervinientes en la Argentina rural.

La burocracia y la tecnología de precisión aumentan progresivamente, aunque las políticas públicas más que anticiparse acompañan los cambios, que sostenidamente impone el mercado. La segunda presidencia de Carlos Menem -8 de julio de 1995 al 10 de diciembre de 1999- recoge los efectos de la ley de Ministerios de 1992 que eleva a 20 el número de carteras a nivel nacional, de las cuales una de ellas es la de Agricultura, Ganadería y Pesca. El rango político institucional que adquiere este sector de la economía indica la importancia que la actividad agropecuaria tiene para el país, más allá de su conducción política. Un rol que no es nuevo, pero que el liberalismo populista imperante refuerza y privilegia.

Entre 1980 y 1990 la producción de soja se incrementaba un 178 %. Entre los 90 y los inicios del siglo XXI crecía en un 130 %. Progresiva y sostenidamente, la Argentina pasaría a ser el tercer productor mundial de soja, luego de Estados Unidos y Brasil (aceite y harina de soja). La siembra directa acompaña desde los años 90 la expansión sojera y el productor dueño de la tierra depende directamente para la venta y comercialización de la soja de los grandes compradores nucleados mayoritariamente en AAPRESID (Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa). Son ellos quienes, como una “*nueva oligarquía*”, se adueñan de las ganancias -con precios internacionales altos- mientras simultáneamente se apropian del lenguaje de la sociedad del conocimiento. Sin dudas la política de la “*convertibilidad*” y la desregulación económica, terminan por debilitar a los pequeños y medianos productores agropecuarios, que resultan subordinados “*a los agentes económicos concentrados*”. El número de explotaciones agropecuarias de todo el país pasa de 418.800 en 1988 a 333.500 en 2002 (LEON, 2019).¹

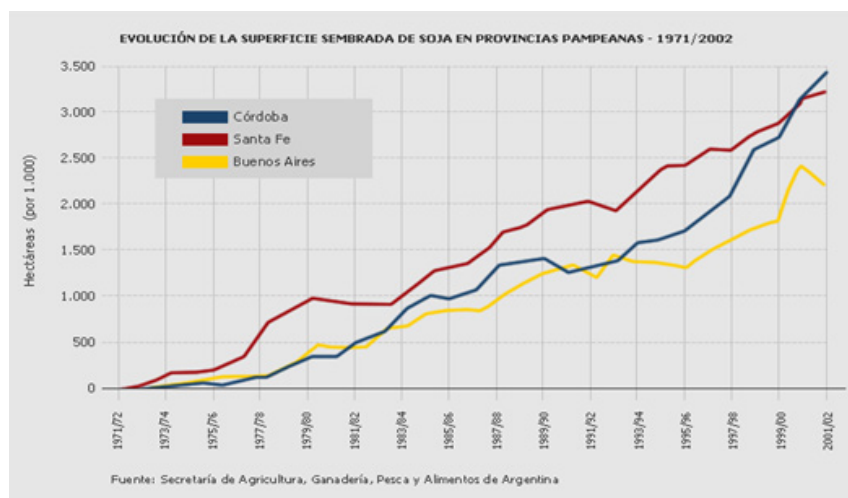
¹ El Decreto N° 2284 de 1991 de “Desregulación Económica” disolvió los siguien-

El mercado va imponiéndose al Estado y desde los albores del siglo actual hereda los perfiles más negativos del neoliberalismo de los años 90. Varias economías regionales están bajo amenaza. En ese contexto el precio de la soja pasaría de \$ 250,00 en 1992 a \$ 1500,00 una década después. El poder ya no radica en la propiedad y extensión de la tierra, sino en los consorcios que surgen a la sombra de la siembra directa. La “*oligarquía agraria*”, los pool de siembra y el emporio del comercio de la soja cambian su interrelación progresiva y, decididamente, lo harán luego de la crisis del 2001.

No faltan quienes se denominan a sí mismos “*los sin tierra*”, ajenos al significado histórico que el concepto encierra para América Latina. Es el caso -por ejemplo- de Gustavo Grobocopatl de Carlos Casares (provincia de Buenos Aires) dueño de la poderosa empresa “*Los Grobo*” y principal exportador de soja desde la Argentina y países limítrofes. La evolución de la unidad económica también crece en medio de estas alternativas (LATTUADA; MOYANO ESTRADA, 2001). Estos productores agrarios argentinos son jóvenes con una edad promedio que apenas supera los 40 años, que cuentan con un muy buen nivel educativo y se han hecho dependientes de la tecnología y partícipes de otro modelo de asociación productiva que es también “*otro modelo de negocio*” (CLARIN, mayo 2013, p. 25); el que revoluciona la producción agrícola argentina en el último decenio y medio. “*El porcentaje de graduados universitarios entre los productores argentinos es superior*

tes Entes Reguladores: Junta Nacional de Granos, Junta Nacional de Carnes, Mercado Nacional de Hacienda de Liniers, la Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de Yerba Mate, el Mercado Consignatario Nacional de Yerba Mate y la Dirección Nacional de Azúcar. Los bienes pertenecientes a los organismos liquidados fueron vendidos al sector privado.

al del Medio Oeste norteamericano” y están dispuestos a innovar (CLARIN, febrero 2013, p. 5).



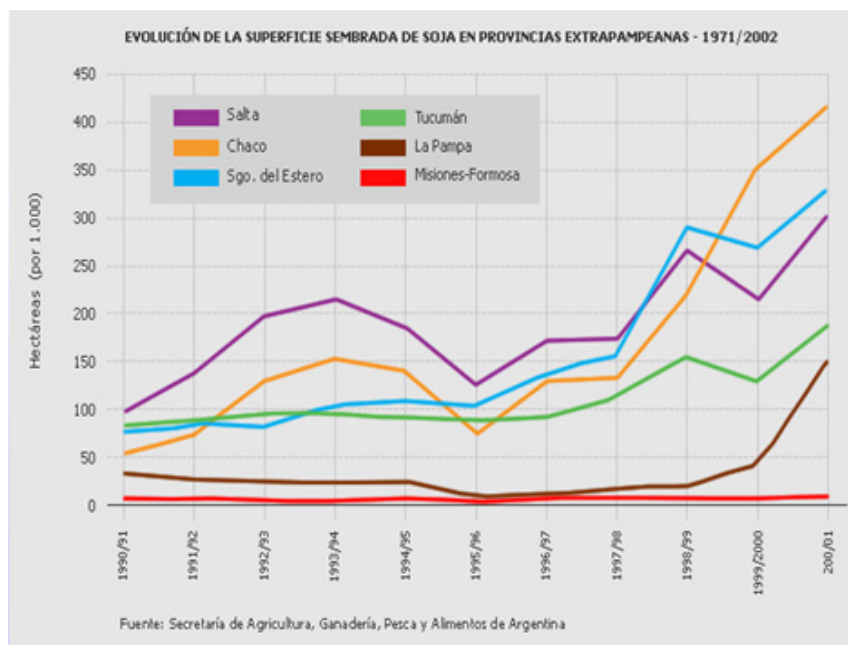
Evolución de la superficie sembrada de soja en provincias pampeanas. Fuente: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos de Argentina.

Ya no se trata sólo de la rica región pampeana, en tanto columna vertebral del modelo agroexportador y del llamado -en los inicios del siglo XX- “*granero del mundo*”, aunque los centros neurálgicos de la misma siguen ocupando un lugar central en la Argentina del agronegocio (MARTÍNEZ DOUGNAC, 2013). Pero la genética y las innovaciones tecnológicas no son de fácil acceso para el pequeño y mediano productor agrícola, carentes de financiación y sufriendo los impactos medio ambientales de la expansión sojera. “*Condiciones de monocultivo en una proporción importante del área sembrada, especialmente en los suelos arrendados por grandes explotaciones y la decisión unívoca del control de malezas mediante crecientes volúmenes de glifosato, afectaron fuertemente*

ecosistemas y la salud en habitantes de regiones productivas (LEON, 2019, p. 2).

El tránsito sostenido y firme de la agri-cultura al agro-negocio deja sus secuelas en el ordenamiento del territorio argentino, en sus actores sociales y en las economías regionales con sus desequilibrios internos y externos. La soja se adapta a un amplio rango de ambientes, muestra una mayor rentabilidad relativa a la par que simplifica el cultivo, especialmente desde 1997 cuando se autoriza la soja transgénica. En esta redistribución, cultivos de base familiar como el algodónero, resultan desplazados en el NEA y la falta de trabajo para sus productores sume a muchas familias en la pobreza extrema, especialmente en el Chaco.

Durante la presidencia del radical Fernando de la Rúa, sucesor de Carlos Menem, el panorama económico y social de la Argentina se tornaría más complejo aún, cuando el gobierno nacional se enfrenta con los límites de su propia política. Con 20 años de planes de ajustes a sus espaldas, el país sigue envuelto en la incertidumbre, mientras la tecnocracia asume la conducción empresarial y fractura el agente económico, en medio de un escenario internacional cambiante. El deterioro en las condiciones de vida y la crisis social asemejan a una utopía la proclamada Argentina federal (SCHVARZER, 1998, p. 189). El poder de la gran burguesía agraria sigue vigente, aunque los actores principales se vinculen desde fines del siglo XX a la concentración de los grandes exportadores de soja del país, asociados a naciones limítrofes como Paraguay y Brasil.



Evolución de la superficie sembrada de soja en provincias extrapampeanas.
Fuente: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos de Argentina.

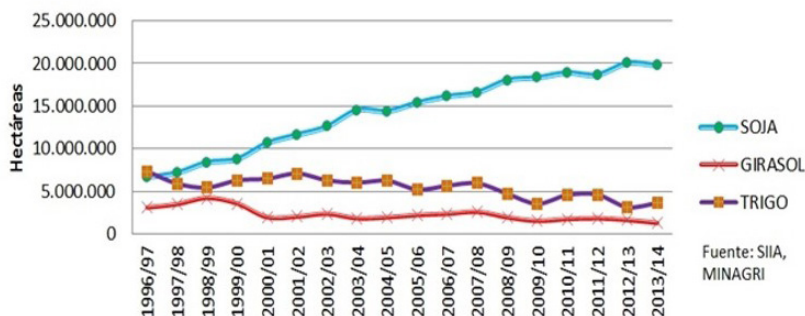
De la agri-cultura al agro-negocio en tiempos de crisis (2001-2008)

La desigualdad social, la concentración del ingreso, la pobreza, la crisis de las economías regionales forman parte del contexto histórico que viviría la Argentina apenas iniciado el siglo XXI. En materia institucional en un país golpeado por la profunda crisis del 2001 el decreto 355 del 2002 modifica la ley de Ministerios, reduciendo su número a la mitad. Agricultura pierde su rango y pasa a depender del flamante Ministerio de la Producción. Los sectores del campo aparecen circunscriptos a otras decisiones políticas es-

pecialmente con la llegada del presidente de extracción popular y peronista Néstor Kirchner al gobierno nacional, en 2003y con un escaso respaldo electoral, pero también en un contexto de altos precios internacionales para la soja.

El censo agropecuario del 2002 muestra ya una importante concentración de la tierra, una disminución en la diversidad productiva y junto a la mayor tecnología agraria una exclusión de trabajadores que resultan impulsados hacia el éxodo rural. A fines del siglo XX la Argentina ocupa, como se expuso, los primeros lugares como exportador de aceite y harina de soja, en consonancia con el avance del capital financiero concentrado. Los “*pools*” de siembra avanzan junto con la expansión sojera, integrados por productores agropecuarios que pretenden “*ganar escala*” para sobrevivir y como parte de una alternativa interesante para inversores no rurales. Operan progresivamente como fideicomisos y como organización agro-empresaria integran AACREA (Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola), fundada en 1960. Los pequeños y medianos productores pierden espacio. Mientras la soja requiere 1 puesto de trabajo cada 500 hectáreas, la economía familiar necesita 35 puestos de trabajo cada 100 hectáreas. Todo un símbolo de la irreversiblemente desigual Argentina rural del flamante siglo XXI.

El campo argentino históricamente no es homogéneo. Sus sectores sociales conservan las diferencias históricas, aunque los protagonistas cambien. La concentración de los más poderosos radica en la región pampeana como muestran los gráficos precedentes. El avance por cultivos entre 1996 y los inicios del decenio de 2010 contribuye a relacionar esas diferencias mencionadas.



Evolución de la superficie sembrada de soja, girasol y trigo (has) - Período 1996/97 - 2012/13. Fuente: SIIA, MINAGRI.

Entre el 2003 y el 2015 con el kirchnerismo en el poder -más allá de las confrontaciones entre el gobierno nacional y el sector agrario en 2008- varios proyectos intentan visibilizar a ciertos sectores agrarios menos favorecidos y asignar recursos para fortalecer la agricultura familiar en sus diversas expresiones territoriales -como lo intentarían desde mediados del decenio de 1980- pero la ausencia de una real planificación devaluaría sus logros, impulsando “*políticas asistenciales más que productivas*” (JARA; RODRIGUEZ SPERAT; RICON MANRIQUE; GOMEZ HERRERA, 2019, p. 340) ² aplicadas al sector, junto a la pérdida de institucionalidad de los años 90 que deja sentir aun sus efectos. En agosto de 2006 se crea el FONAF (Fondo Nacional de la Agricultura Familiar) para avanzar en un plan estratégico del que participarían varios representantes del agro argentino identificados con ese perfil productivo (BALSA; LÓPEZ CASTRO, 2011). El conjunto de acciones

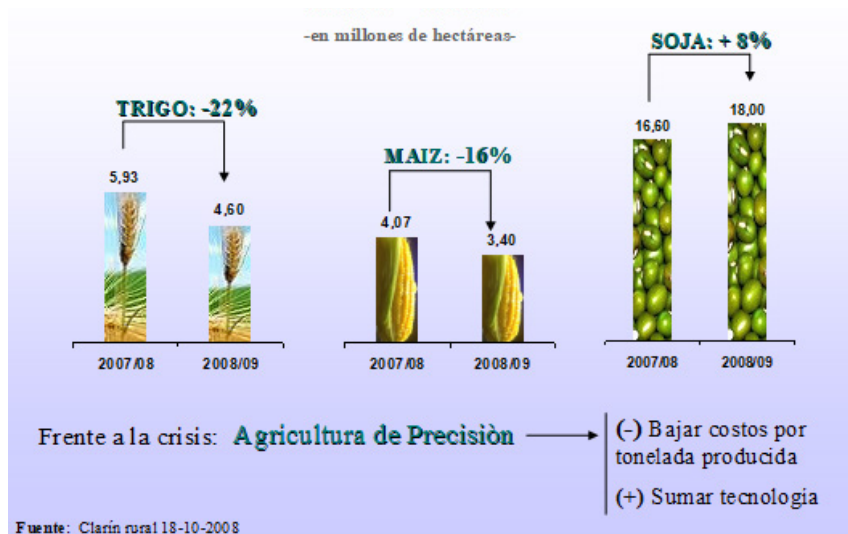
² De los planes de la década del 80 se destacan el Programa de Apoyo a los Pequeños Productores del NOA y el Programa de Integración de la Mujer Rural (con financiamiento de la ONU). Propuestas que se acoplarían a otras similares de la década de 1990 con escaso éxito en ambos períodos.

no sería suficiente para brindar un respaldo seguro y sostenido a estos pequeños y medianos productores, frustrando también el fortalecimiento de la Secretaría creada al efecto en la órbita del Ministerio de Agricultura de la Nación, que se restituye durante el gobierno de Cristina Fernández de Kirchner -10 de diciembre de 2007 al 10 de diciembre de 2011- como una de las respuestas oficiales al conflicto agrario del 2008.

Cultivo	Superficie (en hectáreas)	Inversiones / hectáreas	US\$ (millones)	%
Trigo	5.080.000	137,98	700,9	15,93
Maiz	3.050.000	203,13	619,5	14,08
Girasol	2.200.000	139,63	307,1	6,98
Soja	15.300.000	155,45	2.378,3	54,05
Sorgo	525.000	113,75	59,7	1,36
Otros	2.427.000	137,98	334,8	7,61
TOTAL	28.582.000	147,98	4.400,5	

Los números del campo (2006). Inversión por hectárea. Fuente: Instituto de Estudios Económicos de La Sociedad Rural Argentina

Cuando la **agri-cultura** vaya dejando espacio al **agro-negocio**, no habrá límites para la expansión sojera. El gráfico precedente respalda lo que la política generalmente calla. De ahí surgen las disyuntivas planteadas ante la propuesta y tratamiento de la Resolución 125 del 2008, en medio de un paro agropecuario con bloqueo de rutas -entre el 11 de marzo y el 18 de julio- declarado por un diverso sector empresarial agroganadero en muchas oportunidades enfrentados (Sociedad Rural Argentina, CONINAGRO, Federación Agraria Argentina y Confederaciones Rurales Argentinas) pero que entonces se congregan para impedir la concreción de la propuesta presidencial.



Superficie sembrada de los principales cultivos 2007/8 - 2008/9 (en millones de hectáreas). Fuente: Clarín rural, 18 out. 2008.

El Ejecutivo Nacional impulsaba un sistema móvil para las retenciones impositivas a las exportaciones de soja, trigo y maíz, en tiempos de altos precios internacionales para la soja. La tensión política se acentúa y avanza hasta provocar la renuncia del Ministro de Economía Martín Lousteau. El proyecto original sufriría modificaciones para compensar a los pequeños productores pero precisamente ellos no fueron advertidos de las mismas. El cambio no resultó suficiente para que la Cámara alta aprobara el proyecto modificado y ante un empate de votos el Vicepresidente de la Nación, ingeniero mendocino, Julio Cobos desempataría en el Senado nacional con su voto “no positivo”, dejando sin efecto la Resolución 125.

En octubre los sectores agrarios más poderosos volverían al paro para intentar derogar por completo las retenciones a las ex-

portaciones agrarias, pero no consiguieron el éxito esperado. Una vez más el campo ocupaba el lugar central de la economía y la política argentinas (FARINA, 2012).

De los efectos de la crisis de 2008 al renovado protagonismo político del agro (2008-2019)

Como una respuesta al naufragio de la Resolución 125, el Ejecutivo Nacional, crea el 1 de octubre de 2009 con rango propio el **Ministerio de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación a cargo del político justicialista Julián Andrés Domínguez**, quien no tardaría en declarar que el diálogo sería su bandera desde la función pública y el instrumento para lograrlo “*el plan estratégico agroalimentario Argentina 2020*” (INFOCAMPO, 2009). También en el 2009 el INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria) reactiva el CIPAF (Centro de Investigación para la Pequeña Agricultura Familiar) creado en el 2005, con el objetivo de generar y adaptar tecnologías para ese sector, procurando alentar su dinámica y persistencia (CRAVIOTTI, 2001. GRAS; BARBETTA, 2003. LÓPOEZ CASTRO, 2012). Una vez más la heterogeneidad de la Argentina rural -con ganadores y perdedores- queda al descubierto.

Pero el enfrentamiento con los actores agrarios más poderosos durante la segunda Presidencia de Cristina F. de Kirchner (2011- diciembre 2015) complicaría aquella propuesta y el Ministerio de **Ministerio de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación termina por quedar a cargo del patagónico Norberto Yahuar** (10 de diciembre de 2011-20 de noviembre de 2013) y

finalmente del ingeniero agrónomo graduado en la Universidad Nacional de La Plata y Presidente del INTA Carlos Casamiquela (20 de noviembre de 2013-10 de diciembre de 2015). La superficie plantada con soja, la siembra directa y la producción avanzan, junto a una mayor tecnología agraria, en tiempos de muy buenos precios internacionales para la materia prima y el aceite obtenido de ella que se comercializa especialmente en China, como gran mercado emergente para este producto. El cultivo de la soja -principal de la agricultura argentina- alcanza entre 2009 y 2010 una cosecha récord de 52 millones de toneladas (ARCEO, 2011). Mientras tanto la producción maicera pasa de 23,7 millones de toneladas producidas entre 2010-2011 al récord de 25 millones para el período 2012-2013.

Soja y mercado externo se presentan nuevamente como sustentos de la economía argentina. Más del 54 % de la superficie sembrada está ocupada por la soja. Entre el 2007 y el 2010 la superficie sembrada con trigo cae en un 22 %; la dedicada al maíz decrece un 16 % y el área sembrada con soja crece -para igual período- en un 8%. Bajar costos por tonelada producida y sumar tecnología es la ecuación para sostener la llamada “agricultura de precisión”.

Durante la primera década del siglo XXI, por la incorporación de nuevas tecnologías, la agricultura sojera supera en valores y producción al tiempo del “granero del mundo” (RECA; FLOOD; LEMA, 2010). El lenguaje y el abordaje de la información pone el acento en la estadística, en los perfiles técnicos de la agricultura mientras se invisibilizan los actores que viven detrás de las categorías de análisis y de los conceptos que se abordan en las investigaciones sobre el tema. Se hace mención al comportamiento

del mercado o de las materias primas, pero no se pone el mismo énfasis en los sujetos sociales involucrados y cuyas acciones son importantes cuando se trata de conocer y reconocer el problema agrario pasado y actual.

La agricultura parece haberse desvanecido frente al agronegocio, en tanto *“forma de una producción gestionada por una serie, por lo general desconocidos para la población”* (ROJAS VILLAGRA, 2012, p.17), pero que con sus acciones modifican estructuralmente la producción agrícola, alterando los hábitos sociales y culturales. El agronegocio asociado a la expansión de insumos tecnológicos resulta la expresión moderna del sistema capitalista en la agricultura; sólo permite la expansión y el beneficio de algunos, aunque se promueva un modelo poco racional de explotación que rinde a costa de la postergación de un modelo económico equitativo (AAVV, 2009).

El uso intensivo del capital y la escasa necesidad de mano de obra refuerzan la concentración de la riqueza. Un número acotado de empresas con la activa participación de capitales extranjeros controla la producción y la comercialización del monocultivo sojero, de prácticamente todo el modelo, que genera importantes impactos ambientales para estos escasos ganadores del sistema sostenidos en la siembra directa. El poder económico y el control de los recursos agrícolas nacionales guardan correspondencia con esta concentración. Los intereses corporativos de este *“renovado”* campo argentino, se expresan en otras entidades agrarias como -por ejemplo- AAPRESID fundada en agosto de 1989 y que concentraría un progresivo poder económico y político (AAPRESID, 2020). La producción agrícola entendida como negocio que omite ponderar la cultura generada alrededor de aquella coloca en se-

gundo plano a la agricultura. “La cultura agrícola ha sido desplazada por el negocio agrícola”, provocando cambios sustantivos en los países de base agropecuaria como la Argentina (ROJAS VILLAGRA, 2012, p. 13).

Por otra parte, la globalización fomentaría los nexos entre las corporaciones multinacionales, los gobiernos y otros actores que incentivan el agronegocio, contribuyendo a modificar la forma de vivir en el mundo rural, en el marco del neoliberalismo, de un importante excedente del capital financiero y del empuje de la biotecnología. Las innovaciones avanzan en estrecha relación con la rentabilidad económica (TRIGO; VILLARREAL, 2010). En estos términos se reconfigura el sistema de producción agrícola y de alimentos, que se torna más explícito desde el 2015, frente a una nueva gestión de gobierno, que refuerza su respaldo a los más poderosos sectores del campo argentino. La tierra en tanto unidad productiva extensa pierde valor en sí misma, frente a la alta tecnificación rural, la siembra directa, el uso de semillas transgénicas (desde mediados del decenio de los 90) que permiten un ahorro en los costos, así como el uso de herbicidas, plaguicidas, fertilizantes y fungicidas, y la poca utilización de trabajadores. El modelo del agro-negocio confronta con la población rural, que migra frente a la expansión de una agri-cultura sin agricultores.

Algunas leyes procuran en los tiempos del Bicentenario de la Revolución de Mayo (2010) mitigar la concentración de tierras para proteger a los sectores medianos y pequeños del agro (ley 26737/2011), regular el trabajo agrario (ley 26727/2011) y en 2013 es posible sancionar la ley (27118/2014) de “Reparación histórica de la Agricultura Familiar para la Construcción de una nueva Realidad en Argentina” con el objeto de contribuir a la soberanía y

seguridad alimentaria, sobre la base de dar en producción tierras públicas. Esta última, resultaría ser una buena iniciativa pero que aún hoy espera ser reglamentada (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2014). La solución a los problemas estructurales de este sector del agro, no sólo acerca de la tierra sino también de la posibilidad de acceder con sus productos al mercado de los alimentos, sigue siendo una cuestión pendiente.

Desde el 10 de diciembre de 2015 se abre una nueva etapa de perfil liberal en la economía argentina durante el gobierno del ingeniero y empresario Mauricio Macri. La recomposición ministerial se hace presente nuevamente y es desde allí desde donde puede advertirse la presencia activa de quienes apuestan al agro-negocio, a la agricultura de precisión y tecnificada; en suma el accionar de *“los poderosos del campo”*. Con esta nueva gestión al frente del Ejecutivo Nacional, el liberalismo se impone. El 10 de diciembre de 2015 el contador, empresario y político argentino Ricardo Buryaile asume como Ministro de Agricultura que por el Decreto 13 de 2015 pasaría a denominarse Agroindustria, desempeñándose en el cargo hasta el 21 de noviembre de 2017 y paralelamente como diputado, hasta el 2 de marzo de 2016. Lo sucede en el cargo el entrerriano, abogado y productor agropecuario, presidente de la tradicional Sociedad Rural Argentina entre 2012 y 2017, Luis Miguel Etchevehere. Por decreto 802/2018, el gobierno modifica la Ley de Ministerios (reduce de 22 a 10 la cantidad de carteras) y crea la Secretaría de Agroindustria, con dependencia del Ministerio de Producción y Trabajo (BOLETIN OFICIAL, 2018) y Etchevehere pasa a ser Secretario de Agroindustria de este Ministerio a cargo del economista y contador público Dante Sica. Los vaivenes de la economía y la política argen-

tina con sus efectos sociales obligan al gobierno nacional, el 2 de agosto de 2019, a llevar adelante una nueva reforma administrativa y se crea nuevamente el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca.³ Desde entonces y hasta el 10 de diciembre de 2019 en que finaliza la gestión macrista, Luis Miguel Etchevehere se desempeña al frente del mismo.

No sólo desde el plano político administrativo los sectores agrarios más importantes son beneficiados por el gobierno de Mauricio Macri, quien al inaugurar la Exposición Rural de Palermo el sábado de 30 julio de 2016 diría que *“el campo es mucho más que lo que puede producir, es mucho más que los impuestos que pude pagar; el campo es nuestra historia, es nuestro emblema, es nuestra tradición, es nuestra cultura”* (CASA ROSADA, 2016, p. 1). Era el corolario de la entrada en vigencia (decreto 133/2015) de la eliminación en las retenciones a las exportaciones para el trigo, el maíz y la carne, así como una reducción del 35 al 30 % en el caso de la soja, en tiempos de importantes ajustes sociales y con un gran costo fiscal para el Estado, cuando destina el 23 % del presupuesto del Ministerio de Agroindustria a realizar compensaciones a la producción de soja en el Norte argentino (JARA; RODRIGUEZ SPERAT; RICON MANRIQUE; GOMEZ HERRERA, 2019, p. 348). Simultáneamente, se eliminan los cupos para la compra de moneda extranjera y se flexibilizan las importaciones.

Apenas iniciado el año 2016 es disuelto el RENATEA (Registro Nacional de Trabajadores y Empleadores Agrarios) creado en 2012. Un organismo fiscalizador del empleo rural. Por otra parte, se recortan las acciones del Programa Cambio Rural que promovía desde 2014, a través de la asistencia técnica, el valor agregado a la

³ Decreto 532/2019, publicado en el *Boletín Oficial* el 02/08/2019.

agricultura familiar. Desde 2017 quedan excluidos de sus beneficios gran parte de los horticultores bolivianos de la zona del Gran La Plata (en torno a la capital de la provincia de Buenos Aires) y desde octubre de 2017 los pequeños productores de verduras se movilizarían vendiendo sus hortalizas al precio que se les abonaba en sus quintas. Las modificaciones administrativas y textuales a las leyes agrarias dictadas entre 2011 y 2014, acerca de la propiedad de la tierra en manos de extranjeros, ya mencionadas, también subrayan las preferencias estatales por ese sector de la economía (JARA; RODRIGUEZ SPERAT; RICON MANRIQUE; GOMEZ HERRERA, 2019, p. 347-348).

La agricultura familiar pagaría parte de los costos de estas acciones, cuando se impida -por ejemplo- la creación del Banco de Tierras y se concreten medidas para disponer la venta de activos públicos en zonas de riego y de buen valor productivo. Las comunidades indígenas también resultan expulsadas de sus tierras aun avasallando los registros consignados en la ley 26.160 promulgada en noviembre de 2006 y como parte del desconocimiento de la agricultura en pequeña escala (INFOLEG, 2017). En los primeros meses de 2017, la Federación Agraria Argentina (FAA) informa acerca del empobrecimiento de la agricultura familiar, con un mercado interno deprimido y sin la protección del Estado (EL ENFITEUTA, 2017). El impacto también resulta negativo para la pequeña y mediana producción de regiones del interior del país, ante el descenso en el consumo interno y la concentración impulsada por la política económica nacional del período 2015-19, que generarían conflictos en diversos sectores de trabajadores y pequeños productores rurales de esas economías regionales (LEÓN, 2019). Esta compleja situación impulsaría el aumento de diversas orga-

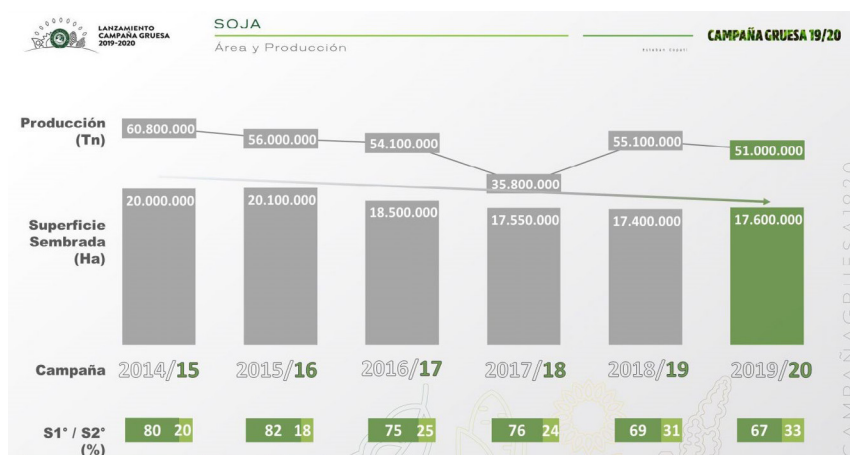
nizaciones de la agricultura familiar en todo el territorio nacional, para canalizar sus reclamos.

El Informe de la Organización de Naciones Unidas (ONU) publicado en febrero de 2019, señala que *“aunque la Argentina tiene una superficie cultivada suficiente para alimentar a su población de 42 millones de habitantes, aproximadamente un 60% de la tierra cultivada (19 millones de hectáreas) están dedicadas a la producción de soja, una gran parte de la cual se destina a la exportación. Solamente un 2% de esta soja se consume en el país y el resto se procesa y exporta, principalmente a China”* (LA TINTA, 2019), mientras agrega que la tenencia de la tierra se encuentra altamente concentrada y el perfil productivo es el de una agricultura poco variada. De acuerdo a la FAO, en la Argentina, la prevalencia de personas que viven en situaciones de inseguridad alimentaria severa aumentó del 5,8% (2.500.000 personas) en el período 2014-2016 a 8,7% (3.800.000 personas) en el período 2015-2017 (FAO, 2017).

Al fin del mandato del Presidente Mauricio Macri, la Subsecretaría de Agricultura de la Nación presenta un ordenado informe de gestión administrativa del período 2015-2019, que revela un relegamiento de las acciones destinadas a sostener la agricultura familiar. En la agenda legislativa -según este informe- quedarían pendientes de resolución y aplicación importantes proyectos de leyes de: semillas, fertilizantes, uso del suelo, competencia del mercado frutihortícola, promoción del riego y el sistema integrado de simplificación agrícola (MAGyP, 2019, p. 23). Para el 2019, con la mayor siembra de maíz y soja estable se calcula que el sector agrícola representa el 1,6 % del PBI (EL CRONISTA, 2018). Los beneficios están dirigidos a los sectores que integran las grandes corporaciones agropecuarias y se expresan a través de baja o su-

presión de las retenciones y en los altos cargos públicos que los más importantes sectores del agro y del empresariado en general, ocupan entre 2015-2019.⁴

La Bolsa de Cereales de Buenos Aires muestra en su relevamiento estadístico para el período 2015-19 cómo la soja aumenta levemente en superficie y descende en producción. El 2019 encuentra a la Argentina en medio de una crisis de devaluación y recesión económica, con los precios más bajos de la última década para la soja (INFOBAE, 2018).



Fuente: <https://www.agrolatam.com/nota/37790-soja-argentina-2019-20-gana-un-poco-de-superficie-y-pierde-mucho-en-produccion/>

Consideraciones finales

El agro argentino es heterogéneo. Este análisis de mediano plazo y con perfil histórico es una demostración de la complejidad de

⁴ Ver Informe oficial de setiembre de 2019, con gráficos y cadenas de valor para la soja en https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/sspmicro_cadenas_de_valor_soja.pdf.

la Argentina rural, así como del camino errático de sus políticas públicas y de sus coyunturas críticas. También expone sus momentos de prosperidad que resultarían insuficientes para obtener beneficios en el desarrollo de largo plazo, donde se exponen además, los nexos entre el Estado y el mercado, así como las desigualdades regionales y sociales de este importante sector de la economía (SHORE, 2010).

El modelo económico post convertibilidad se sostiene en saldos positivos de las cuentas fiscales pero esencialmente por los altos precios de la producción agraria exportada (soja y sus derivados), que permiten lograr un superávit comercial, con un cambio real competitivo, como parte de una política macro pragmática, diría el economista Roberto Frenkel.⁵ No es menor el costo social, con altas tasas de pobreza y desempleo, que pudieron remontarse con este pragmatismo hacia el 2006. Cuando el PBI de la Argentina crecía era el resultado del modelo agroexportador (con sus variantes y tecnología); luego del modelo de industrialización sustitutivo de importaciones (desde 1930) y más tarde a la sombra del modelo rentístico-financiero (iniciado en 1976 y modernizado con el liberalismo de los 90). En este contexto la política y los partidos políticos irían perdiendo reconocimiento social. Las decisiones que se adoptan permitirá hablar del “*partido de los negocios*” (SIDICARO, 2001), en referencia a la pérdida de identidad partidaria, en la puja entre el Estado y el mercado, en medio de la desorganización administrativa, una burocracia ineficiente y vínculos estrechos -y muchas veces confusos- entre lo público y lo privado.

⁵ <http://www.iade.org.ar/system/files/dt45.pdf>

El conflicto entre el gobierno y el campo durante el 2008 se da en un contexto democrático, de economía ordenada y con recursos propios fortalecidos. Son las razones primordiales para comprender por qué no existió inestabilidad institucional, ni del orden macroeconómico, ni afectó en esencia los vínculos internacionales de la Argentina. El agro se muestra una vez más como un sector importante de la economía nacional que necesita de su aparato productivo, aunque requiera modificaciones de la dirigencia ruralista y habilidad política gubernamental. Los cambios deben darse hacia adentro y hacia fuera; con un agro tecnificado y consistente con la estructura productiva, con la cadena agroindustrial propia de las economías regionales. Para el economista Aldo Ferrer debía definirse una estrategia de desarrollo nacional, es decir, una “*estructura integrada agroindustrial*” para que las retenciones pudieran generar políticas redistributivas (FERRER, 2009, p. 112).

La configuración regional argentina es producto de la relación entre el espacio, en tanto construcción social dinámica, y las políticas públicas implementadas u omitidas. La “*realidad regional*” muestra la persistencia de un proceso de conformación desigual, tanto en la dimensión económica como social, producto de diferentes formas de apropiación social del territorio y también de los recursos que la sociedad genera. Las regiones con mayor desarrollo capitalista se convierten en “*enclaves*” de una estructura socioeconómica con patrones tecnológicos y de organización social empresarial, marcando las diferencias con las áreas más atrasadas. Ya entre 1950 y 1970 la estructura socio económica argentina pasa de un “*estilo de desarrollo semi autárquico*” con un proceso de sustitución de importaciones para satisfacer al mercado interno, a un “*estilo de acumulación de capital con alta participación externa y*

creciente complejidad del aparato productivo”, más allá de los cambios políticos (ROFMAN, 2012, p.181-202).

La promoción industrial selectiva, la legislación sobre inversiones extranjeras, la política de crédito oficial, la apertura a la radicación de capitales externos en áreas estratégicas y la habilitación de infraestructura básica son los principales instrumentos de la acción estatal expresada a nivel territorial acentuando las desigualdades regionales, que finalmente sitúan al campo argentino pivoteando sobre dos ejes centrales y disímiles: la agricultura familiar y el agronegocio.

La dinámica económico-social del territorio se modifica a lo largo de todo el período aquí analizado. Se perfila un nuevo productor agrario para un agro tecnificado y de alta precisión, mientras la agricultura familiar procura posicionarse más allá de los embates del crecimiento de la soja, del agronegocio, los *commodities*, los *pool* de siembra y el avance del mercado por sobre la institucionalidad y el poder de gobernabilidad del Estado. Podría afirmarse que más allá de estas consideraciones, de las continuidades y los cambios, la confrontación y el consenso en las corporaciones agrarias y entre ellas y el Estado, la convivencia siempre es posible en un país de base agraria como la Argentina. La expansión sojera alcanza las fronteras hacia el norte del país y las trasciende, sin tener en cuenta las afectaciones generadas a los recursos naturales y el medioambiente. La publicidad se refiere incluso a “*la República de la soja*”, para diseñar un espacio productivo que les pertenece más allá de las instituciones y de los límites entre los países del extremo Sur de América (Publicidad de Syngenta en 2006).

El sujeto agrario ha profundizado sus divisiones en este último cuarto de siglo y la historiografía agraria ha dado cuenta de

estos cambios. Por un lado se despliegan las estrategias de las corporaciones agrarias y sus lógicas político económicas, vinculadas a la expansión de la soja; y por otro las tácticas más modestas de la agricultura familiar y la tipología de los productores del agro pampeano. Podría afirmarse que: Agro-Conocimiento-Tecnología-Marginalidad, ocupan el centro del debate historiográfico cuando se analiza la relación-tensión en las vinculaciones y conflictos político económicos y socio-ambientales, como parte del significado que la tierra tiene hoy en estos análisis críticos referidos al “*patrimonio de los recursos naturales*”, así como las redes presentes en las estructuras de poder. Son ellas las que sustentan las políticas públicas de la Argentina rural y surgidas de un tejido complejo de vinculaciones, estructuras, capacidades de gestión de recursos y de control sobre los grupos sociales en el amplio y diverso espectro regional del territorio nacional. El Censo Agropecuario Nacional de 2018 indica la existencia de 228.375 explotaciones agrarias, es decir un 50 % menos que las contabilizadas en 1960, afectando especialmente a la pequeña y mediana propiedad de base familiar (AZCUY AMEGHINO, 2020).

Como se precisa al inicio de este trabajo, territorio y poder guardan una estrecha relación y se influyen mutuamente, especialmente porque el poder es complejo y contradictorio en todo el tejido social. Opera en forma hegemónica y hasta puede dar lugar a un contrapoder, diría Stuart Hall (HALL, 1973). Por estas características y por las connotaciones del recorrido histórico de la Argentina rural realizado en estas páginas, todo indicaría que “*los Estados de las sociedades fragmentadas tienen más probabilidades de seguir siendo escenarios de acuerdos que de convertirse en fuentes de cambios importantes del comportamiento social de su población*”

(MIGDAL, 2011, p. 10). La Argentina actual da muestras de este juicio valorativo y de los resultados diversos y reiterados de los vaivenes económicos y políticos de un país que puede proveer de alimentos al mundo para más de 400 millones de personas (BLACHA, 2020), pero que -al mismo tiempo- registra altos índices de desnutrición y malnutrición en amplios sectores de su sociedad, desigual y excluyente.

Referencias

AAPRESID. Buenos Aires, julio 2020. <https://www.aapresid.org.ar/historia/AAVV>. Los refugiados del modelo agroexportador. **BASE**, Asunción, p.13-19, 2009.

ARCEO, Nicolás. Consolidación de la expansión agrícola en la post convertibilidad. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 257, p. 28-55, enero- febrero 2011.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. El discurso apologético sobre el agro pampeano capitalista y dependiente: del modelo agroexportador a la bioeconomía productivista. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 332, p. 9-38, mayo- junio 2020.

BALSA, Javier y LOPEZ CASTRO, Natalia. La agricultura familiar `moderna`. Caracterización y complejidad de sus formas concretas en la región pampeana. LOPEZ CASTRO, Natalia y PRIVIDERA, Guido. Repensar la agricultura familiar. Aportes para desentrañar la complejidad agraria pampeana, **Ediciones CICCUS**, Buenos Aires, 2011.

BARSKY, Osvaldo y GELMAN, Jorge. Historia del Agro Argentino. Desde la Conquista hasta comienzos del siglo XXI. **Sudamericana**, Buenos Aires, tercera edición, 2009.

BLACHA, Luis E. El menú del agronegocio: monocultivo y malnutrición del productor al consumidor (1996-2019). Revista Historia: debates e tendencias. **Revista do Programa de Pós-Graduacao em História, Universidad de Passo Fundo**, Passo Fundo, Brasil, p. 9-24, 2020 <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-lati>

na-45303359

BOLETÍN OFICIAL. Buenos Aires, **República Argentina**, 05/09/2018; 02/08/2019.

CASA ROSADA. **Buenos Aires**, p. 1, año 2016. <https://www.casarsada.gob.ar/informacion/discursos/36895-discurso-mauricio-ma-cri-exposicion-rural>

CLARÍN. Buenos Aires, p. 25, 19 de mayo 2013; p. 5, **Sección iEco**, 10 de febrero 2013.

CRAVIOTTI, Clara. Tendencias en el trabajo agrario y dinámicas familiares. **V Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**. Buenos Aires, ASET, 2001.

EL CRONISTA. Buenos Aires, 26 de setiembre de 2018, **sección Economía y Política**.

EL ENFITEUTA. Buenos Aires, 28 de abril de 2017. **Noticias de agro y alimentos**.

FAO. Informe 2017. <http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>, p. 180, 2017.

FARINA, Joaquín. Cuantificación y posiciones políticas respecto de la renta sojera y las retenciones en la Argentina”. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 265, p. 110-132, 1/1 al 15/2/2012.

FERRER, Aldo. Vivir con lo nuestro. **FCE**, Buenos Aires, 2009.

GARRABOU, Ramón. Sombras del Progreso. Las huellas de la historia agraria. **Crítica**, Barcelona, p. 7-24, 2010.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Identidad territorial, agro y políticas públicas. Reflexiones históricas sobre las desigualdades regionales en la Argentina hasta mediados del siglo XX. Murcia, AREAS. Revista Internacional de Ciencias Sociales. Universidad de Murcia, Murcia, n.38, p. 7-18, agosto 2019.

GRAS, Carla y BARBETTA, Pablo: “Trabajo y empleo en las explotaciones familiares: cambios, tendencias e interrogantes”, en VI Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, Buenos Aires, **ASET**, 2003.

HALL, Stuart: Encoding and decoding in the television discourse, Birmingham, **Centre for Contemporary Cultural Studies**, 1973.

HALL, Stuart y MELLINO, Miguel. La cultura y el poder. Conversaciones sobre los Cultural Studies. Buenos Aires: **Amorrortu Editores**, 2011, p. 42.

INFOBAE, 2018. <https://www.infobae.com/economia/2018/09/15/la-cosecha-record-prevista-para-2019-encontrara-los-precios-mas-bajos-en-una-decada/>

INFOCAMPO, 2009. <https://www.infocampo.com.ar/julian-dominiguez-la-respuesta-a-la-125-fue-la-creacion-del-ministerio-de-agricultura/>

INFOLEG, 2017. <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/120000-124999/122499/norma.htm>

JARA, Cristian; RODRIGUEZ SPERAT, Ramiro; RICON MANRIQUE, Luis y GOMEZ HERRERA, Andrea. “Desarrollo rural y agricultura familiar en Argentina: una aproximación a la coyuntura desde las políticas estatales”. En: **Revista de Economía e Sociología Rural**. Brasilia, vol. 57, núm. 2, abril-junio 2019, pp. 339-352.

LA TINTA. Buenos Aires, 2019. [www. La tinta.html](http://www.la tinta.html), febrero 2019.

LATTUADA, Mario y MOYANO ESTRADA, Eduardo: “Crecimiento económico y exclusión social en la agricultura familiar argentina”, en *Economía agraria y recursos naturales*, Madrid, vol. 1, núm. 2, 2001, pp. 171-193.

LEON, Carlos. “La problemática agraria argentina en la actualidad”, Buenos Aires, **IADE**, Realidad Económica agosto 2019, p. 2 <http://www.iade.org.ar/noticias/la-problematika-agraria-argentina-en-la-actualidad>

LOPEZ CASTRO, Natalia: *Persistencia en los márgenes. La agricultura familiar en el sudoeste bonaerense*. Buenos Aires, Ediciones **CIC-CUS**, 2012, pp. 15-19 y 156-165.

MARTÍNEZ DOUGNAC, Gabriela: *De los márgenes al boom. Apuntes para una historia de la sojización*, Buenos Aires, Imago Mundi, 2013.

MIGDAL, Joel, S. *Estados débiles, Estados fuertes*. México, **FCE**, 2011, pp. 32-35, 76 y 10.

MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA. SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA: **Informe de gestión 2015-2019**, Buenos Aires, MAGyP, 2019.

MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA. SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA: **Informe de gestión 2015-2019**, Buenos Aires, MAGyP, 2019.

MINISTERIO DEL INTERIOR. REPUBLICA ARGENTINA, 2014. <https://www.mininterior.gov.ar/fronteras/pdf/ley-26737.pdf> y <https://bit.ly/3zRc4bD>

RECA, Lucio G., FLOOD, Carlos y LEMA, Daniel: El crecimiento de la agricultura argentina. Medio siglo de logros y desafíos, Buenos Aires, EUDEBA, 2010.

ROFMAN, Alejandro y colaboradores. Las economías regionales. Luces y sombras de un ciclo de grandes transformaciones 1995-2007. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes-Centro Cultural de la Cooperación, 2012.

ROJAS VILLAGRA, Luis: Actores del agronegocio en Paraguay, Asunción, BASE-ICCO-Diakonia, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. Por una historia conceptual de lo político. Buenos Aires: FCE, 2002, p. 15-31.

SCHVARZER, Jorge: Implantación de un modelo económico. La experiencia argentina entre 1975 y el 2000, Buenos Aires, a-Z editora, 1998, p. 189.

SHORE, Cris: “La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la “formulación” de las políticas”, en Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología, núm. 10, Bogotá, Universidad de los Andes, enero-junio 2010, pp. 21-49.

SIDICARO, Ricardo: La crisis del Estado y los actores políticos y socioeconómicos en la Argentina, 1989-2001, Buenos Aires. Libros del Rojas, 2001, pp. 53-108.

TRIGO, Eduardo y VILLARREAL, Federico: “La innovación biotecnológica en el sector agrícola”, en RECA. Lucio; LEMA, Daniel y FLOOD, Carlos: El crecimiento de la agricultura argentina. Medio siglo de logros y desafíos, Buenos Aires, Editorial Facultad de Agronomía-UBA, 2010, pp. 161-189.



Venezuela e os caminhos da resistência

RAFAEL QUIROGA MACIEL

NOS ÚLTIMOS ANOS A VENEZUELA ESTEVE PRESENTE NOS NOTICIÁRIOS devido à crise política e socioeconômica que atravessa. Este texto tem o objetivo de trazer elementos que ajudem a entender como as políticas liberais adotadas a partir dos anos 80 contribuíram para a crise atual e como a realidade do campesinato e das comunidades indígenas foi impactada durante esses anos. Para tal objetivo, é realizado um breve resgate histórico, desde a colonização até os dias atuais. A Venezuela do século XX e XXI não pode ser estudada desvinculada da economia petroleira. As descobertas de grandes reservas de petróleo, nas duas primeiras décadas do século passado, determinaram transformações profundas na sociedade venezuelana, assim como os governos de *Hugo Chávez* e *Nicolás Maduro*, no século XXI. O desenvolvimento da indústria petroleira elevou a Venezuela ao posto de país mais rico da América do Sul entre os anos 60 e 80, embora essa riqueza tenha trazi-

do desenvolvimento e prosperidade, a desigualdade social não foi combatida durante esse período de bonança. Além disso, a estreita dependência econômica das atividades petroleiras contribuiu com o atraso no desenvolvimento de outros setores da indústria nacional. A cultura de exportações de matérias-primas agrícolas e importações de manufaturas, herdada dos tempos coloniais, foi substituída pela cultura de exportações de petróleo no século XX, já a dependência de importações continuou, ora devido ao atraso da indústria nacional e as flutuações do preço do petróleo, ora devido às políticas adotadas pelos governantes.

A eleição de *Hugo Chávez* em 1999, marcou um novo ciclo na política nacional. A gestão de *Chávez* se comprometeu em combater as desigualdades do país e utilizou as riquezas petroleiras para cumprir a promessa. Inegavelmente, entre 1999-2013 a Venezuela foi um fenômeno no que diz respeito a políticas de desenvolvimento social, sendo reconhecida internacionalmente pelas conquistas alcançadas. O governo de *Chávez* também se comprometeu em desenvolver a indústria nacional e diversificar a economia para diminuir a dependência econômica do petróleo e das importações. Muitas ações concretas foram tomadas e em certa medida houve avanços, no entanto, não foram suficientes para superar a dependência econômica das exportações de petróleo e nem para superar a alta dependência de importações. Muito diferente dos tempos de *Hugo Chávez*, o governo de *Nicolás Maduro* não contou com a bonança dos altos preços do petróleo. O petróleo entrou em baixa em 2014 e a partir de 2016 os preços despencaram. Adiciona-se a isso, uma série de sanções econômicas e financeiras aplicadas pelos Estados Unidos a partir de 2015. As sanções afetaram a economia de forma dramática. Após as sanções de 2015, vieram

outras em 2017, em 2019 e 2020. As sanções de 2017 e 2019 impactaram fortemente a produção petroleira do país. O governo foi proibido de realizar transações no mercado financeiro internacional, o Estado venezuelano teve seus bens retidos em bancos dos Estados Unidos e do Reino Unido e muitos países foram forçados a romper relações econômicas com a Venezuela. Em janeiro de 2020, mais sanções foram aplicadas em uma clara iniciativa de isolar completamente a Venezuela, entre elas o bloqueio marítimo, que dificultou as importações e exportações, afetando gravemente as relações econômicas do país e agravando ainda mais a crise.

As sanções econômicas e financeiras aplicadas à Venezuela vão em contra os direitos humanos, pois dificulta muito qualquer estratégia de recuperação econômica por parte do governo. Os Estados Unidos justificam as sanções acusando a Venezuela de ser uma ameaça para a segurança dos Estados Unidos e da região, de ser uma ditadura e ser conivente com o tráfico de drogas, etc... Tais acusações carecem de fundamentação, pois o governo Maduro sempre esteve disposto ao diálogo com os governantes dos Estados Unidos e de qualquer outro país da região. O governo venezuelano tem problemas, cometeu erros na área econômica e possui contradições típicas de outros governos democráticos do mundo, mas está muito longe de ser caracterizado como uma ditadura, pelo contrário, na Venezuela existe um processo de participação e apoderamento popular permanente jamais visto em nenhum país da América do Sul. Referente ao tráfico de drogas, a maioria das drogas que chegam no país provêm da Colômbia, a Venezuela historicamente foi rota de distribuição de drogas para a Europa, América Central e América do Norte. Nos últimos 20 anos essa atividade diminuiu drasticamente devido ao trabalho reali-

zado pelas forças de inteligência do governo. Infelizmente existe uma campanha midiática internacional que distorce a informação e defende a aplicação de sanções que têm contribuído com uma das piores crises da história da Venezuela.

A colônia agrária e a república agroexportadora

Para entender a Venezuela de hoje é imprescindível realizar um breve resgate do passado político, econômico e sociocultural dessa nação sul-americana banhada pelo mar do Caribe. A economia colonial, essencialmente agrícola, era baseada na monocultura de exportação; cacau, cana-de-açúcar, algodão, tabaco, anil, charque, couro e sal eram os principais produtos que saíam dos portos da colônia. A extração de metais preciosos não foi uma atividade relevante no período colonial, passando por um curto período de extração de pérolas (1500-1528) a poucas minas de ouro e cobre. O café começou a ser cultivado no final do século XVIII e só adquiriu relevância em meados do século XIX, onde ultrapassou o cacau e se converteu no principal produto de exportação do país. A principal mão de obra e mais explorada da sociedade colonial venezuelana era formada por indígenas e negros, estima-se que 500 mil nativos habitavam o território antes da chegada dos espanhóis (agosto de 1498). Inicialmente os indígenas foram escravizados, em meados do século XVI iniciou-se a catequização dos índios sob o sistema de “*encomiendas*”, onde eram assignados a famílias de influência para trabalharem em um regime semelhante à servidão da Idade Média. Esse sistema só foi abolido em 1721, ainda no período colonial. Os primeiros escravos africanos foram

trazidos à Venezuela no ano de 1528, estima-se que 100 mil africanos foram trazidos à Venezuela no período colonial. Embora muitos negros tenham conseguido a alforria por prestar serviço militar na guerra de independência (1811-1823), a escravidão só foi abolida em 1854, trinta e três anos após a independência definitiva. A estrutura social colonial garantia uma série de privilégios às famílias espanholas de prestígio (altos funcionários reais e clero) e aos crioulos ricos. Essas classes possuíam as melhores terras urbanas e rurais, tinham o direito a adquirirem indígenas e também podiam comprar títulos de nobreza da coroa espanhola. Abaixo da elite estavam os brancos e crioulos pobres; possuíam pequenos lotes de terra, pequenos comércios e alguns poucos privilégios da elite. Logo os pardos, depois os indígenas e os negros africanos. Os indígenas eram os trabalhadores mais pobres e explorados. Já os negros eram a categoria social mais baixa e mais explorada, eram considerados mercadoria, não tinham nenhuma liberdade, nem qualquer proteção legal. A elite tratava de obter a maior quantidade de terras e escravos, pois isso garantia maior poder político, econômico e social. Mediante essa estrutura social as terras foram repartidas e se desenvolveram os primeiros latifúndios na Venezuela.

A guerra de independência dividiu o país, parte da população não se entusiasmou ao saber que os líderes da independência eram os crioulos ricos, também conhecidos como mantuanos, donos de terras e escravos. Por isso muitos pardos, negros, indígenas e crioulos pobres preferiram manter-se leais à coroa espanhola. A igreja ajudou a manter o povo fiel às tradições monárquicas. Inicialmente só uma minoria politizada de pardos e outros grupos sociais oprimidos se identificaram com a causa independentista.

Essa divisão social e política produziu uma guerra feroz e sangrenta que durou de 1811-1823. O historiador *Laureano Vallenilla Lanz* qualificou a guerra de independência como guerra civil; “ Uma guerra entre irmãos nascidos no mesmo solo, mas com cores de pele e opiniões políticas diferentes”. Com o tempo, a maioria da população foi mudando de atitude e se convencendo em apoiar a independência. A guerra venezuelana contra Espanha teve caráter internacionalista, liderados por *Antonio José Sucre*, *Rafael José Urdaneta*, *Santiago Mariño*, *José Antonio Páez*, *Simón Bolívar* e tantos outros, o exército patriota, além de lutar contra o domínio espanhol em seu território, também ajudou na luta de independência da Colômbia, Equador e Peru. Com destaque a *Simón Bolívar*, chamado pelo povo venezuelano de “*El Libertador*”. *Simón Bolívar* entendia que a independência de fato só aconteceria quando os espanhóis fossem expulsos de toda a América. Em dezembro de 1819 foi anunciada a unificação dos territórios da Venezuela, Colômbia e Equador, formando assim a República da Grã-Colômbia (*Gran Colombia*). A batalha de *Carabobo*, em 24 de junho de 1821, definiu a guerra a favor dos patriotas. No dia 10 de novembro de 1823 as tropas patriotas lideradas por *José Antonio Páez* derrotaram as últimas tropas da coroa espanhola na Venezuela. Entre 1821-1826, Colômbia, Equador e Peru foram liberados totalmente do controle espanhol. A região do Alto Peru foi a última região a conquistar sua independência, mudando seu nome para Bolívia em homenagem a *Simón Bolívar*.

Durante a guerra de independência ocorreram disputas entre os líderes republicanos. Uma questão recorrente era se a república deveria ser federalista ou centralista. Nos primeiros anos da Grã-Colômbia os movimentos separatistas ganharam força em muitas

regiões, assim como as hostilidades, *Simón Bolívar* foi caluniado e vítima de atentados por defender o modelo centralista, em uma oportunidade disse temer mais a paz do que a guerra. A pugna entre federalistas e centralistas aliada aos interesses de grupos regionais foi o principal ponto de tensão que levou à desintegração precoce da Grã-Colômbia. No dia 6 de maio de 1830, a Venezuela formalizou sua separação da Grã-Colômbia. *Simón Bolívar* faleceu em 17 de dezembro de 1830 em Santa Marta, Colômbia. Ao longo do século XIX não existiu na Venezuela um governo com autoridade e poder suficiente para garantir a ordem na nova república. Chefes políticos-militares locais, conhecidos como caudilhos, desacatarem e enfrentaram o governo central inúmeras vezes. A disputa política se deu entre conservadores e liberais, ora em debates, ora empunhando armas. Entre 1830 e 1903 houve 166 revoltas armadas e quase 50 anos de guerra na Venezuela. Nesse período estima-se que 1 milhão de pessoas morreram, sendo que 70% dos mortos não eram combatentes das guerras, mas sim vítimas de doenças, fome e de repressões políticas. No século XIX só houve dois períodos de governos relativamente estáveis no país: 1835 a 1848 e 1870 a 1887. A independência trouxe importantes mudanças no campo político à Venezuela, mas não no campo econômico e social. Nas três últimas décadas do século XIX o país passou por uma modesta modernização de infraestrutura com a construção de ferrovias com capital estrangeiro. Na agricultura o país passou de uma colônia agrária a uma república agroexportadora, mantendo uma economia agrícola de baixo nível tecnológico onde a monocultura do café e cacau e a criação de gado de corte eram os principais produtos de exportação. O sistema de latifúndio não sofreu mudanças profundas na república, a maioria dos

antigos latifundiários donos de terras e de escravos conservaram suas propriedades. A maior parte da mão de obra no campo era juridicamente livre, mas trabalhava em condições de servidão. A escravidão dos negros foi abolida em 1854, no governo de *José Gregório Monagas*. Os camponeses seguiram lutando pela terra após a independência, pois as melhores terras do país seguiram sendo propriedade exclusiva de grandes latifundiários, que representavam 10.000 indivíduos, 1% da população do país. O maior fator de violência no meio rural no século XIX, foi a luta pela terra, a maioria da população vivia na zona rural onde a pobreza, a fome, as doenças e o analfabetismo evidenciavam o atraso. A “Revolta Campesina” liderada por *Ezequiel Zamora* em 1846-1847 tinha o lema; “*Tierra y Hombres Libres*”. *Ezequiel Zamora* de família crioula pobre, lutou também na guerra civil de 1848-1849 e na guerra federal de 1859-1862 com os liberais.

As ditaduras petroleiras

Na primeira metade do século XX a Venezuela foi governada por regimes ditatoriais (1899-1958), o mais expressivo, foi o período do general *José Gomez* (1909-1935), também conhecido como a ditadura petroleira. Nesse período foi aniquilado qualquer vestígio de legalidade, legitimidade, autonomia e liberdade. *José Gomez* consolidou a Força Armada Nacional, liquidou com os caudilhos, derrotou revoltas, invasões externas, perseguiu, prendeu e torturou opositores partidários, intelectuais e estudantes. A educação e a cultura foram deixadas de lado em seu governo. A Universidade Central da Venezuela (UCV) foi fechada por 10 anos

(1912-1922). Ao final de seu governo cerca de 75% da população era analfabeta. Da insatisfação opositora e popular, nasceu a geração de 28, estudantes e intelectuais que foram perseguidos, presos e torturados por criticarem o regime. No âmbito econômico o petróleo se converteu no principal produto de exportação e de maior ingresso fiscal. O petróleo foi descoberto na Venezuela nos anos 70 do século XIX, mas sua exploração industrial com capital estrangeiro (principalmente Estados Unidos e Inglaterra, seguidos de Alemanha e Países Baixos) se iniciou nas duas primeiras décadas do século XX. O café, o cacau e o gado foram ultrapassados pelo ouro negro. A riqueza maior já não vinha do solo, mas sim do subsolo. O país iniciou a transformação do rural para o urbano. Ao iniciar o século XX mais de 85% da sociedade venezuelana vivia em pequenos povoados rurais com menos de 2500 habitantes. Cerca de 66% da população trabalhava na monocultura do café e cacau, ou na criação de gado. Junto ao avanço da indústria petrolífera também se desenvolveu o setor de eletricidade, surgiram as primeiras fábricas de cerveja, chocolate, cigarros, têxtil, vidro, cimento, calçados, perfumes, sabão, produtos farmacêuticos e materiais de construção. Em meio a essas transformações surge também uma pequena classe operária, assim como a classe burguesa comercial e financeira. O campesinato seguia sendo o setor mais numeroso e mais afetado pela pobreza extrema, doenças, fome e analfabetismo. Os latifundiários ainda eram o grupo social mais importante e influente econômica e politicamente. Porém à medida que se acelerou o crescimento e a modernização da atividade petrolífera, das fábricas, do comércio e da atividade financeira, a economia agrícola do país foi entrando em franca decadência. Internamente a decadência vinha da falta de investimento em mo-

dernização dos processos de produção, processamento e beneficiamento das matérias-primas, resultando em pouco ou nenhum aumento da produtividade, sem agregação de valor. O trabalho nas fazendas era de baixa remuneração e em péssimas condições. Já como fatores externos, a cada ano os preços das matérias-primas agrícolas baixavam devido à competição entre os muitos países que ofereciam crescentes volumes de bens agrícolas no mercado internacional. Essa decadência contribuiu para o fortalecimento da classe burguesa comercial e financeira sobre os latifundiários e também levou o campesinato a iniciar um êxodo rural que se estenderia por todo século XX.

Em 1944 foi criada clandestinamente por oficiais militares a União Patriótica Militar, que em outubro de 1945 daria fim a quatro décadas de ditadura no país. Uma junta revolucionária cívico-militar, presidida pelo advogado e jornalista *Rómulo Bitancourt* assume o governo de forma provisória. São convocadas eleições constituintes em 1946, onde por meio do voto direto e secreto a população elegeu os representantes da assembleia constituinte, nessas eleições pela primeira vez as mulheres puderam votar. Em meados de 1947 entra em vigor a nova constituição garantindo pela primeira vez o sufrágio universal direto e secreto, autonomia e integridade territorial dos Estados, além de dar relevância ao tema da reforma agrária. Em fevereiro de 1948 a Venezuela elegeu seu primeiro presidente civil pelo voto popular, o escritor *Rómulo Gallegos*. No entanto, o governo de *Rómulo Gallegos* durou menos de 10 meses, um novo golpe de estado, em novembro de 1948, pôs fim ao breve triênio democrático. O golpe trouxe novamente a repressão, perseguição de opositores, cassação da liberdade política dos partidos e da liberdade de expressão. O principal ditador des-

se período foi o general *Marcos Pérez Jiménez*, que se perpetuou no poder até 23 de janeiro 1958, quando foi retirado do poder graças à pressão popular e à organização dos partidos de oposição. A ditadura de *Marcos Pérez Jiménez* foi a última ditadura que aconteceu na Venezuela. Em dezembro daquele ano foram realizadas eleições presidenciais com voto livre e secreto, iniciava-se uma nova era democrática, também chamada por alguns historiadores: quarta república. Entre 1936-1958 as ditaduras contaram com investimentos de capital estadunidense em muitos setores da economia, principalmente no setor petroleiro, mineração e construção civil. As importações se intensificaram e o petróleo se consolidou como fator determinante do ritmo econômico do país. Ocorreram muitas transformações na infraestrutura: estradas, rodovias, construção de hospitais, escolas, universidades, casas populares em zonas urbanas, edifícios públicos e privados. Os avanços marcaram a ascensão da classe burguesa comercial e financeira sobre a classe latifundiária, tornando-se a principal classe social do país. É nesse período, que pela primeira vez, o número da população urbana supera a população rural, embora o campesinato ainda representasse a maior classe de trabalhadores do país (mais explorada e menos remunerada), em 1950, 46% da população vivia em zonas rurais. Também nesse período se desenvolvem, em meio à forte repressão e resistência armada, as raízes dos atuais partidos políticos venezuelanos; sociais cristãos, sociais democratas e socialistas. Os partidos foram importantíssimos ajudando a canalizar a participação cidadã nas questões políticas do país nesse período.

A democracia liberal “*pacto de punto fijo*”

O período é conhecido como era da democracia liberal (1958-1998), foi marcado pelo acordo político entre três partidos AD (Ação Democrática), COPEI (Comitê de Organização Popular Eleitoral Independente) e URD (União Republicana Democrática), sendo que a URD se retirou do acordo, após o primeiro governo. O acordo ficou conhecido como “Pacto de *Punto Fijo*”, no pacto os partidos se comprometeram em estabilizar o regime democrático e governar cooperando conjuntamente, independente de quem vencesse as eleições. O bipartidarismo (AD-COPEI) controlou o poder político a tal extremo, que a oposição os acusava de haver criado uma democracia deformada. Na década 60, parte da oposição recorreu à luta armada, criando várias frentes guerrilheiras. Durante os anos setenta houve a pacificação e a anistia, restando pequenos núcleos de guerrilha que perduraram durante os anos 80. Nesse período destacam-se avanços nas áreas de saúde, educação e moradia. Além do desenvolvimento de indústrias básicas e infraestrutura, tais como rodovias, estradas, pontes, portos, aeroportos, hospitais, saneamento básico, comunicações e redes de energia elétrica. Porém esse período também foi marcado por casos de corrupção com a máquina pública, desigualdade social, aumento da pobreza, aumento da inflação, déficit fiscal e aumento da dívida externa. Entre 1958-1978 foi adotada a política de substituição de importações, visando fortalecer a produção interna e modernizar o incipiente setor industrial. O Estado nacionalizou as indústrias de ferro, gás e petróleo e realizou enormes investimentos em grandes complexos industriais. Foram criadas medidas para regular o investimento estrangeiro e proteger a indústria nacio-

nal, o Estado tornou-se o principal regulador da economia. Nesse contexto, a agricultura passou por um processo de modernização fomentado e financiado pelo Estado, foram implementados novos sistemas agroindustriais para aumentar e modernizar a produção de milho, arroz, trigo, aves e leite. O Estado subsidiou a compra de insumos, máquinas e implementos agrícolas, a produção se elevou consideravelmente. A Lei de Reforma Agrária de 1960, expandiu a fronteira agrícola, aumentou o número de pequenos e médios proprietários, muitos deles filhos de camponeses sem-terra, e também criou políticas para fomentar a comercialização interna de produtos agrícolas. A chegada de serviços básicos e projetos de moradia melhorou a qualidade de vida no campo. Porém o processo de criação de assentamentos não acompanhou o ritmo de crescimento da população, em 1980, 100 mil famílias haviam sido assentadas, no entanto, haviam 400 mil famílias sem-terra, essa situação contribuiu ao crescente êxodo rural.

Nos anos 80, a baixa do preço do petróleo e de outras matérias-primas, somada ao aumento das taxas de juros no mercado internacional, provocaram a fuga de capital para o estrangeiro e o descontrole das taxas de câmbio. A década foi marcada pelo aumento do déficit fiscal e da dívida externa. O “boom” do petróleo, responsável pelo crescimento dos anos 60 e 70, já não podia financiar o crescimento econômico e o modelo de substituição de importações. Como alternativa à crise, entre 1983-1988 o Estado adotou a política de menos intervenção direta, o financiamento público deu lugar ao capital financeiro privado. No setor agrícola significou a diminuição de fomentos e subsídios por parte do Estado. A partir desse momento, os bancos foram obrigados a destinar linhas de crédito para a agricultura a taxas de juros preferen-

ciais. Essa política gerou a expansão da produção agrícola, porém priorizou os grandes produtores e deu pouca atenção ao médio e pequeno produtor, paralisando o avanço da reforma agrária e contribuindo ao contínuo êxodo rural. Entre 1989-1998, buscando superar a recessão econômica e renegociar a dívida externa, foram realizados ajustes macroeconômicos ditados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A nova estratégia consistia na liberalização da economia, menos participação do Estado, abertura ao comércio exterior, reforma comercial profunda e liberação da taxa de juros e cambial. As medidas geraram um grande descontentamento popular; aumento de tarifas nos serviços públicos; aumento do preço da gasolina, transporte público, alimentos, etc. Na manhã do dia 27 de fevereiro, uma onda generalizada de protestos se iniciou em Caracas e se expandiu por todas as regiões do país. Houve dura repressão por parte da polícia e do exército, esse dia ficou conhecido como “*Caracazo*”. Na agricultura essa nova política trouxe a eliminação total dos subsídios e programas de apoio, fim das linhas de crédito preferenciais para o fomento da produção e comercialização. Devido à nova política cambial, os produtos nacionais começaram a perder espaço no mercado interno para os produtos importados. Entre 1988-1998 o produto interno bruto do setor agrícola caiu 17%. A produção interna foi desestimulada e aumentou a dependência de importações de insumos e alimentos.

A revolução bolivariana e o período Chávez

Hugo Chávez governou o país de 1999 até seu falecimento em março de 2013, foram três mandatos, sendo que o último não foi

completado. Esse período foi marcado por tensões políticas com a oposição, mudanças institucionais profundas e reconhecimento internacional da melhoria da qualidade de vida do povo venezuelano, no âmbito econômico, social e cultural. A nova constituição de 1999 reconheceu amplamente os direitos dos povos indígenas e trouxe um amplo capítulo sobre os direitos humanos. Incluiu meios de participação e protagonismo político da população nas eleições de cargos públicos, consulta popular, revogatório do mandato presidencial, iniciativa legislativa, assembleia de cidadãos e cidadãs para criação de instâncias de atenção popular, autogestão, cogestão, cooperativas, empresas comunitárias, além da participação do povo na execução e controle da gestão pública. A lei de hidrocarbonetos de 2001, aumentou para 30% a tarifa tributária paga pelas empresas transnacionais nas atividades de exploração petroleira no país. A lei de terra e desenvolvimento agrário, do mesmo ano, visava expropriar os latifúndios improdutivos e entregar as terras ao campesinato. No período de 1999-2013 o crescimento econômico trouxe prosperidade e beneficiou setores tradicionalmente esquecidos da sociedade venezuelana. A inflação caiu a níveis baixíssimos, algo que não se via no país desde a década de 80. O desemprego caiu de 14,5% para 7,8%. A pobreza extrema diminuiu em 70%. Também foram criadas muitas missões sociais (missões Bolivarianas) para prestar serviços públicos de saúde, educação e moradia aos mais necessitados. No período *Chavéz* foi erradicado o analfabetismo e nunca na história do país tantos venezuelanos tiveram acesso à universidade. O crescimento econômico da era *Chávez* teve como base de impulso a alta dos preços do petróleo, isso permitiu inúmeros investimentos em infraestrutura e políticas sociais. A agricultura foi muito beneficiada

nesse período, assim como o campesinato. Entre 1999-2012 foram regularizados mais de 10 milhões de hectares, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas, sendo que 3,7 milhões de hectares foram expropriados de latifúndios. A Lei de Reforma Agrária de 1960, regularizou 13 milhões de hectares, porém levou 40 anos para isso (1960-1998). No governo *Chávez* muitas ações foram adotadas para melhorar a infraestrutura e promover o desenvolvimento social integral no meio rural. Instituições existentes foram renovadas e fortalecidas, foram criados programas e mecanismos para favorecer a distribuição e regularização das terras, fomentar as atividades agrícolas, gerar insumos, créditos, capacitação e assistência técnica para a agricultura de pequena, média e grande escala. Foi criado o Ministério do Poder Popular para Economia Social para fomentar a criação de cooperativas e pequenas empresas através de microcréditos. Inegavelmente houve um compromisso com o desenvolvimento social integral das comunidades campesinas e indígenas, onde muitas experiências individuais e coletivas tiveram êxito. Os grandes produtores agrícolas também receberam incentivos para modernizar e otimizar o uso da terra e os processos de agroindustrialização. Embora tenha ocorrido avanços, os resultados não foram condizentes com a grande soma de recursos investidos pelo governo, o país continuou dependente da importação de alimentos e a agricultura continuou dependente dos recursos do Estado, vindos da renda petroleira.

O período *Chávez* também recebeu muitas críticas e foi marcado por tensões de ordem nacional e internacional. O Programa Pátria, lançado em 2000, tinha como base estreitar as relações com países emergentes e diminuir a dependência das grandes potências econômicas da América do Norte e da Europa, em seto-

res estratégicos da soberania nacional. Em 2001 foram aprovados por ordem executiva, 49 decretos-lei: lei de terras e desenvolvimento agrário, lei de pesca, lei de hidrocarbonetos, entre outras. O Programa Pátria e os decretos-lei, geraram descontentamento por parte da oposição e de setores da economia nacional e internacional. As tensões culminaram no golpe de estado em 11 de abril de 2002, no entanto, após grandes mobilizações populares, *Hugo Chávez* reassumiu o governo em 13 de abril do mesmo ano. O golpe de estado contou com participação de parte das Forças Armadas, paramilitares colombianos, parte da oposição e parte da imprensa. O governo de *Chávez* também denunciou a participação do Departamento de Estado dos Estados Unidos no golpe, dado aos interesses econômicos que o país tinha no setor petrolífero da Venezuela e ao rápido reconhecimento do governo Bush ao presidente que assumiu após o golpe, além de outros indícios. Ainda em 2002 uma série de greves promovidas pela oposição e grandes empresários do setor de petróleo, gás e transporte, afetaram a economia em 2002 e 2003. A partir de 2004 a economia voltou a crescer, o crescimento seguiu estável até 2012, passando por uma pequena queda nos anos de 2009 e 2010. Embora tenha havido crescimento econômico, parte do setor privado manteve críticas permanentes à gestão de *Chávez*. Como fatores negativos deste período destaca-se a ineficiência no combate à corrupção, aumento da dívida externa, aumento do déficit fiscal, incapacidade do Estado em conter o contrabando de alimentos, produtos e combustível para a Colômbia, a manutenção da dependência de importações e a continuidade do rentismo petrolífero. Alguns analistas dizem que *Chávez* contribuiu com a polarização política no país. Porém, outros analistas explicam que a polarização foi resul-

tado da maior instrução e participação da população na política nacional.

A voz do campesinato e dos indígenas

Durante o governo *Chavéz*, o campesinato teve voz e representatividade como nunca na Venezuela. A organização foi estimulada e fortalecida. Nasceram diversos movimentos populares no campo; *Frente Campesina Revolucionária Simón Bolívar* (2001), *Frente Campesina Revolucionária Zamora* (2001), *Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora* (2003), *Movimento Campesino Socialista Jirajaras* (2005), *Frente de Trabajadores (as) Rurales Tierra e Hombres Libres* (2011), entre outros. Em 2006 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Camponesas. Também foram criados programas governamentais para estimular a volta ao campo, a agricultura urbana e periurbana. Com um maior nível de organização, os movimentos campesinos tiveram muitas conquistas e melhora na qualidade de vida. Houve a diminuição da violência e da impunidade nos conflitos entre famílias camponesas e latifundiários, devido à maior presença do Estado como mediador dos conflitos, porém também ocorreram casos de ineficiência e corrupção de agentes governamentais na resolução dos conflitos e na distribuição das terras. A luta do campesinato pela terra, contra o latifúndio e contra o Estado seguiu vigente durante o período *Chávez*, o latifúndio teve uma pequena redução, quando comparado aos números anteriores ao ano de 1999. A constituição de 1999 previa a extinção do latifúndio improdutivo, não do latifúndio, visto que os latifundiários receberam muitos recursos

do governo durante a gestão de *Chavéz*. A situação dos povos indígenas nesse período também passou por diversas transformações. A constituição de 1999 reconheceu, pela primeira vez na história da Venezuela, os direitos dos povos indígenas como culturas originárias formando parte da nação, reconhecendo sua cidadania e direitos políticos, assim como a proteção de sua cultura, formas de vida, territórios, desenvolvimento social e econômico. Em 2007 foi criado o Ministério do Poder Popular para os Povos Indígenas, muitas organizações indígenas nasceram, juntando-se às poucas que existiam antes de 1999, entre elas; Organização Indígena *Piaroa Unidos do Sipapo* (OIPUS), Organização *Ye'kuana* do Alto *Venturi* (KUYUNU), Organização *Yanomami* (HORONAMI), Organização das Mulheres Indígenas do Amazonas (OMIDA), Associação de professores *Piaroa (Madoya Huarijja)*, Movimento Político Povo Unido Multiétnico do Amazonas (PUAMA), entre outras. O período *Chavéz* foi marcado por um apoderamento indígena na sociedade Venezuela, jamais visto desde a chegada dos espanhóis. As populações indígenas tiveram acesso à assistência médica, educação, representação política, além de serviços básicos e diferentes medidas de desenvolvimento social, dependendo da região e o grau de abertura de cada comunidade. Entre 2005-2013 foram entregues 80 títulos de terras, totalizando uma área de mais de 2 milhões de hectares para 372 comunidades, de um total de 3000 comunidades. Foram beneficiados 11 povos indígenas, de um total de 50 reconhecidos, segundo o censo de 2011. Os instrumentos legais criados contribuíram para a organização dos povos indígenas em busca do reconhecimento dos seus territórios ancestrais. Apesar dos avanços, o processo de demarcação teve problemas de organização, planejamento e execução. O conflito de interesses

entre as empresas privadas e o Estado contribuiu para a lentidão do processo de demarcação.

A crise atual e o período de *Nicolás Maduro*

Para analisar o período *Maduro* com mais coerência é importante levar em conta todas as dificuldades que as sanções econômicas e financeiras geraram ao modelo econômico venezuelano a partir de 2014. As medidas coercitivas unilaterais contra Venezuela iniciaram através do Mercosul, Organizações dos Estados Americanos (OEA) e de países da região (principalmente a Colômbia). Em abril de 2014, o congresso dos Estados Unidos apresentou uma legislação especial que autorizou o Presidente Barack Obama a assinar uma ordem executiva que declarou a Venezuela como uma ameaça extraordinária para a segurança nacional e para a política exterior dos Estados Unidos. A lei deu lugar a uma série de medidas que afetaram a soberania da Venezuela. Em 2017, a União Europeia somou-se aos Estados Unidos nas ações de isolamento à nação venezuelana. As sanções impostas à Venezuela pelo governo dos Estados Unidos têm gerado impactos graves à população. As sanções reduziram a ingestão calórica da população, dificultaram o tratamento de doenças e aumentaram a mortalidade de idosos, adultos e crianças, além de forçar a migração de milhões de venezuelanos que deixaram o país em virtude da depressão econômica e da hiperinflação. As sanções aprofundaram a crise econômica e tornaram quase impossível estabilizar a economia. Todos esses impactos prejudicaram de maneira dramática a população mais pobre e mais vulnerável. As amplas sanções de 2017,

foram aprofundadas por sanções ainda mais severas e destrutivas em 2019. As sanções de 2019, junto ao reconhecimento do governo paralelo liderado por *Juan Guaidó*, criaram um conjunto maior de travas financeiras e comerciais que asfixiaram ainda mais a economia da Venezuela. As sanções infringem as convenções internacionais de Genebra e de Haia, das quais o Estados Unidos é signatário. As sanções desrespeitam inclusive a própria legislação estadunidense, pois violam os direitos internacionais gerando graves danos à vida e à saúde humana.

Na gestão de *Maduro* a polarização política chegou a níveis extremos. A vitória eleitoral de *Maduro* no primeiro mandato foi por uma margem muito pequena. A oposição mais radical não aceitou a derrota e estimulou a população a protestar. Uma série de protestos tomaram o país no ano de 2014, houve 43 mortos entre opositores, chavistas e forças de segurança. Já em 2015 a oposição conseguiu uma expressiva vitória nas eleições parlamentares, obtendo grande maioria das cadeiras na assembleia nacional. O ano de 2016 foi marcado por constantes embates entre a assembleia nacional e o governo, não houve cooperação entre os poderes. No início de 2017 a oposição chamou mais uma vez seus votantes a manifestações, as manifestações foram mais violentas que em 2014 e exigiam a saída de *Maduro*. Nessas manifestações 165 pessoas morreram, entre opositores, chavistas e forças de segurança. Ainda em 2017 a assembleia nacional foi declarada em desacato à constituição e o presidente *Maduro* convocou eleições para uma nova assembleia nacional constituinte. A nova assembleia tomou posse ainda em 2017, dissolvendo a antiga assembleia nacional e convocando novas eleições. Alguns deputados da antiga assembleia nacional foram presos acusados de incitar a violência

nos protestos do início de 2017. O Partido Socialista Unido da Venezuela – PSUV) venceu 20 dos 23 estados nas eleições de governadores em 2017 e nas presidenciais de 2018 Maduro foi reeleito. Entre 2014 e 2016 a escassez de alimentos afetou o país de forma grave, embora também tenha ocorrido no período *Chavéz*, em momentos próximos às eleições, no primeiro governo de *Maduro* a escassez foi utilizada como fator de desestabilização permanente. A escassez se origina da insatisfação de parte do setor empresarial privado de oposição e tem como objetivo afetar a popularidade do governo. A escassez é gerada a partir do armazenamento de produtos e alimentos, principalmente não perecíveis, muitos desses produtos e alimentos são queimados, enterrados ou contrabandeados para Colômbia. Nesse sistema participam grandes empresários, políticos da oposição, agentes corruptos das instituições governamentais, a polícia e o exército, além do cidadão comum, seja por ser opositor ao governo ou mesmo por necessidade. A retirada de produtos do mercado gera maior demanda e consequentemente desequilibra os preços, paralelamente funciona um mercado paralelo que especula com preços elevados, tornando esse mercado cada vez mais atrativo à corrupção. O governo *Maduro* adotou uma série de medidas para combater esse sistema, tais como: diminuição das taxas de câmbio para importações de matéria-prima, tabelamento de preços, fiscalização de estabelecimentos e auditorias frequentes a grandes empresas. Essas ações funcionaram em certa medida, terminaram com a escassez de alimentos e muitos produtos, mas não foram eficazes para conter a especulação de preços.

O campesinato tem sido muito importante nesse período, pois a produção camponesa vem abastecendo os grandes centros com

cada vez mais volume e diversidade de alimentos, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos do país. Os camponeses estão cada vez mais organizados e conquistando cada vez mais espaço e representatividade na política nacional. Atualmente os movimentos camponeses são os principais defensores e promotores da agroecologia e da transição agroecológica, da produção de sementes e do cuidado com a terra e as águas. Segundo dados governamentais de 2018, a população rural venezuelana é de 3,4 milhões de pessoas, o que representa 11,8% da população. Estima-se que 1,5 milhões representam o campesinato e a agricultura familiar. Em 2018 os movimentos camponeses organizaram uma grande marcha à Caracas. A marcha partiu de *Guanare*, estado Portuguesa com 200 camponeses e camponesas, durante a caminhada mais pessoas se incorporaram, chegando ao palácio de governo em Caracas com mais de 2 mil camponeses e camponesas. Foram 21 dias percorrendo a pé 430 quilômetros. A marcha teve como objetivo denunciar a violência no campo, a burocratização e a lentidão na entrega das terras às famílias camponesas, além de reivindicar mais apoio do Estado para o acesso a insumos, maquinário e implementos. A violência no campo aumentou em comparação com o período *Chavéz*, parte pela ineficiência do Estado na resolução dos conflitos entre camponeses e latifundiários, parte pela ação truculenta da polícia e parte pela ação de grupos armados financiados por políticos da oposição radical e por latifundiários. Ataques e depredação de estruturas, roubo de animais e cultivos, assassinatos e perseguição a líderes camponeses, têm sido registrados com mais intensidade desde 2014. Após a marcha, muitas das demandas foram atendidas, porém muitas outras demandas seguem sem resolução. Em 2019 ocorreu o primeiro

congresso nacional camponês da Venezuela, com a participação de mais 500 movimentos populares do campo. O congresso debateu cinco pontos: organização política dos movimentos do campo, economia-produtiva, segurança judicial das terras camponesas, seguridade social dos camponeses e propostas de leis para a assembleia nacional constituinte. Apesar das dificuldades enfrentadas, os movimentos camponeses seguem se organizando e trabalhando pelo país. Nos últimos 20 anos os camponeses ganharam muito mais respeito e reconhecimento da sociedade venezuelana.

O atual momento também afetou os povos indígenas, o governo vem realizando grandes esforços para manter os programas sociais às comunidades indígenas. Programas de assistência médica, entrega de casas e projetos de economia-produtiva para a agricultura e pequenas fábricas. No entanto, a partir de 2016, o agravamento da crise diminuiu a capacidade de ação desses programas. Durante a gestão de *Maduro*, os movimentos indígenas também aumentaram a sua participação e representatividade na política nacional. Segundo o censo nacional de 2011, a população que se reconhece como indígena é de 870 mil indivíduos, representando 2,9% da população do país. Nos últimos anos muitas comunidades indígenas se aproximaram da sociedade, juntando-se ao campesinato na luta pela terra e por melhores condições para produzir e comercializar seus produtos de maneira digna e segura. Outras comunidades vivem mais isoladas, principalmente na zona oriental do país, nos estados Amazonas, Bolívar e Delta do Amacuro. Justamente nessas regiões está o maior foco de tensões nos últimos anos com as comunidades indígenas. Em 2016 uma área de 111,849,70 km² (12,2% do território do país) foi decretada zona estratégica de desenvolvimento para a mineração, chamada de arco mineiro

do Orinoco (rio Orinoco). Essa iniciativa se deu como alternativa para fortalecer a economia, dada a baixa dos preços do petróleo. Nessa área são extraídos bauxita, cobre, diamantes, ferro e ouro. O arco mineiro adquiriu um papel extremamente importante no enfrentamento à crise, pois a abundância de recursos extraídos dessa zona tem permitido suprir com matérias-primas parte da indústria nacional, além de gerar riqueza através da importação dessas matérias-primas. No entanto, essa atividade tem gerado inúmeras críticas ao governo por parte de muitas comunidades indígenas. As críticas fazem referência aos poucos estudos sobre os impactos ambientais e socioculturais da atividade de mineração. São 11 povos indígenas que possuem territórios vizinhos às áreas de mineração, essas comunidades estão solicitando a demarcação imediata de seus territórios visto que as atividades de mineração ilegal não estão respeitando seus territórios. O Estado militarizou a zona buscando conter a mineração ilegal, porém desde 2016 foram registrados conflitos entre grupos armados e as comunidades indígenas, assim também como perseguição e mortes de líderes das comunidades indígenas e rurais dessa zona. Algumas comunidades tiveram que deixar seus territórios devido ao medo de retaliações de grupos armados vinculados à mineração ilegal. O aumento da população de não indígenas nessas zonas devido à mineração legal e ilegal também trouxe doenças às comunidades isoladas. Em 2018 e 2019 uma série de protestos foram organizados pelos movimentos indígenas, entre as principais demandas estavam a revisão do projeto de mineração do arco mineiro e a reativação do processo de demarcação das terras indígenas, pois a partir de 2016 o processo de demarcação ficou mais lento, até 2019 somente 15% das terras indígenas tinham sido regularizadas.

Amélia Conde da Organização das Mulheres Indígenas da Amazônia – OMIDA, falou à imprensa em 2019: “Não somos antirrevolucionários, somos revolucionários, queremos estar a par dos planos e projetos do governo, pois exigimos do governo que nos consulte em seus planos.

A agricultura e a indústria nacional foram muito impactadas nesses últimos quatro anos, pois à medida que os preços do petróleo baixaram e as sanções se agravaram, as importações de insumos, maquinário, implementos, peças de reposição e medicamentos diminuíram radicalmente. Essas dificuldades comprometeram a capacidade da produção nacional e levaram o governo a importar alimentos para complementar a produção nacional e atender a demanda de consumo. As sanções de 2017 e 2019 restringiram ainda mais as importações e limitaram muito o acesso do país ao mercado internacional. As ameaças dos Estados Unidos em aplicar sanções aos países que comercializem com a Venezuela aumentaram ainda mais o isolamento econômico do país. Muitas indústrias diminuíram sua capacidade produtiva por falta de peças de reposição e matéria-prima. Apesar das dificuldades, muitas médias e pequenas empresas coletivas e familiares (comunas, cooperativas, associações) têm demonstrado resiliência e criatividade para enfrentar a crise. A produção de alimentos e itens básicos aumentaram, novas marcas nacionais surgiram e desbancaram o monopólio de grandes empresas dentro do país, empresas essas que contribuíram com a escassez de alimentos e produtos entre 2014-2016. Porém a dependência das importações ainda se mantém. Atualmente os principais parceiros econômicos da Venezuela são; China, Rússia, Irã, Cuba e Turquia. Sem essas relações comerciais, ainda que limitadas devido às sanções, a si-

tuação da Venezuela seria ainda mais dramática. Atualmente não faltam alimentos nem itens básicos nos mercados, no entanto, a hiperinflação e a desvalorização da moeda nacional, fazem que cada vez menos venezuelanos consigam ter acesso a esses produtos. O governo tem um programa de distribuição de alimentos a preço subsidiado, porém devido ao aprofundamento da crise essa ajuda ainda não é suficiente. A dependência do petróleo fez com que a economia venezuelana passasse por altos e baixos ao longo do século XX, os governos de *Hugo Chávez* e *Nicolás Maduro* não criaram esse modelo de dependência, porém foram ineficazes em criar alternativas para romper essa dependência. Existe uma opinião quase unânime, inclusive entre parte dos opositores ao governo, que o país não estaria passando pela crise atual se não fossem as sanções econômicas e financeiras. Desde janeiro de 2020 o país está sofrendo um bloqueio naval chefiado pelos Estados Unidos, atualmente a ponte aérea é o único caminho comercial que o país possui. Os países que defendem as sanções contra a Venezuela justificam que as medidas são para prejudicar o governo, mas na verdade as sanções têm prejudicado todo o povo venezuelano, principalmente os mais pobres, que são a base do eleitorado chavista e que foram os principais beneficiados pelas políticas de governo nos últimos 20 anos.



La estrecha relación entre los intereses del capital y la dinámica política

MARIELLE PALAU

ABEL IRALA

PARAGUAY HA SUFRIDO UNA DE LAS DICTADURAS MÁS LARGAS DEL continente, entre 1954 y 1989. El dictador Alfredo Stroessner se ha mantenido en el poder sostenido por las Fuerzas Armadas y por el partido de la Asociación Nacional Republicana (ANR), este periodo fue clave para la expansión del capitalismo en el Paraguay rural, impulsó la revolución verde y sentó las bases para el desarrollo de los agronegocios en el país.

Este texto realiza un breve análisis sobre el proceso político que fue conducido por el Partido Colorado -el mismo que sostuvo a Stroessner en el poder- y la influencia por parte de Estados Unidos y de las corporaciones nacionales en la vida política del país, y las modificaciones agrarias que se fueron implementando.

En este marco se hace mención al conflicto por la tierra, las relaciones de poder y las amenazas que existen sobre las condiciones de vida de las comunidades campesinas. Se destaca el protago-

nismo y la importancia de los movimientos campesinos y su lucha por la democratización de la tierra y la sociedad.

El extractivismo -altamente cuestionado por sus resultados nefastos- ha conseguido avanzar en el Paraguay. Cada vez existe mayor concentración de tierra, la soja como monocultivo se ha extendido a varias regiones del país, en muchas de ellas sobre territorio campesino e indígena, ha aumentado el uso de agroquímicos y se han aprobado eventos transgénicos; concomitantemente se va rediseñando un proyecto conservador y violento que le permite al modelo productivo poder sobrevivir en medio de tantas desigualdades.

Dictadura y revolución verde

Para abordar el avance actual del conservadurismo en el Paraguay, es preciso hacer referencia a lo que significó la dictadura de Stroessner (1954-1989) cuyo lema en sus últimos años fue “Paz y progreso”. Afiches con su tenebroso rostro y esta frase, empapelaban las calles de la capital del país y una foto encuadrada en marcos dorados pretendía dar la bienvenida en la mayoría de los comercios.

La dictadura bajo el mando del militar y colorado¹ Alfredo Stroessner, tuvo un fuerte componente personalista, propio del liderazgo mesiánico del dictador, fue una de las tantas dictaduras de extrema derecha en el continente bajo la Doctrina de Seguridad Nacional de los Estados Unidos. El poder del norte no solo instaló y financió gobiernos dictatoriales a lo largo del Continente Ameri-

¹ Referido al Partido Colorado o Asociación Nacional Republicana (ANR).

cano, también entrenó en métodos “contrainsurgentes”; hasta una escuela tenían para el efecto -a fin de brindar alto entrenamiento (inclusive en métodos de tortura) a los militares encargados de mantener los regímenes- conocida como Escuela de las Américas, instalada en Panamá en 1946, que sigue funcionando hasta la fecha (aunque con otro nombre) y que ha formado a más de 60 mil militares² en países como Chile, Nicaragua, Honduras, Colombia, Paraguay y más.

El terrorismo de estado que se implementó en Paraguay por 35 años consecutivos, tuvo una clara definición ideológica y un proyecto a implementar y desarrollar. La derecha autoritaria se encargó de perseguir y eliminar toda oposición partidaria y/o social, con mecanismos violentos y otros en el plano simbólico, para ello utilizó la delación, el encarcelamiento, diferentes tipos de tortura, exilio y asesinatos que le permitieron desatar el miedo y la sumisión como forma de mantenerse en el gobierno (CVJ, 2008).

Así la dictadura fue cruenta y durante los largos años que duró, implementó diferentes estrategias para mantenerse en el poder. La persecución y el exilio -incluso a moderados de su propio partido- fue la primera de ellas, represión selectiva y preventiva, apresamientos arbitrarios, torturas y desaparición de 425 personas. Quizás uno de los elementos más significativos fue una red de delatores sociales que lograron truncar muchos intentos por derrocar al régimen. A ello hay que sumarle el elemento propagandístico, Stroessner contaba con las “cadenas” radiales y televisivas en las que diariamente transmitía un mensaje anticomunista y anti

² SOA Watch “La Escuela de las Américas. Las Escuela de asesinos” (2010) disponible en <https://web.archive.org/web/20100413155221/http://www.soaw.org/article.php?id=388>

los subversivos (el masculino es intencional) contra los apátridas, que llegaba a gran parte de la población del país, todos los días de la semana.

Las políticas norteamericanas no se limitaban al cruel control político para evitar que otros pueblos sigan el ejemplo cubano, también en nombre del progreso y la productividad, la llamada revolución verde era parte del recetario para la región. Esta ofensiva -al menos en Paraguay- se inicia en la década del 50, e implicaba la expansión capitalista a nivel rural, los monocultivos van expandiéndose, las prácticas campesinas van siendo desvalorizadas con el discurso del progreso y la productividad. La expansión de la frontera agrícola, también respondió a los intereses de Brasil; Palau y Heikel (1987, 21) al respecto indicaron:

el recién asumido gobierno de Stroessner, con el apoyo estratégico del Brasil, decide implementar la así llamada 'Marcha hacia el Este' que respondía a la preocupación del Gobierno para desplazar la población al interior de la República a los efectos de la explotación de nuevas tierras (...). Esta 'marcha' coincide con la "Marcha hacia el Oeste" del Brasil, iniciada en 1952 y concomitante al desplazamiento de la frontera del curi y del café, quizá la producción de mayor concentración capitalista de la agricultura brasileña de la época. No debe subestimarse en todo caso, el hecho que la política de colonización del área se encuadre dentro de la Doctrina de Seguridad Nacional que implementa, entre otras, la tesis de los cercos vivos, frente a una situación de inestabilidad política como es la que caracterizaba en la época, principalmente al gobierno paraguayo. A la afinidad política entre los ejércitos de ambos países por un lado, y al importante valor estratégico de la región desde el punto de vista militar por otro, se sumaba

la necesidad de la apertura de un polo de desarrollo que hiciera de válvula de escape a la perentoria necesidad de tierra que aquejaba a la mayoría campesina empobrecida.

Es en la década de 1970 cuando se da con mayor fuerza la inversión brasileña en el fronterizo departamento de Alto Paraná, cuando pequeños y medianos productores brasileños van siendo desplazados de sus tierras -por grandes terratenientes que inician el cultivo de soja en los Estados de Río Grande do Sul y Paraná (Brasil)- y se trasladan al Paraguay, son ellos y sus familiares (denominados brasiguayos) los principales productores de soja hoy en Paraguay.

La dictadura cae y Paraguay va ajustándose a las condiciones necesarias para los nuevos proyectos del capital internacional, una democracia restringida a sus aspectos institucionales y el campo en condiciones de continuar avanzando a un nuevo modelo de agricultura empresarial. Hacer realidad las ansias de una democracia plena, que garantice derechos políticos, económicos, sociales y culturales de gran parte de la población, continúa siendo una tarea inconclusa.

La “transición” política y hacia la hegemonía de los agronegocios

La dictadura “cayó” en febrero de 1989, derrocada por un golpe de estado encabezado por el Gral. Andrés Rodríguez -consuegro y cercano colaborador de Alfredo Stroessner- quien fue electo como presidente de la república en las elecciones del año 1990. Con él se inició la llamada “transición política”, paradójicamente,

un militar del propio Partido Colorado, que había sostenido una de las dictaduras más largas del continente.

Cabe recordar el contexto regional de la época, en el que los regímenes autoritarios de la región iban poniéndose a tono con los dictados del norte, quienes consideraban más propicio gobiernos con una mayor apertura política para avanzar en el recetario de la Escuela de Chicago. Los primeros años estuvieron dedicados a ajustar los marcos normativos -entre ellos la Constitución Nacional- a la nueva época, al tiempo que las organizaciones sociales pretendían hacer realidad esa democracia a la que aspiraron durante la dictadura: libertad sindical y mejores condiciones laborales, tierra y políticas para la agricultura campesina, plena libertad de expresión y organización, entre otras.

Sin embargo, a la caída de la dictadura no le sucedió ese modelo de democracia por el que tanto se había luchado; si bien las libertades civiles y políticas se ampliaron, la misma se limitó a sus aspectos formales, principalmente el electoral. Desde el año 1990 hasta la fecha, el rito de las elecciones continuó cumpliéndose rigurosamente, en cada una de ellas con el triunfo electoral del Partido Colorado (salvo las elecciones del 2008). Ni el coloradismo, ni los Estados Unidos perdieron su influencia y su poder posterior a la dictadura, han sido actores claves para renovar una forma de acumulación y dominación política, que como se analizará más adelante, recobra fuerza en la actualidad.

En palabras de Schwartzman (2015, p: 12).

La transición democrática en estas condiciones será siempre restringida, más orientada a la actualización que al cambio estructural, y a lograr primordialmente la sobredeterminación liberal de la sociedad. Por lo

tanto, no se trata de transición a la democracia en un sentido amplio y profundo, sino a un estado liberal, de derecho, de una organización capitalista dependiente, con un severo predominio de la producción primaria”.

En los años posteriores a la caída de la dictadura, el coloradismo o ANR se ha convertido en el portavoz más importante de la derecha paraguaya, aunque no es la única expresión política conservadora, neoliberal y extractivista, pero sí el vehículo para garantizar el control estatal de terratenientes y empresarios vinculados al capital internacional.

La década del 90 estuvo marcada por cambios institucionales y sobre todo por importantes movilizaciones sociales reivindicativas. Inicialmente, las impulsadas por centrales sindicales que rechazaban las políticas neoliberales que se pretendían implementar y, posteriormente, a partir de mediados de esa década, son lideradas -en su mayoría- por el movimiento campesino exigiendo reforma agraria, bandera a la cual sumaron la crítica al agronegocio, inicialmente por el impacto de las fumigaciones en las comunidades y al poco tiempo por la expansión del modelo agroempresarial sobre sus territorios. Cabe señalar que es en esta década cuando más victorias tuvo el movimiento, el 56% de las tierras conquistadas hasta el año 2018. (KRETSCHMER, et.al. 2019).

Los conflictos por la tierra fueron en aumento y a la par las políticas de criminalización, el estigma de haraganes y atrasados -por no disciplinarse a la lógica productivista del capitalismo actual-, represiones violentas principalmente en el marco de desalojos de las tierras reclamadas y, a partir del nuevo siglo, procesos de judicialización; no puede dejar de señalarse que el asesinato

selectivo de líderes sociales fue casi exclusivamente a referentes de base de organizaciones campesinas.

El avance del capitalismo agrario -principalmente con el monocultivo de soja como punta de lanza- se extendía cada vez más aceleradamente sobre tierras campesinas e iba destruyendo sus condiciones de vida. La tierra es considerada mercancía, dominada por una lógica de mercado para su explotación, en donde el campesinado y su lógica de vinculación con el territorio, va teniendo cada vez menor cabida. No se trata de sujetos *explotados*, sino de sujetos *expulsados* de sus propios territorios, que pasan a ser controlados por corporaciones multinacionales (IZÁ, 2018).

Estas condiciones estructurales y coyunturales, además del alto grado de cohesión que habían logrado en ese momento, colocaron al movimiento campesino como el actor social más importante y el articulador del movimiento popular en el país. En efecto, las luchas más importantes han sido lideradas por el movimiento campesino que ha logrado alianzas -algunas menos temporales que otras- con diferentes sectores sociales, ya sean trabajadores/as, pobladores/as barriales y jóvenes. En el año 2002 se dio el momento cúlmine de la acumulación del movimiento popular, que articulado en el Congreso Democrático del Pueblo (CDP), logran frenar las políticas de privatización y la aprobación de la ley antiterrorista. Este espacio se desarticula por tensiones en torno a la participación electoral, lo que afecta principalmente al movimiento campesino que profundiza su división y sus posteriores escisiones.

Cabe tener en cuenta que otro elemento clave para analizar la actual situación del país, es que Paraguay ha sido históricamente un país agroexportador. La madera, la yerba, el tanino del quebr-

cho, fueron los principales productos de exportación hasta mediados del siglo XX, siendo remplazado luego por el algodón en la década del setenta. El plan algodonero se dio en el marco de la llamada “revolución verde”, la arremetida del capitalismo en la agricultura, que con el discurso del progreso y la productividad, semillas híbridas, extensos monocultivos, agrotóxicos y maquinarias, fueron cambiando la dinámica productiva. El algodón fue cultivado tanto por el campesinado como por el empresariado agrícola, lo que permitió la “convivencia” -no exenta de conflictos- de ambos modelos productivos. El boom del algodón desaparece en los años noventa y va siendo reemplazado por el cultivo de soja, que a diferencia del algodón solo es “un negocio” cuando es cultivado en extensas propiedades. Esto va provocando la expansión de los grandes sojales sobre territorios campesinos e indígenas, con el alza de la conflictividad que ello implica.

Es a partir de este nuevo siglo, cuando el uso de semillas transgénicas empieza a invadir aceleradamente gran parte del territorio paraguayo. La soja transgénica conocida como RR1 empieza a ser utilizada de manera ilegal, ingresa de contrabando desde Argentina a mediados de los 90, se legaliza en el año 2004, cuando la soja ya ocupaba 1.870.000 ⁽³⁾ ha y junto con otros rubros del agronegocio (como la caña de azúcar, trigo, arroz y maíz) utilizaban 2.789.729 ⁴ de hectáreas de las tierras cultivables del país.

El Partido Colorado logró ganar cada una de las elecciones desde la caída de la dictadura, sin embargo, no logró aplicar al pie de la letra las medidas impuestas por el Fondo Monetario In-

³ Serie Histórica Temporal (1990-2019) MAG.

⁴ Datos elaborados en base a Síntesis Estadística de Producción Agropecuaria (2003-2004) MAG.

ternacional. Las dependencias gubernamentales adquirieron una fachada institucional, aunque en su dinámica continuó primando la lógica prebendaria, la independencia de poderes solo era un precepto constitucional, al tiempo que los reclamos populares no habían sido atendidos; ni siquiera los propios afiliados al partido colorado confiaban en su partido. Esta situación, además de la situación política regional en la que gobiernos “progresistas” fueron ganando elecciones y sus resultados eran observados por gran parte de la población paraguaya, posibilitaron una gran y heterogénea alianza de fuerzas políticas y sociales que impulsaron la candidatura de Fernando Lugo, rompiendo así más de 64 años de gobierno colorado.

Gobierno Lugo: aspiraciones frustradas

En abril del 2008, se logra que un candidato no colorado y que recogía las aspiraciones de gran parte de la población llegara a la presidencia de la república, Fernando Lugo, exobispo con un vínculo fuerte con las organizaciones campesinas, que había logrado la confianza de partidos políticos, tanto de derecha como algunos de izquierda.

Sin embargo, una vez más -como cuando cae la dictadura- las expectativas con el triunfo de Lugo fueron desmedidas. Las organizaciones que lo habían apoyado e hicieron realidad su victoria tenían las esperanzas que con él, la reforma agraria sería posible, así como tantas otras reivindicaciones históricas de los sectores populares. Sin embargo, la amplísima y heterogénea alianza que hizo posible su elección, imposibilitaba medidas “radicales” (en

el remoto caso que las mismas hubieran sido una aspiración del exobispo). Los ministerios más importantes fueron entregados a sectores neoliberales y los sociales a los de “izquierda”. El propio gobierno era un campo en disputa entre fuerzas políticas, incluidas las conservadoras que formaban parte del mismo gobierno y que cuatro años después, aliadas con el partido colorado, concretarían el golpe de estado.

Ese nuevo escenario reubica a los sujetos en disputa. Sectores campesinos, por ejemplo, al reconocer como suya la victoria electoral, inician una ofensiva para apoyar la reforma agraria y exigir el cumplimiento de las leyes ambientales, así como muchas de sus reivindicaciones, sin embargo, optan por canales institucionales y no de confrontación como lo habían realizado históricamente.

Sin embargo, más allá de las expectativas por el “cambio” muchas de las reglas de juego continúan siendo las mismas, los sectores de la clase dominante con todas las herramientas institucionales a su favor. Muchos de los medios de comunicación -como voceros de los sectores conservadores- persisten llevando adelante una directa persecución ideológica asentada en un renovado discurso anticomunista impuesto por la dictadura, contra el Presidente de ese entonces y cualquiera que lo apoyara, acusándolos de zurdos, izquierdistas, leninistas, al mejor estilo de la “guerra fría”, de ser castro-chavistas, de que se iban a expropiar las casas y bienes de las personas, entre otros. Este discurso no impidió la victoria electoral, pero pudo haber influido para que la interrupción a su mandato fuera posible.

Esta campaña de los sectores conservadores, tenía dos objetivos: hacer rebrotar el miedo que Stroessner había logrado instalar contra la izquierda y evitar que Lugo consolide su acercamiento

al movimiento popular. Eran conscientes que Lugo solo podría desarrollar un programa distinto, en la medida que contase con el apoyo del campo popular. En varios momentos el gobierno se encuentra frente a las presiones campesinas para implementar la reforma agraria y la de los empresarios agrícolas que exigen “seguridad para trabajar”.

En los primeros años, el discurso del gobierno no se diferenciaba mucho de sus predecesores: la defensa de la propiedad privada por sobre los derechos de comunidades enteras. Cuando se empieza a colocar la posibilidad de comenzar a discutir la reforma agraria, se concreta el golpe de estado después de veintitrés amenazas. Esto a pesar de que el gobierno aprobó la ley antiterrorista y profundizó el agronegocio en el país, al igual que los demás gobiernos progresistas de la región, aunque fuera a costa de las comunidades campesinas, indígenas y de la propia naturaleza.

A pesar de las presiones de las grandes corporaciones del agronegocio, no fue inscripto legalmente ningún nuevo evento transgénico por la institución responsable de hacerlo (SENAVE), sin embargo el ministro de Agricultura (del Partido Liberal Radical Auténtico), aprueba irregularmente un evento de algodón transgénico de Monsanto en el año 2011.

Algunos analistas plantean que el golpe fue un golpe de las empresas del agronegocio. Si bien éste puede ser considerado uno de los elementos para explicarlo, el mismo no tiene una única causa explicativa, podrían señalarse en términos generales el no disciplinamiento absoluto a los requerimientos del capital, o inclusive un golpe de carácter preventivo ante las posibilidades que la fuerza política del Presidente -el Frente Guazú- pueda en el 2013 plantear un programa más hacia la izquierda y avanzar electoralmente.

Restauración conservadora y consolidación el agronegocio

El 21 de junio del año 2012 culmina el juicio político realizado por el Congreso Nacional a Fernando Lugo, iniciado el día anterior. Se utilizó una figura constitucional para llevar adelante un golpe de estado y quebrantar la voluntad popular; durante el acto fueron leídas acusaciones ambiguas, vagas y con evidentes connotaciones ideológicas nacionalistas-conservadoras, como por ejemplo: “desde que asumió la conducción del país, gobierna promoviendo el odio entre los paraguayos, la lucha violenta entre pobres y ricos, la justicia por mano propia y la violación del derecho de propiedad, atentando de ese modo permanentemente contra la Carta Magna, las instituciones republicanas y el Estado de Derecho” (Libello Acusatorio, 2012. Diputado Oscar Tuma). Cabe recordar que la frase “el odio contra los paraguayos” era una constante en los discursos del dictador para justificar represiones y persecuciones políticas.

Esta nueva forma de derrocar gobiernos electos democráticamente por el voto popular que se inauguró en Honduras tres años antes, llegó al Paraguay y -pocos años después- se da en Brasil con el impeachment a Dilma Rousseff en el 2016 y contra Evo Morales en el 2019, que ni siquiera intentó disfrazarse de legalidad como los anteriores. Fueron los signos más evidentes de una arremetida política continental de los sectores conservadores, que con un discurso antiprogresista, extractivista y antiderechos, fueron utilizando cuando corrían riesgo de perder elecciones.

Consumado el golpe contra Lugo, asume el gobierno el vicepresidente, Federico Franco del Partido Liberal Radical Auténtico. Los sectores progresistas, se dividen. El Partido Colorado cele-

bra y Horacio Cartes va preparando el terreno para ser el próximo presidente de la república. El corto gobierno de Franco es recordado por innumerables denuncias de corrupción y por haber aprobado 25 eventos transgénicos en su corto mandato, además de haber flexibilizado al máximo sus mecanismos de aprobación (APIPÉ, 2018).

Horacio Cartes, electo presidente de la República del Paraguay como candidato del Partido Colorado, asumió la presidencia el 15 de agosto del 2013. Nacido en Asunción en el año 1956, realizó estudios universitarios en Estados Unidos (mecánica aeronáutica) y luego volvió al Paraguay para iniciar su vida en el mundo de los negocios siendo el más importante -aunque no el único- la industria tabacalera. Recién en el 2009 formaliza su incursión en la política ingresando a las filas del Partido Colorado fundando su propio movimiento Honor Colorado.

Con su victoria, se consuma el golpe de estado y vuelven las políticas neoliberales a ser explícitamente parte de la agenda gubernamental. Tres son las primeras leyes enviadas al parlamento para su rápida aprobación. Ley N° 5098/13 “De responsabilidad fiscal” que limita las atribuciones parlamentarias respecto al Presupuesto General de Gastos de la Nación. Ley N° 5102/13 “De promoción de la inversión en infraestructura pública y ampliación y mejoramiento de los bienes y servicios a cargo del Estado”, conocida como la ley de la Alianza Público- Privada, que facilita todas las condiciones para la inversión privada, esta célebre frase “usen y abusen del Paraguay porque es un momento importante de oportunidades”⁵ que fue parte de su discurso en una reunión

⁵ <https://www.ultimahora.com/cartes-empresarios-brasilenos-usen-y-abusen-para-guay-n767800.html>

con empresarios brasileiros, expresa claramente el sentido y la intencionalidad de la mencionada ley. La tercera ley aprobada por el Parlamento fue la N° 5036/13 “Que modifica y amplía los artículos 2, 3 y 56 de la ley N° 1337/99 De Defensa Nacional y de Seguridad Interna”, que posibilitaba el accionar de las Fuerzas Armadas en “conflictos” internos. Cabe señalar que en el norte del país la población debe vivir coaccionada y atemorizada por la presencia de militares desde el año 2013. Se han denunciado graves hechos de violación de los derechos humanos en los departamentos de Concepción y San Pedro donde actúan los militares ⁽⁶⁾. Sobre estas tres leyes giró el proyecto cartista durante los cinco años que ocupó el sillón presidencial.

Ni bien iniciada la ofensiva neoliberal del gobierno cartista, las organizaciones sociales intentaron reflotar el Congreso Democrático del Pueblo que en el año 2002 había logrado detener las políticas privatistas, pero las diferencias y opciones estratégicas falsamente antagónicas, impiden reconstruir el espacio de unidad que dos décadas atrás le habían dado una de las victorias más importantes.

Los agronegocios continuaron avanzando, al finalizar el año 2018 ya estaban liberadas para su uso 27 semillas transgénicas, las que -con otros rubros del agronegocio- ocupaban 5.294.500 hectáreas de las tierras cultivables del país, al tiempo que los rubros campesinos apenas llegaban 343.590 hectáreas (Ortega, 2019). En noviembre del 2019, ya con el actual gobierno, se aprueban 12 transgénicos más, llegando así a 40 semillas genéticamente modi-

⁶ El Servicio Paz y Justicia Paraguay ha registrado y denunciado varios casos graves de violaciones de derechos humanos, que van desde torturas hasta asesinatos de personas.

ficadas habilitadas para ser utilizadas en el país. El avance ya no se da solo sobre tierras campesinas, también sobre tierras indígenas y sobre los pocos remanentes de bosques, los que -al ser insuficientes para las aspiraciones del capital- van ampliando su presencia en el frágil ecosistema del chaco paraguayo.

Los cinco años de Cartes culminan con un balance muy positivo para las corporaciones, tarea que continúa Mario Abdo Benítez, que gana las elecciones 2018-2023 con algunos rasgos particulares. No es un dato menor que es hijo del secretario personal de Alfredo Stroessner, que -aunque ha intentado en algunas ocasiones tomar distancia de la dictadura- su práctica evidencia su stronismo, y habilita a muchos a volver a expresar su simpatía con esos años de terror que vivió el Paraguay, generando un escenario propicio para que otros sectores ultraconservadores se manifiesten con absoluta libertad. No han sido pocos los políticos que han hecho referencia al lema “Dios, patria y familia”.

La derechización del gobierno se manifiesta también en su política internacional. En el año 2019, Paraguay se retiró de UNASUR y se abocó de lleno al Grupo de Lima. Abdo se relacionó sin pudor, o mejor dicho sumisamente, a líderes como Bolsonaro y Trump, que promueven el racismo, la xenofobia contra el garantismo y los derechos de las personas, negacionistas ante el cambio climático y fervorosos exponentes de la lógica extractivista. Así como el contexto regional fue propicio para la victoria de Fernando Lugo en su momento, ocurrió lo mismo para el proyecto conservador del partido colorado con Mario Abdo Benítez en la presidencia de la república.

Abdo ha reivindicado la vuelta del servicio militar obligatorio (SMO) como forma de disciplina para los jóvenes varones, ha

alabado obras del dictador Stroessner; por parte de Bolsonaro ha recibido con gusto los halagos de su historia familiar y política vinculada a la dictadura y se ha referido en varias ocasiones a su fe, su lectura bíblica y se une a la consigna de otros presidentes de la región: “izquierda nunca más”; ha sido uno de los más arduos seguidores de Duque en los ataques a Venezuela desde el Grupo de Lima que coloca a Juan Guaidó como presidente interino.

Cada vez va siendo más explícita la alianza entre sectores fundamentalistas religiosos, actores del agronegocio y exponentes de la ultra derecha, una tríada que actúa al unísono con ataques que van dirigidos a quienes evidencian las consecuencias del agronegocio, al movimiento feminista y cualquiera que plantee la profundización de derechos, como educación sexual, el Acuerdo de Escazú o derechos migratorios. Se va evidenciando la instalación de un contexto de polarización, que le permite habilitar un lenguaje más conservador y violento.

Las redes sociales se volvieron un elemento clave para propagar el discurso conservador y de ultraderecha, difundiendo un discurso de odio contra lo que ellos consideran “el marxismo cultural” o la “ideología de género”. Desde las redes se montan campañas de fake news contra diversos sectores progresistas, ha cobrado relevancia el ataque a los centros de investigación y a las ONG de Derechos Humanos. En los ataques a diversas organizaciones se observa también un reposicionamiento de temas de la agenda neoliberal, para quienes el pensamiento crítico y las ciencias sociales son “simulaciones de ciencia” para la propaganda ideológica.

El Instituto Republicano de Política Estratégica (IRPE), vinculado al Partido Colorado, ha sido la principal herramienta para

la propagación de los ataques por redes y para un redireccionamiento de la conocida estrategia del enemigo interno, promoviendo actividades como el ‘viernes anticomunista’⁽⁷⁾.

La restauración conservadora en el país se orienta así a consolidar los intereses del gran capital, va avanzando en diferentes dimensiones de la vida social y su principal garante -hasta el momento- es el partido colorado. En él se pueden encontrar al menos tres vertientes internas; una de derecha más patrimonialista-tradicional, la neoliberal, y la radical-autoritaria, que a la vez se fusionan entre sí. Se expresan en movimientos internos como los que existen actualmente, Añeteté⁸ liderado por Mario Abdo Benítez, Honor Colorado patrimonio de Horacio Cartes (la coincidencia de las iniciales no es casual) y el Movimiento Progresista Colorado cuyo principal exponente es Nicanor Duarte Frutos (presidente del país entre los años 2003 y 2008).

Todos ellos siempre han favorecido una relación vertical, autoritaria o mesiánica con las grandes masas de votantes. El descontento, o mejor dicho el hartazgo popular que movilizó a importantes sectores durante el mes de marzo de este año, se expresa en la consigna “ANR nunca más”, independientemente de sus movimientos, pero se debe tener en cuenta que la constante en estos últimos 30 años ha sido que cuando se acercan las elecciones presidenciales, los principales actores políticos opositores son los propios movimientos internos del partido colorado.

Si bien pareciera que nunca como antes ha sido tan explícito el rechazo al Partido Colorado, se debe recordar que no siempre

⁷ Se puede ver más en el hashtag ViernesAntiComunista y la cuenta de twitter del representante del IRPE José Ocampos https://twitter.com/joselo_ocampos?lang=es

⁸ Que significa “Verdadero” en guaraní.

existe una relación directa entre el descontento y las opciones electorales. Si el progresismo paraguayo no logra una alianza lo suficientemente fuerte y con un claro proyecto alternativo, el futuro del país en manos de sectores conservadores puede adquirir diferentes características, como lo señala Svampa (2020), una Derecha Neoliberal con cierto respeto a los marcos institucionales con políticas de seguridad de mano dura, con “plasticidad ideológica”, o inclusive una Derecha Radical Autoritaria, con el modelo de desarrollo extractivista y un populismo tradicionalista y xenófobo.

El año 2020 ha estado marcado por la pandemia del COVID, la vida cotidiana de la población sufrió profundos cambios, sindicatos estiman que más de un millón de trabajadores perdió su trabajo en los primeros meses de la pandemia, quedaron al desnudo las limitaciones de un estado servil a los intereses del capital. Experiencias comunitarias de ollas populares en las que cocían productos donados por sectores campesinos, ayudó a paliar el hambre de muchos barrios populares.

Sin embargo, los efectos de la pandemia no afectaron al agronegocio, que continuó avanzando aceleradamente, ya sea con su expansión territorial o nuevos rubros, como el arroz que se va expandiendo en zonas de humedales, con el cultivo de eucalipto que alimentaría el negocio de celulosa, la producción de biodiesel, la ganadería intensiva y alta tecnología. El discurso del progreso y la productividad continúa siendo recurrente para justificar el avance del agronegocio y estigmatizar la producción campesina.

La ofensiva contra el campesinado continúa en la línea iniciada por el ministro de Agricultura de Cartes, de que el campesinado “cambie de chip” para “lograr la inserción de los pequeños produc-

tores en una cadena productiva”⁹, es decir, que abandonen la lógica y dinámica campesina y se conviertan en productores agrícolas. Así el ínfimo apoyo a la agricultura campesina se orienta a facilitar insumos de cultivos de renta, esto a pesar de las importantes movilizaciones de los últimos años (RIQUELME, 2020). A la par que algunos sectores han caído en esta trampa, otros continúan reivindicando la soberanía alimentaria, no solo como propuesta concreta, sino como proyecto político alternativo, capaz de brindar alimentos sanos a la población y contribuir al enfriamiento del planeta como lo plantea Grain y la Vía Campesina Internacional.

Consideraciones finales

Este breve recorrido de la dinámica política y de la producción agrícola, evidencia el entrelazamiento de ambas, proceso en el cual los intereses del gran capital corporativo del agronegocio han ido ganando terreno a costa del bienestar de la población paraguaya y particularmente contra el campesinado, es decir, de la producción de alimentos sanos y de los derechos de la naturaleza, en el marco de un modelo que se jacta de democrático y que se va adecuando arbitrariamente a sus requerimientos. El capital va avanzando en territorio y ámbitos que hasta hace poco no estaban totalmente disciplinados a su lógica.

Más allá de los colores y las tradiciones políticas, el capitalismo en Paraguay necesita renovar sus rostros, es difícil saber si el Partido Colorado será el encargado de esta renovación y si seguirá

⁹ Ver declaraciones de Jorge Gattini (ministro) en Diario Última Hora <https://www.ultimahora.com/mag-busca-cambiar-chip-campesinos-integrarlos-n714185.html>

gozando del apoyo de Estados Unidos¹⁰. Se trata de dar continuidad y profundizar un proyecto en el que puedan converger capitalismo extractivo, autoritarismo y el orden colonial y patriarcal.

Paraguay ha estado signado por un modelo agroexportador y por gobiernos del Partido Colorado, las innumerables luchas del campo popular, no han tenido la fuerza suficiente para revertir esta histórica situación, pero sí han demostrado los límites, las mezquindades del modelo productivo, soportando un duro proceso de criminalización por erigirse como fuerza social que no se conforma con el proyecto de dominación impuesto.

La violencia de las fuerzas conservadoras está en concordancia política con un modelo productivo que privilegia los intereses de las corporaciones, los intereses del gran capital, a costa de derechos básicos de las poblaciones y de la naturaleza. Con el discurso anclado en el progreso -ese mismo al que Alfredo Stroessner tenía como lema- y valores del fundamentalismo religioso, se pretende subordinar las dinámicas sociales, políticas y económicas, las que son confrontadas por comunidades, organizaciones y colectivos tanto urbanos como rurales del campo popular, quienes pujan por ampliar los límites de esta democracia puramente formal.

¹⁰ Varios referentes del Partido Colorado han sido declarados corruptos por Estados Unidos, se les ha cancelado la visa, y en algunos casos tienen procesos judiciales; un caso muy conocido es el de la exdiputada colorada Cynthia Tarragó que se encuentra presa y condenada en Nueva Jersey desde noviembre 2019.

Referencias

APIPÉA, Gervasio. Paraguay importa el 6,2% de agroquímicos vendidos en el mundo. En: Palau, M. “Con la soja al cuello 2018” Informe sobre agronegocios en Paraguay. Asunción: **BASE IS**, 2018.

COMISIÓN VERDAD Y JUSTICIA, **CVJ**. Informe Final Anivé Haguá Oikó. Las principales violaciones de los derechos humanos. Tomo II. Asunción, Paraguay, (2018).

GRAIN Y VÍA CAMPESINA INTERNACIONAL. Juntos podemos enfriar el Planeta. Barcelona: **Grain y Vía Campesina Internacional**, 2016.

IZÁ PEREIRA, Lorena. Las estrategias del capital regional en la extranjerización del territorio paraguayo. En: Palau, M. “Con la soja al cuello 2018” Informe sobre agronegocios en Paraguay. Asunción: **BASE IS**, 2018.

KRETSCHMER, Regina; IRALA, Abel; PALAU, Marielle. Ocupaciones de tierra: marcas del conflicto rural (1990-2019). Asunción, **BASE-IS**, 2019.

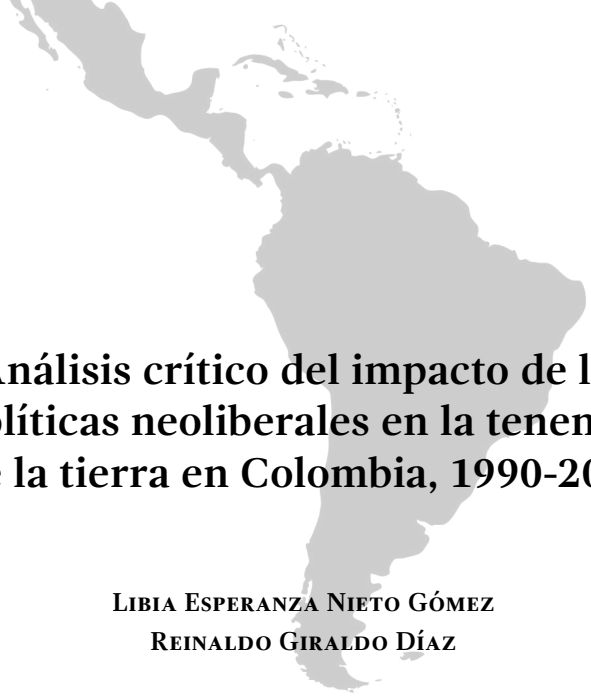
ORTEGA, Guillermo. El avance del agronegocio sigue firme. En: Palau, M. “Con la soja al cuello 2019” Informe sobre agronegocios en Paraguay. Asunción: **BASE IS**, 2019.

PALAU, Tomás, HEIKEL, María Victoria. Los campesinos, el Estado y las empresas, en la frontera agrícola. Asunción: **BASE IS**, 1987.

RIQUELME, Quintín. La política agraria en el contexto de la pandemia. En: Palau, M. “Con la soja al cuello 2020” Informe sobre agronegocios en Paraguay. Asunción: **BASE IS**, 2020.

SCHVARTZMAN, Mauricio. Mito y duelo. El discurso de la “pre-transición” a la democracia en el Paraguay. Segunda Edición. **Base IS**. Asunción, Paraguay, 2015.

SVAMPA, Maristella...[et.al]. La derecha como autoritarismo en el siglo XXI. **Fundación CADAL, Centro de Estudios Constitucionales Iberoamericanos y Rice University**. Argentina, 2020.



Análisis crítico del impacto de las políticas neoliberales en la tenencia de la tierra en Colombia, 1990-2020

LIBIA ESPERANZA NIETO GÓMEZ
REINALDO GIRALDO DÍAZ

COLOMBIA SE ENCUENTRA EN LA ETAPA DE IMPLEMENTACIÓN DEL *Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*, firmado en noviembre de 2016 entre el Gobierno y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia Ejército del Pueblo FARC-EP (Colombia y FARC-EP, 2016). Esta implementación avanza muy lentamente por la falta de voluntad política del Estado colombiano -cooptado históricamente por intereses privados (TIUSABÁ GÓMEZ & LÓPEZ, 2019). La falta de cumplimiento de lo pactado, por parte del Estado colombiano, ha permitido la continuidad del conflicto político, económico y social desarrollado desde la década de los años cincuenta del siglo pasado.

Las esperanzas de la sociedad colombiana, en especial de las comunidades rurales del país, que han sido las más afectadas por la cruenta guerra librada durante años de enfrentamiento armado, estaban puestas en la implementación del primer punto del

Acuerdo de Paz, denominado *Reforma Rural Integral: hacia un nuevo campo*, que contempla una tenencia de la tierra más equitativa. Sin embargo, en Colombia existe un sector, asociado a la gran propiedad de la tierra, que parece desear que el proceso de implementación de lo acordado no se materialice (TIUSABÁ GÓMEZ & LÓPEZ, 2019), desconociendo, además, que es necesario emprender reformas estructurales que hagan posible la construcción de las condiciones para la paz y la eliminación de las causas del conflicto armado (KROC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL PEACES STUDIES, 2017).

Históricamente Colombia ha sido uno de los países pioneros en aplicar las políticas neoliberales de desarrollo económico en América Latina, caracterizadas por un proceso de reprimarización de la economía y la promoción del extractivismo mediante la concesión de la producción minero-energética a empresas transnacionales (DÁVALOS, 2011; RUIZ RUIZ & SANTANA RIVAS, 2016). La apertura económica y la adopción del recetario neoliberal se hizo a expensas de las comunidades rurales del país y fue empujada por los altos precios y la fuerte demanda de recursos naturales (GUDYNAS, 2018; OSORIO PÉREZ, 2015). El desplazamiento forzado de cerca de diez millones de pobladores rurales entre 1985 y 2020 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020; RUIZ RUIZ et al., 2018), la violencia paramilitar y la concentración de la tierra, constituyen los elementos más relevantes de la crisis humanitaria generada en las comunidades rurales colombianas y la cual se analiza a continuación.

En este documento se analiza críticamente la realidad de la tenencia de la tierra en Colombia, con foco en las políticas neoliberales adoptadas en el país desde la década de los noventa y su impacto social, político, económico y humanitario en las comunidades rurales.

Violencia paramilitar y despojo de tierras

La violencia paramilitar que reaparece en los años noventa del siglo XX, auspiciada por el Estado colombiano, tuvo como propósito fundamental el despojo de tierras y la puesta en marcha de actividades económicas de alta rentabilidad, como el narcotráfico, la minería del oro y del carbón, los hidrocarburos, la energía y el contrabando (GARCÍA-PÉREZ, 2020). Esta violencia paramilitar responde a los intereses de empresas transnacionales y a los propósitos gubernamentales de índole económico, político y militar (CASTAÑO ZAPATA & RUIZ ROMERO, 2017; OSORIO PÉREZ, 2015). Vía coercitiva y de mercado, empresas transnacionales y el Estado colombiano logran la exclusión por expulsión de la población rural colombiana (RUIZ RUIZ & SANTANA RIVAS, 2016; URIBE KAFFURE, 2014). Este proceso de exclusión por expulsión y de acumulación por despojo es facilitado por una política estatal que ha promovido la debilidad de los derechos de propiedad, la ausencia de un sistema integrado de manejo de tierras, un bajo desarrollo de instrumentos como el predial y el acceso de títulos (FALLA & CASTRILLÓN, 2018; OCAMPO, 2014; PEÑA HUERTAS et al., 2018). Aunado a este proceso se encuentra la falta de reconocimiento de los campesinos que “tiene su expresión en las preferencias de las políticas públicas por los empresarios, a quienes se ve como los protagonistas de la integración de la dinámica global y sus exigencias de competitividad y eficiencia” (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD, 2011, p. 116). A partir de 1990, se exagera el auge del paramilitarismo y sus conexiones con la clase política y las elites militares, configurando un país en trashumancia de diez millones de personas desde sus zonas rurales hasta las medianas y grandes ciudades (RUIZ RUIZ, 2011).

Esta expulsión violenta de pobladores rurales es la expresión dolorosa de un modelo de desarrollo rural que enfatiza en el crecimiento económico vía explotación de productos primarios para la exportación (palma, petróleo, carbón, níquel, materias primas) y la acumulación de grandes extensiones de tierra para la expansión de cultivos extensivos (OSORIO PÉREZ, 2015; RUIZ RUIZ, 2011). Esta política de despojo ha llevado a la agudización de una distribución de la propiedad rural altamente inequitativa y concentrada (PEÑA HUERTAS et al., 2018). Es así como el índice Gini de tierras y el Gini de propietarios se aumentan a 0,87 y 0,9, respectivamente, en 2011 (GÁFARO et al., 2012), y en 2017 OXFAM (2017) sitúa a Colombia en el primer lugar en el ranking de la desigualdad en la distribución de la tierra (Figura 1).

PORCENTAJE DE TIERRA QUE MANEJA EL 1% DE LAS EXPLOTACIONES MÁS GRANDES

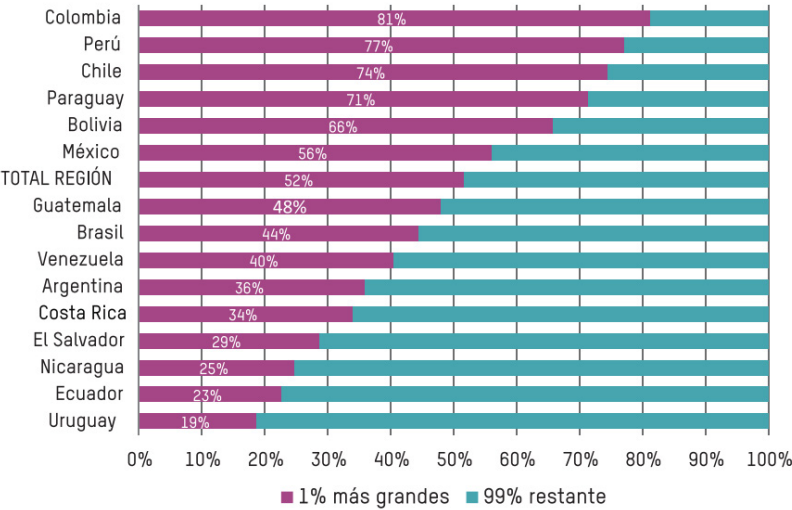


Figura 1: Porcentaje de tierra que maneja el 1% de las explotaciones más grandes.
Fuente: Oxfam (2017, p. 14).

Concentración de la tierra y desplazamiento forzado

Tres décadas de implantación violenta del neoliberalismo, del extractivismo y de la acumulación por despojo, han permitido liberar más de 8 millones de hectáreas para el desarrollo de megaproyectos, minería, ganadería extensiva y agronegocios en el país (ÁNGEL et al., 2019).

Luego de treinta años de implantación del modelo neoliberal en el país, en los cuales se han ejecutado “con gran acierto” los postulados del libre mercado, la desregularización de la economía, el reforzamiento de la presencia de grandes multinacionales en la economía interna a través de nuevas formas de Inversión Extranjera Directa (IED), la suscripción e implementación de tratados de libre comercio (TLC), entre otras medidas de carácter político y económico, las consecuencias para Colombia han sido nefastas, por ejemplo, la conjugación de la violencia, la acumulación económica, el despoblamiento del campo y la acumulación de población pobre en las áreas urbanas. Estas, se pueden resumir en tres grandes bloques: la destrucción del aparato productivo nacional; el crecimiento desmesurado de la deuda externa nacional, y la entrega de los recursos al capital extranjero (RUIZ RUIZ et al., 2018, p. 54).

El empobrecimiento de la población rural en Colombia hace parte del paquete de políticas estatales a través de las cuales se generan las condiciones de posibilidad para el desarrollo, constituyéndose en una política estatal que está relacionada con las dificultades de acceso a la tierra, es decir, está orientada al desarrollo, al crecimiento económico, al extractivismo, a la concentración de

la tierra y al despojo de las poblaciones rurales (GÁFARO et al., 2012; GUDYNAS, 2018; SANABRÍA RAMÍREZ, 2019). Ó Loingsigh (2011) encuentra en las luchas y reivindicaciones de las poblaciones rurales que se dan en los años noventa del Siglo XX y durante el siglo XXI una imposibilidad de modificar la voluntad de hierro de las élites locales y nacionales. En el suroccidente colombiano, en los departamentos de Cauca y Nariño, con un alto porcentaje de indígenas, 21.55% de la población del Cauca y 10.79% de la población de Nariño, que representan cerca del 30% de la población indígena del país, aún están ausentes las comunidades rurales de las políticas públicas de la región (Ó LOINGSIGH, 2011). Esta voluntad de hierro ha predominado frente a las luchas por una reforma agraria, por el cumplimiento de acuerdos hechos en movilizaciones y en paros agrarios, por la titulación de tierras y resguardos, por el saneamiento o ampliación de resguardos, o por el cumplimiento de la Constitución Política colombiana de 1991, en su artículos 64 (“Es deber del Estado promover el acceso progresivo a la propiedad de la tierra de los trabajadores agrarios, en forma individual o asociativa...”) y 65 (que sostiene que “La producción de alimentos gozará de la especial protección del Estado”).

Pese a que el contenido del artículo 64 de la Constitución Política de 1991 fue reconocido por la Corte Constitucional como un derecho fundamental cuyos titulares son los campesinos, las acciones del Estado y el diseño del ordenamiento jurídico han favorecido la concentración de la propiedad de la tierra en pocas manos (El Expediente, 2020; Sanabría Ramírez, 2019). Entre 1985 y 2020 fueron desplazadas forzosamente, alrededor de diez millones de personas de cerca de 8 millones de hectáreas, mismas que hacen parte de las explotaciones mineras en el país (RUIZ RUIZ

& SANTANA RIVAS, 2016, p. 251). La sentencia C-623 de 2015 de la Corte Constitucional define tres elementos constitutivos del ámbito material de protección del deber de promover el acceso progresivo a la propiedad de la tierra, sin embargo, resultan insuficientes para proteger el derecho fundamental de acceso a la tierra:

a) Acceso a la tierra, a través de: i) la titulación individual o colectiva de tierras a los pobladores rurales, mediante formas asociativas, ii) su arrendamiento, iii) la concesión de créditos a largo plazo, iv) la creación de subsidios para la compra de tierra, v) el desarrollo de proyectos agrícolas, entre otros, b) Acceso a los recursos y servicios que permitan realizar los proyectos de vida de la población rural como educación, salud, vivienda, seguridad social, recreación, crédito, comunicaciones, comercialización de los productos, asistencia técnica y empresarial, c) Seguridad jurídica de las diferentes formas de tenencia de la tierra como la propiedad, la posesión y la mera tenencia, sin que ello signifique que su protección se circunscriba solamente a estas (SANABRÍA RAMÍREZ, 2019).

Reforma rural integral y fonte de tierras

En medio de la cruenta guerra contra las comunidades rurales del país, la cual aún no cesa de llevarse a cabo por parte del Estado y los organismos multilaterales (EL TIEMPO, 2020)¹, se firmó el Acuerdo de Paz de 2016 buscando “dar inicio a una fase de transición que contribuya a una mayor integración de nuestros territorios, una mayor inclusión social —en especial de quienes han

¹ Durante los dos primeros años de gobierno del presidente Iván Duque Márquez se ejecutaron 34 masacres (El Tiempo, 2020).

vivido al margen del desarrollo y han padecido el conflicto— y a fortalecer nuestra democracia para que se despliegue en todo el territorio nacional y asegure que los conflictos sociales se tramiten por las vías institucionales, con plenas garantías para quienes participen en política” (COLOMBIA & FARC-EP, 2016). El punto 1 del Acuerdo denominado *Reforma Rural Integral: hacia un nuevo campo*, plantea la superación de los niveles de concentración de la tierra, la violencia política y la pobreza en las zonas rurales, los cuales han sido los detonantes históricos del conflicto político, social y armado en el país (ÁNGEL et al., 2019; GUTIÉRREZ-SANÍN & MARÍN-JARAMILLO, 2018); y para dar inicio a una transformación estructural de la ruralidad se plantean estímulos a la producción campesina y una reconfiguración institucional ambiciosa en territorios marginalizados (GARCÍA ROMERO, 2019).

El punto 1.1.1 configura el Fondo de Tierras para la Reforma Rural Integral, constituido por tres (3) millones de hectáreas; el punto 1.1.5 ordena la formalización siete (7) millones de hectáreas. Se espera que en doce años haya una extensión de diez millones de hectáreas, producto de la Reforma Rural Integral planteada en el punto 1 del Acuerdo. *Reforma Rural Integral: hacia un nuevo campo* (GUTIÉRREZ-SANÍN & MARÍN-JARAMILLO, 2018). No es la primera vez que se busca reconocer el derecho a la tierra que tienen las víctimas del conflicto político, social y armado en el país. La Ley 1448 o Ley de Víctimas y Restitución de Tierras nació en 2011 para reconocer los derechos de las víctimas y consolidar instituciones y políticas para repararlas, conservar sus memorias sobre el conflicto armado y evitar que se repitan las atrocidades que sufrieron. Se crearon entidades como la Unidad de Restitución de Tierras, la Unidad de Víctimas y el Centro de Memoria

Histórica, y se establecieron cinco mecanismos de reparación: 1) Restitución de tierras y territorios: Es el derecho que tienen las víctimas a que se les devuelvan sus predios o sus territorios colectivos cuando fueron despojados o lo abandonaron a causa del conflicto armado. 2) Indemnización administrativa: Es la compensación económica que reciben las víctimas por los daños sufridos. 3) Medidas de satisfacción: Buscan resarcir el dolor y dignificar a las víctimas a través de la reconstrucción de la verdad y la difusión de la memoria histórica. 4) Medidas de rehabilitación: Es la atención jurídica, médica y psicológica dirigida a restablecer las condiciones físicas y psicológicas de las víctimas. 5) Garantías de no repetición: Son las medidas orientadas a evitar que vuelvan a ocurrir los hechos de violencia en el marco del conflicto armado. La Ley 1448 de 2011 tenía una vigencia de 10 años que vencía el 10 de junio de 2021. Sin embargo, debido al escaso cumplimiento de sus objetivos, la Corte Constitucional la extendió hasta el año 2030 (Dejusticia, 2020).

El Fondo de Tierras propuesto en el punto 1 del Acuerdo fue creado mediante decreto 902 del año 2017 con el propósito de democratizar el acceso a la tierra a través de la entrega gratuita de tres millones de hectáreas en un periodo de diez años. La administración del fondo es realizada por la Agencia Nacional de Tierras -ANT (GUTIÉRREZ-SANÍN & MARÍN-JARAMILLO, 2018). Entre las fuentes de tierras más importantes con las que cuenta el fondo están los predios sometidos a extinción de dominio o expropiación; tierras baldías con vocación agraria; y predios rurales adjudicables propiedad de la Agencia Nacional de Tierras. Según datos de la Presidencia de la República (2020), a mayo de 2020 el Fondo de Tierras cuenta con un millón de hectáreas. Es importante tener

en cuenta que estos logros de las comunidades rurales no son suficientes para garantizar la Reforma Rural Integral que requiere el país, puesto que, el gobierno nacional, en contravía de las iniciativas de las poblaciones rurales, ha modificado durante los últimos años, de forma inconsulta -y de manera regresiva- la normatividad agraria para incentivar y fortalecer el acaparamiento de tierras, el extractivismo, el desplazamiento forzado y la crisis humanitaria en el país (ÁNGEL et al., 2019; MATEUS MORENO, 2018; SUÁREZ-PATÍÑO, 2014; VICTORIA et al., 2019).

Impacto del covid-10 y visión económica de la agricultura

La profundización de la visión mercantilista de la tierra y la propuesta del mercado como solución a las crisis económicas, sociales, políticas y ambientales, han provocado la peor dificultad sanitaria, económica, social y humanitaria en América Latina durante el último siglo (Naciones Unidas, 2020). El COVID-19 exacerbó estos problemas, cuya expresión más dramática es la crisis humanitaria de la región, la desigualdad social y la deuda pública (que ha superado el 50% del PIB): “América Latina y el Caribe es una de las regiones más desiguales del mundo, y los efectos diferenciados del COVID-19 podrían empeorar esta situación. Se prevé que la fuerte caída de la actividad económica eleve la tasa de desempleo del 8,1% en 2019 al 13,5% en 2020. Se estima que la tasa de pobreza aumentará 7 puntos porcentuales en 2020, hasta alcanzar el 37,2%, mientras que la de extrema pobreza aumentará 4,5 puntos porcentuales, del 11,0% al 15,5%, lo que representa un incremento de 28 millones de personas” (Naciones Unidas, 2020, p. 13).

En Colombia en el marco de la Emergencia Económica, Social y Ecológica declarada mediante Decreto 417 de marzo 17 de 2020, se desarrollan una serie de disposiciones que favorecen la mirada gubernamental de la agricultura en los espacios rurales en el país. Entre éstas se tienen más de veinte decretos legislativos, cinco resoluciones y dos circulares emanadas del Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, una resolución y tres circulares del Instituto Colombiano Agropecuario -ICA, una resolución de la Unidad Administrativa Especial de Gestión de Restitución de Tierras Despojadas -URT, tres circulares del Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario -FINAGRO y una resolución de la Comisión Nacional de Crédito Agropecuario. Además de esta normatividad se encuentra la de otras entidades del orden nacional, relacionadas con el sector agropecuario y desarrollo rural, por ejemplo, una resolución del Ministerio de Transporte, tres resoluciones expedidas por el Ministerio de Salud y Protección Social, y cuatro circulares expedidas por la Superintendencia Financiera de Colombia.

Se debe resaltar por su impacto, que entre las disposiciones del gobierno de Colombia, se encuentra el Decreto 486 del 27 de marzo de 2020, que en su artículo 5 determina que el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural puede contratar de manera directa, previa justificación técnica, la logística y actividades necesarias para garantizar la seguridad alimentaria y abastecimiento de productos e insumos agropecuarios en el territorio nacional, así como todo lo relacionado con el desarrollo de los apoyos e incentivos que requiera el sector, a través de las entidades u organizaciones que administren recursos parafiscales del sector agropecuario, y con la sociedad Fiduciaria del sector agropecuario. En lo estipulado en estas disposiciones se evidencia la prevalencia de

políticas gubernamentales que van en contravía de los intereses de las comunidades rurales del país y que no tienen en cuenta las perspectivas y banderas de lucha de las poblaciones rurales, como la soberanía alimentaria, la necesidad de una reforma rural, el respeto del derecho a la vida, la autodeterminación de los pueblos y la agroecología, entre otros (López-Meneses et al., 2015; Ordoñez, 2012; Uribe Kaffure, 2014). Medidas económicas que no han producido un efecto favorable, como lo evidencia la ONU en su informe de julio de 2020:

Según el DANE, en el segundo trimestre del año 2020 la economía colombiana decreció 15,7 por ciento respecto al mismo periodo de 2019. Las actividades que más contribuyeron a esta caída fueron el comercio al por mayor y al por menor, la reparación de vehículos; el transporte y almacenamiento, alojamiento y servicios de comida que decrecieron 34,3 por ciento; la industria manufacturera 25,4 por ciento; la construcción 31,7 por ciento y la explotación de minas y canteras que cayó un 21,5 por ciento. Entre los sectores que registraron un ligero crecimiento positivo figura la agricultura y las actividades financieras. Desde la óptica de la demanda el gasto en consumo final decrece 12,5 por ciento, las exportaciones 27,4 por ciento y las importaciones 28,8 por ciento (NACIONES UNIDAS, 2020, p. 3).

Es así que como el crecimiento económico promovido por el gobierno colombiano no conoce fronteras ontológicas (DÁVALOS, 2018, p. 118) y a través del impulso a la seguridad alimentaria y al uso de insumos agropecuarios producidos por la matriz agroalimentaria mundial se golpea más a las agriculturas indígenas, campesinas y afrocolombianas, que son las que proveen la comida en el

país (SÁNCHEZ JIMÉNEZ et al., 2020), cuidan el agua, el suelo y la biodiversidad (GIRALDO-DÍAZ, 2020) y protegen la vida de formas de habitar que generan paisajes de devastación, de desolación, de desilusión (NOGUERA DE ECHEVERRI, 2016; PINEDA, 2016).

Las consecuencias del COVID-19 son vistas por los organismos multilaterales como un fenómeno primordialmente económico, siendo necesario considerar, también, los impactos sociales, políticos y ambientales. Desde el período de apertura económica en Colombia la lucha contra la pobreza vista como fenómeno económico, generó, bajo la orientación de los organismos multilaterales, la construcción y puesta en marcha de instituciones y prácticas para beneficiar en primer lugar al mercado dejando a un lado a las comunidades rurales (El Expediente, 2020). El Informe Especial COVID-19 número 5, de la CEPAL (CEPAL, 2020) denominado “Enfrentar los efectos cada vez mayores del COVID-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones” enfatiza en el interés económico y en la mirada universalizante del capitalismo. De otro lado, el documento Perspectivas agrícolas para 2020-2029 que prepararon OECD-FAO con enfoque universalizante, también, pretende fortalecer el sistema agroalimentario mundial (OECD-FAO, 2020). Las proyecciones para la próxima década están en coherencia con los factores económicos y las tendencias que afectan a los mercados agrícolas mundiales.

Se insiste por parte de estos organismos multilaterales en que habrá una expansión de la población mundial cuya dieta estará basada precisamente en los renglones que controla dicho sistema, a saber, un mayor consumo de productos animales, grasas y otros alimentos. Se espera que las preocupaciones ambientales y sanitarias de los países de altos ingresos apoyen la transición de

la proteína basada en animales a fuentes alternativas, así como la sustitución más inmediata de la carne roja, especialmente la carne de vacuno, a las aves de corral y a los peces. El crecimiento del consumo de forrajes estará asociado a la continua expansión de la producción ganadera y la acuicultura en los países de ingresos bajos y medianos (OECD-FAO, 2020). Las perspectivas suponen una intensificación adicional de la producción pecuaria y de pescado, combinada con aumentos continuos de la eficiencia de los forrajes, que resultan en una relación fija a nivel mundial entre la producción de alimentos animales y la energía y las proteínas necesarias para la próxima década. Como es de esperarse, no se piensa en las opciones que ofrecen muchas agriculturas alternativas en todo el mundo ni en las respuestas que tiene la agroecología.

Las perspectivas de los organismos multilaterales sugieren que alrededor del 85% del crecimiento de la producción mundial de cultivos durante los próximos diez años se atribuye a mejoras en los rendimientos resultantes de un uso más intensivo de insumos, inversiones en tecnología de producción y mejores prácticas de cultivo. Este crecimiento no toma en cuenta las necesidades alimentarias de la población sino a los intereses económicos de las empresas que están vinculadas con el sistema agroalimentario mundial (ROSSET & ALTIERI, 2000; SÁNCHEZ JIMÉNEZ et al., 2020). Existe una preocupación por el mercado de alimentos, por el comercio de alimentos, por los precios de los alimentos, pero no por la comida de los pueblos. Se estima por parte de los organismos multilaterales que el comercio internacional seguirá siendo esencial para la seguridad alimentaria en los países importadores de alimentos y para los medios de subsistencia rurales en los países exportadores de alimentos.

Esto evidencia que lo importante para los organismos multilaterales es controlar las incertidumbres y riesgos que pueden enfrentar los mercados agrícolas mundiales. Sin embargo, la incertidumbre actual más importante se relaciona con las repercusiones de la pandemia del COVID-19 en el consumo, la producción, los precios y el comercio. Otras incertezas se relacionan con los cambios en las preferencias de los consumidores, las enfermedades de las plantas y los animales, y la mayor incertidumbre es con respecto a los futuros acuerdos comerciales entre varios actores importantes en los mercados agrícolas mundiales.

Paradójicamente, desde la postura de las organizaciones campesinas a nivel mundial -que apuestan por la soberanía alimentaria y la agroecología-, no se necesitan insumos externos para la producción de comida (BECERRA VILA, 2018; LA VÍA CAMPESINA, 2015, 2017a, 2017b); pero para los organismos multilaterales, ya existe una falta de insumos que afecta a un número creciente de agricultores convencionales en todo el mundo (OECD-FAO, 2020).

Conclusiones finales

Pese a la Reforma Rural Integral planteada en el Acuerdo de Paz colombiano de 2016, las condiciones de tenencia de la tierra de las comunidades rurales aún no han mejorado, en primer lugar, porque el proceso de implementación del Acuerdo no se ha llevado a cabo adecuadamente y, al contrario, el gobierno actual se ha convertido en su principal opositor interponiendo toda clase de obstáculos a éste. En segundo plano las políticas neoliberales impulsadas gubernamentalmente con apoyo internacional han te-

nido un fuerte impacto negativo en el ámbito social y humanitario al promover el despojo de tierras y el desplazamiento forzado de cerca de diez millones de habitantes rurales, fenómeno que al día de hoy continúa agravado por el asesinato de líderes sociales. En tercer lugar, el impacto político y económico del neoliberalismo continúa evidenciándose en el atraso en la creación de un fondo de tierras efectivo y de un catastro multipropósito funcional que permitan una distribución y tenencia justa de la tierra para las comunidades rurales colombianas. Por último, la pandemia COVID-19 al actuar de manera sinérgica con los impactos anteriores ha agudizado los problemas de las poblaciones rurales. En conclusión, la adopción de las políticas de los organismos multilaterales con las que se pretende atender las demandas sociales e históricas de tenencia de la tierra, han llevado a la ampliación de la pobreza rural, la desigualdad social y la concentración de la tierra.

Referencias

ÁNGEL, J.; NIETO, L., & Giraldo, R. Percepciones de los Excombatientes sobre los logros del Acuerdo de Paz entre el Gobierno Colombiano y las FARC-EP. **Universidad Autónoma Chapingo**. <https://www.eumed.net/libros/1829/index.html>, 2019.

BECERRA VILA, J. M. El índice de responsabilidad ciudadana (IRC) un estudio de caso: el IRC del municipio de Jerez de la Frontera. In **OpenAIRE** (Spanish), 2018.

CASTAÑO ZAPATA, D; RUIZ ROMERO, G. La construcción del discurso contrainsurgente como legitimador del poder paramilitar en Colombia. **Estudios Políticos** (Medellín), 51, 153–174. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n51a08>, 2017.

CEPAL. (2020). **Informe Especial COVID-19 N° 5: enfrentar los efectos cada vez mayores del COVID-19 para una reactivación con igual-**

dad: nuevas proyecciones. https://www.wto.org/english/news_e/spra_e/spra303_e.htm.

COLOMBIA, G. de la R. de; FARC-EP. (2016). Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera (p. 310). **Gobierno de la República de Colombia - FARC-EP**. <https://www.mesadeconversaciones.com.co/sites/default/files/24-1480106030.11-1480106030.2016nuevoacuerdofinal-1480106030.pdf>

DÁVALOS, P. La democracia disciplinaria. El proyecto posneoliberal para América Latina. **Desde Abajo**, 2011.

DÁVALOS, P. El recurso de Tiresias. Una visión de paralaje al neoliberalismo. **Ediciones Desde Abajo -Sindicato de Trabajadores de la Industria Energética SINTRAE**, 2018.

DEJUSTICIA. (2020, August 25). ABC del pasado, presente y futuro de la Ley de Víctimas Dejusticia. <https://www.dejusticia.org/abc-del-pasado-presente-y-futuro-de-la-ley-de-victimas/>

EL EXPEDIENTE. (2020, March 18). Escándalo en FINAGRO: \$226 mil millones en créditos para el campo terminaron en estas grandes empresas . El Expediente, Periodismo Independiente. <https://el-expediente.co/escandalo-en-finagro-226-millones-en-creditos-para-el-campo-a-manos-de-estas-grandes-empresas/>

EL TIEMPO. (2020). Las duras críticas a Duque por gráficas sobre masacres - Gobierno - Política - ELTIEMPO.COM. <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/las-duras-criticas-a-duque-por-graficas-sobre-masacres-532358>

FALLA, J. T; CASTRILLÓN, C. R. Las nuevas dinámicas rurales en las Zonas de Reserva Campesina en Colombia. **Perspectiva Geográfica**, 23(1 SE-Artículos). <https://doi.org/10.19053/01233769.5796>, 2018.

GARCÍA-PÉREZ, P. Organizaciones armadas post Autodefensas Unidas de Colombia: Del pasado contrainsurgente al presente de criminalidad transnacional. 2006-2016. **Izquierdas**, 49, 0-0. <https://doi.org/10.4067/S0718-50492020000100209>, 2020

GARCÍA ROMERO, J. E. El Acuerdo de Paz de La Habana. Un cambio institucional ambicioso con una estrategia dudosa. **Estudios Políticos** (Medellín), 55, 182-204. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n55a09>, 2020.

GIRALDO-DÍAZ, R. Construcción de una propuesta de ciudadanía ambiental basada en prácticas agroecológicas de la Zona de Reserva Campesina en San Isidro, Pradera, Valle del Cauca, Colombia. **Universidad Nacional de Colombia**. <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/77684>, 2020.

GUDYNAS, E. Extractivismos y corrupción. Anatomía de una íntima relación. **Desde Abajo**, 2018.

GUTIÉRREZ-SANÍN, F; MARÍN-JARAMILLO, M. Tierras en el pos-conflicto: ¿en el fondo cuál es el problema? **Análisis Político**, 31 (92), 18–38. <https://doi.org/10.15446/anpol.v31n92.71095>, 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Informe Mundial 2020**. Colombia eventos de 2019. <https://www.hrw.org/es/world-report/2020/country-chapters/336672>, 2020.

KROC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL PEACES STUDIES. Informe sobre el estado efectivo de implementación del acuerdo de paz en Colombia. https://kroc.nd.edu/assets/257593/informe_kroc.pdf, 2017.

LA VÍA CAMPESINA. Declaración del Foro Internacional sobre Agroecología - Vía Campesina. <https://viacampesina.org/es/declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia/>, 2015.

LA VÍA CAMPESINA. Las Luchas de La Vía Campesina por la Reforma Agraria, la defensa de la vida, la tierra y los territorios (La Vía Campesina (ed.)). La Vía Campesina. <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2017/10/Publication-of-Agrarian-Reform-ES.compressed.pdf>, 2017a.

LA VÍA CAMPESINA. Nueva Publicación: “Las Luchas de La Vía Campesina por la Reforma Agraria, la defensa de la vida, la tierra y los territorios”, ya disponible! - Vía Campesina, 2017b.

LÓPEZ-MENESES, C; NIETO-GÓMEZ, L. E; SÁNCHEZ-JIMÉNEZ, W; RAMÍREZ-GALVIS, M. A; POSADA-MOLINA, V. Paros agrarios y negociación entre el gobierno colombiano y la Cumbre Agraria Étnica Campesina y Popular (CACEP). **Criterio Libre Jurídico**, 12(2), 161–175. <https://revistas.unilibre.edu.co/index.php/criteriojuridico/article/view/580/446>, 2015.

MATEUS MORENO, L. Política de tierras en el marco de la implementación del Acuerdo Final de Paz - Semillas. In **Corporación Grupo Semillas**. <https://www.semillas.org.co/es/publicaciones/politica-de-tierras-en-el-marco-de-la-implementacion-del-acuerdo-fi>

nal-de-paz, 2018.

NACIONES UNIDAS. (2020, July 9). Informe: El impacto del COVID-19 en América Latina y el Caribe (julio 2020). Oficina de Naciones Unidas Para La Coordinación de Asuntos Humanitarios -OCHA. <https://reliefweb.int/report/world/informe-el-impacto-del-covid-19-en-am-rica-latina-y-el-caribe-julio-2020>

NOGUERA DE ECHEVERRI, A. Paisajes del desarrollo: evocación, rememoración, conmemoración y reencantamiento. In *Voces del pensamiento ambiental. Tensiones críticas entre desarrollo y abya yala* (pp. 69–122). **Universidad Nacional de Colombia**, 2016.

Ó LOINGSIGH, G. Una mirada desde el sur. Huellas de lucha y resistencia. Coordinador Nacional Agrario. **CNA - Colombia**. w.cinep.org.co/publicaciones/PDFS/20170504.trayectoria_luchas.pdf, 2011.

OCAMPO, J. A. Misión para la transformación del campo. Saldar la deuda histórica con el campo. Marco conceptual de la Misión para la Transformación del Campo (**Colombia**.), 2014.

OECD-FAO. Agricultural Outlook 2020-2029. <https://doi.org/10.1787/1112c23b-en>, 2020.

ORDOÑEZ, F. Zonas de Reserva Campesina. Elementos introductorios y de debate (Vol. 1, Issue 91). **Incoder - ILSA - SINPEAGRICUN**. http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_305.pdf, 2012.

OSORIO PÉREZ, F. E. Tramas entre paramilitarismo y palmicultura en Colombia. **Memoria y Sociedad**, 19(39), 11. <https://doi.org/10.11144/javeriana.mys19-39.tppc>, 2015.

OXFAM. Radiografía de la Desigualdad. Lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia. https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/radiografia_de_la_desigualdad.pdf, 2015.

PEÑA HUERTAS, R. del P; ZULETA RÍOS, S; PEÑA HUERTAS, R. del P; ZULETA RÍOS, S. El derecho al despojo en Colombia: un análisis de la regulación de adjudicación de baldíos desde abajo. **Análisis Político**, 31(92), 3–17. <https://doi.org/10.15446/anpol.v31n92.71094>, 2018.

PINEDA, J. Paisajes del desarrollo, desilusión, disolución, devastación y desolación. In *Voces del pensamiento ambiental. Tensiones críticas entre desarrollo y abya yala* (pp. 15–68). **Universidad Nacional de Colombia**, 2016

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. (2020, May 7). **Fondo de Tierras para la Paz superó el millón de hectáreas**. <https://id.presidencia.gov.co/Paginas/prensa/2020/Fondo-de-Tierras-para-la-Paz-supero-el-millon-de-hectareas-200507.aspx>

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO - PNUD. Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011. Colombia rural. Razones para la esperanza. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD. https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiVzaKXhOLqAhWETd8KHdVDBCQFjAAegQIAhAB&url=https%3A%2F%2Fwww.undp.org%2Fcontent%2Fdam%2Fcolombia%2Fdocs%2FDesarrolloHumano%2Fundp-co-ic_indh2011-parte1-2011.pdf&usg=AOvVaw2anOfLMVOo, 2011.

ROSSET, P; ALTIERI, M. Ten Reasons Why Biotechnology will not Help the Developing World. **Agbioforum**, 2(3-4), 155-162. <http://www.agbioforum.org/v2n34/v2n34a03-altieri.htm>, 2000.

RUIZ RUIZ, N. Y. El desplazamiento forzado en Colombia: una revisión histórica y demográfica. **Estudios Demográficos y Urbanos**, 26(1), 141-177. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-72102011000100141, 2011.

RUIZ RUIZ, N. Y; CASTILLO DE HERRERA, M; FORERO NIÑO, K. Geopolítica del despojo. Minería y violencia en Colombia. **Universidad Nacional de Colombia**, 2018

RUIZ RUIZ, N. Y; SANTANA RIVAS, L. D. La nueva geografía de la explotación minero-energética y la acumulación por desposesión en Colombia entre 1997 y 2012. **Notas de Población**, 102, 249-278. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40267/10_Ruiz_102A.pdf, 2016.

SANABRÍA RAMÍREZ, D. C. El derecho al acceso progresivo a la propiedad de la tierra (No. 1; **Documentos de Trabajo**), 2019.

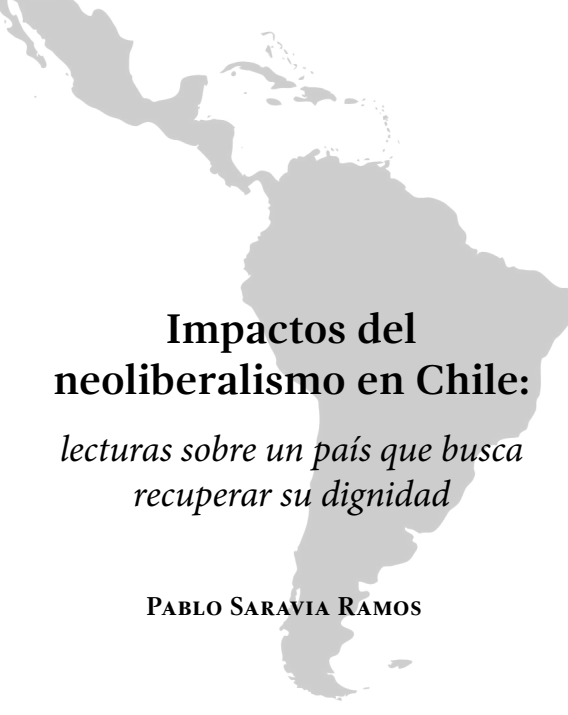
SÁNCHEZ JIMÉNEZ, W; NIETO GÓMEZ, L; CABRERA OTÁLORA, M; PANESSO JIMÉNEZ, F; GIRALDO DÍAZ, R. La Comida de los pueblos y el sistema agroalimentario mundial. **Criterio Libre Jurídico**, 16(2), 56-74. <https://doi.org/https://doi.org/10.18041/1794-7200/clj.2019.v16n2.6400>, 2020.

SUÁREZ-PATÍÑO, Á. Evaluación de la Agrobiodiversidad en fincas campesinas agroecológicas y convencionales en el centro del departamento del Valle del Cauca, Colombia. **Universidad Nacional**

de Colombia, Sede Palmira. [TIUSABÁ GÓMEZ, B. H; López, C. Elementos estructurales y coyunturales de una implementación conflictiva del Acuerdo de Paz entre el Gobierno colombiano y las FARC-EP. **Estudios Políticos** \(Medellín\), 55, 224–244. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n55a11>, 2019.](http://eds.b.ebscohost.com.ezproxy.unal.edu.co/eds/results?vid=0&sid=4c1ac7da-c9cd-4b19-9468cfe-fc20524e4%40sessionmgr103&bquery=Angela%2BConstanza%2B-Su%25c3%25a1rez%2B Pati%25c3%25b1o&bdata=JmNsaTA9RIQx-JmNsdjA9WSZsYW5nPWVzJnR5cGU9MCZzZW FyY2hNb2RlP-VN0YW5kY, 2014.</p></div><div data-bbox=)

URIBE KAFFURE, S. Transformaciones de tenencia y uso de la tierra en zonas del ámbito rural colombiano afectadas por el conflicto armado. Aproximación desde un estudio de caso. **Estudios Socio-Jurídicos**, 16(1), 243–283. <https://doi.org/10.12804/esj16.1.2014.06>, 2014.

VICTORIA, Á; NIETO, L; GIRALDO, R; SÁNCHEZ, W; AGUDELO, F; ESQUIVEL, P; RAMÍREZ, M; ARANA, A. Agroecología para sanar las heridas de la guerra en comunidades afectadas por el conflicto político, social y armado en Colombia (Á. Victoria (ed.)). **Universidad Libre - Universidad Nacional de Colombia**, 2019.



Impactos del neoliberalismo en Chile:

*lecturas sobre un país que busca
recuperar su dignidad*

PABLO SARAVIA RAMOS

EL DESPOJO COMO PRÁCTICA HISTÓRICO-CIVILIZATORIA HA SIDO parte constitutiva del capitalismo planetario desde que en 1492 se inaugura una nueva forma de relaciones económicas y políticas entre los países del norte y las colonias del sur. Además del caso americano, la compañía holandesa extrajo botines cuantiosos desde Indonesia desde 1650 hasta 1780; a esto se suman las onerosas ganancias del capital francés e inglés durante la trata de esclavos del siglo XVIII y el saqueo que este último país realiza en India durante medio siglo (GALEANO, 2004). Asistimos a la constitución de un proyecto particular e intencionado de entender la economía, la política y las relaciones entre la zona económicamente rica del planeta y las otras. Entre ellas se han fraguado, a lo largo de los últimos siglos, vínculos coloniales y de explotación que han legitimado los diferentes proyectos nacionales contruidos sobre la base de la distinción entre la forma occidental de entender el

mundo, con pretensiones de universalismo, y otras puestas en una zona periférica e invisibilizada, que son catalogadas como inferiores, salvajes o incluso carentes de humanidad.

En este marco general, el modelo neoliberal chileno no solo ha sido económico, sino que ha significado un profundo cambio en la sociedad en su conjunto, que tuvo en la Constitución de 1980 su gran instrumento de legitimidad jurídica (ATRIA et al., 2019). A partir de la dictadura cívico-militar desatada con el golpe de Estado de 1973, los operadores políticos civiles comenzaron a diseñar un modelo económico fundado en los principios del neoliberalismo, que, entre otras cosas, significó la privatización de prácticamente todas las dimensiones de la vida de las personas. Este se actualiza con la llegada de los diversos gobiernos de la llamada transición política, a partir de la década de los noventa, que se sostienen sobre la apelación a los acuerdos y consensos como primera estrategia de acción política. Estas administraciones intentaron incorporar elementos de equidad al neoliberalismo, pero no lo lograron porque entre otras cosas, el neoliberalismo, en tanto modelo civilizatorio hegemónico, se asienta sobre un principio de inequidad (Fazio, 2003) que agudiza las diferencias y las segregaciones de diferente naturaleza. De esta manera, el mercado seguía siendo el garante de la economía nacional y la única medida de éxito en lo económico.

A partir de este proceso de cambio, el país se transformó en una dirección donde el consumo y el proyecto individual de progreso eran las expresiones de la integración y el logro social. Se amplifica, por medio del crédito, la capacidad de acceso al consumo de vastas capas medias del país. Poco a poco, la sensación de integración va de la mano con un sobreendeudamiento, que

persigue a las familias chilenas por un par de generaciones. Ya no tan solo las familias se endeudan para adquirir una vivienda, sino que lo harán para todo tipo de bienes, incluyendo algunos de tipo básico, como es la comida.

Este modelo asentado en la idea del éxito, progreso y el bienestar individual, caló tan profundamente que han tenido que pasar cuatro décadas para que la sociedad transversalmente se rebele en contra de su espíritu y consecuencias. A partir de aquí renace un Chile que busca construir un horizonte diferente, donde los anteriores principios son reemplazados por el de la justicia, dignidad y universalización del bienestar. Pero ese Chile aún está por construirse y no se sabe muy claramente cuáles serán los caminos que acerquen a ese horizonte, que sigue siendo utópico. Por el momento, se examinará brevemente el contexto y las características más relevantes de este modelo y hacia el final del capítulo se entregarán algunos elementos para el debate sobre el Chile del presente y del mañana.

Contexto histórico del surgimiento del neoliberalismo en Chile

En el trasfondo de esta estructura económico-productiva, se encuentra una racionalidad económica eminentemente neoliberal, la cual ha supuesto la entronización del mercado como el lugar prioritario de ordenamiento de las diferentes áreas y actividades de la vida económica, política y social del país. El mercado se ha posicionado, de este modo, como el principio fundante sobre el que se organizan y fundamentan las principales prácticas económicas del neoliberalismo maduro chileno (SARAVIA et al., 2020).

Por otra parte, durante estas décadas el Estado ha sido sistemáticamente reducido a su mínima expresión, ya sea como promotor de la economía nacional, como agente regulador o como espacio de construcción de un proyecto nacional.

Así es como el modelo chileno ha sido el resultado de la instalación planificada desde los centros de poder económicos, pero también de un proyecto de formación intelectual y académica mundial, que se concentraba en la Universidad de Chicago. En este centro universitario estadounidense se formaron los denominados “Chicago Boys” chilenos, pero también pasaron por sus aulas 89 premios nobeles, 13 billonarios, muchos jefes de Estado y políticos de diversos países (TROMBEN, 2017). Particularmente, su Escuela de Comercio y Administración, a partir de mediados de la década de los cincuenta, se convirtió en el centro planetario de formación del neoliberalismo y gestor intelectual del modelo que puso al mercado en el centro de la administración y gestión del capitalismo a escala planetaria. Estas políticas económicas neoliberales han sostenido sistemáticamente el mensaje de que los países del mundo deben abrir sus economías, desproteger sus industrias locales e imponer las políticas regulatorias de las agencias internacionales como el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM) y/o la Organización Mundial del Comercio (OMC), quienes a través de sus préstamos destinados a “salvar” las economías periféricas, piden a cambio el control sobre las decisiones domésticas de los países.

En el caso chileno, las aperturas de la economía hacia el mundo exterior, vía tratados de libre comercio, lanzaron al país a una vorágine por la conexión con los mercados internacionales, que produjo una indudable pérdida de control y soberanía de la eco-

nomía nacional. Este creciente nivel de apertura profundizado sobre todo durante los gobiernos de la llamada transición chilena, 1990 a la actualidad, hizo que la economía fuera muy vulnerable a los cambios en los mercados internacionales (Fazio, 2003), situación que se fue profundizando en los últimos años y que llega a su cima con la firma del Tratado de Libre Comercio con EE.UU. en el año 2002, que fue apoyado por la gran mayoría de los congresistas pertenecientes a los gobiernos de la llamada transición (Baeza y López, 2015). Al día de hoy, la economía nacional tiene 26 acuerdos comerciales vigentes con 64 mercados, que representan el 63% de la población mundial y el 87,1% del PIB global (SUBREI, 2021).

Estos tratados no solo significan un pacto de tipo económico, sino que es la materialización de concesiones y garantías políticas al capital extranjero que se terminaron de plasmar durante la gestión del gobierno del socialista Ricardo Lagos. No por nada, uno de los referentes de la derecha nacional, el senador UDI Hernán Larraín, en el año 2002 declara a un medio de prensa nacional: *“Lo bueno de este acuerdo [en referencia al tratado de libre comercio con EE.UU.] es que Chile asume un compromiso como país de aplicar en forma indefinida la economía libre como sistema económico. Se ha puesto un candado a llegar a una economía socialista, en cualquiera de sus variantes... Nuestras ideas han triunfado, más todavía si consideramos que este acuerdo ha sido alcanzado por un Presidente socialista”* (Referido en Fazio, 2003). Es decir, los tratados han funcionado como un sello de garantía y último engranaje de un modelo socialmente transversalizado y sin contrapeso, que solamente podía ser impulsado por los nuevos gobierno de transición que tenía como misión “blanquear” la imagen del país, luego de 17 años de

dictadura. Por eso, nos permitimos afirmar que los gobiernos de la centro izquierda chilena, fueron administraciones de continuidad y profundización del modelo neoliberal chileno y en ningún caso se construyeron sobre la base de una propuesta de cambio y de transformación del modelo económico legado de la dictadura.

Antes de llegar a este punto, la dictadura promovió una serie de privatizaciones en todos los ámbitos de la economía nacional, salvo pequeñas excepciones como, por ejemplo, el sistema de pensiones de las fuerzas armadas, como veremos más adelante. Las sistemáticas políticas de privatización de empresas y servicios públicos tuvieron una magnitud como en ningún otro país del mundo (MÖNCKEBERG, 2001; HACHETTE, 2000). Esta política comienza en 1974, apenas un año de desatado el Golpe cívico-militar y su primera etapa se extiende hasta comienzos de la década de los ochenta (1983) y luego llega hasta los posteriores gobiernos de transición.

Durante los primeros años de la dictadura, el incipiente modelo chileno “devuelve” gratuitamente 532 empresas que habían sido intervenidas y administradas por el Estado durante los años anteriores al Golpe. Estas correspondían a empresas financieras, industrias, distribuidoras mayoristas y otras, que en total representaban un total de alrededor de US \$2.400 millones, a valor dólar para 1997. Durante este mismo período, se privatizaron tierras agrícolas que correspondían al proceso de Reforma Agraria que fue inaugurado por el gobierno conservador de Jorge Alessandri Rodríguez (1958-1964) y profundizado en los posteriores de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) y Salvador Allende (1970-1973). A este proceso se le ha llamado Contrarreforma Agraria y significó la suspensión de las leyes de Reforma Agraria y de Sindi-

calización Campesina, persecución y criminalización de los dirigentes campesinos, restitución de predios previamente expropiados, lo que afectó sensiblemente a todo el Wallmapu; la creación de un mercado de las tierras y la intensificación de los procesos de reforestación (CHONCHOL, 2018). Además, esta política de contrarreforma fue la puerta de entrada al agronegocio, la pérdida de soberanía alimentaria de los territorios y la consolidación de una política pública agraria centrada en la exportación y los monocultivos.

A partir de la década de los ochenta, los procesos de privatización se extendieron hacia áreas sensibles como la educación, la salud, los ahorros previsionales, la electricidad, los bienes comunes naturales como el agua, la pesca oceánica y, progresivamente, la minería. Paralelamente, el país experimentó una transformación sustantiva de la institucionalidad normativa de las relaciones económico-laborales (BOCCARDO et al., 2020). Lo que significó, en términos generales, una pérdida de poder de negociación y de la capacidad de defensa de los derechos de los trabajadores, conquistados en las décadas pasadas a manos de los conglomerados empresariales y de recurrentes políticas de flexibilización laboral.

A partir de la década de los noventa, los gobiernos de la transición desarrollaron una serie de políticas de privatización, “encubiertas” como políticas de gestión pública, definidas por una serie de concesiones, reguladas por el Estado pero orientadas hacia los capitales nacionales e internacionales. Esto se resguarda en el fundamento que se sostiene en la incapacidad del Estado para financiar y gestionar grandes inversiones, como por ejemplo, las de infraestructura vial, que por medio de las concesiones serán traspasadas a empresas privadas, que serán las responsables de la

construcción y gestión de la infraestructura pública; entregándoles el derecho de cobrar, mientras dure los años de la concesión, tasas de uso a los usuarios, pagos del Estado, o una combinación de ambas (BOCCARDO et al., 2020). Esto explica en buena medida porqué durante los días de protesta más álgidos de la revuelta de Octubre de 2019, los portales de las autopistas y los peajes fueron objeto de la expresión del reclamo por medio de la quema de algunos de ellos.

Otra de las dimensiones tocadas por el proceso de privatización fue la educación, que como se verá más adelante, significó una modificación estructural del modelo educativo por medio de su municipalización y el ingreso de actores privados, desde la formación primaria hasta la universitaria. Esto ha tenido un impacto negativo en su calidad, la democratización en el acceso y la creciente fragilidad de la enseñanza estatal. A partir de estos procesos de cambio, la educación se convierte en una dimensión de la vida determinada por la capacidad de las familias chilenas de pagar y/o endeudarse para acceder a una educación de calidad, en algunos casos, y en muchos simplemente para tener la posibilidad de llegar a la universidad. Las casas de estudio se transforman en maquinarias económicas de generación de títulos profesionales, por los cuales los estudiantes deben pagar y endeudarse por años. Así, pasan a ser clientes y los docentes a ser prestadores de un servicio educativo, con lo cual la función pública de muchas de las universidades chilenas se hipoteca para pasar a ser centros de generación de conocimiento para el mundo empresarial, encubiertas como políticas de innovación social.

En el campo de la salud, el sector privado ingresa con fuerza en la prestación de servicios, el mercado de los seguros médicos y

en la administración del sistema propiamente tal, con la creación en 1981 del sistema de Instituciones de Salud Previsional, ISAPRES, rompiendo el principio de acceso igualitario a los servicios de salud de todas las personas, independiente de sus ingresos, instalado en la segunda mitad del siglo XX. Si bien en este caso las ISAPRES coexisten con el servicio de salud público, a diferencia del cambio en el sistema previsional como se verá más adelante, la mercantilización de la salud agudiza la desigualdad en el acceso y tiene un efecto negativo en el gasto público y por tanto, en la calidad de las prestaciones de la salud estatal. Se impone el principio desigual del neoliberalismo, donde el acceso a un tipo de salud u otra está mediado por la capacidad financiera de las familias chilenas.

Durante los gobiernos de la transición, se produjeron dos importantes iniciativas que buscaban equiparar las condiciones de acceso a la salud. La primera, impulsada por el gobierno de Patricio Aylwin (1990-1994), creó la Superintendencia de ISAPRES, que aunque su función es regulatoria respecto del mercado de la salud, opera como un organismo autónomo de otros poderes del Estado y, por lo tanto, no están sujetas al debate nacional ni tampoco tienen contrapeso político. La segunda transformación de relevancia tuvo lugar durante el gobierno de Ricardo Lagos (2000-2006), con la creación del Plan de Acceso Universal con Garantías Explícitas (AUGE). Este estableció una serie de garantías en la provisión y cobertura de servicios de salud, sobre la base de una lista priorizada de diagnósticos y tratamientos que, al día de hoy, integran 85 condiciones que son cubiertas por el seguro público, actualmente denominadas Garantías Explícitas en Salud o GES. Esto, que parece ser un potenciamiento del papel del Estado en el

acceso a la salud de los chilenos, realmente ha significado un estímulo del subsidio estatal a servicios privatizados. Es decir, estos cambios, más que fortalecer la red pública de salud, financia con dineros públicos el tratamiento de ciertas patologías, que pueden ser tratadas tanto en el sistema privado como en el público. Nuevamente el rol del Estado está limitado a su condición de subsidiar el mercado de la salud, donde los hospitales y clínicas privadas han sido los principales beneficiarios, agudizando la segmentación y la desigualdad social (BOCCARDO et al., 2020).

En el campo de la vivienda y las problemáticas urbanas, el gobierno militar intentó también reducir las potestades del sector público, entregándole al privado las responsabilidades de la urbanización, el suministro de servicios de saneamiento básico, la construcción y la intermediación financiera. La introducción del subsidio habitacional directo en 1978 ha sido determinante en la forma de operar de este traspaso de responsabilidades. El sector privado tiene, desde entonces, la responsabilidad total de la construcción de viviendas por medio de los contratos directos con el Ministerio de la Vivienda y Urbanismo o las municipalidades; o bien, para la venta directa a los beneficiarios de los programas habitacionales subsidiados. Consecuencia de ello, se fue consolidando y perfeccionando, a través de los años, un mercado privado de hipotecas para dar financiamiento a las viviendas de las familias de ingresos medios y altos, así como una garantía estatal para incentivar otros tipos de préstamos privados para vivienda. Se reitera el espíritu y el sentido de las políticas que delinearon los cambios en otras áreas, como la educación y la salud, es decir, la incorporación de la lógica mercantil por medio del ahorro individual para dar solución al tema de la vivienda. En tanto, en el

Chile postdictadura, la planificación urbana ha sido comprendida como un asunto técnico-urbanístico, basado predominantemente en criterios proempresariales que orientan la inversión privada y que han intensificado la extracción de riqueza del suelo.

Una de las consecuencias de estas políticas, ha sido la existencia de lo que se ha denominado como “conflicto inmobiliario”, que se ha concretado en la construcción de edificios de altura, una especie de “guetos verticales”, que han impactado negativamente diversas dimensiones como el paisaje, los sistemas ambientales del subsuelo, la movilidad, el valor del suelo y la vivienda que ha tendido hacia el alza, la especulación y extracción de la renta del suelo (VERGARA, 2019). Paralelamente a ello y de manera silenciosa, han crecido los campamentos o asentamientos irregulares en diversos territorios del país. Durante décadas, las instituciones públicas en Chile negaron su crecimiento, sin embargo, los campamentos, silenciosos e invisibles, permanecieron y se radicaron, fuera de la ley y de la atención pública (ZENTENO, et al, 2020). Es decir, el modelo neoliberal chileno consolida una política extractiva urbana que potencia el negocio inmobiliario y a sus actores empresariales y, por otra, oculta sistemáticamente las carencias de la vivienda para muchas familias que han dado forma a asentamientos irregulares, desprotegidos del Estado y olvidados por la política pública.

Frente a este escenario, una diversidad de actores han estado imaginando y construyendo caminos alternativos para recuperar el control sobre nuestro entorno urbano. Estos han sido impulsados por colectivos organizados, cooperativas de vivienda y ONG que han propuesto diversas innovaciones a lo largo de lo que convencionalmente se conoce como la cadena de valor de la pro-

ducción habitacional. Destacan diseños y procesos participativos, nuevos materiales constructivos, formas de gestión colectiva del territorio, producción de espacios públicos, nuevas estrategias de financiamiento y de acceso al suelo, entre otras (CARROZA, et al., 2019). Es decir, desbordan el campo de disputa por la vivienda y se sitúan en una lucha por el derecho a la ciudad (ZENTENO, et al., 2020).

Durante la dictadura cívico-militar también se privatizaron los ahorros de las personas por medio de la creación, en 1980, de un nuevo sistema de capitalización, operado por las Administradoras de Fondos de Pensiones (AFP). Curiosamente, esta profunda transformación del país fue ideada y puesta en marcha por José Piñera (MATUS, 2017; TROMBEN, 2017), hermano mayor del actual presidente Sebastián, que permitió que fuera el mercado el operador de los ahorros de los chilenos. El actual sistema de ahorro se basa en un esquema de transferencia forzada y obligatoria de todas las personas trabajadoras a un modelo que es controlado por operadores cada vez más concentrados e internacionalizados que invierten estos ahorros en diversas áreas económicas.

Actualmente, el sistema de previsión social se basa en cuatro subsistemas que coexisten, uno privado y tres estatales. El privado y de mayor peso está constituido por las AFPs y compañías de seguros, con alrededor de diez millones de afiliados en un país de aproximadamente 19 millones de habitantes. Luego, el público se divide en el llamado “Pilar solidario”, promulgado en 2008 durante el gobierno de Michelle Bachelet, de pensiones básicas y complementarias; el Instituto de Previsión Social, IPS, que administra los ahorros de las personas que estaban en las ya inexistentes “cajas de previsión”, las cuales desaparecieron al momento de la

creación del actual sistema privado de ahorro; y el sistema público de pensiones para las instituciones armadas, formado por la Caja de Previsión de la Defensa Nacional, Capredena, y la Dirección de Previsión de Carabineros de Chile, Dipreca, que cuenta con un importante apoyo del estado en su financiación (Solimano, 2017).

Este cambio en el sistema de previsión en Chile fue un proceso con altos y bajos durante sus creación y posterior implementación. Tuvo resistencias y apoyos al interior del gobierno militar. Por el lado de las resistencias, algunos militares, entre ellos el propio Pinochet, se mostraron reacios y desconfiados al cambio, por lo que dentro de la negociación interna de gobierno, la primera condición que debía cumplirse para poder seguir avanzando era el dejar fuera de este nuevo sistema a los trabajadoras de las fuerzas armadas (Solimano, 2017). Esta condición fue aceptada por los ideólogos del nuevo sistema y es así como, hasta el día de hoy, los militares tienen un sistema de ahorro paralelo al de todo el resto de los chilenos y que muestra las enormes diferencias entre uno y otro. En la actualidad, el monto promedio pagado en jubilaciones a los militares es de \$972.354, USD \$ 1.357, existiendo diferencias bastante importantes entre estamentos. Así, por ejemplo, los oficiales reciben una pensión promedio de \$2 millones de pesos chilenos, USD \$2.780 aproximadamente; quienes jubilaron en el Cuadro Permanente de las ramas del ejército registran una jubilación promedio de \$806 mil pesos chilenos, alrededor de unos USD \$1.120. En tanto, para datos de diciembre de 2018, casi 700 mil chilenos recibieron una pensión de vejez por edad de las AFP y Compañías de Seguro de un monto promedio de \$227.693 pesos chilenos, unos USD \$316.

Las diferencias son evidentes, como también el sustento esta-

tal que tiene esta desigualdad, ya que para ese mismo año el Estado chileno destinó 2.434 millones de dólares para pagar jubilaciones, pensiones y montepíos en CAPREDENA y DIPRECA, cubriendo a 174 mil pensionados militares. Mientras que para financiar a 1,5 millones de personas beneficiadas con el Pilar Solidario, a través de la Pensión Básica Solidaria y el Aporte Previsional Solidario, se destinaron casi 2 mil millones de dólares (Gálvez y Kremerman, 2019; Solimano, 2017). A pesar del rechazo de parte de los militares a la reforma, algunos mantuvieron su apoyo. Junto a su creador se alineó el Ministro de Hacienda de la época, el Chicago Boy Sergio de Castro y el resto de los integrantes de la junta: José Toribio Merino, Fernando Matthei y César Mendoza (MATUS, 2017), quienes se cuadraron con los argumentos de los civiles golpistas en relación a que este cambio traería progreso y bienestar al país entero. El sistema de pensiones chileno no solo era gestado como una oportunidad de negocio para los operadores del modelo, sino que, además, encubría una serie de irregularidades que eran constitutivas del negocio y que estaban legitimadas y procedimentadas como parte del funcionamiento del sistema de pensiones en Chile. Algunas de estas irregularidades tienen que ver con el uso de las bases de datos de los afiliados de las AFP por los bancos dueños de las mismas. Así, los bancos disponían de información privilegiada para la oferta de créditos de consumo para las personas afiliadas a las AFP y que podían ser sujeto de crédito. Otras se relacionan con la negativa del pago de pensiones de invalidez a través de una serie de resquicios legales y administrativos impuestos y ordenados por las propias AFP. Además, está la relación directa de la administración de las AFP con dos de los casos de corrupción más bullados en el último tiempo, como fueron el fraude de la multitienda La

Polar y la trama de cadenas de sociedades en formato cascada que tiene a la Sociedad Química y Minera de Chile, SQM, como centro de operación y a Julio Ponce Lerou, ex yerno del dictador Augusto Pinochet, como principal operador, investigado además por su papel en el financiamiento ilegal de la política (WEIBEL, 2020).

Esto último, sumado al fracaso del modelo en su idea de otorgar pensiones dignas a las personas, ha hecho que hoy en día sea una de las instituciones más cuestionadas por la sociedad chilena y que ha dado pie a uno de los referentes de protesta más relevantes en el último tiempo, liderados por la consigna NO + AFP. Este grupo de dirigentes de la Confederación Bancaria tomó esta bandera de lucha en 2000, el mismo año que se crearon los multifondos con un trabajo silencioso que no hacía eco en la centro izquierda chilena que gobernaba el país. Eso explica que ocho años después (2008) y en pleno proceso de reforma del sistema previsional, impulsada por el gobierno de Michelle Bachelet, NO + AFP no fuera invitada a plantear sus puntos de vista en las audiencias en las que participaban organizaciones civiles (MATUS, 2017). Las propuestas de este movimiento tienen que ver con avanzar hacia un sistema de reparto (WEIBEL, 2020), elevar los aportes que hacen las empresas y reducir el de los trabajadores, incorporar criterios de solidaridad entre diferentes generaciones, aumentar el aporte del Estado para la creación de un fondo de reserva técnica y, finalmente, acabar con las AFP y crear una institución administradora, sin fin de lucro y autónoma¹. Es decir, transformar el espíritu de la política neoliberal, que entiende que los ahorros de las personas están destinados a la gestión de inversión, donde el reparto de las ganancias es mínimo.

¹ Información obtenida de <https://coordinadoranomasafp.cl>

En términos puramente políticos, el modelo chileno también se sostuvo sobre una forma de hacer y entender la política en la lógica de los acuerdos y la búsqueda de consensos. Esto fue traducido en la emblemática frase del primer presidente postdictadura, Patricio Aylwin, como los cambios “en la medida de lo posible”. Una política de los acuerdos que estaba determinada por una doble condición: por una parte, las innumerables leyes y políticas de amarre que construyó el diseño institucional de la dictadura, que aceptaban cambios y reformas en la medida en que tuvieran el apoyo y la tutela política de sus creadores. Esto quedó consagrado en la Constitución de los ochenta y se materializó en los porcentajes necesarios de apoyo, sobre el 66% del poder ejecutivo, a determinadas leyes relevantes y centrales del modelo. Por otra parte, e íntimamente relacionado con lo anterior, está la ampliación de los beneficios del status quo hacia los partidos y sectores políticos de la alianza de partidos que lideró el proceso de transición, en su primera etapa llamada coloquialmente como la “Concertación” y en su última como “Nueva Mayoría”. Esta unión que agrupó a sectores de la socialdemocracia y la centroizquierda vio cómo la política de acuerdos amplios permitían su mantención en el poder gracias a su protección de los intereses de la aristocracia criolla y su derivada política, encarnada en los partidos de centro derecha. Ambos conglomerados se repartieron los beneficios y los ámbitos de actuación del modelo, sin que este se modificara en sus definiciones esenciales. Por eso hablamos de 40 años de neoliberalismo en Chile.

Algunos de los impactos de un modelo deshumanizante

El aparente éxito del modelo chileno contrasta con los significativos impactos negativos que ha tenido sobre la inmensa mayoría de la población. Lo que se abordarán en este capítulo no es el resultado exclusivamente de una mala gestión de la administración de la economía y política pública, ni tampoco del estado de crisis del capitalismo global, o de la falta de inversión extranjera, o de alguna de las variables macroeconómicas o locales. Al contrario, es el efecto de la naturaleza misma de una forma de entender la economía y la política, que antepone el principio de la ganancia por sobre la protección de la vida y la naturaleza. Es una manera de comprender el mundo, que tiende a normalizar la pobreza, la desigualdad, las crisis ecosociales, la falta de oportunidades, la discriminación y la segregación, como elementos constitutivos y necesarios para el funcionamiento del modelo. Se trata de la delimitación de la línea abismal (Santos, 2010) que separa aquello que permite y posibilita la mantención y profundización del modelo, lo deseado, y lo que resulta como un daño colateral o efecto secundario que debe ser neutralizado, trabajado mediáticamente o sencillamente ocultado, lo invisibilizado, en pro de la mantención de una imagen de éxito tanto hacia fuera del país como hacia dentro.

Durante estos 40 años de neoliberalismo, se han profundizado las desigualdades y las segregaciones en muchos ámbitos de la vida de las personas. Esto se traduce en que el modelo chileno ha creado ciudadanos de primera, segunda, tercera y cuarta categoría, dependiendo de los ingresos, el tipo de trabajo que se tiene, dónde se vive y el acceso a las oportunidades que ofrece el mercado. Al mismo tiempo, se ha vendido la idea de que, dependiendo del

esfuerzo y empuje individual, se puede ir escalando entre estas categorías para finalmente llegar a la cima del éxito, donde se mirará desde lejos los grises y oscuridades de la vida de la gente común.

Paralelamente a esa lucha por el asenso social, hay otro grupo de personas que ha estado obligada a convivir con los “efectos colaterales” del progreso y el desarrollo neoliberal. Para ellos, la centralidad de vivir no tiene que ver con la posibilidad de ascender social y económicamente, sino con poder mantener condiciones básicas que permitan la reproducción de la vida. Como por ejemplo, el derecho a respirar un aire no contaminado, tener acceso a agua potable para el consumo diario, disfrutar de un mar sin permanentes derrames de petróleo, etc. Son los territorios que forman parte de las llamadas “Zonas de sacrificio”, que se caracterizan por la exposición a altos niveles de contaminación producida por la presencia de metales pesados (BOLADOS Y SÁNCHEZ, 2017). Esta nomenclatura sintetiza muy bien la realidad de vastos territorios en Iquique, Tocopilla, Mejillones, Huasco, Quintero-Puchuncaví y Coronel. Aquí el desarrollo y el progreso del neoliberalismo es sinónimo de contaminación de sus riquezas naturales, pérdida de sus economías locales y una vida rodeada de agentes de polución que afectan directamente la salud de las personas. Frente a ello, se han venido constituyendo una serie de movimientos que han puesto en el debate nacional las consecuencias de esta política extractivista. Destacan, por ejemplo, las acciones y reflexiones de grupos organizados, liderados fundamentalmente por mujeres, como es el caso de “Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia de Quintero-Puchuncaví” (BOLADOS Y SÁNCHEZ, 2017).

Este principio extractivista del modelo neoliberal ha afectado la soberanía de los territorios sobre los bienes comunes. Así es

como Chile ostenta el triste récord de ser el único país del mundo que tiene privatizados los derechos de agua. Esta singular política, que forma parte del complejo engranaje neoliberal pensado por el gobierno cívico-militar, ha significado consecuencias catastróficas para amplios territorios y comunidades. Los paisajes de una cada vez más creciente cantidad de territorios, están siendo sensiblemente afectados por los efectos de esta política. Así, al mismo tiempo que vemos cerros verdes por los monocultivos de paltas y cítricos, las comunidades tienen que convivir con ríos secos y con la falta de agua para el consumo cotidiano de las personas. Este triste espectáculo, está sustentado jurídicamente en la promulgación en 1981 del código de agua, que consagra el agua como un bien de uso público, pero la declara como un bien económico. A partir de este marco normativo, las facultades de aprovechamiento de agua fueron entregadas de manera gratuita y a perpetuidad a privados, los cuales pueden concurrir al mercado a vender, comprar y/o arrendar derechos de agua (MUNDACA, 2014). De esta forma el agua pasa a ser un bien, como cualquier otro, que puede ser sujeto de los movimientos del mercado y que además se presenta como separado del dominio de la tierra. Es decir, una persona puede ostentar derechos de agua sin necesariamente ser propietario de la tierra y, a su vez, una persona puede ser propietaria de un terreno sin poder utilizar el agua que en ella existe. Una verdadera esquizofrenia política, propia de un modelo económico insensato.

Este particular estado de la situación hídrica del país se ha profundizado en los gobiernos de la Concertación, al estar algunos de sus operadores coludidos con los empresarios agrícolas, actores que hoy concentran la mayor parte de la propiedad del agua.

Algunos de esos nombres son el empresario Alfonso Ríos Larraín, hoy miembro del Partido Republicano de extrema derecha; Osvaldo Junemann Gazmuri, el exministro Edmundo Pérez Yoma y el diputado Eduardo Cerda Lecaros, ambos miembros del Partido Demócrata Cristiano, que fue parte de la alianza de los gobiernos postdictadura; y Francisco Contardo Sfeir, gerente general del comité de Palta Hass (Tamayo y Carmona, 2020). Esta selecta lista se completa con Antonio Walker Prieto, el hasta hace poco ministro de Agricultura del actual gobierno de Sebastián Piñera. Estos son algunos de los nombres que se repiten cuando se quiere comprender la estructura de la propiedad del agua.

Un trabajo incansable desde los movimientos sociales territoriales, como son MODATIMA y el MAT, por nombrar los que tienen más recorrido y exposición pública, han insistido en el principio de que el estado actual hídrico de muchos territorios no es el resultado de la sequía, sino que más bien es una política sistemática de saqueo de los grandes grupos económicos de las actividades extractivas. Paralelamente a esto, el Estado chileno, por medio del ministerio de Obras Públicas, el 31 de julio de 2019 declaró por decimosexta vez a la provincia de Petorca como “zona de escasez hídrica”, pero no es solo el problema de una zona de la región de Valparaíso, sino que es la realidad de una vasta porción del territorio nacional, llegando incluso a regiones tan australes como la de Aysén, donde naturalmente uno no esperaría esta condición. Por lo tanto, lo que está detrás de este estado de catástrofe es la progresión de la industria extractiva de energía, minera, forestal, o agronegocio, que es uno de los elementos centrales del modelo neoliberal chileno. Sumado a esto, la situación hídrica se agudiza por el permanente expolio de esta riqueza natural que se sostiene

en prácticas irregulares y fuera de los marcos normativos, como la práctica de drenaje de ríos, construcción de obras irregulares como pozos ilegales, lo que contribuye al agotamiento de las ya débiles capas de agua subterránea más cercanas a la superficie.

Como se ha anticipado, una de las dimensiones de la vida de las personas que se ha visto sensiblemente afectada por el modelo neoliberal chileno, es la educación. La incorporación del actor privado al mundo educacional lo convirtió en un escenario más de despliegue de las lógicas mercantiles, como si se tratara de un nuevo proyecto de negocio. El primer paso en esta tendencia fue la municipalización de la enseñanza, que significó que los municipios pasaran a ser los administradores de esta área a nivel local. Esto, que a primera vista puede ser leído como un acto de descentralización de la educación, no fue otra cosa que una política más que se justificaba por el deseo neoliberal de minimizar al máximo posible el Estado y su injerencia en la vida de las personas. A partir de aquí, ese papel lo tendría el mercado, quien pasaría a decidir cómo y en qué condiciones se iban a desarrollar la educación pública y la recién creada educación privada con apoyo estatal, que sería gestionada por “sostenedores” que pasarían a ser dueños y administradores de los colegios que se crean con apoyo estatal, por medio de una subvención por estudiante matriculado. Es decir, la formación se transforma en un área de negocio regulada por el mercado, pero con apoyo económico estatal. Se comienza a fraguar el paraíso del emprendedurismo educativo. El resultado: un sistema de formación pública por el suelo en términos de sus condiciones y calidad y una creciente segregación educacional. Como en otras áreas de la vida de las personas, quienes pueden pagar tienen acceso a una formación de calidad, mientras que aquellos que

no cuentan con los ingresos suficientes se quedarán recluidos en la enseñanza pública, reproduciendo con ello el perverso circuito de la pobreza y de la falta de oportunidades.

Nuevos escenarios y dimensiones en proceso de recuperación/transformación

Como una parte importante de cualquier proyecto neoliberal, la vida se presenta como el resultado de una pugna individual por el progreso o el bienestar, que se traduce en mejores condiciones de vitalidad y de asenso social hacia la cúspide de una pirámide donde se ubica el bienestar en su dimensión exclusivamente individual. Desde este punto de vista, lo colectivo ha perdido relevancia política y se ha ido desgastando en un discurso que ha quedado neutralizado por el deseo de asenso individual. A pesar de lo anterior, hace algunos años se observan impulsos de transformación que permiten hablar de un proceso por recuperar lo colectivo como horizonte que le da sentido a las prácticas y formas de participación política. Poco a poco se ha ido fortaleciendo una tendencia a ser parte de proyectos que se construyen sobre una convicción, que observa un efecto positivo en la construcción de lo “colectivo”. Se hace más fuerte la idea de que los proyectos políticos gestionados en grupo son posibles de realizar y son, a la vez, una oportunidad de cambiar el entorno inmediato. La idea de lo colectivo se redefine en función de una experiencia que es palpable y que tiene efectos tangibles sobre la vida de las personas (SARAVIA, 2014). La idea de la política que está detrás de estos discursos se elabora sobre relaciones prácticas vivenciadas

en el día a día, donde lo común sirve como un reproductor de una experiencia en construcción. Los procesos de identificación que elaboran los sujetos en movimiento se fundamentan en el reconocimiento del otro como un actor legitimado por el conjunto del grupo (VILLASANTE, 1995).

Esta recuperación de la importancia de lo colectivo se hace en una época determinada por los valores individualistas del proyecto modernizador neoliberal. Recuperar la confianza en lo grupal es un esfuerzo por revalorar un tipo de sujeto activo y creador de sus propias circunstancias políticas. Además, la confianza en lo comunitario irrumpe como una estrategia que hace posible plasmar la transformación social. La oportunidad de vivir lo colectivo se transforma en un “darse cuenta” de que es un camino real y posible para el cambio (SARAVIA, 2014). De alguna forma, es el comienzo de la materialización de la utopía de un cambio radical, donde lo colectivo se resitúa como un espacio de referencia y pasa a ser un componente más de la “idea abstracta de una corriente” (TILLY, 1998), que traduce el carácter del cambio social.

En este contexto de incertidumbre global, de transformación nacional y de recuperación del sueño colectivo, repensar nuevas formas de economía es algo necesario y urgente que silenciosamente han venido haciendo diversas experiencias territoriales (SARAVIA et al., 2021). La construcción de estos caminos se sostiene sobre principios que apelan a recuperar el control sobre el destino económico, por lo que la corresponsabilidad es necesaria en la ruta de la colectivización de la conducción de esos proyectos. Esto permite definir las prioridades y áreas de interés de lo económico, que se construyen considerando las necesidades, condiciones y anhelos de todas las personas involucradas. Serán ellas,

en conjunto, las que determinen cómo resolver la vinculación entre la cuestión económica y la naturaleza, como también de todas aquellas otras relaciones necesarias para una economía apropiada y al alcance de las diversas formas de organizar la vida de las comunidades y los territorios.

En este escenario, resulta fundamental incrementar los niveles de articulación entre las diversas experiencias económicas. El trabajo con otros permite enredar las capacidades y potencialidades presentes en un territorio, sosteniendo un tejido de interacciones fuerte y resistente que puede enfrentar problemas, conflictos o tensiones que aparezcan durante la reproducción o, eventualmente, el escalamiento de estos caminos. Este cruce virtuoso también es el que reproduce las soluciones innovadoras y creativas de los territorios, que dan pie a estrategias que enfrentan de manera novedosa los antiguos y persistentes problemas, como también aquellos derivados de la coyuntura o las condiciones de contexto.

La dimensión de esta red, fruto de la articulación de las capacidades territoriales y sus múltiples estrategias de alianzas, tiene alcances determinados por sus propias fuerzas productivas y reproductivas, y no tanto por el requerimiento de una idea lejana de progreso y desarrollo. Por lo tanto, serán economías profundamente locales, en sus procesos y metas u horizontes económicos. Esto último explica que estos proyectos adquieren formas y estrategias diversas, que se van dinamizando según los actos creativos e innovadores que los actores y actoras van construyendo, como también son capaces de adecuarse a las condiciones sociales y naturales cambiantes. A partir de aquí, se elaboran críticamente caminos en oposición al principio de la estandarización y la reproducción de bienes y servicios, iguales para todas las personas.

Estas “otras” economías se enfrentan al desafío de dar viabilidad a dicha diversidad, defendiendo las particularidades de cada territorio y sus diferentes composiciones, al mismo tiempo que las pone al servicio de un trabajo y objetivo comunes, que sobrepasan los marcos y efectos de las individualidades. Por lo tanto, el punto de partida y de llegada de estas economías será el territorio donde pertenezcan o tengan relaciones de impacto e influencia. Será el territorio quien ponga los límites de la reproducción y ampliación de las experiencias, y no la demanda de un mercado lejano e incontrolado.

La revaloración a las singularidades territoriales y sus respectivas salidas económicas se construyen en diálogo con la necesidad de incrementar importantes grados de autogestión, que permitan el control autónomo de los territorios, tanto de las necesarias y constantes innovaciones a los caminos existentes, como también de la puesta en marcha de nuevas formas de comprensión económica de los territorios. Dar espacio a la autogestión facilita el empoderamiento de las comunidades, ya que refuerza la idea de que son capaces de resolver parte de sus problemas con las riquezas y competencias presentes en el territorio donde se articulan. De ahí que también es necesario ser conscientes de las limitaciones de la autogestión y sus alcances, ya que, por sí sola, no es capaz de solucionar todos los amplios y complejos problemas económicos de un territorio, pero sí puede trazar un camino y delimitar las fronteras de los campos de decisión que se toman a un nivel mayor.

Como vemos, estas “otras” economías diversas son críticas respecto de la propuesta económica y civilizatoria neoliberal, se sostienen sobre principios que ponen por delante la defensa de la reproducción de la vida de la naturaleza y de los animales huma-

nos y no humanos. Por lo mismo, son críticas de ver los territorios, la naturaleza y las personas como recursos que deben ser explotados y colonizados al máximo, con el fin de obtener mayores tasas de ganancia para quienes operan como dueños o administradores de estas riquezas. Son detractoras respecto a las dinámicas del trabajo que plantea el capitalismo global deslocalizado, colonial, extractivista, flexible, precario e injusto, ya que agudiza y profundiza las diferencias y brechas entre aquellos que son propietarios del capital y quienes deben vender su fuerza de trabajo para poder sobrevivir. Frente a esta lógica depredadora, estas “otras” economías apelan a principios de solidaridad/reciprocidad como fuente de sostén y reproducción de mejores condiciones económicas para los territorios. Por ello, la solidaridad/reciprocidad es una estrategia que permite dar una solución ecológica a los problemas de la humanidad y la naturaleza, y no una medida subsidiaria de enfrentar dichos desafíos. Por esto último, es parte de una estrategia política que permite enfrentar problemas económicos concretos, por ejemplo, la falta de acceso a ciertos medios productivos, conocimiento y saberes o a la carencia de dispositivos que permiten accionar una economía local.

Todos y cada uno de los mecanismos y estrategias referidas anteriormente, permiten imaginar nuevas relaciones y estrategias económicas que reproduzcan, en cada una de sus acciones, un horizonte común que tiene que ver con la defensa de la vida. La centralidad de la economía no será la búsqueda del progreso y el desarrollo, sino que el desafío y horizonte político de estos caminos económicos diferentes al capitalismo global será el recuperar el legado de nuestras naciones indígenas y comenzar a proyectar una economía para el buen vivir. Esto supone un giro epistémico y

político, donde el proyecto de la modernidad eurocentrada pierde su posición hegemónica, iniciada hace más de 520 años, ubicando a los territorios en dicha centralidad, al recuperar su condición de soberanía sobre sus decisiones económicas.

Conclusiones finales

La revuelta de octubre de 2019 puso en evidencia muchos de estos desequilibrios propios de un sistema deshumanizante y que ha priorizado el beneficio de unas pocas familias por sobre el bienestar de la inmensa mayoría del país. El grito desgarrado de octubre pone en evidencia la pobreza, la desigualdad, la falta de oportunidades, las variadas injusticias y la falta de dignidad de un modelo que golpea con fuerza a los más débiles. Además, también se constituyó por quienes aún “gozando” de los beneficios de la sociedad de mercado, no pueden seguir profundizando el modelo de vida exitista e hipotecando el futuro de las nuevas generaciones. Se trata del despertar de un vasto sector de la sociedad chilena, que está cansado de no tener control sobre sus destinos económicos y políticos y tienen que caer en el dominio de quienes dicen representar sus vidas, pero que en realidad están lejos de saber cómo se vive en el Chile real. Personas cansadas de ver cómo la justicia se negocia dependiendo del “peso” de su defensa, o cómo quienes están destinados a protegerlos se comportan como seres monstruosos, asesinando, mutilando, encarcelando y torturando a sus compatriotas, en una “guerra” declarada del Estado y del gobierno criminal del actual presidente Piñera.

Octubre de 2019 es la consolidación de un reclamo que se

viene fraguando desde hace décadas, que con mayor o menor intensidad, fue comprendiendo cómo el modelo chileno era la expresión de un modelo civilizatorio global que ha perdido el rumbo de la vida, para concentrarse de lleno en la obtención de mejores ganancias y beneficios para unos pocos. Los últimos cuarenta años de Chile, son la expresión de la construcción de un modelo emulado por otros, armado por sus élites a sangre y fuego y mostrado internacionalmente como un ejemplo de éxito y progreso, pero al mismo tiempo, desde sus calles se lanzó al mundo la señal inequívoca de la necesidad de cambiar el estado de las cosas y reordenar los destinos según nuevas prioridades. Ese Chile está en construcción y aún debe avanzar muchos pasos sobre un camino lleno de obstáculos, aún se debe levantar salvando las garras mezquinas de las familias más poderosas y la aún frágil toma de conciencia de amplios sectores del país. Debe recuperar la esperanza y alimentarse de los sectores populares que nunca han dejado esta lucha, debe rearmar su entramado de relaciones sociales y comunitarias. Se tiene forzosamente que recuperar el control sobre la vida política y económica, refundar el Estado y la democracia, hacia una que proteja a las personas y donde lo comunitario y lo público sean los nuevos horizontes, deshaciendo aquel construido sobre la base de la competencia y el progreso individual.

En este contexto de transformación incipiente, se han multiplicado por los territorios diversas formas de entender e interpretar el actual momento histórico chileno. Todas ellas juntas han hecho posible que el estudiante aventajado del modelo neoliberal a escala global hoy esté en entredicho y sea cuestionado en su condición central y fundante, que es su propuesta deshumanizadora basada en la explotación de las personas y la naturaleza. Por

esta razón, las construcciones que han surgido junto a esta energía transformadora proponen, de diversa forma y con distintas intensidades, recuperar el control sobre las vidas, comunidades y sus riquezas. Estas manifestaciones expresan sus potencialidades y limitaciones junto con la necesidad de aprender y coconstruir una forma de vida que supera el mezquino proyecto neoliberal. Tendrán que ser astutas para enfrentar el futuro y comprender que la articulación entre ellas resulta fundamental para sostener su trabajo en el tiempo.

También tendrán que ser generosas y humildes en reconocer sus limitaciones y en madurar su sincera apuesta por elaborar un proyecto común. El Chile del mañana está en entredicho y en suspenso. El país del presente está sufriendo la sistemática desprotección y criminalización de quienes están destinados al cuidado de la población. Hoy el Wallmapu es zona militar donde se asesina y persigue impunemente, todo esto porque el Chile del presente y del pasado inmediato, es el resultado de un modelo neoliberal colonial, patriarcal y racista.

Referencias

ATRIA, Fernando; LARRAÍN, Guillermo; BENAVENTE, José Miguel; COUSO, Javier y JOIGNANT, Alfredo. El otro modelo. Del orden neoliberal al régimen de lo público. **Penguin Random House Grupo Editorial**, Santiago, 2019.

BAEZA, Jaime y LÓPEZ, Miguel Ángel. El Congreso Nacional de Chile y el proceso de ratificación del Tratado de Libre Comercio con los Estados Unidos de América. **Revista Estudios Internacionales**, Santiago, v. 47, n. 182, p. 37-55, 2015.

BOCCARDO, Giorgio; RUIZ, Felipe y CAVIEDES, Sebastián. 30 años

de política neoliberal en Chile. La privatización de los servicios públicos: su historia, impacto sobre las condiciones de vida y efectos sobre la democracia. **Nodo XXI**, Santiago, 2020.

BOLADOS, Paola y SÁNCHEZ, Alejandra. Una ecología política feminista en construcción: El caso de las “Mujeres de zonas de sacrificio en resistencia”, Región de Valparaíso, Chile. **Revista Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 16, n. 2, p. 32-42, Jul. 2017.

CARROZA, Nelson; SARAVIA, Pablo, y ESCOBAR, Sebastián. La producción social del hábitat en el Gran Valparaíso: discursos críticos, contextos y motivaciones de las experiencias. En: Hernández, Adrián et al. (Coordinadores). Neoliberal(urban)ismo. Transformaciones socioterritoriales y luchas populares en Chile, España y México. **Universidad Nacional Autónoma de México**, México D.F., p. 67-75, 2019.

CHONCHOL, Jacques. Por una nueva reforma agraria para Chile. **LOM ediciones**, Santiago, 2018.

FAZIO, Hugo. ¿Quiénes gobiernan América Latina?. **LOM ediciones**, Santiago, 2003.

GALEANO, Eduardo. Las venas abiertas de América Latina. **Editorial Siglo XXI**, México, D.F., 2004.

GÁLVEZ, Recaredo y KREMERMAN, Marco. Pensiones por la fuerza. Resultados del sistema de pensiones de las Fuerzas Armadas y de Orden. **Ideas para el Buen Vivir Fundación Sol**, n. 17, 2019.

HACHETTE, Dominique. Privatizaciones: Reforma Estructural Pero Inconclusa. En: Larraín, Felipe y Vergara, Rodrigo (Editores). La transformación económica de Chile. **Centro de Estudios Públicos**, Santiago, 2000.

MATUS, Alejandra. Mitos y verdades de las AFP. **Editorial Aguilar**, Santiago, 2017.

MÖNCKEBERG, María Olivia. El Saqueo de los grupos económicos al Estado Chileno. **Ediciones B**, Santiago, 2001.

MUNDACA, Rodrigo. La privatización de las aguas en Chile. Causas y resistencias. **Editorial América en Movimiento**, Santiago, 2014.

RODRÍGUEZ-VILLASANTE, Tomás. Las democracias participativas. De la participación ciudadana a las alternativas de sociedad. **Ediciones HOAC**, Madrid, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para descolonizar Occidente. Más allá del pensamiento abismal. **Consejo Latinoamericano de Ciencias**

Sociales CLACSO-Prometeo Libros, Buenos Aires, 2010.

SARAVIA, Pablo; GASCÓN I MARTÍN, Felip; VEGA, Débora y ESPINOZA, Luis. Economías territorializadas para la vida. Respuestas a la precarización neoliberal en el Chile del siglo XXI. En: Del Valle, Carlos (Editor). Horizontes Convergentes. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO**, Buenos Aires, 2021.

SARAVIA, Pablo. Los impactos internos. Una interpretación sobre las consecuencias de habitar un espacio de protesta agroecológico. **Revista Fermentum**, v. 24, n. 71, ISSN 0798-3069, 2014

SOLIMANO, Andrés. Pensiones a la chilena. La experiencia internacional y el camino a la desprivatización. **Editorial Catalonia**, Santiago, 2017.

SUBREI. Acuerdos Comerciales Vigentes. **Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile**, 2021. Disponible en: <https://www.subrei.gob.cl/acuerdos-comerciales/acuerdos-comerciales-vigentes>.

TAMAYO, Tania y CARMONA, Alejandra. El negocio del agua. Cómo Chile se convirtió en tierra seca. **Penguin Random House Grupo Editorial**, Santiago, 2020.

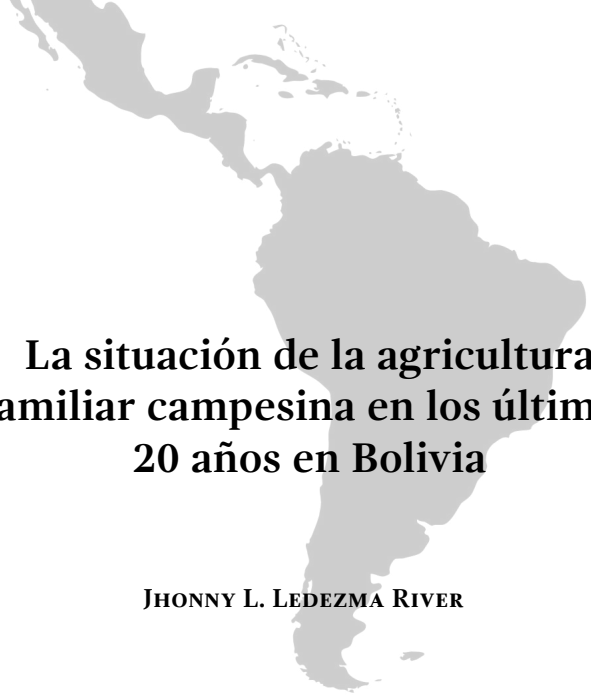
TILLY, Charles. Conflicto político y cambio social. En Ibarra, Pedro y Tejerina, Benjamín. (Editores). Los movimientos sociales. Transformaciones políticas y cambio cultural. **Editorial Trotta**, Madrid, 1998.

TROMBEN, Carlos. Crónica secreta de la economía chilena. **Penguin Random House Grupo Editorial**, Santiago, 2017.

VERGARA, Carlos. ¡Quiénes habitan, deciden! La disputa por la planificación urbana en Valparaíso, Chile, 2014-2018. En: Hernández, Adrián et al. (Coordinadores). Neoliberal(urban)ismo. Transformaciones socioterritoriales y luchas populares en Chile, España y México. **Universidad Nacional Autónoma de México**, México D.F., p. 23-31, 2019.

WEIBEL, Mauricio. La caída de las AFP. Una historia de operaciones ilegales, fraudes y paraísos fiscales. **Penguin Random House Grupo Editorial**, Santiago, 2020.

ZENTENO, Elizabeth; SEPÚLVEDA, Kimberly; AHUMADA, Julio y DÍAZ, José. De ciudadanías insurgentes a planificadores urbanos. Organización social en la urbanización del campamento Manuel Bustos de Viña del Mar. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, n. 77, p. 157-172, 2020.



La situación de la agricultura familiar campesina en los últimos 20 años en Bolivia

JHONNY L. LEDEZMA RIVER

EN LO QUE VIENE A CONTINUACIÓN DESCRIBIMOS Y ANALIZAMOS la situación de la agricultura campesina indígena originaria boliviana, concentrarnos en los últimos 20 años. Estos 20 años hacen mención a un antes del gobierno del MAS (Movimiento Al Socialismo) y un después, es decir, incluye los últimos casi 14 años de gobierno del MAS (22 de enero de 2006 – 10 de noviembre de 2019).

¿Qué queremos que el lector entienda por este pequeño ensayo? Las transformaciones de la producción agrícola boliviana en general y de la agricultura familiar campesina en particular. Indudablemente hablar de la agricultura boliviana, es bastante amplio, porque incluiría a la agroindustria cruceña. A la agroindustria cruceña, mencionaremos a lo largo del ensayo, sin embargo, no profundizaremos. Lo que queremos resaltar en este ensayo son las transformaciones de la agricultura familiar campesina. Para ello echaremos mano del Censo Agropecuario de 2013 y los estudios

realizados por instituciones como CIPCA (Centro de Investigación y Promoción del Campesinado), Fundación Tierra, CENDA (Centro de Comunicación y Desarrollo Andino) e INCISO (Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales), sobre todo.

Una hipótesis de trabajo que planteamos en este ensayo es que la pequeña producción familiar campesina no ha mejorado, en los últimos 14 años, pese a contar con un gobierno de corte campesina indígena originaria. Esta afirmación, parece contradictorio, pero es cierto, teniendo un gobierno indígena, no se mejoró la situación de la agricultura familiar campesina.

Para trabajar la hipótesis tendremos que contextualizar la situación de la agricultura familiar campesina antes del 2005 y luego del 2006 al 2019.

Situación de la agricultura familiar campesina antes del gobierno del MAS

La división temporal de la agricultura familiar campesina antes del gobierno del MAS, hace referencia hasta el año 2005. Esta ubicación periódica hace referencia en particular a la situación de la agricultura familiar campesina de seis años (1999-2005), donde en Bolivia se ha profundizado las políticas neoliberales. Claro está que las políticas neoliberales en Bolivia se han aplicado desde el año 1985, con el Decreto Supremo 21060, que liberaliza la economía, se declara libre exportación e importación de alimentos, libre oferta y demanda de alimentos, achica el rol del Estado en la Economía, privatización de las empresas estratégicas y con la avanzada de las privatizaciones incluso se llega a privatizar el agua, el año

2000. Sin embargo, la privatización del agua generó descontento social, y este descontento social desembocó en lo que se conoce en la historia boliviana, como la guerra del agua.

Una pregunta, que puede ayudar a ir precisando, en lo que interesa en este ensayo es: ¿Cómo estaba la pequeña agricultura familiar campesina antes del gobierno del MAS? La situación de la agricultura familiar campesina históricamente no ha sido favorecida por las políticas públicas, aunque los gobiernos de turno digan lo contrario. ¿Cuál es la problemática histórica a la que se han enfrentado los pequeños productores de alimentos? Entre, algunas de las problemáticas podemos mencionar:

El minifundio en las tierras altas, porque las tierras que recibieron los campesinos allá por los años 1953, de esa fecha hasta el año 2005 ya pasaron casi 3 generaciones¹ y la tierra se ha dividido de padres a hijos, incluso a nietos y a bisnietos. El tamaño de la superficie de tierra por familia es cada vez menor.

Los rendimientos y productividades de los cultivos son bajos de las familias campesinas, por tanto, no son comparables con los rendimientos y productividades de los cultivos de los países vecinos como Perú, Chile, Argentina y Brasil.

Los precios de los productos agrícolas campesinos son bajos, porque los precios se determinan por las leyes del mercado (libre oferta y demanda). Y la paradoja del mercado nos presenta escenarios bastante negativos para la economía campesina. Esto se refiere a que cuando existe abundancia de productos campesinos los precios bajan, y cuando los productos campesinos son escasos, porque fue un año malo para la agricultura, los precios suben, pero los campesinos no tienen nada que vender.

¹ En el presente documento se considera 20 años a una generación.

El cambio climático, que ha estado afectando a la producción campesina familiar, en las últimas décadas, no se pueden dejar de mencionar las sequías de los ciclos agrícolas 1982-1983 y 1996-1997. Pero no sólo las sequías, sino que cada vez el ciclo de lluvias es más irregular.

En síntesis, podemos indicar que la situación de la agricultura familiar campesina antes del año 2005, fue negativo en tiempos de aplicación de políticas neoliberales. Sin embargo, después del año 2005, tampoco la situación de la agricultura familiar campesina ha mejorado, como se presenta a continuación.

Situación de la agricultura familiar campesina durante el gobierno del MAS

El partido del MAS asumió el gobierno con “alegría y derroche de energía” el año 2006, después de ser ganador en las elecciones de diciembre de 2005. El MAS asumió el gobierno, ganando con el 53,74% de los votos. Por primera vez en Bolivia, un Presidente asumía el poder sin hacer alianzas con otros partidos políticos.

La mayoría de los campesinos indígenas y originarios de Bolivia festejaron la victoria, y pensaron que la situación del pequeño productor campesino iba mejorar, porque por primera vez en la historia boliviana, un campesino se hacía cargo de la Presidencia, a la cabeza de Evo Morales Ayma. Sin embargo, la situación no mejoró, a pesar de aprobar varias leyes a favor de los campesinos indígena originarios. Entre algunas leyes que se aprobaron en el gobierno del MAS (2006-2019) a favor del pequeño productor, podemos citar:

- **Ley de reconducción comunitaria de la Reforma Agraria modificatoria de la Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria. Aprobada el 2006.**

Esta ley se supone que iba a democratizar el acceso a la tierra, es decir, eliminar el latifundio y permitiría el acceso a la tierra a los sin tierra y a los pequeños agricultores campesinas que se encuentran en minifundio. Tal pretensión no ocurrió, como se verá más adelante con los datos estadísticos del Censo Agropecuario de 2013.

- **Ley de Revolución Productiva Comunitaria Agropecuaria. Aprobada el 2011.**

Según esta ley, se supone que iba a mejorar la situación económica de la pequeña producción campesina, implementando sistemas de riego, capacitando a los campesinos, implementando el Seguro Agrario Universal “*Pachamama*”, entre otras. Sin embargo, a pesar de efectivizarse, por ejemplo, el seguro agrario universal, la situación de la agricultura familiar campesina no ha mejorado.

- **Ley de Organizaciones Económicas Campesinas, Indígena Originarias – OECAS y de Organizaciones Económicas Comunitarias – OECOM para la Integración de la Agricultura Familiar Sustentable y la Soberanía Alimentaria. Aprobada el 2013.**

Se supone, que con esta ley los campesinos indígenas originarios podían asociarse para mejorar los ingresos familiares, no solamente asociaciones de productores, sino avanzar hacia la transformación de productos con la conformación de las OECOMs. Sin

embargo, tampoco tuvo el impacto esperado, porque si bien se han conformado OECOMs, por ejemplo, tenemos el caso de Raqayampa, que conformo la OECOM de galletas “tikitas”, la misma tuvo su apogeo mientras provenían galletas para el desayuno escolar del municipio de Mizque. Cuando dejan de proveer, el problema es a quién se vende lo que producen.

- **Ley de alimentación escolar en el marco de la soberanía alimentaria y la economía plural. Aprobada el 2014.**

Esta ley se aprobó para que las asociaciones de pequeños productores campesinos ya sean OECAs o OECOMs puedan proveer el desayuno escolar. Esto tuvo muchos problemas, porque los municipios les han pedido a las OECAs y OECOMs que los productos que comercializan sean aprobados por el SENASAG (Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria) y que tengan NIT (Número de Identificación Tributaria) para facturar las ventas. Estas condiciones no son bien recibidas por las OECAs y OECOMs, porque les pone en una serie de requisitos que deben cumplir, y muchas veces no lo pueden hacer, porque no tienen una lógica empresarial en el manejo de este tipo de iniciativas.

Las leyes indicadas, son algunas de las aprobadas durante los casi 14 años de gobierno del MAS a la cabeza de Evo Morales Ayma. Sin embargo, pareciera que no tuviesen ningún impacto en el mejoramiento de la economía familiar campesina. La economía familiar campesina sigue estando igual, por lo menos eso se observa en la gran mayoría. Lo que ocurre es que la mayoría de las leyes no han sido reglamentadas (operacionalizadas para su implementación). Han intentado implementar sólo aplicando las leyes sin

reglamentarles, y por lo tanto han tenido serios problemas.

A continuación vamos a abordar dos aspectos importantes en el análisis de la situación de la agricultura familiar campesina: 1. La diferenciación social de la economía familiar campesina y 2. La pluriactividad campesina.

La diferenciación social de la economía familiar campesina

Para abordar este punto vamos a hacer referencia al texto publicado por Colque, Urioste y Eyzaguirre (2015, p. 11), porque estos tres autores hacen el análisis a partir de estudios de caso a nivel nacional, de la existencia de tres tipos de agricultura campesina indígena originaria, estas son: los agricultores de subsistencia, los mercantiles y los productores de *commodities*.

1. Los agricultores de subsistencia y/o autoabastecimiento. En esta categoría, con seguridad se encuentran la mayoría de las familias campesinas, porque son unidades económicas que producen en promedio entre menos de 1 hectárea hasta 5 hectáreas.
2. Los mercantiles, son familias que están priorizando producir para el mercado, en particular mercado interno. Son economías que producen entre 5 a 10 hectáreas. Podemos estar hablando de economías agrícolas que ya contratan mano de obra.
3. Productores de *commodities*, son productores que se encuentran en el circuito de la producción de mercancías

para exportar. Estamos hablando de economías agrícolas que producen entre 10 a 50 hectáreas. Ejemplo, los pequeños productores de soya en el oriente boliviano. Ojo estos pequeños productores de soya en el oriente boliviano tienen mentalidad capitalista, podrían ya no estar compartiendo los patrones culturales de los pequeños agricultores campesinos de los valles y el altiplano.

Estas tres tipologías de campesinos indígenas originarios responden a la diferenciación social. En el caso de los campesinos de autoabastecimiento vamos a encontrar sobre todo en el altiplano y los valles, pequeños productores de tubérculos y hortalizas, donde su objetivo económico es primero el consumo y el excedente destinado a la venta. En el segundo grupo, se encuentran los cocaleros² (aunque no necesariamente cultiven en superficie entre 5 a 10 hectáreas) o productores que sobre todo producen para vender. En el tercer grupo, se encuentran los pequeños productores soyeros que están articulados a la exportación, así como los quinueros³, que en los últimos años han tomado importancia en la economía nacional.

Para profundizar la diferenciación social de la economía familiar campesina, vamos a utilizar los datos del Censo Agropecuario Nacional realizado el año 2013. Una propuesta, por demás, útil para categorizar las UPAs (Unidades Productivas Agropecuarias) fue presentada por Julio Prudencio Böhr, en el conversatorio: “Agricultura familiar y agroindustria en Bolivia: Un análisis de la normativa y la inversión estatal”, organizado por CIPCA (Centro

² Productores de hoja de coca.

³ Los que producen quinua no necesariamente tienen superficies cultivadas entre 10 a 50 hectáreas:

de Investigación y Promoción del Campesinado) y FAADR (Foro Andino Amazónico de Desarrollo Rural), el día 30 de noviembre de 2020.

Por lo tanto, el cuadro (en la siguiente página) que presentamos a continuación fue elaborado según la categorización de Prudencio.

El cuadro 1, es bastante revelador sobre el número de UPAs y el tamaño de la tierra que cada grupo de UPAS tiene. Las UPAs dividiendo en dos grupos podemos indicar, que la suma de los 3 primeros grupos maneja entre menos de 1 hectárea y hasta 49,99 hectáreas, representan el 91,42% de las UPAs y tienen en su poder el 13,89% de las tierras. En cambio, aquellos grupos que tienen más de 50 hectáreas, incluso más de 5000 Has, representan el 8,58% de las UPAs y tienen en su poder el 86,12% de las tierras en Bolivia. Estos datos son bastante reveladores sobre la diferenciación en el acceso a la tierra en Bolivia, y que el gobierno de Evo Morales Ayma, tampoco pudo subsanar pese al referéndum del latifundio que se hizo el año 2009, a propósito de la aprobación de la Nueva Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia.

Continuando con el análisis de los datos agropecuarios, lo que tiene que llamar la atención son los grupos extremos, aquellos que tienen muy poca tierra y aquellos que tienen mucha tierra, es decir, el grupo de UPA que tiene menos de 0,1 Has y hasta 4,99 representan casi el 60% de las UPAs y tienen en su poder apenas el 2% de las tierras. En cambio, aquellos que tienen mucha tierra, y estas pueden ser consideradas de más 50 Has, claro está que para manejar más de 50 Has, necesitará el agricultor contratar mano de obra, de hecho, ya no podemos seguir hablando de economías familiares campesinas. En este último caso están casi el 10% de las UPAs y manejan más del 80% de la tierra en Bolivia. Para resaltar,

Cuadro 1. Clasificación de las UPAs según tamaño de superficie (Ha)

N.	Grupos de Unidades Productivas Agropecuarias (UPAs)	Tamaño de las UPAs (Ha)	Número de UPA	Superficie (Ha)	Número de UPA (%)	Superficie %
1	Unidades productivas más pequeñas	Menos de 0,1 - 4,99	507243	738655,3	58,87	2,13
2	Pequeñas propiedades	5 - 9,99	115909	781658,9	13,45	2,26
3	Propiedades consolidadas	10 - 49,99	164568	3292676,9	19,10	9,50
4	Medianas propiedades	50 - 199,99	52777	4006412,5	6,13	11,56
5	Empresas agrícolas	200 - 499,99	9833	3017516,6	1,14	8,71
6	Empresas consolidadas	500 - 4999,99	10486	14800024,6	1,22	42,71
7	Latifundios	5000 y más	792	8018038,9	0,09	23,14
Total			861608	34654983,7	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia con base al Instituto Nacional de Estadística, 2015, p. 18.

aún más, la desigual distribución de la tierra en Bolivia, podemos centrarnos en aquellos que tienen en su poder más de 5000 Has, estos no representan ni el 1% de las UPAs, y que tienen en su poder más del 20% de las tierras en Bolivia. En síntesis, podemos indicar, que el 60% de pequeños productores de los valles y el altiplano tienen diez veces menos tierra que el 1% de los latifundistas (Cuadro 1). Esto lleva a la siguiente conclusión que, en Bolivia seguimos en la desigual distribución de las tierras, mientras muchos tienen poca tierra y pocos tienen mucha tierra.

Caso de estudio: Raqayampa⁴

Para analizar el caso del minifundio vamos a apelar al caso de Raqaypampa, donde el autor hizo investigaciones durante casi 10 años (1998-2007). En los estudios sobre sistemas agrícolas en Raqaypampa, se ha podido constatar que los raqaypampeños en promedio tienen 5 hectáreas. De estas 5 hectáreas, cada año en promedio siembran 3 hectáreas, y 2 hectáreas se encuentran en descanso o lugares donde el ganado mayor y menor puede aprovechar los pastos o rastrojos que quedaron del ciclo agrícola anterior.

La potencialidad de los raqaypampeños, en pequeños espacios siembran una vasta cantidad de cultivos y variedades de papa, maíz, trigo, cebada, avena, cucurbitáceas, etc. La diversidad de cultivos y variedades son propias de la pequeña agricultura campesina que tienen terrenos menores o iguales a 5 hectáreas.

La diversidad de cultivos y variedades hace que los raqaypam-

⁴ Raqayampa se encuentra en la provincia Mizque, departamento de Cochabamba. Aproximadamente a 220 km. de la ciudad de Cochabamba.

peños cuenten con una relativa soberanía y seguridad alimentaria, porque siembran en distintos ecosistemas, de hecho manejan tres pisos agroecológicos, estas son: el monte, las laderas y las pampas. En cada uno de los pisos agroecológicos siembran diversos cultivos y variedades según el tipo de suelos y dependiendo del ciclo de lluvias, que está conectado con la predicción climática.

Los raqaypampeños manejan una serie de estrategias y prácticas agrícolas para minimizar riesgos y asegurar la seguridad y soberanía alimentaria. Además, de las ya mencionadas podemos indicar: manejo paralelo de ciclos agrícolas, estrategias no monetarias de acceso a la mano de obra extrafamiliar (*ayni*⁵, *yanapa*⁶, *peonaje*⁷ y *umaraqa*⁸), la relación sociedad-naturaleza, conocimiento minucioso de las semillas, conocimiento de los tipos de suelos, entre otras.

En las comunidades campesinas, vamos a encontrar, como transforman las debilidades agrícolas en potencialidades y oportunidades para seguir apostando a la producción agrícola. Sin embargo, si bien podemos seguir exponiendo sobre las estrategias y

⁵ El *ayni* es un término quechua que significa ayuda mutua, reciprocidad o estrategia no monetaria de acceso a la fuerza de trabajo extrafamiliar.

⁶ La *yanapa*, es un término quechua que significa ayudar. La *yanapa* se entiende cuando en las actividades agrícolas ayudan los padres a los hijos que tienen su propia familia o los hijos con familia ayudan a sus padres.

⁷ El *peonaje* es una estrategia de acceso de fuerza de trabajo extrafamiliar que se paga a la persona con producto o en dinero.

⁸ La *umaraqa*, en el contexto de Raqayapmpa, es una institución que posibilita una fuerte inyección de trabajo a un cultivo en momentos críticos. A través de la *umaraqa* una familia campesina puede convocar a un grupo numeroso de cooperantes compuesto por parientes, vecinos o compadres con los que mantiene vínculos de reciprocidad. Esta institución es un recurso social que permite enfrentar las situaciones que se presentan habitualmente por la irregularidad de las lluvias que hace imprevisible el momento exacto en que se requerirá utilizar un fuerte contingente de fuerza de trabajo, generalmente en el momento de cosecha (REGALSKY; CALVO; ESPINOZA, 1994, p. 80).

prácticas agrícolas, al mismo tiempo, como muchas comunidades interandinas tienen sus propias limitaciones, como la erosión de los suelos, falta de agua, cambio climático, precios bajos de los productos agrícolas campesinos, migración de la población joven, etc.

Dado que los suelos descansan cada vez menos, resultado de la presión de la población a producir cada vez más, en espacios cada vez más pequeños. Esta presión de los suelos se traducen en la erosión de los suelos, producto de aquello, el rendimiento de la papa no supera las 8 Tn./Ha. en los mejores años en Raqaypampa, y en los peores años, no pasa de 4 Tn./Ha. Lo mismo ocurre con el maíz y el trigo, estos tres cultivos son los que siembran en mayor proporción en comparación a los otros cultivos en Raqaypampa.

Normalmente, los raqaypampeños siembran los cultivos a secano, sólo con la lluvia, una vez al año, siembran. A excepción de algunos lugares como Molinero, no hay vertientes de agua para regar fuera del ciclo de las lluvias. Por lo tanto, se hace imposible contar con siembras de invierno, por ejemplo, que podría existir en lugares donde si cuentan con sistemas de riego.

A la falta de sistemas de riego, en los últimos años, se ha sumado el cambio climático. El ciclo de lluvias cada vez son más cortos acompañados de lluvias torrenciales (granizadas). Normalmente, llovía entre los meses de octubre hasta marzo o incluso hasta abril, aproximadamente 8 meses. Ahora las lluvias se concentran entre diciembre a febrero. Es decir, antes llovía más de 3 meses, ahora llueve máximo 3 meses. Esta crisis hídrica hace que falte agua para el ciclo agrícola octubre-abril. Aquí hay que comentar que las semillas nativas usualmente son de ciclo agrícola larga (6 meses mínimo), en cambio las semillas mejoras son de ciclo agrícola corta, usualmente son de 3 meses. De ahí se explica, en algunos casos,

que las familias campesinas siembren semillas mejoras, porque son de ciclo agrícola corto y esto debilita aún más las prácticas y estrategias campesinas locales, porque dejan de utilizar semillas nativas locales y se vuelven dependientes de las semillas externas que, en muchos casos deben de comprar cada año.

Otro de los problemas, mayores que no podemos soslayar, es el precio de los productos agrícolas campesinos. En un cálculo de los costos de producción de los cultivos de papa, maíz y trigo, del ciclo agrícola 1999-2000, posiblemente sea el estudio que con mayor cuidado y profundidad se hizo en la zona de Raqaypampa. Tomando en cuenta los costos monetarios y no monetarios, porque los costos no monetarios representaban en promedio el 90% y el 10% eran monetarios. Esto en parte explicaba, el por qué las familias campesinas seguían sembrando los cultivos, porque si todo fuera monetario, con seguridad hace tiempo la familia campesina dejaba de ser agricultor.

Sin embargo, sí se consideran todos los costos de producción (monetarios y no monetarios), donde en los tres cultivos analizados (papa, maíz y trigo), en ese año, las familias campesinas vendieron en más del 30% por debajo de los costos de producción. De ahí se explica en parte la migración de los jóvenes.

El otro factor es la migración de los jóvenes, hoy los jóvenes del área rural, si tienen el apoyo de sus padres estudiarán en las ciudades capitales de Bolivia, los que no tienen engrosarán las filas de la economía informal (comercio informal). Algunos posiblemente se incorporen en la economía de la coca o incluso viajaran al extranjero buscando mejores oportunidades de empleo en comparación a lo que pueden encontrar en Bolivia. La economía de la coca es bastante rentable, de hecho, no hay producto

más rentable, como la coca, que pueda sustituir en el trópico cochabambino. Hubo en los años '80s y '90s del siglo pasado, las agencias de desarrollo buscaron lo que se denominó “desarrollo alternativo” a la economía de la coca, introdujeron cultivos como palmito y piña. En el caso de los cítricos mejoramiento de los cítricos, cruces, etc. En el plátano, plátanos mejorados, más grandes para exportación, etc. Sin embargo, ningún cultivo es más rentable que la hoja de coca, y eso se arrastra hasta el día de hoy. Es por ello que la economía de la coca es bastante atractiva para los jóvenes rurales de Bolivia. De hecho, hoy muchas familias de Raqaypampa tienen terrenos en el trópico cochabambino.

Las migraciones de los bolivianos hacia el extranjero han marcado ciertas modas de países, si vamos muy lejos, Argentina en los años '70s, España en los años '90s, en los 2000s Chile. En algunos momentos, dependiendo de la situación de los países, Estados Unidos, Italia, Brasil, Israel, entre otros. ¿Cuáles son los imaginarios de los bolivianos al viajar al extranjero buscando trabajo? Poder ahorrar dinero y volver a sus lugares de origen para construir sus casas y luego emprender algún negocio para poder mantener a sus familias. Sin embargo, muchos de ellos no regresan ya, porque posiblemente los países destino les ofreció mejores opciones de vida. Es por eso, se dice que en Argentina viven más o menos como 1 millón de bolivianos o en Estados Unidos hay muchos bolivianos en el Estado de Virginia.

Pero, también existen estrategias de vida de doble, triple o multiresidencia. Donde las personas y/o familias viven en más de un lugar. A continuación, vamos a tratar el caso de la pluriactividad campesina a partir de algunas comunidades de estudios de

caso del municipio de Anzaldo⁹, Cochabamba. Estudio realizado durante el año 2019.

La pluriactividad campesina

La literatura académica de los últimos años ha estado mencionando sobre la multiactividad o pluriactividad de la economía campesina. Esta pluriactividad campesina responde a priori como respuesta al cambio climático y a la necesidad de contar con dinero en mano, dado que la agricultura campesina no genera suficientes excedentes económicos para encarar gastos que superan los ingresos por las actividades agrícolas. Es por ello que tienen que dedicarse a otras actividades agrícolas fuera de los predios de origen o a actividades no agrícolas.

Pero ¿cuáles son esos gastos de las familias campesinas, que en los últimos años ha aumentado? Por citar algunos ejemplos, comenzaron a consumir alimentos procesados o de procedencia industrial, nos referimos a fideos, aceite, azúcar, productos enlatados, etc. Pero también a la apuesta al estudio de sus hijos, hoy no es suficiente con que el hijo del campesino sepa leer y escribir, sino quieren que sus hijos sean profesionales, y se ganen la vida con su profesión. Es así que en la Universidad Mayor de San Simón que funciona en la ciudad de Cochabamba, vamos a encontrar entre el 60 al 70% de procedencia rural y/o provincias. Esto podemos verificar en los apellidos que hoy están registrados en la Universidad indicada.

Otro de los gastos que han aumentado en los últimos años, es

⁹ El municipio de Anzaldo se encuentra a 62 Km. de la ciudad de Cochabamba.

que, con la aparición de los celulares, tienen que estar gastando en créditos para comunicarse con familiares que se encuentran en otros lugares de Bolivia o del extranjero. Por tanto, podemos hablar de una mayor monetización de la economía campesina.

La mayor monetización de la economía campesina empuja a que las familias campesinas busquen otras fuentes de ingresos económicos, porque la agricultura campesina no genera excedentes económicos suficientes para hacer frente a los gastos económicos, que cada vez son más altos.

Para contextualizar un poco más este punto, vamos a utilizar el caso de las comunidades de estudio del municipio de Anzaldo.

Casos de estudio: dos comunidades del municipio de Anzaldo

En un estudio realizado por una estudiante de Economía, el año 2019, de las seis comunidades de estudio que ella tomó para su investigación, el autor de este texto¹⁰, utilizó dos comunidades para analizar la pluriactividad campesina. Los resultados analizados están basados sobre la base de familias caso, más exactamente seis familias por comunidad. Las comunidades analizadas fueron Toroncali y Chapini. Para no redundar mucho en la parte descriptiva de las familias casos de las dos comunidades de estudio, vamos a responder la siguiente pregunta: ¿Cuáles fueron los resultados y/o conclusiones a los cuales se ha arribado con la descripción y/o análisis de las dos comunidades de estudio?

¹⁰ El autor de este texto es tutor del trabajo de investigación, que le sirve como modalidad de titulación de la estudiante de Economía. De ahí se explica el uso de los datos de dos comunidades de un total de seis que viene utilizando en su análisis la postulante de Economía.

1. Todas las familias caso, a excepción de una familia que viven sólo los papás y no tienen hijos estudiando, sólo se dedican a actividades agropecuarias. El resto de las familias casos, tienen más de dos actividades económicas, las cuales son necesarias para generar ingresos económicos para los gastos monetarios. A manera de hipótesis de trabajo, para futuras investigaciones podemos plantear, que los gastos de estudio implican gastos monetarios importantes, es por ello que la familia está obligada a vender fuerza de trabajo en actividades monetarizadas.
2. La producción agropecuaria campesina es bastante diversificada. Ya que producen 10 o más cultivos, frutas y crían distintos tipos de ganado menor. La producción diversificada es propia de la producción campesina, y esto responde a la lógica de minimizar los riesgos en la producción agropecuaria. Si sólo apostarán a un cultivo, sería catastrófico ante la amenaza permanente de los riesgos climáticos, que es más fuerte en los últimos años, heladas, sequías, calor más fuerte, granizada y vientos huracanados.
3. De las entrevistas en profundidad realizadas a las familias caso, se puede evidenciar que el cambio climático afecta a las comunidades campesinas, con presencia de heladas en épocas distintas a las habituales, evapotranspiración rápida de las aguas en los atajados. Este aspecto tendrá que ser profundizado para tener más evidencia de cuanto afecta el cambio climático a la producción agropecuaria en las comunidades de estudio.

4. De la mayoría de las familias caso, una vez que los hijos son jóvenes migran a otros lugares, en lo que ellos conocen como “buscar vida”. Claro está que los espacios agrícolas son cada vez más pequeños en sus lugares de origen, esto quita la posibilidad de que todos los hijos continúen con la actividad económica heredada. El minifundio es algo recurrente en las comunidades de valles interandinos, como es el caso del municipio de Anzaldo.
5. A manera de hipótesis de trabajo, para futuras investigaciones, planteamos que hoy, más que antes, hay una apuesta más fuerte a que sus hijos de los campesinos estudien, por diferentes motivos, minifundio, cambio climático, cambio de vida, etc.
6. Las mujeres (mamás), de manera indirecta en los datos presentados, se puede evidenciar, que la responsabilidad que ellas tienen ha aumentado. Esto debido a que los hombres (papás) se dedican a actividades no agropecuarias “más rentables” o “monetizadas” para poder cubrir los gastos monetarios familiares, como, por ejemplo, el pago de los servicios básicos (electricidad y telefonía celular), compra de insumos de producción (semillas, instrumentos de trabajo y fertilizantes químicos), gastos de alimentación (compra de alimentos que no producen: arroz, fideos, aceite, azúcar, etc.) y gastos por materiales escolares.
7. Se debe profundizar en el estudio el cambio de los patrones de consumo en las familias campesinas, resultado de la mayor incorporación al mercado. En la actualidad,

las familias campesinas, pareciera que consumen más alimentos procesados o de afuera que antes.

8. Hoy las mujeres (mamás) no solamente se dedican a cuidar a los niños, preparar los alimentos, limpiar la casa, sino que, además, tienen que dedicarse más tiempo a actividades agropecuarias, incluso a actividades no agropecuarias como maestras de *wawa wasis*¹¹, preparar alimentos para vender o comercio.
9. La agricultura y ganadería es poco rentable, de hecho, en muchos casos, se produce los cultivos a pérdida, como se pudo evidenciar en Raqaypampa (LEDEZMA; VARGAS, 2006, p. 149). En el caso de las comunidades de estudio, no se pudo verificar aquello. Sin embargo, (...) la agricultura no da dinero, es más que todo para consumir, y contadas excepciones venden el excedente. Por lo tanto, para gastos monetarios, tienen que necesariamente dedicarse a actividades no agropecuarias.
10. (E)n la mayoría de las familias caso, sólo están quedando en las comunidades los papás trabajando en actividades agropecuarias, esto es más evidente en las familias consolidadas y en disgregación (padres de familia mayores a los 40 años de edad). En el caso de las familias jóvenes menores de 35 años de edad, vamos a encontrar a los papás, de manera complementaria trabajando en actividades no agropecuarias y agropecuarias. De hecho, vamos a encontrar en las familias jóvenes trabajando al papá más

11 Lugar donde enseñan a leer y escribir y cuidan a los niños.

que todo en actividades no agropecuarias (construcción y transporte).

11. En cuanto a la residencia, si bien no vamos a encontrar la doble residencia, de manera muy explícita, porque la mayoría de las familias caso residen en sus comunidades de origen. Alguna que otra familia reside entre el pueblo de Anzaldo y la comunidad, porque, las comunidades de estudio están bastante cerca del pueblo de Anzaldo.
12. Si bien en casi la mayoría de las familias caso, registran como actividad principal la agricultura y ganadería diversificada. Sin embargo, queda la duda, si realmente es así en unas familias más que en otras, en particular en las familias jóvenes menores de 35 años de edad, porque pareciera que se dedican más a actividades no agropecuarias (chofer de minibuses y/o albañil, preparan comida para vender en días de feria, cocinera en el kínder, maestra en *wawa wasi*, comercio, etc.). Se nota que, en las familias jóvenes en particular, la actividad agropecuaria es cada vez menos relevante en la generación de ingresos económicos familiares (LEDEZMA, 2020, p. 21-24).

Entonces retomando la situación de la agricultura campesina familiar, en los últimos 20 años, pese a que, en el caso boliviano se ha tenido un gobierno progresista, populista de corte campesina indígena originario, durante los años 2006-2019. Si bien, como ya dijo líneas arriba, de aprobar una serie de leyes a favor de los pequeños productores campesinos, muchas de ellas por no decir todas, no están reglamentadas. Por lo tanto, mejoras de la agricultura campesina realizadas por el gobierno nacional del MAS no hay

muchas que contar. Entre los proyectos realizadas por el gobierno central, intentado mejorar la situación de la agricultura campesina fueron: Mi Agua I, Mi Agua II¹² o EMAPA (Empresa de Apoyo a la Producción de Alimentos). Esta última, se creó, con objetivos bastante ambiciosos, como apoyar al pequeño productor campesino, comprando sus productos a un precio justo, para luego comercializar a un precio accesible a los consumidores. Sin embargo, este no ha sido sostenible, porque ante la falta de políticas de apoyo reales a la pequeña producción, en algún momento fue insuficiente la producción nacional y, por lo tanto, EMAPA tuvo que importar productos del extranjero como la harina de trigo o arroz.

La problemática de la agricultura familiar campesina es estructural, porque como ya se mencionó, se tiene problemas de rendimientos bajos de los cultivos, precios bajos, minifundio, migración, etc. Sin embargo, se debe pensar en cómo se puede fortalecer verdaderamente a la pequeña agricultura campesina, dado que en el caso boliviano después de un año de gobierno de transición (12 de noviembre de 2019 al 8 de noviembre de 2020), ha retomado el poder el MAS, a la cabeza de Luis Arce Catacora. Esperando que este nuevo gobierno tenga la suficiente lucidez para aplicar políticas agrarias acordes a la realidad rural campesina indígena originaria.

Empero, no se puede dejar toda la iniciativa al gobierno nacional o a los gobiernos subnacionales (alcaldías y gobernaciones),

12 Los proyectos MI AGUA I y MI AGUA II, no han tenido el impacto que se esperaba, posiblemente aquello se debe a que las familias se encuentran en minifundio en particular en los valles y en los valles interandinos. O no tienen suficientes vertientes de agua, y con la escasez han tenido que perforar muchos pozos subterráneos, por ejemplo, en el valle alto de Cochabamba (municipios de Arani, Punata, Cliza, por citar algunas).

sino el rol más protagónico que deberían de tomar instituciones como las universidades públicas, las ONGs y las Fundaciones de Desarrollo. Estas instituciones tienen investigaciones realizadas en el área rural, que es importante tomar en cuenta para poder elaborar propuestas y/o políticas agrarias para favorecer a la pequeña producción agrícola.

No dejar, que la iniciativa del desarrollo rural lo lleven adelante más que todo los medianos y los grandes productores de Bolivia. Nos referimos a los grandes productores de soya, aceite, azúcar, alcohol, que históricamente han sido beneficiados directa e indirectamente con las políticas agrarias, en particular por los gobiernos neoliberales en Bolivia (1986-2005). Lamentablemente, el gobierno del MAS continuo con el legado de los gobiernos neoliberales, de continuar con las subvenciones de los combustibles, mejorar continuamente la infraestructura caminera, dar las condiciones para que establezcan clúster de empresas en particular en el departamento de Santa Cruz. Los agroindustriales cruceños tienen poder económico y político desde la CAO (Cámara Agropecuaria del Oriente). La CAO, según su página web agrupa a 18 asociaciones de agricultores, pecuarios y agroindustrias, asocia a más de 70 mil productores del departamento de Santa Cruz, de los cuales el 70% son pequeños productores, 24% medianos y 6% grandes productores. Llama la atención que la página web de la CAO publicite que el 70% de sus afiliados sean pequeños productores. De ahí se explica que este año (2020) salieron, los pequeños productores de soya, a bloquear las avenidas de Santa Cruz, pidiendo al gobierno central que se apruebe la producción de transgénicos en los distintos cultivos, pero en particular en el maíz. Indudablemente, que los que manejan la CAO, con seguridad son

los medianos y grandes productores, por el poder económico y político que despliegan a través de la gobernación de Santa Cruz que históricamente ha estado en manos de la derecha boliviana.

Consideraciones finales

El ensayo intento mostrar la situación de la agricultura familiar campesinas durante los últimos 20 años en Bolivia. Para ello, se ha dividido el tiempo en dos partes, antes del gobierno del MAS (1999-2005) y el gobierno del MAS (2006-2019). Haciendo un balance de los dos periodos, por lo visto tanto por los gobiernos neoliberales como por el gobierno del MAS, progresista, más que todo han beneficiado con políticas económicas y agrarias a los medianos y grandes productores agropecuarios, que en su gran mayoría están concentradas en el departamento de Santa Cruz. Y que tienen en la CAO, una organización que negocia directamente con los gobiernos de turno. En muchos casos extorsionando a los gobiernos de turno, al amenazar que no proveerán a los mercados nacionales con la producción agropecuaria (soya, aceite, azúcar, sobre todo). Los agroindustriales cruceños se atribuyen que proveen el 60% de los alimentos a nivel nacional. Cuando en los hechos no es así, según estudios realizados por CIPCA, y que han sido socializados a través del Foro de Desarrollo Rural Sostenible, en el mes de octubre de este año (difundido a través de Facebook: <https://www.facebook.com/114876261976070/videos/635734060643761>). CIPCA encuentra que el 65% de los alimentos son proveídos por la agricultura familiar campesina, apenas el 3% por los agroindustriales, y el 32% sería por impor-

taciones de alimentos a nivel nacional en Bolivia. Esta última de preocupación mayor, porque en los años 70s y 80s se hablaba del 20%. Por lo tanto, en los últimos años habría subido.

Pasando a otro tema, la diferenciación social y la pluriactividad campesina son dos aspectos analizados en el ensayo. En la diferenciación social de las familias campesinas, aparecen en el escenario nacional, los pequeños productores de soya, los productores de quinua, los coccaleros, que sobre todo están vinculados a procesos de comercialización y que contratan mano de obra extrafamiliar. Claro está que con la fuerza de trabajo familiar no es suficiente la producción agropecuaria. Por lo tanto, existe diferenciación social de la familia campesina, como se ha visto en el ensayo.

El otro aspecto es la pluriactividad campesina, incluso, para su comprensión se ha apelado a los casos de dos comunidades del municipio de Anzaldo. La pluriactividad campesina es una práctica cada vez mayor en las comunidades campesinas, porque la producción agropecuaria no es suficiente para el montón de gastos a los cuales están expuestos hoy en día. Una hipótesis de trabajo que nos gustaría trabajar en un ensayo/artículo más adelante, es que la familia campesina está planteando una mayor monetización de su economía. Esta mayor monetización responde a una mayor incorporación a la economía de mercado, a través de la compra cada vez mayor de productos industrializados (jabón, aceite, ropa, etc.), gastos de estudio (materiales escolares), gastos de energía eléctrica, comunicación (celular), entre otras. Para estos gastos la familia campesina tiene que apostar a actividades económicas más rentables, dado que la agricultura no es rentable, como se pudo evidenciar en el ensayo, a través de un estudio que se hizo en Raqaypampa (Cochabamba).

Finalmente, hay que mencionar que no se ha agotado el mon-
tón de aspectos que merece revisar para profundizar un balance de
la situación de la economía familiar campesina en los últimos 20
años en Bolivia. Sin embargo, es un pequeño aporte que nos ayuda
a tener una radiografía para conocer por donde deben caminar las
políticas económicas y agrarias si se quiere que efectivamente se
apoye y mejore la situación de la producción familiar campesina.
Más aún, dado que en Bolivia se inicia una segunda fase (segunda
oportunidad) para el gobierno del MAS, para mejorar realmente la
situación de la agricultura familiar campesina.

Referencias

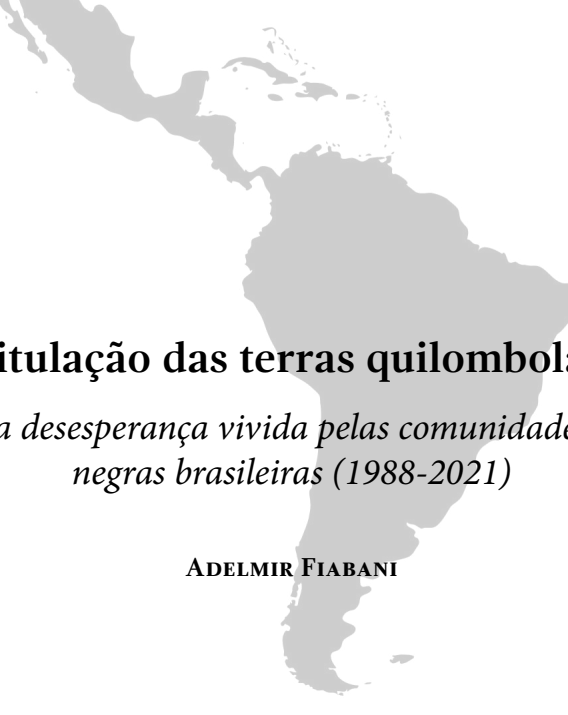
COLQUE, Gonzalo; URIOSTE, Miguel; EYZAGUIRRE, José Luis. Mar-
ginalización de la agricultura campesina e indígena. Dinámicas loca-
les, seguridad y soberanía alimentaria. **Fundación Tierra** (La Paz),
2015.

INE. Censo Agropecuario 2013 Bolivia. **Instituto Nacional de Esta-
dística** (La Paz), 2015.

LEDEZMA, Jhonny; VARGAS, Gonzalo. Raqaypampa. Una expe-
riencia de control territorial. Crisis agrícola y soberanía alimentaria.
CENDA (Cochabamba), 2006.

LEDEZMA, Jhonny. “Pluriactividad campesina y cambio climático.
Primeras aproximaciones a los casos de estudio de Anzaldo, Cocha-
bamba”. En: Revista de Ciencias Sociales Traspacios Nro. 6. **INCISO**
(Cochabamba), 2020. En imprenta.

REGALSKY, Pablo; CALVO, Luz María; ESPINOZA, Carlos. “Institu-
ciones y tecnología campesina”. En: Raqaypampa. Los complejos ca-
minos de una comunidad andina. Estrategias campesinas, mercado,
revolución verde. **CENDA** (Cochabamba), 1994.



Titulação das terras quilombolas:

*a desesperança vivida pelas comunidades
negras brasileiras (1988-2021)*

ADELMIR FIABANI

O BRASIL APRESENTA DIMENSÕES CONTINENTAIS, COM SOLOS APROPRIADOS para a produção de alimentos em quase toda sua extensão. Não temos grandes desertos, nem áreas alagadas que impeçam o cultivo da terra. No dia 1º de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha, em carta destinada ao Rei de Portugal, afirmou que a terra brasileira, “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”. No entanto, uma significativa parcela da população ainda passa fome, outra quer produzir seus alimentos e não tem terra para plantar. A luta pelo acesso à terra acompanha a história do Brasil, desde a chegada dos portugueses em 1500. Foram eles que inseriram nas terras tupiniquins os conceitos de propriedade privada, expropriação, latifúndio, escravidão, racismo e monocultura para exportação. Talvez essas últimas palavras expliquem o porquê das comunidades quilombolas não conseguirem o título das suas terras.

Com a chegada dos portugueses à América, três fatos mudaram radicalmente o destino dos povos originários e, consequente-

mente, o futuro da jovem nação que aqui começava a dar os primeiros passos: a implantação da propriedade privada, a adoção do trabalho escravo e a opção pela produção monocultora. O racismo viabilizou/fundamentou as três medidas, visto que os lusitanos acreditavam fielmente na sua superioridade como ‘raça’ e estavam praticando uma ação civilizatória/cristã ao ‘retirar’ povos do estado ‘selvagem’ para elevá-los à categoria de civilizados e seguidores da doutrina cristã. A violência, física e psicológica, mediou a relação entre os três povos fundantes da nação.

A escravidão implantada no Brasil foi diferente das demais experiências, sem precedentes na história. Ela foi muito bem articulada pela Coroa Portuguesa e, posteriormente, pela monarquia brasileira, perdurando por mais de três séculos e enfrentando várias formas de resistência cativa. A abolição também foi pensada pelas elites, no sentido de manter o negro muito próximo do status que vivera até 1888.

As comunidades negras se formaram de diferentes maneiras. Durante o período da escravidão, cativos fugiam e formavam quilombos. Os que lograram a sorte de não serem descobertos/destruídos foram agregando novos cativos fugidos e se reproduziram biologicamente formando vigorosas comunidades negras, camponesas, com cultura própria e estreita relação com a terra. Outras comunidades se formaram antes e após a Abolição, compostas de ex-cativos, livres e libertos, que ocuparam terras de fazendas falidas, herdadas/doadas ou adquiridas com seu trabalho. Também tivemos aqueles que ocuparam terras de ordens religiosas, devolutas ou do Estado. Alguns casos de ex-cativos, libertos e livres que se instalaram em terras indígenas ou receberam terras em troca de serviços guerreiros prestados ao Estado (FIABANI, 2015).

As comunidades negras do Brasil têm muitas coisas em comum: são compostas majoritariamente por negro, situam-se preferencialmente na zona rural, apresentam cultura e história ligadas às tradições africanas, forte apego à religiosidade e, principalmente, fragilidade em relação ao documento comprobatório da propriedade.

Cem anos após à abolição, o Estado reconhece o direito dos camponeses negros

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi muito bem articulado entre os proprietários de escravos e os políticos não abolicionistas. A libertação dos cativos ocorreu sem nenhuma forma de indenização. Como consequência, milhões de brasileiros,

Particularmente aqueles cujas peles escuras os marcavam como descendentes de escravos, continuaram vivendo de uma forma muito semelhante àquela em que viviam sob a escravatura - já legalmente livres, mas incapazes de competir em liberdade devido a sua classe e cor, com poucas alternativas além de trabalhar as terras de outro homem, na pobreza e no servilismo ou migrando para um ambiente urbano precário, onde as oportunidades se limitavam normalmente ao mais humilde e mais duro dos trabalhos (CONRAD, 1978, p. 336).

O advento da República não representou muita coisa ao povo negro brasileiro. As primeiras décadas do século XX foram de muita penúria e sofrimento. As famílias negras perambularam de fazenda em fazenda, outras foram habitar as favelas (RIOS; MAT-

TOS, 2005; CAMPOS, 2011). Em algumas regiões brasileiras, comunidades negras continuaram trabalhando na terra como faziam antes da abolição (BAIOCCHI, 2006; TRECCANI, 2006; MOURA, 2001; SOUZA FILHO, 2008).

Todas as tentativas de acesso a terra pelos camponeses negros foram combatidas pelos representantes do latifúndio com apoio do Estado. A guerra de Canudos, do Contestado e o Massacre de Eldorado dos Carajás/Pará e Corumbiara/Rondônia são alguns exemplos de conflitos agrários com interferência do Estado, em favor dos latifundiários e do agronegócio. A violência no campo fez muitas vítimas, sobretudo, trabalhadores sem-terra, ecologistas, indígenas e, recentemente, quilombolas.

Salvo engano, as primeiras investidas sobre as terras ocupadas pelas comunidades negras ocorreram nas décadas 1960/70. A abertura de novas estradas, a instalação de projetos mineradores, o avanço das fronteiras agrícolas monocultoras despertaram a cobiça sobre as terras ocupadas pelas comunidades negras. O fato de muitas comunidades não possuírem documentos comprobatórios de propriedade, facilitou a ação de grileiros e espertalhões. Papéis foram fraudados, residências incendiadas, plantações destruídas, acessos bloqueados e outros atos violentos determinaram a saída das famílias de algumas comunidades.

No final da década de 1970, no Maranhão, lideranças do movimento negro e da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) visitaram as comunidades negras rurais e constataram que, muitas delas, resistiam aos conflitos agrários. No Pará, em 1985, ocorreu o 'Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas' que serviu para estreitar os laços entre as comunidades e pautar causas comuns, como a questão fundiária (FIABANI,

2015). Em outros estados brasileiros também havia comunidades negras em processo de organização coletiva, como na Bahia, Goiás e Mato Grosso.

Em 1988, cem anos após a Abolição, foi promulgada a Constituição Federal, que trouxe em seu bojo o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O referido Artigo assegura “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Brasil, 1988). A emissão dos títulos passou a ser uma obrigação do Poder Público nas três esferas (federal, estadual, municipal). É um direito das comunidades, pois está registrado na Constituição, que é a lei máxima de um país.

Ao interpretar o referido dispositivo constitucional, estabeleceu-se uma discussão sobre a imediata aplicabilidade ou não da Lei. Juristas, parlamentares e políticos tinham opiniões diferentes quanto ao conteúdo do Artigo 68 do ADCT. Na verdade, estava em jogo o direito de o negro ter terra ou não. Pode-se estabelecer uma analogia com os fatos ocorridos nos momentos que antecederam a Abolição, ou seja, havia uma forte resistência de alguns segmentos sociais que não queriam a distribuição de terras, nem cogitavam indenizar os cativos pelos trabalhos prestados. Cem anos após a Abolição, a questão fundiária das comunidades negras fez emergir alguns princípios do racismo estrutural citados naquela época.

A primeira vez que se falou sobre o Artigo 68 do ADCT no Congresso Nacional foi em 1991, quando o deputado Alcides Modesto (PT-BA) reportou-se ao conflito fundiário na região de Rio das Rãs, estado da Bahia. No mesmo ano, o deputado Paulo Rocha (PT-PA) denunciou na tribuna da Câmara dos Deputados, o con-

flito fundiário em Oriximiná, município do Pará. Ambos sugeriam que as terras em disputa fossem regulamentadas em favor das comunidades, com base no dispositivo constitucional - Artigo 68 do ADCT (FIABANI, 2015, p. 91).

Em 1995, sete anos após a promulgação da Constituição Federal, ocorreu a primeira titulação com base no Artigo 68 do ADCT. Tratava-se da comunidade de Boa Vista, situada no município de Oriximiná, estado do Pará. A morosidade para titular a primeira comunidade deve-se principalmente às forças contrárias no interior do próprio Estado. Desde que ficou conhecido o conteúdo do Art. 68 do ADCT, parlamentares ligados ao latifúndio e ao agro-negócio trataram de impedir sua autoaplicabilidade (FIABANI, 2018, p. 47).

A esperança renasce no horizonte

Desde que foi aprovada a Constituição Federal de 1988, oito presidentes governaram o Brasil: José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. Cada presidente estabeleceu metas e dotação orçamentária para a titulação das terras quilombolas.

O caminho para a titulação começa com a abertura de processo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), geralmente, a pedido da comunidade. Para esse fim, a partir de outubro de 2008, com a publicação da Instrução Normativa 49, faz-se necessária a Certidão de Comunidade Remanescente de Quilombo (CCRQ), emitida pela Fundação Cultural Pal-

mares (FCP). Até registrar o título no cartório, o processo passa por aproximadamente dez instâncias (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020).

Um presidente que atuou na contramão dos objetivos quilombolas foi Fernando Henrique Cardoso. Quando ele percebeu que o número de comunidades era bem maior do que se estimava e teria dificuldade para emitir os títulos a todas elas, Fernando Henrique determinou que fossem tituladas somente comunidades remanescentes dos antigos quilombos, mediante a comprovação de residência no local, com data anterior a 1888 (BRASIL, 1999). A Fundação Cultural Palmares foi autorizada pelo presidente a “iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas”. Seriam tituladas as comunidades que “eram ocupadas por quilombos em 1888” e que “estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988” (BRASIL, 2001).

Sem dúvida, o número de comunidades aptas à titulação estaria reduzido a menos de uma centena, pois seria muito difícil comprovar que naquele local houvera um quilombo e demonstrar, através de documentos, parentesco com os antepassados quilombolas. Nesse sentido, as comunidades negras reagiram negativamente à norma instituída pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois o esforço coletivo e experiência acumulada estavam sendo desprezados e, conseqüentemente, muitas titulações seriam postergadas.

Provavelmente, Fernando Henrique Cardoso sabia que a maioria das comunidades remanescentes de quilombos não se ori-

ginou de antigos quilombos como Palmares (AL), Malunguinho (PE), Motuca (MT), Teresa do Quariterê (MT), Manuel Padeiro (RS), São Benedito do Céu (MA), Manuel Congo (RJ), Ambrósio (MG) e outros. Muitas comunidades foram quilombos em lugares ermos, mas não foram descobertos pelas tropas repressoras, nem registrados pela historiografia. Cabe acrescentar que várias se formaram após 1888, como citamos anteriormente.

Outra medida tomada por Fernando Henrique Cardoso foi retirar do INCRA a incumbência de titular as terras, transferindo-a para a Fundação Cultural Palmares, mesmo sabendo que a autarquia não teria condições para desempenhar esta função. A Fundação Cultural Palmares não havia tratado de questões semelhantes anteriormente. Não possuía corpo técnico preparado para a função, nem escritórios regionais que atendessem a demanda das comunidades.

Em dois mandatos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso titulou 26 territórios quilombolas. No Pará, foram tituladas 21 terras; Maranhão, duas; Amapá, Bahia e Rio de Janeiro, uma terra, respectivamente. Registramos forte participação dos institutos de terras locais, como ITERPA e ITERMA, que revelam o engajamento dos governos estaduais na causa. A Fundação Cultural Palmares emitiu quatro títulos. Dos 26 títulos outorgados, 11 foram emitidos nos meses de maio e novembro, que estão relacionados à história do negro no Brasil. Talvez, uma mera coincidência, no entanto, é recorrente nas escolas lembrar-se do negro, no dia 13 de maio (Abolição) e 20 de novembro (Consciência Negra). O Estado repete o consciente coletivo.

Os estados ficaram em dúvida quanto à possibilidade de emitir títulos. A expressão ‘Estado’ suscitou indagações. Quem pode-

TABELA 01. COMUNIDADES TITULADAS DURANTE O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
1995	Boa Vista	Oriximiná/PA	-----	20/11/95 INCRA	1.225,0341	**	112
1996	Água Fria	Oriximiná/PA	30/07/13	20/11/96 INCRA	577,1355	*	15
1997	Trombetas	Oriximiná/PA	30/07/13	20/11/97 INCRA/ ITERPA	80.887,0941	*	138
1998	Erepecuru	Óbidos e Oriximiná/PA	-----	08/12/98 INCRA	71.150,8867	**	154
	Itamoari	Cachoeira do Piriá/PA	-----	07/09/98 INCRA	5.377,6028	**	33
1999	Abacatal-Aurá	Ananindeua/PA	01/10/08	13/05/99 ITERPA	317,9366	*	53
	Barra do Brumado	Rio das Contas/BA	12/09/05	22/12/99 CDA-BA /FCP	1.339,2768	*	148

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
1999	Campinho da Independência	Paraty/RJ	13/03/13	19/03/99 FCP	287,9461	*	59
	Cariaú	Macapá/AP	13/03/13	03/12/99 FCP	321,8931	*	108
	Eira dos Co- queiros	Codó/MA	13/03/13	20/08/99 ITERMA	1.011,8271	*	35
2000	Cabeceiras	Óbidos/PA	13/03/13	10/05/00 FCP	17.189,693	*	610
	Erepecuru	Óbidos e Oriximiná/PA	-----	12/05/00 ITERPA	160,4072	**	***
	Guarupá	Guarupá/PA	10/12/04	20/07/00 ITERPA	83.437,1283	*	300
	Maria Ribeira	Guarupá/PA	10/12/04	20/11/00 ITERPA	2.031,8727	*	32

2001	Laranjituba e África	Maju/PA	24/05/13	04/02/01 ITERPA	118,0441	*	48
2002	Bailique	Oeiras do Pará/PA	04/11/10	19/04/02 ITERPA	7.297,6910	*	112
	Bom Remédio	Abaetetuba/PA	21/05/14	05/05/02 ITERPA	588,1670	*	116
	Camiranga	Cachoeira do Piriá/PA	13/12/06	16/01/02 ITERPA	320,6121	*	39
	Guajará Mirim	Acará/PA	18/05/12	26/11/02 ITERPA	1.024,1954	*	70
	Igarapé Preto	Baião, Oeiras do Pará e Mocajuba/PA	-----	29/09/02 ITERPA	17.357,0206	**	565
	Ilhas de Abaetetuba	Abaetetuba/PA	-----	05/06/02 ITERPA	9.076,1909	**	701
	Jenipapo	Caxias/MA	-----	01/11/02 ITERMA	588,5242	**	74
	Jurassaca	Tracuateua/PA	-----	14/09/02 ITERPA	200,9875	**	45

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> Acesso em: 14 de set de 2020. --- Documento de Certificação Pela Fundação Cultural Palmares não encontrado. * Certificação emitida pela FCP posterior à titulação. ** Sem tempo de espera definido. *** Número de famílias citado em outra tabela.

ria titular? Segundo Treccani (2006, p. 106), esta expressão deve ser entendida como “Estado Brasileiro”, ou seja, “os Estados ou e as Prefeituras Municipais, quando for necessário, poderão celebrar convênios que possam agilizar esses processos”.

Nesse sentido, em alguns estados da federação os processos de identificação, reconhecimento e titulação andaram mais rápido. O Pará tituló a primeira comunidade quilombola em 1995. O Instituto de Terras do Pará (ITERPA) mostrou-se parceiro das comunidades desde 1992. Este órgão público tem a responsabilidade de cadastrar as comunidades e estabeleceu parcerias com a Universidade Federal do Pará (UFPA), valendo-se das pesquisas sobre a temática para titular em prazo menor (TRECCANI, 2006, p. 214-215). Atualmente o Pará possui 66 terras quilombolas tituladas e 63 em processo de titulação (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020).

No Maranhão, o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) recebeu apoio do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, que fizeram o levantamento das terras de comunidades negras ainda nas décadas de 1970-80. Atualmente, o Maranhão possui 57 terras quilombolas tituladas e 399 em processo de titulação (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020).

Em 2003, assumiu a presidência do Brasil, o sindicalista e metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com amplo apoio dos movimentos sociais, entre eles, o movimento negro. As comunidades negras criaram expectativas positivas em relação ao novo governo, visto que a experiência com o antecessor não foi boa. Nos primeiros meses daquele ano, Lula anulou os atos de Fernando Henrique Cardoso que estavam travando as titulações de

terras quilombolas. Pelo Decreto nº 4.887/03, o Presidente Lula regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Ou seja, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003) são os sujeitos com direito a invocar o Artigo 68 do ADCT. Essa decisão incluiu todas as comunidades negras, independente da sua matriz formadora. Para ser remanescente de quilombo, basta se autodeclarar.

O Decreto nº 4.887/03 devolveu ao INCRA a incumbência pela titulação das terras quilombolas. A Fundação Cultural Palmares ficou responsável pelo recebimento dos pedidos das comunidades e reconhecê-las como remanescentes de quilombos. No entanto, as comunidades negras foram combatidas pelos representantes das elites agrárias do Brasil. Em 2004, o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 3239 - contestando o Decreto nº 4.887/03, sobretudo, em relação à autodeclaração.

O número de comunidades negras que buscaram na Constituição Federal a regularização fundiária cresceu consideravelmente a partir do Decreto nº 4.887/03. Na verdade, ninguém melhor do que os próprios moradores para falar de suas raízes, suas histórias e resistências. Portanto, ao dar autonomia às comunidades, Lula reparou um erro histórico, pois as comunidades negras que não se originaram de antigos quilombos, têm direito a terra como qualquer outro camponês.

TABELA 02 - COMUNIDADES TITULADAS DURANTE O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006)

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2003	Itancuã Miri	Acará/PA	24/09/03	20/11/03 ITERPA	968,9932	56 dias	96
	Ivaporunduva	Eldorado/SP	13/03/13	20/03/03 ITESP	672,2844	*	82
	Santa Maria do Mirindeua	Moju/PA	13/12/06	23/08/03 ITERPA	1.763,0618	*	85
	Santo Cristo do Ipitinga de Mirindeua	Moju/PA	30/07/13	23/08/03 ITERPA	1.767,0434	*	52
	Ivaporunduva	Eldorado/SP	13/03/13	20/03/03 ITESP	672,2844	*	82
2004	Bela Aurora	Cachoeira de Piriá/PA	04/06/04	14/12/04 INCRA	2.410,2754	6 meses e 10 dias	32
	Paca e Anigal	Viseu/PA	04/06/04	14/12/04 ITERPA	1.284,2398	6 meses e 10 dias	22
2005	Altamira	Pinheiro/MA	-----	27/12/05 ITERMA	1.220,9398	**	68
	Nossa Senhora da Conceição	Moju/PA	30/07/13	20/11/05 ITERPA	2.393,0559	*	54

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2005	Olho d'Água do Raposo	Caxias/MA	-----	27/12/05 ITERMA	187,3333	**	72
	Santa Maria de Traquateua	Maju/PA	30/07/13	20/11/05 ITERPA	833,3833	*	27
	São Manoel	Maju/PA	13/12/06	20/11/05 ITERPA	1.293,1786	*	68
	São Sebastião dos Pretos	Bacabal/MA	21/05/14	27/12/05 ITERMA	1.010,2186	*	62
2006	Bom Jesus	Cândido Mendes/MA	04/11/10	20/11/06 ITERMA	216,3937	*	58
	Carananduba	Acará/PA	30/07/13	23/11/06 ITERPA	644,5477	*	33
	Bom Jesus Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças, São Bernardino	Maju/PA	30/07/13	23/11/06 ITERPA	5.243,1409	*	123
	Cipó dos Cambaias, Morada Nova, Centro Novo	São João do Soter/MA	08/11/18	01/09/06 ITERMA	2.404,9567	*	124
	Conceição do Macacoari	Macapá/AP	09/11/05	02/01/06 INCRA	8.475,4710	1 mês e 22 dias	20

2006	Povoado Imbiral	Pedro do Rosário/MA	21/05/14	01/09/06 ITERMA	46,4981	*	44
	Oxalá de Jacunday	Maju/PA	30/07/13	23/11/06 ITERPA	1.701,5887	*	60
	Santa Helena	Itapecuru-Mirim/MA	30/09/05	13/09/07 ITERMA	345,4331	1 ano, 11 meses e 13 dias	30
	Olho d'Água dos Pires	Esperantina/PI	09/11/05	20/11/06 INTERPI	626,8390	1 ano e 11 dias	89
	Povoado Santa Izabel	Cândido Mendes/MA	04/04/12	30/08/06 ITERMA	837,6155	*	60
	Povoado Santana	Santa Rita/MA	31/07/14	01/09/06 ITERMA	201,1171	*	41
	Santo Inácio	Pinheiro/MA	-----	01/09/06 ITERMA	1.363,4178	**	79
	Sítio Velho	Assunção do Piauí/PI	12/05/06	20/11/06 INTERPI	847,8211	6 meses e 8 dias	92
	Usina Velha	Caxias/MA	-----	01/09/06 ITERMA	1.160,9576	**	76

FONTE: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> Acesso em: 14 de set de 2020. ---- Documento de Certificação Pela Fundação Cultural Palmares não encontrado. * Certificação emitida pela FCP posterior à titulação. ** Sem tempo de espera definido. *** Número de famílias citado em outra tabela.

TABELA 03 - COMUNIDADES TITULADAS DURANTE O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2007-2010)

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2007	Mel da Pedreira	Macapá/AP	09/11/05	21/03/07 INCRA	2.629,0532	1 ano, 3 meses e 12 dias	25
	Porto Alegre	Cametá/PA	30/07/13	20/11/07 ITERPA	2.858,7114	*	54
	Boca da Baixa, Capitãozinho, Ponto do Morro, Retiro, Vaca Brava e Volta do Campo Grande	Campinas do Piauí/PI	13/12/06	25/09/07 INTERPI	10.897,5945	9 meses e 12 dias	129
2008	Itabatinga, Mangabeira, Porto Grande, Santo Antônio de Vizeu, São Benedito de Viseu, Uxizal, Vizânia	Macajuba/PA	30/07/13	02/12/08 ITERPA	17.220,3792	*	400
	Abacatal-Aurá	Ananindeua/PA	01/10/12	02/12/08 ITERPA	265,3472	*	53
	Cotovelo	Pinheiro/MA	-----	14/11/08 ITERMA	1.220,3410	**	55
	Jacarequara	Santa Luzia do Pará/PA	13/12/06	13/05/08 ITERPA	1.236,9910	1 ano e 5 meses	55

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2008	Laranjituba, África	Moju/PA	24/05/13	02/12/08 ITERPA	1.226,2278	*	48
	Macapazinho	Santa Isabel do Pará/PA	28/07/06	13/05/08 ITERPA	68,7834	1 ano, 9 meses e 15 dias	33
	Matias	Cametá/PA	24/05/13	13/05/08 ITERPA	1.424,6701	*	45
	Menino Jesus	São Miguel do Guamá/PA	07/06/06	13/05/08 ITERPA	288,9449	1 ano, 11 meses e 6 dias	12
	Moju-Miri	Moju e Abaetetuba/PA	24/05/13	02/12/08 ITERPA	878,6388	*	28
	Morrinhos	Isaias Coelho/PI	28/04/10	20/11/08 INTERPI	2.532,8489	*	146
	Ribeira do Jambu-Açu	Moju/PA	24/05/13	02/12/08 ITERPA	1.303,5059	*	62
	Samauma	Abaetetuba/PA	19/09/13	02/12/08	213,0550	*	12
	Tipitinga	Santa Luzia do Pará/PA	13/12/06	13/05/08 ITERPA	633,4357	1 ano e 5 meses	27
2009	Chácara das Rosas	Canoas/RS	12/05/06	21/09/09 INCRA	0,3619	3 anos e 4 meses e 9 dias	20

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Títulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2009	Santa Luzia do Tracuateua	Maju/PA	30/07/13	30/11/09 ITERPA	342,3018	*	32
	Santa Rita do Vale	Santa Rita/MA	28/04/10	14/10/09 ITERMA	319,4535	*	120
	Santana do Baixo Jambuaçu	Maju/PA	30/07/13	30/11/09 ITERPA	1.551,1216	*	34
	São Sebastião de Tracuateua	Maju/PA	30/07/13	30/11/09 ITERPA	962,0094	*	39
	Tambaí-Açu	Mocajuba e Baião/PA	04/04/12	30/11/09 ITERPA	1.824,7852	*	66
2010	Campo Verde, Igarapé Dona, Ipanema e Santo Antônio	Concórdia do Pará/PA	13/12/06	25/08/10 INCRA	5.981,3412	3 anos, 8 meses e 12 dias	180
	Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas	Inhangapi/PA	16/05/07	17/12/10 ITERPA	446,6848	3 anos e 7 meses	84
	Ivaporunduva	Eldorado/SP	13/03/13	21/05/10 INCRA	2.035,1200	*	***
	Jesus	São Miguel do Guaporé e Seringueiras/RO	28/07/06	25/08/10 INCRA	5.627,3058	4 anos e 1 mês	12

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2010	Nossa Senhora do Livramento	Igarapé-Açu e Nova Timboteua/MA	30/07/13	06/05/10 ITERPA	128,9332	*	53
	Ramal do Piratuba	Abaetetuba/PA	24/05/13	17/12/10 ITERPA	956,8167	*	176
	Santa Quitéria e Itacãozinho	Acará/PA	28/04/10	17/12/10 ITERPA	646,5774	7 meses e 11 dias	67

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> Acesso em: 14 de set de 2020. ---- Documento de Certificação Pela Fundação Cultural Palmares não encontrado.

* Certificação emitida pela FCP posterior à titulação. ** Sem tempo de espera definido. *** Número de famílias citado em outra tabela.

Durante os dois mandatos do Presidente Lula, foram tituladas 56 comunidades. Número abaixo da expectativa das próprias comunidades e entidades que as representam, pois com o Decreto nº 4.887/03 um dos entraves estava superado - o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo. O INCRA, à frente dos processos, no lugar da Fundação Cultural Palmares, teve à disposição 16 milhões para regularização fundiária das comunidades. No entanto, os processos esbarraram na burocracia que se agigantava em diferentes órgãos públicos e autarquias, atrasando as titulações.

Em 2008, entrou em vigor a Instrução Normativa 49 do INCRA, resultado de um grupo de trabalho formado para ‘melhorar’ os preceitos contidos no Decreto de 4.887 de 2003. Na verdade, a IN 49 tornou burocrático o processo de titulação das terras quilombolas. Naquele ano, dos R\$ 46 milhões disponibilizados, para fim de atender a demanda quilombola, somente 2,8% foram ocupados.

Durante o governo de Lula, os institutos de terras estaduais foram mais efetivos. Verifica-se que o tempo de espera pelas comunidades foi relativamente curto, mais ou menos três anos. As emissões nos meses de maio e novembro repetiram-se 24 vezes.

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil. A primeira mulher brasileira a ocupar um cargo tão distinto. As comunidades negras sentiram as esperanças se renovarem, pois Dilma fazia parte do governo Lula da Silva, conhecia a demanda quilombola e prometera, em seus pronunciamentos, agilidade e eficácia na governança.

Dilma Rousseff deu continuidade ao projeto de Luiz Inácio Lula da Silva, porém repetiu o erro do seu antecessor e ampliou

a base de apoio político em setores ligados ao agronegócio. Parlamentares que apoiavam o governo falavam abertamente que eram contra os quilombolas. Alguns ministros, também contrários à causa quilombola, não se esforçaram para dar celeridade aos processos e facilitar as titulações. Esse fato descontentou as comunidades. As titulações que já estavam em processo final lograram êxito. No entanto, as comunidades que tiveram que enfrentar a IN 49, do INCRA, foram obrigadas a esperar mais tempo, algumas delas, ainda não receberam o título.

A Presidenta Dilma titulou 40 terras quilombolas, destas 15 tiveram que esperar, após a certificação pela Fundação Cultural Palmares, de 3 a 9 anos para receber o título. O tempo médio entre a certificação e a emissão do título aumentou consideravelmente. Por exemplo, a comunidade Boitaraca, pertencente ao município Nilo Peçanha, no estado da Bahia, teve que aguardar 9 anos e 8 meses para dizer-se proprietária da terra. Da mesma forma, outras também tiveram que esperar e viveram momentos de incertezas quanto ao futuro.

Em 19 vezes as certidões ou títulos foram expedidos nos meses de maio e novembro, praticamente 50% deles. Ou seja, os negros são lembrados pela Abolição e Consciência Negra. Nos outros dez meses do ano não há nada de relevante na história do negro?

Outro fato merecedor de destaque no mandato de Dilma Rousseff foi a atuação dos institutos de terra estaduais, sobretudo, do Maranhão, Pará e da Bahia. Estes, titularam muitas terras quilombolas, o que nos leva a crer que a proximidade das equipes técnicas com as comunidades facilita o processo.

TABELA 04- COMUNIDADES TITULADAS DURANTE O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2015)

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2011	Aguiar	Viana/MA	-----	22/08/11 ITERMA	906,4145	**	50
	Barreira	Bacurri/MA	20/05/16	19/11/11 ITERMA	889,0185	*	45
	Bem Posta	Presidente Sarney/MA	07/02/07	19/12/11 ITERMA	385,1886	4 anos, 10 meses e 12 dias	64
	Cajueiro	Viana/MA	23/12/13	19//08/11 ITERMA	271,2850	*	65
	Carangueijo	Viana/MA	23/12/13	22/08/11 ITERMA	274,3079	*	26
	Contenda	Viana/MA	19/09/13	18/08/11 ITERMA	1.070,0256	*	55
	Cutia e Cocal	Presidente Sarney/MA	07/02/07	19/12/11 ITERMA	17,6973	4 anos e 9 meses	66
	Ferreira	Viana/MA	30/07/13	22/08/11 ITERMA	309,1675	*	50

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2011	Mucambo	Viana/MA	30/07/13	22/08/11 ITERMA	397,0043	*	110
	Preto Forro	Cabo Frio/RJ	10/12/04	11/11/11 ITERJ	90,5403	6 anos e 11 meses	11
	Santa Rosa	Viana/MA	31/12/12	18/08/11 ITERMA	605,6808	*	32
	Santa Rosa	Viana/MA	31/12/12	18/08/11 ITERMA	343,5436	*	40
	São Manoel	Viana/MA	30/07/13	18/08/11 ITERMA	223,3642	*	22
2012	Mocambo	Ourém/PA	30/07/13	03/12/12 ITERPA	652,1076	*	102
	Cutia I	Matinha/MA	19/09/13	20/06/12 ITERMA	218,0165	*	15
	Faixa	Matinha/MA	19/09/13	26/06/12 ITERMA	152, 7756	*	32
	São José do Bruno	Matinha/MA	19/09/13	26/06/12 ITERMA	451,9834	*	18

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Títulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2012	Jacuica	Matinha/MA	20/05/16	26/02/12 ITERMA	317,3447	*	65
2013	Santa Maria (área comunitária)	Pedro do Rosário/MA	10/05/19	11/11/13 ITERMA	1.245,9160	*	63
	Cacoal	Viana/MA	30/07/13	11/11/13 ITERMA	114,0457	3 meses e 19 dias	71
	Cutia II	Matinha/MA	19/09/13	11/11/13 ITERMA	99,2236	1 mês e 22 dias	60
	Palmeiralzinho	São Vicente Ferrer/MA	19.09.13	11/11/13 ITERMA	513,0366	1 mês e 22 dias	66
	Rio das Lages	Pedro Rosário/MA	-----	11/11/13 ITERMA	13,3624	**	53
	São Benedito dos Carneiros	Olinda Nova do Maranhão/MA	17/06/11	11/11/13 ITERMA	219,2630	2 anos e 4 meses	36
	Terra Liberdade	Cametá/PA	-----	02/07/13 ITERPA	11.953,4934	**	189
2014	Agreste	Seabra/BA	19/08/05	27/09/14 CDA-BA / INCRA	2.340,5536	9 anos e 8 dias	74

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Títulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2014	Algodões	Jussara/BA	16/04/07	12/12/14 CDA-BA	4.193,8097	5 anos e 8 meses	102
	Baixão Velho	Seabra/BA	12/09/05	27/09/14 CDA-BA	3.817,7706	9 anos e 15 dias	95
	Boitaraca	Nilo Peçanha/BA	19/04/05	12/12/14 CDA-BA	621,0781	9 anos e 8 meses	110
	Lagoa Verde	América Dourada/BA	27/12/10	27/09/14 CDA-BA	1.275,2692	3 anos e 9 meses	75
	Mocambo e Cachoeira	Seabra/BA	09/11/05	20/11/14 CDA-BA	3.376,0633	9 anos e 11 dias	200
	Mulungu	Bonimal/BA	20/01/06	19/11/14 CDA-BA	2.378,5163	8 anos e 11 meses	258
	Muruteuazinho	wSanta Luzia do Pará/PA	31/07/14	22/11/14 ITERPA	628,4249	4 meses	38
	Povoado da Conceição	Boninal/BA	28/07/06	27/09/14 CDA-BA	2.693,8879	8 anos e 2 meses	178

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2014	Povoado de Cutia	Boninal/BA	12/05/06	20/11/14 CDA-BA	1.160,1228	8 anos e 6 meses	258
	São Felipe	Matinha e Viana/MA	19/09/13	27/08/14 ITERMA	679,8333	11 meses	72
	Serra do Queimadão	Seabra/BA	09/09/05	19/11/14 CDA-BA	1.504,4147	9 anos e 2 meses	150
	Sítio Novo	Jussara/BA	02/03/07	15/12/14 CDA-BA	978,6809	7 anos e 10 meses	94
	Vão das Palmeiras	Seabra/BA	30/09/05	19/11/14 CDA-BA	1.022,0150	9 anos e 2 meses	300
	Vazante	Seabra/BA	13/12/06	27/06/14 CDA-BA	2.495,4825	7 anos e 6 meses	45

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> Acesso em: 14 de set de 2020. --- Documento de Certificação Pela Fundação Cultural Palmares não encontrado. * Certificação emitida pela FCP posterior à titulação. ** Sem tempo de espera definido.

O que não estava bom ficou pior

Em agosto de 2016, a Presidente Dilma Rousseff foi impedida de continuar seu segundo mandato e assumiu em seu lugar o Vice-Presidente Michel Temer. Prontamente, a sociedade identificou qual era o projeto de governo e suas convicções sobre os indígenas, negros e quilombolas.

Temer valeu-se de ‘malabarismos administrativos’ para tirar a autonomia do INCRA. Iniciou com a Medida Provisória nº 726, que reorganizou os ministérios, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e apontou claramente para o sucateamento do INCRA. Aglutinou as pastas da Educação e da Cultura, descontentando boa parte da população (BRASIL, 2016a).

Quanto aos remanescentes das comunidades dos quilombos, ao fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário e desmantelamento do INCRA, soma-se a alteração contida no artigo 27, IV, j, da Medida Provisória nº 726, que tornou competente o Ministério da Educação e Cultura para realizar “a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto” (BRASIL, 2016a).

No dia 20 de maio, na tentativa de consertar o erro anterior, o Presidente transferiu a pauta quilombola para o INCRA, que ficou vinculado ao novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. No dia 27 de maio de 2016, através do Decreto n. 8.780 (Brasil, 2016b) o Presidente subordinou o INCRA à Casa Civil, ou seja, a titulação das terras quilombolas passou a ser uma questão política de balcão (FIABANI, 2019, p. 103).

TABELA 05 - COMUNIDADES TITULADAS DURANTE O GOVERNO DE MICHEL TEMER

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Ór- gão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2016	Capão das Gamelas	Seabra/BA	09/11/05	16/11/16 CDA-BA	1.315,4872	11 anos	60
	Mirinzal da Julita	Presidente Juscelino/MA	20/05/16	07/11/16 ITERMA	330,1586	6 meses	25
	Santa Tereza	Mirinzal/MA	22/12/11	15/12/16 ITERMA	262,7899	5 anos	37
2017	Ilha Grande do Cupijó	Cameta/PA	-----	28/04/17 ITERPA	1.922,6471	**	75
	Santa Fé	Costa Marques/RO	07/02/07	15/08/17 INCRA	1.452,9224	10 anos e 6 meses	41
2018	Espírito Santo	Acará/PA	24/05/13	28/02/18 ITERPA	276,1594	4 anos e 9 meses	25
	Peruana	Óbidos/PA	13/03/07	26/10/18 INCRA	1.945,5300	11 anos e 7 meses	16

Ano	Comunidade	Município/UF	Cert. FCP	Título Órgão Exp.	Dimensão Titulada (ha)	Tempo de espera	Fam.
2018	Ramal do Caeté	Abaetetuba e Moju/PA	24/05/13	06/03/18 ITERPA	1.345,3062	4 anos e 9 meses	110
	São Judas Tadeu	Bujaru/PA	07/06/06	29/10/18 INCRA	2.003,6961	12 anos e 4 meses	86
	Tapuia	Camamu/BA	05/03/08	30/01/18 CDA-BA	2.433,71	9 anos e 10 meses	193

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> Acesso em: 14 de set de 2020. --- Documento de Certificação Pela Fundação Cultural Palmares não encontrado. ** Sem tempo de espera definido.

O Presidente Temer titulou 10 terras quilombolas, todas elas com processos iniciados no governo Dilma. Destas, 50% tiveram que esperar uma década ou mais para ter o documento em mãos. Se não bastasse o descompromisso com a questão fundiária quilombola, os aliados do Presidente passaram a desqualificar as comunidades, com discursos jamais vistos desde que iniciou o movimento social. Os velhos inimigos dos quilombolas estavam no poder e agiram, politicamente, no sentido contrário aos anseios das comunidades negras.

Em 2019, assumiu a presidência da República, o ex-deputado, Jair Messias Bolsonaro. Antigo aliado de Temer, opositor declarado das pautas indígenas e quilombolas. Em determinado momento de sua vida política comparou os quilombolas a animais. Bolsonaro formou seu ministério com pessoas ligadas ao agronegócio, militares oriundos da ditadura, pastores de igrejas e outros profissionais com posições ideológicas contrárias aos movimentos sociais.

O Presidente Jair Bolsonaro demonstrou não ter interesse em titular as terras das comunidades remanescentes de quilombo. A oposição ao projeto quilombola vem desde que Michel Temer assumiu a presidência do Brasil, Bolsonaro apenas deu continuidade.

Em 2019, foram expedidos somente dois títulos: um para a comunidade Invernada dos Negros, em Campos Novos - SC, e outro para a comunidade Invernada Paiol de Telha, em Reserva do Iguaçu - PR. Em 2020, como era de se esperar, não foi expedido nenhum. Se não bastasse, o número de processos de titulação para territórios quilombolas, abertos pelo INCRA, despencou para o menor índice dos últimos dezessete anos. Dados da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas mostram que foram abertos 16 processos de titulação de quilombos em 2019. Entre janeiro e maio de 2020, apenas um.

Basta lembrar que o Presidente Bolsonaro retirou o INCRA da Casa Civil e incorporou ao Ministério da Agricultura, comandada pela ruralista e ex-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) Tereza Cristina, ligada ao Partido Democratas (DEM). O INCRA está subornado à pasta da Secretaria de Assuntos Fundiários, liderado por Luiz Antônio Nabhan Garcia, pecuarista e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR). O presidente do INCRA é Geraldo Melo Filho, grande pecuarista e um dos principais líderes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSBD).

Bolsonaro vetou o projeto de reestruturação das carreiras dos servidores do INCRA e diminuiu o orçamento para a contratação de novos funcionários para o órgão. No tocante ao orçamento anual para as titulações de terras quilombolas, em 2019, o Presidente disponibilizou R\$ 3.423.082,00, valor 93% inferior ao de 2010, que chegou a R\$ 32,1 milhões para esse fim. O valor ofertado pela União não resolveria o problema de uma comunidade. Por exemplo, seriam necessários 10 milhões, somente para indenização das terras ocupadas por terceiros na comunidade negra Paiol da Telha, estado do Paraná.

Para titular todos os processos avaliados até 2019, seriam necessários 27 milhões, ou seja, quase dez vezes mais do valor sinalizado por Bolsonaro. “Considerando o ritmo de titulações, serão necessários 1.170 anos para que todos os 1766 processos para titulação dos quilombos abertos” no INCRA, fossem concluídos.

Considerações finais

As comunidades quilombolas, também conhecidas como comunidades negras, são de existência centenária. Algumas se formaram

antes da Abolição e outras nas primeiras décadas, após 1888. Um século após ser abolida a escravidão, os negros foram reconhecidos como camponeses, com direito à propriedade da terra. O Estado ficou com a incumbência de emitir os referidos títulos. No entanto, setores da sociedade brasileira, que estão no poder há 500 anos, traçaram estratégias que impediram o cumprimento da Lei.

A maioria das comunidades negras tiveram as terras diminuídas em relação à área inicial. Os agentes expropriadores concentram-se nos setores imobiliário e do agronegócio. O Estado também expropria ao criar projetos desenvolvimentistas alheios à vontade das comunidades. Ressalta-se ainda que o endividamento pessoal levou algumas famílias a comercializarem seus lotes ou parte deles.

Estima-se em mais de 5 mil comunidades negras existentes em todo Brasil. A Fundação Cultural Palmares emitiu certidões para 3.386 comunidades (BRASIL, 2020). Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (2000), há 1.767 Terras Quilombolas em processo; 134 Terras Quilombolas Tituladas; 47 parcialmente tituladas.

A titulação das terras quilombolas é fundamental para o desenvolvimento econômico/social e para a preservação da história/cultura. A lentidão nos processos determina insegurança dentro das comunidades, incertezas quanto ao futuro e expõe as mesmas à violência. O número de assassinatos de lideranças quilombolas aumentou assustadoramente nos últimos anos. De 2016 a 2017, o número de assassinatos cresceu aproximadamente 350% (SILVA, 2018, p. 46). A morosidade do Estado corrobora para o aniquilamento das comunidades e concede tempo para os adversários se organizarem.

Não é possível precisar o tempo médio de espera entre a certificação e a outorga do título, pois os trâmites mudaram nestas três últimas décadas. Há casos em que a comunidade esperou 12 anos e 4 meses para conseguir o título. Percebe-se que no momento em que o direito das comunidades negras interfere diretamente na estrutura fundiária do país, os processos são conduzidos com morosidade. Acredita-se que uma área de 5% do total de 850 milhões de hectares pertence às comunidades negras. Essas terras sairiam do mercado ao serem tituladas e impediriam o avanço do latifúndio.

Constata-se que, de todos os presidentes que titularam terras quilombolas, Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro pouco dialogaram com o movimento e governaram no sentido de retardar o máximo possível o processo de legalização fundiária. Constituíram seus ministérios com pessoas ligadas ao agronegócio e favoráveis à produção para exportação. Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff dialogaram com as comunidades, indicaram para o INCRA e Fundação Cultural Palmares profissionais sensíveis à causa quilombola. Suas administrações esbarraram nos processos burocráticos que permeiam toda a legislação fundiária no Brasil.

Em números absolutos, o quantitativo de comunidades negras com título da propriedade é ínfimo. Já se passaram três décadas e ainda não foi solucionado este problema que iniciou em 1850. “Quem tem fome, tem pressa”, dizia o sociólogo Betinho, na década de 1980. Diriam os quilombolas hoje: “Quem tem direito a terra, tem pressa, presidente!”

Referências

- BAIOCCHI, Mari. **Kalunga: Povo da Terra**. Goiânia: Editora da UFG, 2006.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº. 447, de 2 de dezembro de 1999. Brasília. 1999.
- BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 3.912, de 10 de setembro de 2001. Brasília. 2001.
- BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 4.887/03, em 20 de novembro de 2003. Brasília. 2003.
- BRASIL. Casa Civil. MP nº 726. Brasília. 2016a.
- BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 8.780, de 27 de maio de 2016. Brasília. 2016b.
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- Comissão **Pró-Índio de São Paulo**. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> Acesso em: 14 de set de 2020.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FIABANI, Adelmir **Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. Palmas: Nagô Editora, 2015.
- FIABANI, Adelmir. Quilombos e comunidades remanescentes: resistência contra a escravidão e afirmação na luta pela terra. **REB. Revista de Estudios Brasileños**, 10 (5), 39-52. 2018.
- FIABANI, Adelmir. Vida e morte quilombola. In: Pereira, D. **Diversidade: diferentes, não desiguais**. Ponta Grossa/PR: Atena Editora, 2019.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica Social do Brasil**. Macaíó: EDUFAL, 2001.
- RIOS, Ana Lúgão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVA, Givânia. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**.

Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os pretos de Bom Sucesso**: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luís: Edufma, 2008.

TRECCANI, Girolamo Domênico. **Terras de quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.



O lugar da cultura em governos autoritários:

uma análise dos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro (2019-2020)

ANA CRISTINA PANDOLFO

JAISSON TEIXEIRA LINO

LUANA CAMPOS

EM FALA REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2019 E AMPLAMENTE divulgada na mídia, o presidente da república Jair Messias Bolsonaro, tratando questões que envolvem licenciamento ambiental e cultural, utilizou o termo “c... petrificado de índio”, resumindo, deste modo, seu entendimento sobre o que significam os vestígios arqueológicos dos povos que primeiro ocuparam o território que atualmente constitui o Brasil, populações que, para ele, atrapalham o desenvolvimento de obras de infraestrutura.¹ Essa tem sido apenas uma de muitas atitudes que sintetizam o trato com a cultura em geral, e o patrimônio em particular, do governo autoritário, com matizes de extrema direita, que se instalou no país a partir das eleições nacionais de 2018.

¹ “Bolsonaro diz que ‘cocozinho petrificado em índio’ impede licenciamento de obras em passagem pelo RS”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/08/12/bolsonaro-diz-que-cocozinho-petrificado-em-indio-impede-licenciamento-de-obras-em-passagem-pelo-rs.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2021.

O capítulo em tela busca apresentar e discutir algumas das ações no campo da cultura que esta gestão vem executando, tentando mostrar que os temas culturais, usualmente associados a segmentos da sociedade ligados ao campo progressista, vêm sendo, por isso mesmo, atacados, destruídos, deslegitimados e privados de recursos orçamentários, já minguados em gestões anteriores. Como se trata de um amplo campo, centramos aqui o foco em três temas: o patrimônio cultural, as instituições de proteção e fomento do patrimônio e da ciência e o trato com a questão indígena.

Patrimônio e guerra cultural: introdução ao debate

A despeito do caráter seletivo do patrimônio cultural, que durante sua consolidação no Brasil privilegiou o retrato de um país branco, moderno e civilizado (MARINS, 2016; CHUVA, 2003; 2017), como reflexo dos grupos dominantes e da busca por paralelos com cenários artísticos de padrões universais (CHUVA, 2003), precisamos compreender que o conceito de patrimônio é um conceito temporal, em construção (VOGT, 2008). Atualmente entendemos o patrimônio cultural como a chave para a discussão de temas como identidade, memória, pertencimento, resistência e, nesse sentido, como ponto de reflexão para se pensar questões relativas às construções de narrativas sobre passado e presente, como forma de moldar um projeto de futuro (HARTOG, 2014; NICOLAZZI, 2010). Mas também é ponte para pensarmos em questões como geração de renda, desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, como instrumento de reconhecimento do protagonismo histórico dos grupos formadores da sociedade, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

Esse protagonismo histórico pode ser observado na valorização dos bens culturais que representam grupos marginalizados historicamente, como é o exemplo expresso no tombamento do Terreiro da Casa Branca – Bahia, em 1984, sendo a primeira vez que a tradição afro-brasileira obteve o reconhecimento oficial do Estado Nacional (VELHO, 2006) -, ou o tombamento da Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Alagoas, em 1986, referência de terra da liberdade, tendo reconhecimento institucional pela importância que teve Palmares na história do Brasil, cabendo destacar que o lugar, antes mesmo do reconhecimento institucional, já era reconhecido por historiadores e representantes do Movimento Negro (CORNEJO, 2020) como símbolo da luta por igualdade racial e reparação histórica.

A função socioeconômica do patrimônio, por sua vez, percebe-se quando bens reconhecidos se tornam atrativos turísticos em zonas subalternizadas, fomentando setores alternativos de hotelaria, moradia de aluguel, implantação de empresas, entre outras estruturas associadas que geram uma economia do patrimônio (NETO & SERRES, 2019), a exemplo de cidades como São Raimundo Nonato, no Piauí (AGUIAR & CARVALHO, 2012) e cidades do interior de Minas Gerais, como o caso de Diamantina (SILVEIRA & MEDAGLIA, 2014). Essas cidades têm o principal atrativo turístico baseado na manutenção das referências históricas patrimonializadas. Outrossim, o patrimônio cultural pode ser compreendido como ponte ao desenvolvimento socioeconômico quando associado a comercialização dos bens reconhecidos pelo seu valor cultural, fruto do conhecimento tradicional, como é o caso das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo (TASSAR, 2020), das pequenas propriedades produtoras de queijo na Serra

da Canastra, em Minas Gerais (BARBOSA, 2007) e das pequenas fábricas de Cajuína no Piauí (BEZERRA, 2016).

É neste contexto contemporâneo de entendimento do patrimônio que ele se torna elemento de disputa de poder, não apenas pelo seu valor simbólico atrelado ao passado, mas por suas influências em aspectos estruturantes no presente. As disputas relacionadas ao patrimônio se inserem na chamada *guerra cultural*, termo cujo significado vem sendo alterado ao longo dos anos², mas neste capítulo irá representar a disputa simbólica entre o poder político estabelecido e o conhecimento científico pelo domínio da memória social e coletiva, a exemplo do que afirma Grün:

Na refrega simbólica, a auto-atribuição de único intérprete autorizado da cena política talvez seja uma condição necessária para infundir motivação nos atores, mas o decisivo é a aceitação dela pela sociedade, que é, ao mesmo tempo, a arena e a plateia na qual se desenvolve essa guerra cultural quase explícita (GRÜN, 630:2008).

² O conceito de guerra cultural aparece na Alemanha com a ideia de *Kultur Kampf*, no final do século XIX entre Estados-nação democráticos constitucionais emergentes e a Igreja Católica Romana sobre o lugar e o papel da religião na política moderna. Sua noção contemporânea vai aparecer no livro *Culture wars: the struggle to define America* de 1991, escrito por HUNTER, J. no sentido de pontuar “as opiniões da população norte-americana sobre a maior parte dos problemas a que aquele país faz face. Estariam divididas em dois clusters que separariam conservadores e liberais de maneira muito nítida e crescentemente intolerante.” (GRÜN, 1999). Para Roberto GRÜN (1999, 2005, 2008) o conceito é utilizado com algumas diferenças, tratando de uma “disputa entre as forças simbólicas e econômicas que sustentam as duas visões de empresa coloca-nos diante de uma situação sociologicamente muito interessante, na qual os acontecimentos na esfera econômica só podem ser entendidos como resultados das oscilações simbólicas que apontam, ou no mínimo circunscrevem, os caminhos possíveis para a atualização de quaisquer organizações existentes na nossa sociedade, espalhando-se por todo o tecido social, mudando as referências que organizam as percepções das formas de associação possíveis em tantos outros campos, da filantropia clássica à ação governamental como um todo.” (GRÜN, 1999).

Trata-se essencialmente de uma busca por dominação ideológica por meio da construção de narrativas acerca do passado, sob a égide de um revisionismo histórico, cuja função primordial é a criação de um passado mítico (STANLEY, 2018). Nessa batalha, onde se opõe pensamentos à esquerda e à direita, aquele que domina o passado projeta legitimidade no presente. Como sinais desse conflito observamos questões ordinárias ganhando centralidade em debates políticos, como foi o caso da polêmica sobre a aprovação da legislação sobre a regulamentação da profissão de historiador, que ganhou espaço na mídia e que obscuramente compunha um conjunto de manobras para o estabelecimento de aberturas ao domínio sobre o passado por distintos intelectuais orgânicos (SEMERARO, 2006).

Dentre as articulações voltadas para a desqualificação do pensamento científico (VASCONCELOS, 2002) estão: a) a diminuição dos investimentos nas áreas responsáveis pela elaboração e execução de políticas públicas culturais, provocando um sufocamento e desmantelamento das ações afirmativas; b) a substituição dos gestores públicos qualificados por partidários de uma ideologia de subversão do conhecimento em prol do reforço do *status quo*, com legitimação de um sistema estruturado em cargos de confiança, instrumentalizados para as negociações políticas. Estas estratégias fazem parte de um complexo de ações que vão desde a criação de propaganda, anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do *pseudo* bem-estar público (STANLEY, 2018).

Fato é que, parte do povo brasileiro assiste, passivamente, a todas essas ofensivas cada vez mais contundentes, desde a cri-

se ambiental e econômica de 2016, que levou ao Golpe político (CHALOUB & LIMA, 2018) e que provocou uma avalanche de retrocessos no campo da educação, saúde, igualdade social e na cultura, esta última enquanto políticas públicas, sobre a qual nos atemos nessa breve análise.

Com base na ferramenta criada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União em 2004, intitulada Portal da Transparência do Governo Federal, onde “o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil” (Brasil, 2021)³, obtiveram-se informações sobre os gastos públicos com a área da cultura entre o período de 2016 a 2020.

Numa breve análise do gráfico da evolução histórica da execução das despesas na área de atuação da cultura (Fig. 1), observamos que no período de quatro anos posterior ao golpe os valores executados na área geral de administração⁴, que representou 69% dos gastos com cultura em 2020, diminuiu cerca de 24 milhões de reais quando comparado aos valores gastos em 2016. Todavia, gastos com difusão cultural e promoção comercial ganharam impulso ainda no governo de direita do *emedebista* Michel Temer, no ano de 2018, atrelada ao campo da cultura.

³ BRASIL. Porta da Transparência – O que é e como funciona. 2021. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>. Acesso em: 5 mar. 2021.

⁴ Cada ano essa despesa corresponde a um conjunto de ações distintas, em 2016 foi: Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil; outros serviços de terceiros – Pessoas Jurídicas; Contratação por Tempo Determinado; Locação de Mão-de-obra; Obrigações patronais; outras, que se mantém 2017. Em 2018 acresce Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação que se mantém em 2019; Em 2020 acresce Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.



Figura 1: Cronologia dos gastos com cultura pelo governo brasileiro, entre 2016 e 2020. Fonte: BRASIL, 2021. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/13-cultura?ano=2020>.

Patrimônio e ciência sob ataque: desmonte e aparelhamento das instituições de proteção e fomento

Como visto, o patrimônio cultural é espaço de disputa econômica, política e simbólica. Para García Canclini, essa disputa está atravessada pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso e na apropriação do patrimônio são marcadas pela interação entre esses setores. A ação do setor privado está, naturalmente, regida pela acumulação de capital e reprodução da força de trabalho e leva à exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano e à especulação imobiliária em detrimento do interesse público e dos bens

históricos. Ademais, essa ação é tanto mais destrutiva quanto mais desregulada pelo poder público (GARCÍA CANCLINI, 1993: 19).

E, ainda que o patrimônio continue sob a responsabilidade do Estado, a promoção da cultura moderna é cada vez mais tarefa de órgãos privados e empresas (GARCÍA CANCLINI, 2011: 89-90), o que é levado a extremos num governo autoritário como o que ocupa o poder desde 2019 no Brasil, cujo suporte ideológico é neoliberal e anticientífico.

Consoante já abordado, qualquer emblema de cultura, arte, ciência e ou de luta emancipatória dos povos se torna alvo de um governo negacionista e reacionário, que mobiliza o ódio como afeto predominante e instrumentaliza o aparato estatal para seus próprios interesses. A agressão a instituições perenes e relevantes vai sendo feita, por vezes, aos poucos, por meio do aparelhamento e desmontes orçamentários, outras de forma abrupta, pela extinção ou fusão, sempre ancorado num discurso de austeridade.

A Constituição Federal - que representou um marco humanitário e é instrumento máximo de sustentação dos pilares da democracia brasileira, ainda que muito combatida na atualidade - atribui ao Poder Público, com a colaboração de toda a comunidade (art. 216, parágrafo 1º), a preservação do patrimônio cultural. Nela, a proteção do patrimônio cultural foi incluída como um direito fundamental, destacando a valorização da pluralidade cultural e estabelecendo o direito ao acesso e à preservação do patrimônio cultural material e imaterial (ALEXANDRE & PREVE, 2013: 51). O art. 216 da Carta Magna marcou uma revolução legal no conceito de patrimônio cultural, para incluir os bens de natureza material ou imaterial que se referem à identidade e à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira, incluindo obras, ob-

jetos, documentos, sítios e conjuntos urbanos de valor histórico, arqueológico, artístico, etc.⁵

Para que isso seja operacionalizado, vários órgãos atuam conjuntamente, sendo o mais destacado deles o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E esta tem sido uma das instituições na mira de Bolsonaro desde o início de seu governo. Inicialmente denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o órgão foi instaurado, em caráter provisório e sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 18 de abril de 1936, sendo oficializado em 13 de janeiro de 1937 com a Lei n. 378, “com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional” (sic).⁶

Desde a sua fundação, o órgão passou por diversas mudanças de denominação e subordinação (RESENDE et al., 2015) e atualmente tem sua finalidade prevista no Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017⁷, sendo uma autarquia federal que, conforme Bastos, está investida constitucionalmente das prerrogativas para desenvolver políticas públicas de preservação, proteção, conser-

⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2020.

⁶ ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 31 ago.2020.

⁷ BRASIL. Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estrutura Regi- mental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Con- fiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessora- mento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Dis- ponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9238.htm#art8. Acesso e: 31 ago. 2020.

vação e valorização do patrimônio cultural brasileiro (BASTOS, BRUHNS & TEIXEIRA, 2007: 7).

Contudo, não passa incólume pelas transformações e ofensivas levadas a cabo pelo governo eleito em 2018. O presidente Jair Bolsonaro determinou a extinção do Ministério da Cultura, ao qual o IPHAN era vinculado, e transferiu-o inicialmente ao Ministério da Cidadania como Secretaria Especial da Cultura. Contudo, em 7 de novembro de 2019, a Secretaria – que inclui, além do IPHAN, a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a Fundação Biblioteca Nacional, a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Fundação Cultural Palmares e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) – foi transferida para o Ministério do Turismo.⁸

Vincular toda a área da cultura e do patrimônio ao Ministério do Turismo, cuja missão é eminentemente de fomento econômico, permite deduzir qual a visão que o governo tem para tais áreas, passando a ser utilizadas como *commodities* a serviço da pauta econômica.

A nomeação para a presidência do IPHAN de Larissa Rodrigues, em maio de 2020, graduada em turismo e hotelaria e, conforme noticiado pela imprensa, com conexões pessoais com a família do presidente, gerou controvérsia e evidencia a ausência de critérios técnicos e de preocupação com o patrimônio cultural brasileiro.⁹ A suspensão da nomeação chegou a ser buscada judicialmen-

⁸ LAUDENIR, Antonio, Transferência da Cultura para o Ministério do Turismo preocupa especialistas. **Diário do Nordeste**. 16 nov. 2019. Disponível em: <https://diario-donordeste.verdesmares.com.br/verso/transferencia-da-cultura-para-o-ministerio-do-turismo-preocupa-especialistas-1.2175198>. Acesso em 2 set. 2020.

⁹ WERNECK, Gustavo. Nomeação da nova presidente do IPHAN gera polêmica e muitas críticas. **Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte. 12 mai. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/12/interna_ge

te, sendo deferida inicialmente, em decisão na qual constou que “o fato de Larissa Dutra ser formada em Hotelaria não a qualifica para a presidência do órgão, uma vez que, de acordo com ele, todos os anteriores ocupantes do cargo eram formados em História, Arquitetura ou Antropologia.”¹⁰ Contudo, tal liminar acabou sendo revista e a nomeação concretizada.

Cabe lembrar que alguns acontecimentos motivaram a troca da presidência, uma delas foi o vídeo publicado nas redes sociais em agosto de 2019 onde Luciano Hang, proprietário da rede de lojas Havan, reclama que uma obra para a instalação de nova loja no Rio Grande do Sul estava paralisada porque o Iphan encontrou “fragmentos de pratos”. No local, segundo Kátia Bogéa (ex-presidente do Iphan, exonerada para a nomeação de Larissa Rodrigues), foram encontradas cerâmicas, vestígios arqueológicos de civilizações pretéritas. Na época, o próprio Iphan divulgou nota dizendo que a paralisação foi recomendada pela empresa de consultoria em arqueologia contratada pela própria Havan. Somado ao fato que, em dezembro, o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, participou de um encontro na Bahia com representantes do setor imobiliário. Na época, Katia diz ter sido informada que empresários reclamaram de sua atuação ao senador, falando especificamente de uma portaria publicada dias antes. E menos de uma semana depois do encontro, a ex-presidente do Iphan foi exonerada (TEÓFILO, 2020)¹¹.

rais,1146419/nomeacao-da-nova-presidente-do-iphan-gera-polemica-e-muitas-criticas.shtml. Acesso em 2 set. 2020.

¹⁰ CONJUR. Juiz suspende nomeação de Larissa Dutra para presidência do Iphan. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-11/juiz-suspende-nomeacao-larissa-dutra-presidencia-iphan>. Acesso em: 8 fev. 2021.

¹¹ TEÓFILO, Sarah. Ex-chefe do Iphan diz que foi trocada por pressão de Luciano Hang. Correio Braziliense de 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.correio>

Em dezembro de 2020 outra nomeação foi motivo de contestação por órgãos e especialistas. O cargo de diretor do Patrimônio Imaterial do IPHAN foi retirado de Hermano Fabrício Oliveira Guanais Queiroz, desde 2016 na posição e especialista em patrimônio, considerado do quadro técnico do órgão, e dado a Tassos Lycurgo Nunes, pastor evangélico e sem qualificações técnicas ou profissionais para a área. Consoante perfil na plataforma *Lattes*, o pastor é professor da UFRN, graduado em direito e filosofia, com pós-graduações em filosofia e educação, na área de matemática e lógica, sendo que seus trabalhos mais recentes são voltados à religião evangélica com vários estudos bíblicos.¹²

Cabe mencionar que muitas das manifestações sociais consideradas bens patrimoniais imateriais são vinculadas a uma diversidade de religiões, como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, festa católica, a Cachoeira de Iauaretê, local sagrado indígena, e o Tambor de Crioula, vinculado ao sincretismo entre santos católicos e fé afro-brasileira. O Decreto nº 3.551/2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constitui o patrimônio brasileiro inclui “*Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social*” (CASTRO & FONSECA, 2008: 19). A militância evangélica do novo diretor, promovida publicamente em redes sociais, atuação acadêmica e profissional, vai contra a natureza do cargo e do próprio IPHAN, cujos servidores

reioficialiense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna_politica,858097/ex-chefe-do-iphan-diz-que-foi-trocada-por-pressao-de-luciano-hang.shtml. Acesso em: 12 abr. 21.

¹² SAID, Flávia. Metrôpoles. Governo publica nomeação de pastor para direção no Iphan. 8 dez. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/governo-publica-nomeacao-de-pastor-para-direcao-no-iphan>. Acesso em 8 dez. 2021.

temem seja promovida uma defesa maior de manifestações cristãs em detrimento de manifestações religiosas não-cristãs, no campo das culturas afro-brasileiras, indígena ou oriental¹³, especialmente num momento de acirramento da intolerância religiosa.

A nomeação de Lycurgo levou ao cancelamento, em protesto, de edição da Revista Histórica do IPHAN. Publicada desde 1937 ficou sem edição em 2020, tendo a organizadora da revista e ex-diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Márcia Sant'Anna, deixado o cargo e afirmado:

Minha decisão deve ser vista como um ato de solidariedade e respeito ao trabalho excepcional de Hermano Queiroz à frente do DPI, e também de protesto contra a nomeação de uma pessoa que, embora possua diversos títulos acadêmicos, é totalmente estranha a esse campo e tem postado declarações nas redes sociais que demonstram sua inadequação para liderar essa política.

A política de salvaguarda não pode e nem deve estabelecer juízos de valor com relação a manifestações [de diferentes religiões]. As postagens e declarações do senhor Tassos Lycurgo não nos autorizam a pensar que esses princípios serão observados. Não porque professe a religião evangélica, mas porque claramente apresenta uma visão hierárquica, intolerante e, portanto, não inclusiva de cultura.¹⁴

Seguindo as exonerações nas instituições públicas da cultura, no dia 7 de janeiro de 2020 foram exonerados diretor e chefes

¹³ SOGUR-HOUS. Débora. Metrôpoles. Revista histórica do Iphan pode não ser publicada em protesto à nomeação de pastor. 6 dez. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/revista-historica-do-iphan-pode-nao-ser-publicada-em-protesto-a-nomeacao-de-pastor>. Acesso em: 8 fev. 2021.

¹⁴ Ibidem.

de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa com substituições não técnicas (RODRIGUES, 2020)¹⁵. Da mesma forma, no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 2021 a museóloga Mônica Xexéo foi exonerada do cargo de Diretora do Museu Nacional de Belas Artes, onde atuava há 15 anos (GOBBI, 2021)¹⁶, demonstrando que não se trata de fatos isolados, mas uma prática de governo para substituições dos modelos técnicos por articulações políticas.

Também hoje sob o guarda-chuva do Ministério do Turismo (antes vinculado ao Ministério da Cidadania), está a Fundação Cultural Palmares. Estabelecida em 22 de agosto de 1988, a entidade serve à promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Desde 2003, uma de suas mais relevantes funções é a de certificar comunidades quilombolas para fins de inscrição em programas sociais e posterior demarcação e titulação pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).¹⁷

Assim, a nomeação em 2019 de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação, pessoa próxima a Bolsonaro, foi vista como um ataque direto às comunidades quilombolas. Isso porque, homem negro, Camargo é contra pautas raciais, já tendo declarado que a escravidão “foi benéfica para os descendentes” pois “negros

¹⁵ RODRIGUES, Maria Fernanda. Fundação Casa de Rui Brabosa exonera diretor e chefes do Centro de Pesquisa. *Jornal Estadão*. 8 de jan. 2020. Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,fundacao-casa-de-rui-barbosa-exonera-diretor-e-chefes-do-centro-de-pesquisa,70003148808> . Acesso em: 12 abr. 2021.

¹⁶ GOBBI, Nelson. Monica Xexéo é exonerada da direção do Museu Nacional de Belas Artes após 15 anos de cargo. *Jornal O Globo*. 4 fev. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/monica-xexeo-exonerada-da-direcao-do-museu-nacional-de-belas-artes-apos-15-anos-no-cargo-24869432>. Acesso em: 12 abr. 21.

¹⁷ PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. Estrutura Organizacional. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 2 abr. 2021.

do Brasil vivem melhor que os negros da África”, e que o Dia da Consciência Negra deveria ser abolido, pois a “data causa incalculáveis perdas à economia do país, em nome de um falso herói dos negros (Zumbi dos Palmares, que escravizava negros) e de uma agenda política que alimenta o revanchismo histórico e doutrina o negro no vitimismo”.¹⁸ O evidente conflito entre as posições de Camargo e a *raison-d'être* da Fundação levou à suspensão da nomeação pela justiça, tendo o juízo declarado que sua investida no cargo “têm o condão de ofender justamente o público que deve ser protegido pela Fundação Palmares”. Contudo, o governo federal recorreu da decisão, que acabou anulada em instância superior, sendo a nomeação levada a cabo.¹⁹

A gestão de Camargo, como previsto, tem sido marcada por ofensivas contra a comunidade negra e quilombola e à luta antirracista, o que lhe rendeu, em diversos momentos, a alcunha de “capitão do mato”. Além da inércia em promover as ações delegadas à Fundação, sua gestão promove desinformação e nefasto revisionismo histórico, gerando reações de movimentos sociais e entidades, como o pedido de exoneração feito em maio de 2020 por coletivos de jornalistas. Pedro Borges, fundador de agência de notícias cuja cobertura se pauta na temática racial, pessoalmente ofendido por Camargo, argumentou que “a conduta do presidente ajuda a mover a engrenagem das múltiplas formas de violência

¹⁸ G1. Após decisão da Justiça, governo suspende nomeação do presidente da Fundação Palmares. 12.12.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/12/governo-suspende-nomeacoes-dos-presidentes-da-fundacao-palmares-e-iphan.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2021.

¹⁹ MARTINS, Isadora; PERON, Isadora. Valor Econômico. STJ restabelece nomeação de presidente da Fundação Palmares. 12.2.2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/02/12/stj-restabelece-nomeao-de-presidente-da-fundao-palmares.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2021.

contra o povo negro no país”.²⁰ Em março de 2021 três diretores da Fundação, nomeados por Camargo por apresentarem perfis mais conservadores, entregaram seus cargos acusando o presidente de autoritarismo e assédio moral, além de permitir ingerência externa nas decisões da entidade.²¹

E a cultura e o patrimônio têm companhia sob a espada de Dâmocles do governo autoritário de Bolsonaro. Ao assumir o governo em janeiro de 2019, o atual presidente indicou para a pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, o astronauta tenente-coronel da Força Aérea Brasileira Marcos Pontes, que, no discurso de posse, defendeu como prioridade da sua gestão a divulgação de iniciativas de ciência e tecnologia no país. Entretanto, o que se vê é o desmonte da ciência e tecnologia do país.

Em abril de 2019 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgou a suspensão de novas bolsas de pesquisa referentes à Chamada Universal MCTIC/CNPq nº 28/2018, o que representou um contingenciamento de 42% de verbas ao MCTIC. Em maio de 2019, a Capes suspendeu a concessão de 3.474 bolsas de pesquisa, e em junho do mesmo ano bloqueou mais de 2.724 bolsas de mestrado e doutorado.²² Tais cortes ratificam o objetivo do Governo Federal em diminuir ainda

²⁰ SAMPAIO, Cristiane. Brasil de Fato. Entidades de jornalistas pedem exoneração de presidente da Fundação Palmares. 22.5.2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/entidades-de-jornalistas-pedem-exoneracao-de-presidente-da-fundacao-palmares>. Acesso em: 2 abr. 2021.

²¹ LOPES, Julliana. CNN Brasil. Coordenadores da Fundação Palmares se demitem por insatisfação com gestão. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/03/12/coordenadores-da-fundacao-palmares-se-demitem-por-insatisfacao-com-gestao>. Acesso em: 2 abr. 2021.

²² ADUnB. Associação dos Docentes da Universidade de Brasília. Os primeiros 6 meses da guerra do governo Bolsonaro contra a Educação Pública. Disponível em: <https://www.adunb.org/post/os-primeiros-6-meses-da-guerra-do-governo-bolsonaro-contra-a-educao%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica>. Acesso em: fev.2021.

mais os repasses orçamentários a tais instituições. No final do mês de abril de 2020, o governo Bolsonaro excluiu as áreas de Humanidades, Artes e Ciências Sociais do edital de bolsas de iniciação científica do CNPq. As 25 mil bolsas em questão foram destinadas às “tecnologias prioritárias”.²³

No final de 2019 a comunidade científica reagiu a novo ataque, à luz da discussão de fusão entre o CNPq e a Capes, que significaria sua extinção e esvaziamento, relegando ao Ministério da Educação o controle sobre grande parte da ciência produzida no Brasil, dentro e fora das universidades. Simultaneamente, discutiu-se a transferência da gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – uma das mais relevantes fontes de recursos para a ciência no Brasil – ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que representaria a aniquilação da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), empresa pública ligada ao MCTIC.²⁴

A Capes e o CNPq são instituições com estruturas e finalidades específicas, cujas missões, desde quando criadas em 1951, são distintas. Em síntese, a missão da Capes é fomentar a qualificação de recursos humanos em praticamente todos os níveis do sistema educacional brasileiro, enquanto ao CNPq cabe fomentar projetos de pesquisa científica de modo a priorizar o desenvolvimento científico e tecnológico do país. E o seu desfinanciamento vem sendo verificado fortemente desde as contrarreformas neoliberais

²³ ADUNEB. ADUNEB repudia ataque de Bolsonaro ao CNPq e à Capes durante a pandemia. Disponível em: https://aduneb.com.br/noticias.php?news_not_pk=7359. Acesso em: 8 fev.2021.

²⁴ JORNAL DA USP. Comunidade científica reage a novo ataque. 14 de out de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/comunidade-cientifica-rea-ge-a-novo-ataque/>. Acesso em: 8 fev.2021.

promovidas desde o golpe parlamentar ocorrido em 2016, especialmente com a PEC 241 conhecida como PEC do teto de gastos, que congela as despesas do Governo Federal por vinte anos e vem sufocando a ciência e a tecnologia do país.

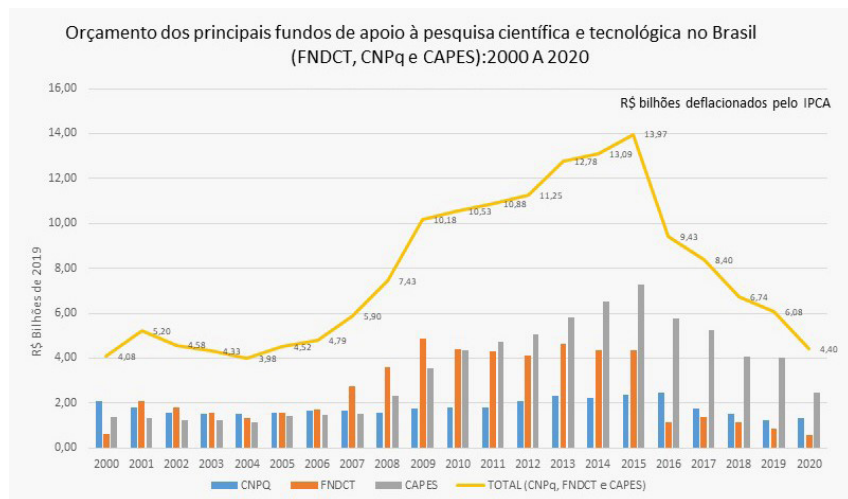


Figura 2: Valores totais previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de cada ano, excluídas as reservas de contingência. Fonte: SIOP. Elaboração: Fernanda de Negri/Ipea

As universidades públicas igualmente sofrem com a intervenção ideológica do governo autoritário de Jair Bolsonaro. Desde 2019 o presidente desrespeitou a escolha da comunidade acadêmica na nomeação de reitores de mais de dez universidades, desconsiderando o primeiro colocado das listras tríplices e, inclusive, nomeando para o cargo pessoas que sequer constavam da lista – como o caso da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Unirio e do Instituto Federal do Rio Grande do Nor-

te²⁵, num nítido ataque à autonomia universitária constitucionalmente garantida (art. 207).

Cabe lembrar qual o projeto que tal governo tem para a educação, bem expressada pelo ex-ministro da educação Ricardo Vélez – primeiro do governo Bolsonaro e que dirigiu a pasta de janeiro a abril de 2019 – ao afirmar que as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual²⁶. Bourdieu já denunciava: a escola e as universidades têm sido usadas pelas elites para obter um verniz de mérito e reproduzir e ampliar seu poder. Ou seja, os estudantes buscam um título/prêmio que os habilite a exercer de forma legítima um poder que, em geral, já possuem. Afirma que mais do que um fator de mobilidade social, a escola serve para a conservação do *status quo*, pois fornece uma aparência de legitimidade às desigualdades sociais (BOURDIEU, 2007: 41-64).

A extinção abrupta de instituições perenes e relevantes acionaria alarmes graves demais para serem ignorados. Assim, o *modus operandi* escolhido por Jair Bolsonaro é o do aparelhamento e desmantelamento paulatino, com entrega dos órgãos e de seus consideráveis orçamentos a pessoas pouco qualificadas e alinhadas ideologicamente ao governo e que, em muitos casos, atuam contra os interesses fundantes das entidades.

²⁵ ANDES. Governo Bolsonaro já interveio em pelo menos onze nomeações de reitores. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/2020/08/24/governo-bolsonaro-ja-intervio-em-pelo-menos-dez-nomeacoes-de-reitores/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

²⁶ PASSARELI, Hugo. Valor. 'Ideia de universidade para todos não existe', diz ministro da Educação. 28 jan. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 8 fev.2021.

Povos tradicionais e a pandemia de covid-19

Esta parte do capítulo se dedica a descrever as ações perpetradas contra os povos tradicionais do Brasil, desde o golpe político de 2016, com especial ênfase ao governo Bolsonaro a partir de 2019, destacando as dificuldades provocadas pelo governo de matiz autoritária e de extrema direita aos povos indígenas, que atualmente conformam a maioria dos povos ditos “tradicionais” em território nacional.

Desde o início da invasão europeia, os povos indígenas foram se despovoando do território brasileiro, passando inclusive, por uma fase crítica, no século XIX, de possível extinção total de todas as etnias (CUNHA, 1992). Adentrando o século XX, a despeito das disputas de terras, doenças, transformações culturais e de população, os povos indígenas, pelo menos desde a promulgação da carta magna de 1988, vêm conseguindo obter algumas vitórias nos campos de demarcação de terras e o direito à manutenção de seus aspectos religiosos e culturais. Na história recente da república, passaram por processos violentos, envolvendo até massacres durante o período da ditadura civil-militar brasileira, adentrando os governos democráticos ainda na luta por direitos básicos, sempre se destacando a terra como condição *sine qua non* para a reprodução biológica e cultural dos diferentes grupos que compõem as etnias originárias. Genocídio, palavra muito usada atualmente para descrever as ações do atual governo na (não-) gestão da pandemia, foi empregada pela primeira vez para denunciar os processos violentos de extermínio indígena em todo o território americano, exemplarmente descritos em pormenor pelo Frei Bartolomé de las Casas (LAS CASAS, 2008).

Entre avanços e retrocessos, a partir da gestão do governo Bolsonaro, agravaram-se os problemas que envolvem os povos tradicionais. Para além do que já citado neste texto, realizaremos aqui um breve histórico das principais ações (ou a falta de), que vêm contribuindo para o agravamento das condições, não somente de sobrevivência, mas do próprio respeito da sociedade para com as alteridades culturais que constituem o Brasil, desde as suas origens coloniais. Por motivos de espaço, apresentamos aqui unicamente a questão da pandemia mundial de Covid-19 que também assola as comunidades indígenas por todo o território nacional, ficando de fora muitas outras questões que abrangem os ataques aos povos originários e seus territórios durante o governo Bolsonaro, como as queimadas, o agronegócio, os garimpos e as madeiras avançando cotidianamente sobre as terras indígenas, dentre outros agravantes.

Se o enfrentamento de uma pandemia por si só se torna complicado em governos democráticos, quem dirá enfrentá-la em um contexto de governo que prega o negacionismo como bandeira política e ideológica, e desse modo, cria ainda mais dificuldades para as populações especialmente vulneráveis à Covid 19, à luz da particularidade de seus sistemas imunológicos e que, em sua maioria, vivem aglomerados em aldeias. Idealmente, deveria se dar prioridade a ações de prevenção e atendimento a essas comunidades, o que, como veremos, não ocorreu.

De modo geral, as terras indígenas foram abandonadas à própria sorte, com poucos recursos destinados ao combate pandêmico nas aldeias, havendo em contrapartida, várias entidades e os próprios indígenas e quilombolas se organizando para combater ao máximo o contágio e as consequentes mortes. O caso dos Kuiku-

ro do parque do Xingu (Mato Grosso) é exemplar. As lideranças, informando-se da pandemia e se organizando preventivamente, antes mesmo que a doença chegasse às suas aldeias, e por meio de financiamentos do tipo *crowdfunding*, realizaram campanhas preventivas por meio da conscientização e cuidados básicos (uso de máscara e higienização), além de adquirirem equipamentos como tanques de oxigênio e montarem uma enfermaria, tudo sem qualquer suporte estatal. Como resultado, dos 160 infectados nas aldeias Kuikuro, ninguém veio a óbito. Chama atenção o fato de terem negado o famigerado “kit covid” – panaceia alardeada pelo presidente e distribuído pelo próprio Ministério da Saúde – fiando-se tanto na ciência como nos conhecimentos tradicionais para o enfrentamento da pandemia. Além disso, a história tradicional e oral contribuiu aqui para uma maior cautela com a nova doença, como afirmou Yanamá Kuikuro, presidente da Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu (Aikax) em entrevista à BBC Brasil:

Quando eu era criança, o meu pai contava que teve epidemia de sarampo aqui no Xingu e morreram muitas pessoas. Os Kalapalo, os Kamaiurás, muitos povos do Alto Xingu morreram. Então quando a gente viu esse vírus novo, os anciões logo lembraram disso. Quando a gente viu no noticiário da televisão que o vírus estava matando muitas pessoas, pensamos: “A gente tem que se organizar, tem que fazer lockdown”.²⁷

Contudo, o exemplo acima é uma exceção. As dificuldades para o enfrentamento da Covid e o grau de infecção entre as al-

²⁷ UCHOA, Pablo. Covid-19: Desamparados pelo governo, indígenas Kuikuro venceram a pandemia com base na ciência e ajuda de financiamento coletivo. 28 de março de 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56519554>. Acesso em: 30 mar. 2021.

deias indígenas, levou e ainda vem levando a uma série de dificuldades, que vão desde o acesso à água potável até o internamento de casos graves, ocasionando mortes diárias nos territórios dos povos nativos. Em panorama, vê-se uma constante do governo federal no trato com a questão indígena: descaso, omissão, falta de interesse em tratar em caráter especial aqueles que estão mais vulneráveis às doenças.

Retrocedendo ao início da pandemia no Brasil, tivemos o primeiro caso registrado de Covid entre os indígenas em 1 de março de 2020, na aldeia São José, em Santo Antônio do Içá, no Estado do Amazonas. Tratava-se de uma jovem de 20 anos da etnia Kokama, que foi contaminada após ter contato com um médico que atua na região e havia testado positivo para a doença²⁸. Já a primeira morte foi registrada alguns dias depois dos primeiros casos confirmados. No dia 19 de março, uma indígena da etnia Borari, de 87 anos, faleceu em um hospital na cidade de Alter do Chão, no Pará. Desde estes marcos iniciais (primeira contaminação e primeira morte), os povos indígenas atravessaram os meses de 2020 e 2021 sofrendo com o aumento de casos, muitos deles culminando em óbitos. De acordo com o Instituto Socioambiental, que criou uma plataforma para monitorar os casos entre as etnias do Brasil, até o dia 30 de março de 2021, um total de 51.602 indígenas testaram positivo para a Covid 19, havendo até essa data cerca de 623 mortes²⁹. Os dados não consideram a população indígena que vive fora da aldeia, que se conta aos milhares e que acabam entrando nos dados

²⁸ Brasil confirma primeiro caso de coronavírus em indígena. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/brasil-confirma-primeiro-caso-de-coronav%C3%A9rus-em-ind%C3%Adgena/a-52987288>. Acesso em: 30 mar. 2021

²⁹ Covid e os Povos Indígenas. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org>. Acesso em: 30 mar. 2021.

gerais sobre a epidemia no Brasil. Além disso, a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) afirma que há enorme subnotificação, por dificuldades várias, dentre elas a de se obter dados em aldeias isoladas.

Durante todo esse período, houve negligência e incompetência dos órgãos públicos, em especial da Funai, representante institucional do governo federal, não atendendo demandas básicas para evitar o alastramento da pandemia e as mortes a ela associadas, como no atendimento de estruturas e ações básicas de alimentação, leitos, assistência médica adequada e ações efetivas de isolamento dos indígenas. Garimpeiros continuam agindo em áreas próximas às aldeias (e dentro de terras indígenas) sem qualquer coibição dos órgãos responsáveis pela proteção e assistência aos indígenas. Esse é o caso das terras Yanomami no norte do país, onde estimativas apontam para cerca de 20 mil garimpeiros agindo ilegalmente dentro de seus territórios, com muitos deles vivendo a menos de 5 quilômetros das aldeias,³⁰ e que, de acordo com o antropólogo Marcos Wesley, do Instituto Socioambiental, são os principais vetores de transmissão da doença.³¹ Muitas mortes poderiam ter sido evitadas, desde que houvesse um plano minimamente estruturado e executado, com atenção especial aos povos que historicamente sofreram e continuam sofrendo com epidemias. Em Relatório publicado em novembro de 2020, a APIB questiona e afirma que:

³⁰ OLIVEIRA, Joana. Covid-19 se espalha entre indígenas brasileiros e já ameaça povos isolados. 17 de junho de 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-17/covid-19-se-espalha-entre-indigenas-brasileiros-e-ja-ameaca-povos-isolados.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

³¹ Entrevista cedida ao Programa Repórter Eco, da TV Cultura, exibido em 19 de abril de 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ON0eQm_BR5o.

O que o Governo Federal efetivamente fez nesse período? Buscou utilizar a crise sanitária da pandemia para “passar a boiada” por cima dos nossos direitos, nossos corpos e nossas terras. Foram ações omissas na proteção e ativas na espoliação. Ações que marcaram a gestão do atual presidente e do alto escalão do Governo Federal durante essa crise humanitária e sanitária, que atingiu também os nossos povos e comunidades (APIB, 2020, p. 5).

Como já dito anteriormente, as próprias comunidades estão se organizando como podem, tomando medidas ao seu alcance para que os índices de contaminação possam diminuir. Uma das principais é o isolamento e *lockdown* implantados em diversas aldeias, como forma de diminuir o contato entre pessoas da mesma comunidade e da população externa. Como exemplo, temos o caso da Aldeia Pyanawa em Mâncio Lima, onde as lideranças isolaram as entradas da área com correntes, como um gesto simbólico de que os moradores ficariam isolados e que pessoas de fora da aldeia não seriam bem-vindas.³²

Os casos de Covid 19 entre os índios isolados é ainda mais preocupante. No Vale do Javari, por exemplo, vivem cerca de 7 mil índios que, a despeito de não estarem totalmente sem contato com não-indígenas, vivem em situação de isolamento, embora garimpeiros, madeireiros, agentes governamentais e representantes de entidades religiosas constantemente travam contato. São dessas pessoas brancas que o coronavírus têm chegado, causando mortes, pânico e desestruturação social, ao ponto de várias pessoas dessas comunidades fugirem e se isolarem ainda mais, na tentativa

³² ALBANO, Gledisson. Com medo de Covid-19, indígenas usam correntes para fechar aldeia no interior do Acre. Disponível em: 30 mar. 2021.

de evitar o contágio. Há casos, inclusive, de aldeias inteiras sendo transmudadas para lugares presumivelmente ainda mais ermos, como única estratégia para tentar evitar as mortes pela epidemia.³³

O quadro não é menos preocupante em aldeias próximas a centros urbanos. De acordo com Oliveira *et al.* (2020) as aldeias localizadas em centros urbanos ou próximas às cidades possuem um risco ainda maior de contaminação, pois além do contato mais constante com a população de não-indígenas, parte considerável dos moradores da aldeia possuem trabalhos nas cidades envolvidas. Segundo os autores citados, o grau de vulnerabilidade é ainda maior que em aldeias mais distantes das cidades, sendo o exemplo da Aldeia Guarani do Jaraguá, na cidade de São Paulo, o mais preocupante e, onde, diferente da maioria de outras aldeias indígenas, há um considerável número de habitantes idosos.

Vidas indígenas importam. E é de se destacar que, em culturas para as quais a oralidade exerce uma função pedagógica, de transmissão de conhecimentos, de memória, de História, que via de regra não possuem ainda hoje o suporte escrito e visual como registro, as perdas de anciãos e anciãs portadoras de conhecimentos ancestrais sobre a cultura, a religião, o ambiente, a história do povo, etc., são devastadoras, como ressalta o já referido relatório da APIB:

Muito mais do que números, foram nossos pajés, nossas rezadeiras e rezadores, parteiras, anciões e anciãs, cacicas e caciques que partiram. Perdemos os nossos velhos que guardavam as lembranças da memória de

³³ OLIVEIRA, Joana. Covid-19 se espalha entre indígenas brasileiros e já ameaça povos isolados. 17 de junho de 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-17/covid-19-se-espalha-entre-indigenas-brasileiros-e-ja-ameaca-povos-isolados.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

nossa ancestralidade, guardiões do conhecimento, dos cantos, das rezas, da nossa espiritualidade. Lideranças que dedicaram suas vidas à luta pela defesa do território, da integridade e da existência física e cultural de seus povos. Sofremos em nosso luto por essa tragédia que atinge não somente nós, indígenas, mas toda a humanidade (APIB, 2020, p. 5).

Em um estudo analisando o grau de vulnerabilidade dos povos indígenas à pandemia, Oliveira et al. (2020) observaram a baixa faixa etária média indígena, podendo isso apontar para índices de mortalidade já consideráveis entre os idosos em tempos de pré-covid 19, provavelmente ocasionados pelas doenças de “branco”. A entrada do coronavírus nas aldeias representa, portanto, um risco ainda maior de diminuição de pessoas acima dos 60 anos: “O desaparecimento dos mais velhos pode implicar consequências irreversíveis para o patrimônio cultural dos povos do Javari” (Oliveira et al., *op.cit*, s/p), citando, nesse caso, os povos mais isolados da Amazônia.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em meio a acusações de omissão, corrupção e má gestão da crise sanitária, tem tomado medidas que remetem ao quadro colonial do século XVI no Brasil. Para ilustrar a situação com apenas um dos casos, nomeou-se o missionário Ricardo Lopes Dias (investido em março de 2020 e exonerado 9 meses depois), para a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato, integrante da missão “Novas Tribos do Brasil” (recentemente rebatizada de Ethnos360), em uma atitude deliberada de converter os indígenas que ainda não sofreram as agruras trazidas pelo cristianismo em áreas mais remotas.³⁴

³⁴ Consequência será o genocídio”. Entrevista de Antenor Vaz à DW Brasil,

No início de 2021 começaram a chegar às aldeias as primeiras doses de vacinas. Contudo, parte da população indígena está se negando a ser vacinada, principalmente devido a dois fatores, que em muitos casos, caminham juntos: a disseminação de *fake news* e a ação de missionários evangélicos. A BBC News Brasil reportou, por exemplo, que agentes de saúde que chegaram na Aldeia Jamamadi, no sul da Amazônia, foram mandados embora sem terem vacinado um indígena sequer. Na mesma reportagem, o líder indígena Beto Marubo, afirma que “o discurso antivacina de um governo negacionista está em sintonia com a pregação antivacina de um ramo da igreja evangélica e de missionários.”.³⁵

Numa apertada síntese, assim tem caminhado o enfrentamento da Covid-19 entre os povos originários do Brasil: uma história intimamente relacionada com os aspectos do governo Bolsonaro, de autoritarismo, violação de direitos humanos, desmantelamento de estruturas institucionais de apoio aos povos tradicionais e amplo suporte a grupos religiosos, invasão e destruição de terras indígenas, dando-se continuidade ao processo colonialista de genocídio indígena iniciado em 1500 (ver VAINFAS, 1999), podendo-se falar em muito mais que negligência, mas num projeto de extermínio.

21/03/2020. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/consequ%C3%Aancia-ser%C3%A1-o-genoc%C3%Adio/a-52872414>. Acesso em: 5 abr. 2021.

³⁵ GRAGNANI, Júlia. “Epidemia de fake news ameaça vacinação em terras indígenas”, 22/03/2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56433811>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Considerações finais

Tratamos aqui de analisar alguns tópicos referentes ao amplo campo da cultura, a saber: o patrimônio, as instituições e os povos tradicionais, relacionando-os com as condutas levadas a efeito pelo governo Bolsonaro em seus dois primeiros anos de mandato. O combalido campo da cultura, historicamente maltratado na história da república brasileira, vem sendo ainda mais destituído de valor e de verbas no atual cenário institucional, em uma nítida mostra de que as áreas mais humanitárias vêm sendo deliberadamente desmanteladas, por estarem associadas aos valores de respeito às alteridades, de valorização das culturas de massas, dos movimentos étnicos e sociais, e assim por diante.

Longe de exaurir o tema, procuramos centrar a discussão em importantes temas da cultura brasileira, como o patrimônio e os povos tradicionais, aqui representados pelas sociedades indígenas, estes sob ataque direto do atual presidente, que afirmou, logo após ter sido eleito, em 2018: “Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena”³⁶, já abrindo o caminho para a devassa no campo da cultura que viria a se estabelecer nos dois anos seguintes.

Manobras como as relatadas evidenciam a visão restrita que o governo tem da cultura, da educação e da ciência, com olhos voltados tão somente para satisfazer o mercado –uma entidade que a todos governa e aprisiona –, sabotando qualquer projeto de autossuficiência e desenvolvimento nacionais, bem como favorecen-

³⁶ FOLHA de S. PAULO. “No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena, diz Bolsonaro” 08/11/2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml> Acesso em: 1º abr. 2021.

do sua pauta ideológica em detrimento da autonomia e da gestão técnica e democrática das instituições e da autodeterminação dos povos.

Referências

AGUIAR, Eveline Porto Sales; CARVALHO, Stella Maria Sousa. Turismo de São Raimundo Nonato – PI: perfil e grau de satisfação quanto aos serviços de alimentação. **Turismo em Análise Vol. 23, n. 03**, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/download/52436/56430/65532>. Acesso em: 4 mar. 2021.

ALEXANDRE, André Demetrio; PREVE, Daniel Ribeiro. A tutela constitucional do patrimônio cultural brasileiro. In: CAMPOS, Juliana Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; ENGELMANN FILHO, Alfredo. Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania. Erechim: **Habilis**, 2013.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Nossa Luta é Pela Vida: Covid-19 e povos indígenas. **Relatório**, 2020. Disponível em www.apiboficial.org. Acesso em: 4 abr. 2021.

BARBOSA, Cristiano. Territórios de vida e trabalho dos pequenos produtores de queijo da Serra da Canastra: um estudo sobre a relação entre produção camponesa e espaços naturais protegidos nas nascentes do rio São Francisco, Minas Gerais. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2007.

BASTOS, Rossano Lopes; BRUHNS, Katiane; TEIXEIRA, Adriana. A arqueologia na ótica institucional: Iphan, contrato e sociedade. Erechim: **Habilis**, 2007.

BEZERRA, Francisco Francirlar Nunes. Tecnologia e a sustentabilidade: Estudo de caso na minifábrica de cajuína na região Entre Rios – PI. **Revista Espacios**, vol. 37, n. 16, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais. Brasília: **Unesco**, Educarte, 2008.

CHALOUB, Jorge & LIMA, Pedro Luiz. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.49, n. 1, p.202-252, mar./jun., 2018.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, jul.-dez.2003, p. 313-333. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf.

CHUVA, Marcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.35, 2017, pp. 79-103. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

CORNEJO, Joelma Farias Silva de. O patrimônio como campo de disputa: Serra da Barriga e a fragmentação dos instrumentos de reconhecimento de bens culturais. 235 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - **IPHAN, Rio de Janeiro**, 2020. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2124>. Acesso em: 4 mar. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: **Cia das Letras**, 1992, p. 133-154.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. – 4ª ed. 5. Reimp. – São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2011.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Los usos sociales del patrimonio cultural. In E. Florescano, (comp). **El patrimonio cultural del Mexico**, 1993, México, p.19. Disponível em: <http://observatoriocultural.udg-virtual.udg.mx/repositorio/handle/123456789/130>. Acesso em: 12 mai. 2020.

GRÜN, Roberto. “Apagão Cognitivo”: A crise energética e sua sociologia. **Rev. de Ciências Sociais**, vol. 48, n. 4, pp. 891-928, 2005.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *O Paraíso Destruido*. Porto Alegre: **L&PM**, 2008.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/arti>

cle/view/59122/59342.

NICOLAZZI, F. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*. Curitiba: **Editora UFPR**, n. 53, p. 229-257, 2010.

OLIVEIRA, Ubirajara; SOARES FILHO, Britaldo; OVIEDO, Antonio; MOREIRA, Tiago; CARLOS, Silvio; RICARDO, João; PIAZ, Alex. **Modelagem da vulnerabilidade dos povos indígenas no Brasil ao covid-19**. Estudo realizado e publicado pelo Instituto Socioambiental. 2020. Disponível em www.acervo.socioambiental.org. Acesso em: 1 abr. 2021.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: **IPHAN/DAF/Copedoc**, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, Dec. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 Mar. 2021.

SILVEIRA, Carlos Eduardo & MEDAGLIA, Juliana (Org.) **Desenvolvimento turístico em cidades históricas: estudos de caso de Diamantina/MG**. Diamantina: UFVJM, 2014.

STANLEY, Jason. *How Fascism Works: The Politics of Us and Them*. Nova Iorque: **Random House**, 2018.

TASSAR, Ingrid Martins. O resgate da memória cultural ancestral na atividade da Associação das Paineiras de Goiabeiras, Vitória/ES. Orientadora: Gilsilene Passon Picoretti Francischetto. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, **Faculdade de Direito de Vitória**, Vitória, 2020.

VAINFAS, Ronaldo. *História Indígena: 500 anos de despovoamento*. IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. **IBGE**: Rio de Janeiro. 2007, p. 37-59.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de. *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência* Campinas, São Paulo: **Papirus**, 2002.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 4 Mar. 2021.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: história & cultura** – v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687/498>. Acesso em: 4 mar. 2021.



Demarcação de terras indígenas no Brasil:

avanços, desafios e retrocessos

**LUÍS FERNANDO DA SILVA LAROQUE
FABIANE DA SILVA PRESTES**

A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL E SUAS INTERLOCUÇÕES com o direito, reconhecimento e diferença são temáticas que merecem ser analisadas como instrumento para a transformação social. Em 1995, João Pacheco de Oliveira já questionava o discurso “muita terra para pouco índio?”. Mais de duas décadas se passaram e tal argumento ainda prospera e é difundido, reforçando preconceitos e enaltecendo as disputas territoriais.

Cumprе destacar que, antes da grande invasão, em 1500, o território brasileiro já era habitado por povos originários, razão pela qual a Constituição Federal de 1988 reconhece o direito originário à terra, e determina que estas terras sejam demarcadas pelo Poder Executivo.

Dessa forma, problematiza-se: em que medida as atuações dos órgãos públicos impactam nas comunidades indígenas no sentido de declarar este direito pré-existente? Nesse sentido, o objetivo do

estudo consiste em analisar o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil à luz da PEC 215/2000 e das discussões do Marco Temporal. Pretende-se, inicialmente, contextualizar sobre a trajetória de reconhecimento de direitos dos povos indígenas no Brasil, e posteriormente, analisar o procedimento de demarcação de Terras Indígenas no Brasil e o impacto das ações desenvolvidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Governo Federal e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Em termos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória-descritiva através do método qualitativo. Foram analisados documentos emitidos pelos órgãos públicos, bem como o Decreto 1775/96, que regulamenta a demarcação de Terras Indígenas no Brasil, a PEC 215/2000 e o Plano de Enfrentamento à COVID-19 “emergência indígena”, emitido pela APIB.

Partindo-se do pressuposto de que, para os coletivos indígenas, a Terra é uma grande mãe e viver em seus tradicionais territórios é repleto de simbolismo, inicialmente são abordados alguns avanços e retrocessos em termos de reconhecimento de direitos no Brasil e, posteriormente, se analisa o processo de demarcação de terras e seus impactos para a dignidade e sobrevivência dos coletivos indígenas.

Reconhecimento de direitos dos coletivos indígenas

A chegada dos europeus no território que hoje se denomina Brasil, provocou significativas transformações no modo de vida dos habitantes originários. Os coletivos que aqui viviam possuíam costumes próprios e um estilo de vida muito peculiar. A terra, que era

considerada sagrada, era também um bem comum. Os alimentos eram coletados e compartilhados entre seus semelhantes, perpetuando costumes fraternais de socialização. Esses coletivos possuíam linguagens, crenças e rituais, o que era muito específico entre cada grupo. Desse modo, a ocupação indígena é de pelo menos 12 mil anos, período em que muitas comunidades dominavam a tecnologia da pedra. Assim sendo, as pesquisas arqueológicas demonstram que no final do primeiro milênio a. C. todo o continente brasileiro já era ocupado por indígenas (FUNARI; PIÑON, 2011).

De acordo com Viveiros de Castro (2007, p. 5), “Antes da enorme catástrofe (a invasão europeia) que dizimou seus ocupantes originários, esta era uma região densamente povoada por sociedades que modificaram o ambiente tropical sem destruir suas grandes regulações ecológicas”. Os navegadores portugueses, ao chegarem à costa litorânea do território “descoberto”, imaginaram que haviam atingido o paraíso terrenal. De acordo com Cunha (2002), é a partir do “descobrimento” que os portugueses inauguram e conferem ao povo, por eles denominado de gentio, a entrada no curso da história.

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, o pensamento dominante na Europa não reconhecia outro tipo de sociedade que não a sua. Por conseguinte, os europeus não reconheciam a sociedade indígena, como portadoras de status social, já que, para eles, sociedade remete diretamente à desigualdade, reportando-se a classes sociais, organização que não existe no modo de ser indígena. Nesse passo, os coletivos indígenas não poderiam ser vistos como sociedade, já que tratar-se-iam de grupos ermos, sem fé, rei e lei, sendo, portanto, passíveis de serem civilizados.

No Brasil Colônia as legislações que vigoravam eram as leis

eclesiásticas, cartas de doação, forais, cartas régias, alvarás e regimentos dos governadores gerais. As legislações aplicadas eram as Ordenações Alfonsinas, de 1446, Ordenações Manuelinas, de 1521, e as Ordenações Filipinas, de 1603. A fim de regularizar as necessidades comerciais da Colônia, foram promulgadas as Leis Extravagantes. Nesse passo, convém ressaltar que as leis coloniais eram contraditórias, e dividiam os indígenas em dois grupos: os índios amigos e os gentios bravos (PERRONE-MOISÉS, 2000).

A partir do Regimento de São Tomé de Sousa, de 1547, os indígenas foram transferidos de suas terras para se instalar próximo aos estabelecimentos portugueses. Esse sistema, denominado des-cimento, perdurou até do Direito Pombalino, em 1757. Em 1582, é determinada por meio de alvará a proximidade entre as aldeias e os povoados portugueses. A partir do Alvará de 1596, é determinado que os indígenas aldeados passassem a ser considerados senhores de suas terras.

Por meio da provisão 1653 e da Lei 1663 e Lei 1755, é garantido aos indígenas o direito à administração temporal dos aldeamentos, ficando a cargo dos jesuítas a administração espiritual. Entretanto, o Diretório de 1757 passa a considerar os indígenas incapazes de se autogovernarem, instituindo o cargo dos diretores das povoações. Em 1759, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas, e assim, somado à chegada de D. João VI, o discurso sobre a escravização indígena e retomada de suas terras passa a ser hegemônico. “Essa política associada à praxe de transformar todos os demais espaços em terras devolutas sobre as quais se permitia a titulação a terceiros vai gerar o caos fundiário, de fato e de direito, no qual os índios se viram envolvidos” (ARAUJO, 2006, p. 25).

Após a Declaração da Independência em 1822, em 1824 é outorgada a primeira Constituição do Brasil, contudo, “a Constituição Imperial de 1824 não se referiu a negros e índios, no pressuposto de que todos seriam livres e cidadãos [...]. Era apenas discurso, como se sabe: os negros continuaram escravos e os índios jamais foram integrados como cidadãos” (MARÊS DE SOUZA FILHO, 1999, p. 62).

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, esta competência passa a ser das Assembleias Legislativas Provinciais, juntamente como o Governo Geral, nos moldes do Ato Adicional de 1843 (CUNHA, 2002). Essa política desprestigiava a cultura indígena, classificando-a com inferior, sendo, portanto, subjugado pela sociedade não indígena. “A civilização do indígena brasileiro era um objeto de uma política específica: transformar o índio em um trabalhador campesino, às vezes escravizando-o, em outras adaptando-o para as lides tradicionais” (BECKHAUSEN, 2007, p. 20).

Em 1850 é promulgada a Lei de Terras, que tinha como propósito regular conflitos entre Estado e possuidores de terras, dispondo sobre as terras devolutas do Império. Desse modo, aquelas terras consideradas devolutas poderiam ser ocupadas pelos indígenas. A referida lei mantinha os pressupostos do Alvará de 1680, que determinava que os índios fossem senhores de suas terras. Nesse norte, tem-se que “essas terras são tão particulares como as possuídas por ocupação legítima” (ALMEIDA JUNIOR, *apud* CUNHA, 1987, p. 68).

A partir da proclamação da República, em 1889, as elites aristocráticas desenvolvem um projeto de governo direcionado para a modernização da sociedade brasileira, com base na oligarquia agroexportadora. Nesse passo, a pretensão do Estado era incom-

patível com o “atraso” social e econômico, ao qual as populações indígenas estariam vinculadas. Desse modo, a partir da República intensificam-se as ações empreendidas pelo Estado nacional desde meados do século XIX, conforme aludido anteriormente (BRINGMANN, 2015).

Após a instauração do governo republicano entra em vigor o Decreto n.7, de 20 de novembro de 1889, o qual transfere a responsabilidade pelas questões indígenas da União para os Estados, ou seja, as antigas províncias. Em 1891 é promulgada a primeira Constituição da República, a qual não traz nenhuma referência sobre indígenas, mas transfere aos Estados as terras devolutas localizadas em seus territórios.

Ademais, o governo cria o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinha como propósito auxiliar as questões indígenas. Em 1910, no governo do presidente Nilo Peçanha, é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que passa a se encarregar das questões indígenas no Brasil (MARCON; MACIEL, 1994).

Contudo, a proposta do SPILTN, além da inserção do indígena no padrão capitalista (como mão de obra barata a ser explorada), era também inseri-los na sociedade nacional, negando sua singularidade étnica. Assim, o Estado impulsiona o que se denomina de etnocídio, pois nega o outro, o diferente, impondo sua língua e seus costumes, de modo que toda organização estatal proposta é etnocida, e o capitalismo, por sua vez, maximiza o espírito etnocida dos Estados ocidentais (CLASTRES, 1979).

No que tange à legislação civil, o Código Civil de 1916 (que teve vigência até 2002), em seu artigo 6º, manteve o regime tutelar praticado desde os primórdios de sua legislação indigenista pelo

Brasil, onde classificou o indígena como relativamente incapaz (BRASIL, 1916).

Em 1918, o nome SPILTN é alterado para Serviço de Proteção ao Índio (SPI), inicialmente vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (ALMEIDA, 2015). O SPI, liderado por Cândido Rondon, pleiteava “pacificar” as populações indígenas sem o uso da violência, assegurando seus costumes, sua alimentação e seu modo de vida. Nessa perspectiva, antigos aldeamentos indígenas do século XIX passaram a ser denominados como Postos Indígenas, e passaram a sofrer o processo de perda de território a partir das décadas de 1930 e 1940 (LAROQUE, 2007; BRINGMANN, 2015).

Do ponto de vista constitucional, a primeira Constituição Federal Brasileira que disciplinou sobre a questão indígena foi a promulgada em 1934, garantindo aos indígenas (silvícolas) a posse sobre suas terras, a proibição de alienação, portanto cabendo à União a competência de gestão destas terras. Nesse alinhamento, a Constituição outorgada em 1937 e a Constituição promulgada em 1946 não trouxeram inovação no que tange à questão indígena. A Constituição Federal de 1967 determinava que as terras dos indígenas, fazem parte do patrimônio da União, contudo, confirmava aos indígenas a posse permanente das terras que habitam e reconhecia o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes (BRASIL, 1967).

Nesse mesmo período (1967), em face da forma como o SPI vinha sendo conduzido, o mesmo é fechado, pelo então governo militar de Costa e Silva. Posteriormente é criada a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão que conectava os antigos SPI, o Conselho Nacional de Pesquisa Indígena - CNPI e o Parque Na-

cional do Xingu (LAROQUE, 2005; ALMEIDA, 2015). Assim, a extinção do referido serviço e o surgimento da FUNAI – ainda que atendendo uma necessidade de conferir visibilidade no plano internacional - devem ser compreendidos num movimento de re-definição da burocracia de Estado.

O projeto desenvolvimentista empregado pelo regime militar resultou na elaboração e construção de grandiosas obras de infraestrutura pelo país, como rodovias, hidrelétricas, ferrovias. Além disso, buscou-se junto às populações indígenas do sul do Brasil, programar projetos com o objetivo de ingressá-los como mão de obra no plantio de trigo e soja, cultura que vinha crescendo a largos passos a partir da década de 1970 no Brasil (MARCON, 1994).

Em 1973 foi sancionada a Lei nº 6.001, conhecida como o Estatuto do Índio, a qual regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. Dessa forma, classifica os indígenas como indivíduos: isolados, em vias de integração e integrados (BRASIL, 1973). A identidade é averiguada no Estatuto do Índio, o que representa um significativo avanço, já que, pela primeira vez, uma legislação faz referência ao indígena como todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional (BRASIL, 1973).

O Estatuto do índio traz em seu artigo 17 a classificação das Terras Indígenas. Quais sejam: “I - as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição; II - as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título; III - as terras de domínio das comunidades indígenas ou de

silvícolas” (BRASIL, 1973). Nesse sentido, entende-se que as terras ocupadas ou habitadas correspondem aos tradicionais territórios indígenas, as áreas reservadas tratam-se das reservas, parques ou colônias agrícolas indígenas e as terras de domínio são aquelas adquiridas por compra e vendas, alienação ou usucapião.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 mostrou-se pioneira (em relação às anteriores) ao reconhecer o indígena como sujeito de direitos. Anteriormente, o indígena era um sujeito tutelado, o qual precisava que um órgão público lhe representasse publicamente. Assim, ainda que haja lacunas na Constituição, a outorga do status de sujeito de direitos é um primeiro passo para a descolonização.

O reconhecimento dos direitos dos coletivos indígenas no Brasil transcorreu por um período de indiferença total (desde a conquista no século XVI até o início do século XX), onde as legislações sequer traziam ressalvas sobre a existência de indígenas, perpassando por um período marcado pela tutela, onde as discriminações apresentavam-se encobertas pelos signos da proteção. Neste período de tutela é que surge a ideia de “figuras intermediárias que atuassem entre os grupos indígenas e os diferentes grupos sociais com a finalidade de proteção e representação dos grupos nativos” (CALEFFI, 2003, p. 181).

Demarcação de terras indígenas no Brasil

A Constituição Federal de 1988 insere em seu texto a regulamentação do processo de demarcação de terras indígenas, além de garantir aos indígenas, no artigo 231 “[...] sua organização social, costu-

mes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Assim, a “[...] Constituição de 1988 revela um grande esforço da Constituinte no sentido de preordenar um sistema de normas que pudesse efetivamente proteger os direitos e interesses dos índios. E o conseguiu num limite bem razoável” (SILVA, 2015, p. 870).

Dessa forma, o reconhecimento dos direitos originários aos tradicionais territórios pressupõe o direito de retomada de terras que façam sentido à cultura de determinado coletivo indígena e contenham traços de ancestralidade, por serem locais repletos de simbolismos. Dessa forma, legitimados pela Magna Carta, os indígenas desenvolvem um processo denominado por alguns teóricos como Little (1994), de reterritorialização, que consiste no retorno aos territórios tradicionalmente ocupados por seus antepassados. No que tange ao conceito de território, entende-se que o mesmo “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Para além do território enquanto espaço geográfico, de reprodução física e cultural, o território indígena possui uma dimensão anímica, simbólica e metafísica, onde seus ancestrais estiveram e seguem na história presente. Uma serra, um lago, uma cachoeira, uma determinada formação de solo ou o conjunto destes elementos são partes desta multidimensionalidade territorial. Por isso, estes elementos também fazem parte da perspectiva própria da luta pelo território engendrada pelos povos indígenas e, em nossa análise, não se pode prescindir deste aspecto quando analisamos a constituição do Movimento Indígena

no Brasil, visto que sua principal luta é por território (SANTOS; THOMAZ JÚNIOR, 2020, p.138).

Cumprе destacar que a Constituição Federal de 1967 determinou que as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas tratavam-se de bens da União, ao passo que a Emenda Constitucional de 1969 garantiu aos indígenas a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes (BRASIL, 1969). Dessa forma, o direito à terra reconhecido na Constituição Federal de 1988 não depende de demarcação ou qualquer ato para ser validado. Tal direito que é declarado com o processo de demarcação trata-se de um direito já constituído. Dessa forma, o ato de demarcação tem natureza declaratória de um direito adquirido.

Entre os documentos legais que reforçam a questão da demarcação de terras prevista constitucionalmente, destacam-se os seguintes: Decreto 1775/96, que regulamenta os procedimentos administrativos das referidas demarcações; Decreto 5051/2004, que promulgou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre os povos indígenas; Portaria MJ nº 14/96, que dispõe sobre a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação das terras indígenas; Portaria MJ nº 2498/11, que regulamenta a participação dos entes federados no âmbito do processo administrativo de demarcação de terras indígenas; Instrução Normativa da FUNAI nº 02/2012, que institui a Comissão Permanente de análise de Benfeitorias; Portaria 682/PRES – FUNAI, de 24 de junho de 2008, que estabelece o Manual de Demarcação Física de terras indígenas.

O procedimento de demarcação é regulamentado pelo Decreto 1775/1996. As fases do referido procedimento consistem

em: a) Estudos de identificação e delimitação, a cargo da Funai; b) Contraditório administrativo; c) Declaração dos limites, a cargo do Ministro da Justiça; d) Demarcação física, a cargo da Funai; e) Levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não índios, a cargo da Funai, realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não índios, a cargo do Incra; f) Homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República; g) Retirada de ocupantes não índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da Funai, e reassentamento dos ocupantes não índios que atendem ao perfil da reforma, a cargo do Incra; h) Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da Funai; e i) Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a cargo da Funai.

Com a instauração do procedimento de demarcação a terra é considerada **em estudo**. As terras que tiverem os estudos aprovados são consideradas terras **delimitadas**. Após a expedição da Portaria Declaratória, estas terras são consideradas **declaradas** e é dado início ao georreferenciamento e demarcação física. Concluída a materialização dos limites e demarcação administrativa homologada por Decreto Presidencial, a terra passa a ser **homologada**, após o registro em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União, passa a ser terra indígena **regularizada**.

O procedimento de demarcação é burocrático e demorado, há a observância dos estudos técnicos e rigor de todas as determinações legais. Neste lapso temporal é possível que surjam ações judiciais interpostas por aqueles que se consideram prejudicados. “Cabe anotar que a grande maioria das áreas indígenas sofre algum tipo de invasão ou intrusão, inclusive aquelas demarcadas e dadas oficialmente como já regularizadas” (OLIVEIRA, 1995, p. 71).

Reitera-se que os indígenas somente tiveram seus direitos fundamentais reconhecidos em 1988, e nos anos seguintes após a promulgação da Constituição emendas e projetos de lei que ameaçam os direitos indígenas foram propostos. São exemplos desse contexto: PEC 215/2000, que visa transferir as demarcações de terra indígenas do Executivo para o Congresso Nacional; PEC 237/2013 que pretende autorizar a utilização de 50% das Terras Indígenas para o uso de produtores rurais; PLP 227/2012 que visa legalizar assentamentos e latifúndios dentro de áreas indígenas; PL da Mineração, que pretende permitir a exploração mineral dentro de Terras Indígenas demarcadas. Portanto, é sempre atual a afirmação da indígena Sônia Guajajara “A gente teve o momento pré-constituente, onde as lideranças lutaram para garantir os direitos indígenas. Depois, teve o momento de lutarmos pelo cumprimento dos direitos adquiridos. E agora, estamos lutando para não perder esses direitos” (CARTA CAPITAL, 2013).

Destaca-se que o contexto político impacta decisivamente na regularização do direito originário à terra e na manutenção dos demais direitos adquiridos. De acordo com o Instituto Socioambiental, no governo de José Sarney foram homologadas 67 terras indígenas, no governo de Fernando Collor foram homologadas 112, no governo de Itamar Franco foram homologadas 16, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram homologadas 145, nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva foram homologadas 87 e nos dois mandatos de Dilma Rousseff foram homologadas 21 terras indígenas. Portanto, desde 1985, somente o ex-presidente Temer e o atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, não demarcaram terras indígenas.

Dessa forma, atualmente no Brasil há 724 terras indígenas em

diferentes fases do procedimento demarcatório, entre estas 487 são terras indígenas homologadas e/ou reservadas, ou seja, com procedimento concluído. Entre as terras em procedimento de demarcação, 120 estão em processo de identificação (incluídas 06 terras interditadas para grupos em isolamento voluntário); 43 já foram identificadas e tiveram o relatório de estudo aprovado pela presidência da FUNAI e 74 foram declaradas pelo Ministro da Justiça (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, texto digital).

Conforme exposto anteriormente, para o reconhecimento de seus direitos os indígenas enfrentaram uma árdua trajetória, cujas dificuldades não se extinguiram em 1988, mas se mantêm presentes nos dias atuais. Uma das questões de maior gravidade no que tange à restrição de direitos é a tese do Marco temporal. Em 2017 um parecer emitido pela Advocacia Geral da União validou a demarcação da Terra Indígena *Raposa Serra do Sol*, materializado através da PET 3388/RR. Contudo, tal validação fez com que a tese do Marco Legal ganhasse força, sendo capaz de impactar outras demarcações de terras no país. A tese em questão defende que só terão direito à terra indígena aqueles grupos que estivessem na posse da terra em 05 de outubro de 1988.

De acordo com José Afonso da Silva (2016) não há que se falar em marco temporal dos direitos indígenas na Constituição de 1988, uma vez que os direitos territoriais foram reconhecidos pela Carta Régia de 1611, e posteriormente, reiterados no artigo 129 da Constituição Federal de 1934 e seguintes. Destaca-se ainda que, a Carta Magna de 1988 não traz em seu bojo quaisquer dispositivos que contemplem a definição de um marco legal, ela apenas define uma gama de direitos fundamentais.

Conforme disposto anteriormente, o cenário político impac-

ta efetivamente nos interesses indígenas. Dessa forma, no primeiro dia de mandato do Governo Bolsonaro foi publicada a Medida Provisória 870/2019, que transferiu do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as atribuições de identificar, delimitar, demarcar e registrar terras indígenas. Imediatamente, surgiram inúmeras insatisfações e em meio do mesmo ano, por votação no Congresso Nacional, foi decidido que as demarcações de terras indígenas voltariam a ser responsabilidade da FUNAI. Embora seja uma questão superada, a MP já sinalizava como seriam conduzidas as políticas indigenistas pelo atual governo.

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia devido à incidência de infecção pelo SARS-CoV-2. A partir da segunda quinzena de março, o Brasil passou a adotar orientações de distanciamento social como medida para desacelerar a transmissão do novo vírus e, consequentemente, evitar o colapso do sistema de saúde. A partir de junho, o coronavírus se alastrou por diversas Terras Indígenas, chegando ao vale do Javari e no Território Indígena do Xingu. Até o final daquele mês, já haviam sido registrados 13.801 contaminados e 493 mortos, sem levar em conta as subnotificações. Apesar das articulações e do protagonismo indígena na elaboração de um plano ideal de enfrentamento à COVID-19, em 07 de julho é sancionada a Lei 14. 021, que “institui medidas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas” (BRASIL, 2020, texto digital). A Lei estipula, ainda, medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos de-

mais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19.

Ao comparar-se a Lei 14.021 com o Projeto de Lei 1.142/202, proposta inicial do plano emergencial de enfrentamento à Covid-19, constatou-se 22 vetos, entre eles o acesso à água potável; elaboração e distribuição de materiais informativos respeitando a diversidade linguística; distribuição de materiais de higiene, limpeza e desinfecção; garantia de leitos hospitalares, distribuição de cestas básicas e a facilitação do acesso ao recebimento do auxílio emergencial em áreas remotas, entre outras previsões capazes de garantir que os serviços de saúde estejam relacionados com a comunidade, sendo planejados, administrados e cooperados em parceria com os povos interessados.

Frente à disseminação do vírus nas comunidades indígenas, a APIB lançou a proposta: “Emergência indígena: Plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil”. Este plano elaborado pelo movimento indígena é dividido em três eixos, Eixo 1 - Ações Emergenciais de Cuidado Integral e Diferenciado no Controle da Covid-19 9 Eixo 2 - Ações Judiciais e de Incidência Política 14 Eixo 3 - Ações de Comunicação e Informação em Saúde. Cumpre enfatizar que tais propostas resultam de processos participativos: Acampamento Terra Livre e a Assembleia Nacional de Resistência Indígena (ambos realizados de modo virtual em 2020 em função da pandemia), que contaram com um significativo número de lideranças indígenas do país, além de especialistas em saúde indígena de diversas organizações da sociedade civil. Destaca-se, ainda, que a APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, ARPINSUDESTE – Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste, ARPINSUL – Articulação

dos Povos Indígenas do Sul, ATY GUASSU – Grande Assembleia do Povo Guarani, COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Conselho Terena e a Comissão Guaraní Yvyrupá, assim o referido plano (APIB, 2020).

No Eixo 2 é reivindicada a imediata demarcação, regularização, fiscalização e proteção de todas as terras indígenas e a anulação do Parecer 001/17, da Advocacia Geral da União, que viola direitos reconhecidos em instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos. Requerendo que sejam arquivadas as iniciativas da bancada ruralista; que o Judiciário suspenda todas as ações de reintegração de posse ou anulatória de terra indígena impetrada por invasores; que Supremo Tribunal Federal julgue, com a maior brevidade, o Recurso Extraordinário – RE nº 1.017.365, o qual dispõe sobre o indigenato; que seja revogada a Instrução Normativa 09, de 16 de abril de 2020, publicada pelo presidente da FUNAI, na edição de 22 de abril do Diário Oficial da União (DOU), que permite, de forma ilegal e inconstitucional, o repasse de títulos de terra a particulares dentro de áreas indígenas protegidas pela legislação brasileira; que seja arquivado o Projeto de Lei n.º 2.633/20 que tenta legalizar a grilagem nos territórios indígenas; que seja arquivado o Projeto de Lei n.º 191/2020 que regula a pesquisa e a lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas; entre outros (APIB, 2020).

Considerações finais

Pelo exposto, constata-se a necessidade do reconhecimento dos territórios tradicionais indígenas, uma vez que ultrapassam uma

delimitação física tendo representatividade simbólica. Foram feitas considerações atinentes aos direitos dos povos indígenas em nível nacional, destacando-se os documentos que reconhecem o indígena como sujeito de direitos plenos. Resta evidente que o direito à terra é um direito fundamental, o qual se perfectibiliza com o processo de demarcação.

Sabe-se que os conflitos entre indígenas, fazendeiros e posseiros se intensificaram fortemente nos últimos anos, por um lado devido aos intensos movimentos de retomada de tradicionais territórios, e por outro lado devido às práticas do governo atual. São muitos os pontos de conflitos: procedimentos de demarcação paralisados, permissão de mineração em terras indígenas, expansão do agronegócio, entre outros.

No que tange ao enfrentamento do coronavírus, percebe-se as medidas que estão sendo tomadas tratam de forma igualitária a saúde indígena e a dos demais cidadãos brasileiros não indígenas. Percebe-se que as propostas estão longe de serem efetivadas, pois para tanto, requer que haja uma melhor estrutura nesse sentido, cuja demarcação de terras é imprescindível para tanto. Estima-se que enquanto medidas eficazes e com a observância da atenção diferenciada deixam de serem executadas, muitas vidas estão sendo perdidas.

Por derradeiro, entende-se que é urgente a retomada das demarcações de Terras Indígenas, não apenas como efetividade de um direito adquirido, mas para evitar um genocídio indígena.

Referências

AGÊNCIA SENADO, Congresso define vetos de Bolsonaro que serão votados em setembro. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/28/congresso-define-vetos-de-bolsonaro-que-serao-votados-em-setembro>. Acesso em 20 de set 2020.

ALMEIDA, Carina dos Santos. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense**. Orientador: Ana Lúcia Vulfe Nötzold. 2015. 542 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2015.

APIB. **Emergência indígena: Plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <http://apib.info/files/2020/06/Plano-Indi%CC%81gena-de-Enfrentamento-ao-Covid-19-Versa%CC%83o-final.docx.pdf>. Acesso em 23 set 2020.

ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos indígenas e a lei dos brancos: o direito à diferença**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional. Coleção Educação para Todos, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=64_4-vol14povos-indigenas-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 out. 2020.

BECKHAUSEN, Marcelo. **Direitos indígenas**. Revista Eletrônica PRPE. 2007. Disponível em: <www.prpe.mpf.mp.br/internet/.../file/RE_%20MarceloBeckhausen.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL, Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969. In: Diário Oficial da União – Seção 1 – 20.10.1969, p.8865. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em 12 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 01 mar. 2017

BRASIL. Constituição (1973). **LEI Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em: 01 mar. 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 08 de jan. de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, DF, jan, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abr. de 2004.** Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, abr. 2004.

BRASIL. **Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 002, de 3 de fev. de 2012.** Instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em terras indígenas. Brasília, fev. 2012.

BRASIL. **Lei 14021 de 07 de julho de 2020.** Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14021.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20institui%20medidas,sobre%20a%C3%A7%C3%B5es%20relativas%20a%20povos. Acesso em 19 de set 2020.

BRASIL. **Lei 3071 de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm. Acesso em 01 out. 2020.

BRASIL. **Portaria n. nº 14, de 09 de jan. de 1996.** Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. Brasília, jan. 1996.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os Índios do Sul:** Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xape-

có/SC (1941-1967). Orientador: Ana Lúcia Vulfe Nötzold, 2015. 452 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

CALEFFI, Paula. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. In: SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. p.175-206.

CARTA CAPITAL, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A natureza em pessoa**: sobre outras práticas de conhecimento. (Encontro “Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro”. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica, Manaus, 22 a 25 de maio de 2007). Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/p.dfs/visesdoriobabel.pdf. Acesso em: 13 out 2020.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Porto-POR: Afrontamento, [1974] 1979.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Terra Indígena: história da doutrina e da legislação. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). **Os direitos do índio**: ensaios e documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 53-98.

FUNAI, Boletim de Serviço. **Portaria nº 419/PRES**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Boletim%20de%20Servicos/2020/Boletim%20Edicao%20Extra%20de%2017.03.2020.pdf>. Acesso em 21 set 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PIÑON, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Para juristas, PEC 215 é inconstitucional. 2013. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/node/2342> Acesso em 20 out. 2020.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. De Coadjuvantes a Protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no sul do Brasil. São Leopoldo-RS: **História Unisinos**. v. 9, n. 1, p.49-59, 2005.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). **Antropologia**. n. 64. São Leopoldo: Instituto Anchieta-no de Pesquisas/Unisinos. 2007.

LITTLE, Paul Elliot. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. Textos de História. **Revista de Pós-Graduação em História da UNB**. Brasília, v.2, n.4, p.5-25, 1994.

MARCON, Telmo (Coord.). **História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil**. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994.

MARCON, Telmo; MACIEL, Elizabeth Nunes. O Serviço de Proteção ao Índio. In: MARCON, Telmo (org.). **A Trajetória Kaingang no Sul do Brasil**. Passo Fundo-RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994. p. 47-92.

OLIVEIRA, João Pacheco. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e a atualização do preconceito In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. A Temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.61-86.

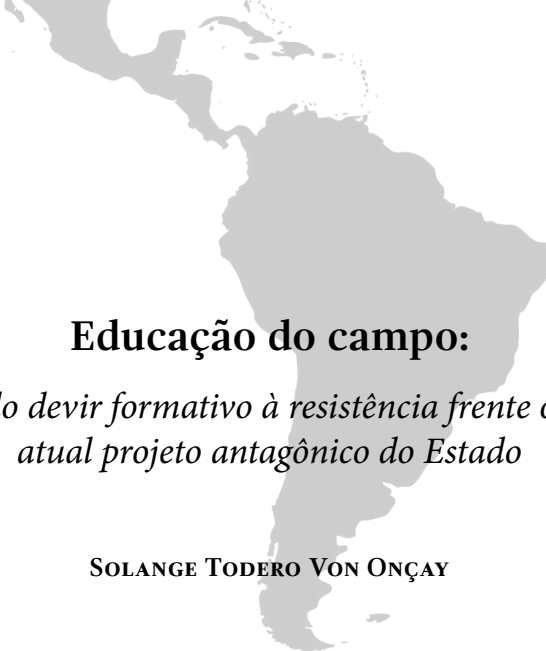
PERRONE-MOISÉS, B. Terras indígenas na legislação colonial. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 95, p. 107-120, 1 jan. 2000.

PERRONE-MOISÉS. Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (Séculos XVI a XVII) In: CUNHA, Manuela **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 115-132.

SANTOS, Gilberto Vieira dos. THOMAZ JUNIOR, Antônio. O Movimento Indígena contemporâneo e a Geografia. Revista **Nera**. V. 23, n 54, 137-162, 2020.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 38. ed., São Paulo: **Malheiros Editores Ltda.**, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Parecer sobre Marco Temporal e Renitente Esbulho**. São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atualizacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/jose-afonso-da-silva-parecer-maio-2016-1.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.



Educação do campo:

*do dever formativo à resistência frente o
atual projeto antagônico do Estado*

SOLANGE TODERO VON ONÇAY

O MOVIMENTO “POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO” SURTIU NO BRASIL na década de 1990. Um de seus principais marcos foi o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997, e a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, no ano de 1998,¹ a qual teve como participantes diversos movimentos sociais do campo, universidades, representantes de órgãos governamentais e organizações não governamentais.

Diante das mais de duas décadas dessa existência, poderíamos nos perguntar, o que expressa mesmo esse movimento? O

¹ A “educação do campo”, no olhar e prática problematizadora, somente se tornou conhecida como tal após a realização do I ENERA, em 1997, e no ano seguinte, com a “I Conferência Nacional por uma Educação do Campo”, em 1998, em Luziânia - GO. Até 1997, por exemplo, as pesquisas, artigos, livros, monografias, dissertações e teses voltavam-se para a educação rural, escolas rurais, professores leigos, educação e trabalho no meio rural, educação das populações rurais, educação agrária, comparações entre escolas rurais e urbanas, escolaridade e atividades artesanais rurais, escolas e escolarização na zona rural, mundo da escola rural, problemas do ensino rural.

que suas experiências formativo-educativas anunciam? Que significação tem tal “marco” para os sujeitos da educação do campo? Ainda, neste momento de recuo da política pública e tomada do estado brasileiro pelo poder dominante a serviço do capital, com total desmanche das políticas educacionais, em que medida a educação do campo segue como instrumento formativo junto ao campo e às escolas do campo? Em que nível o processo formativo-educativo da educação do campo está enraizado de modo a seguir resistindo e somando-se na construção da contra-hegemonia?

Poder-se-ia dizer que foi da resistência dos movimentos sociais que nasceram as condições para a constituição da educação do campo, ressignificando as lutas políticas em torno do projeto dos trabalhadores e inserindo princípios de um projeto pedagógico para o campo e para as escolas do campo. Ao compreendermos que esse processo protagonizado pelos movimentos sociais é síntese de um legado formativo que se deu também fora do instituído pelos aportes da educação popular, é possível pensar que tal expressão coloca-se como um movimento de classe político-pedagógico com fins emancipatórios e que seguirá resistindo.

Arrisca-se dizer nesta elaboração que houve uma fermentação geradora de embriões de classe junto às lutas dos movimentos sociais do campo, a qual persiste e se refaz em espaços de luta movimentados pela educação do campo. Para Thompson (1987a), é essa “fermentação” que gera consciência de classe. E é nesse “fazer-se involuntário” que se engajam camponeses, sem-terra, indígenas, ribeirinhos, pescadores, enfim, os segmentos que se tornam sujeitos da educação do campo.

A partir de então, a educação do campo tornou-se mais uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais que anseiam sobre-

tudo “dar passos no sentido de contribuir para o avanço de consciência que leva os sujeitos a inserirem-se nos embates políticos de seu tempo, e por meio deste envolvimento ir avançando na possibilidade de ‘fazer-se classe’” (THOMPSON, 1987a) como sujeitos de direitos.

A educação do campo incorpora a ideia de direito à escolarização mantida pelo Estado, com condução protagonizada pelos próprios sujeitos, devendo ser vinculada às questões inerentes às realidades desses sujeitos. Proposições que iam buscando respaldos na Constituição (1988) e na LDB nº 9.394/96, cuja luta incorporada como direito fazia emergir as diretrizes operacionais da educação do campo, gestada num bojo de muita participação mobilizatória. Todavia, a concepção vai além da escola. Anseia pelo reconhecimento do campo como um espaço de vida, de trabalho, de gente que produz conhecimento, que constrói cultura e que possui especificidades próprias as quais buscam ser respeitadas em suas formas de existência e que, acima de tudo, vão se constituindo como sujeitos dos processos vivenciados, com aportes da política pública do estado por meio da escolarização.

Assim, o texto se propõe, ainda que de forma tênue, olhar o momento atual, trazendo presente o papel do Estado numa percepção de quão frágeis são suas relações no contexto capitalista, cuja função é bem delimitada e passa por garantir e defender a propriedade privada e os interesses da classe dominante. Sendo possível, contudo, numa correlação de forças favoráveis, “corroer” tal poder (GRAMSCI) e em nome dos direitos democráticos fazer as disputas possíveis.

Por fim, destaca-se ainda, conforme a especificidade originária da educação do campo, que esta não se faz se não houver

clareza na referência do projeto histórico que se quer construir e se não estiver vinculada organicamente ao movimento em torno da resistência e da transformação do campo, tendo a emancipação humana e um projeto de desenvolvimento a serviço dos seus sujeitos como fundamento-base.

Dinamismos históricos: do nascedouro à trajetória formativa da educação do campo

O contexto histórico brasileiro a partir das duas últimas décadas do século XX teve o terreno de luta amplamente marcado por novas disputas de classe, dentre as quais as reivindicações dos direitos sociais, incluindo o direito à educação no contexto do campo. Nesse cenário, tendo à frente o protagonismo dos movimentos sociais, forja-se o devir da educação do campo.

Para compreender o nascedouro desse movimento, faremos uma brevíssima contextualização histórica objetivando explicitar uma tessitura que compõe a formação social do campo com a emergência dos movimentos sociais, os quais alçam tempos depois uma movimentação transformadora e se tornam os sujeitos coletivos da educação do campo.

Décadas anteriores ao surgimento da educação do campo, mais especificamente por volta de 1950, segundo Medeiros (2001), o sindicalismo rural constituía-se uma das mais importantes categorias políticas do campo, reconhecida pela luta e pela resistência em permanecer na terra. Fator pelo qual eram ameaçados os “lavradores” ou “trabalhadores agrícolas”, como eram chamados, uma vez que apenas no início da década de 1960 surgiu a

terminologia “camponeses”. No ano de 1963, através de uma medida constitucional, o Estado regulamentou os sindicatos e unificou o conjunto de organizações do campo numa central. Surgiu então a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Com o golpe militar de 1964, apesar das prisões, desaparecimentos de lideranças e exílios, a CONTAG era vista pelo governo naquele momento como possível estratégia de controle do governo, não sendo extinta.

Como muitos sindicatos eram oriundos da ação da Igreja Católica, foi possível reconstruir, no final de 1960 e início de 1970, a partir dessa matriz, uma rede sindical que tinha como principal ação a luta pelos direitos trabalhistas e a reforma agrária prevista no Estatuto do Trabalhador (1963) e no Estatuto da Terra (1964). Posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, assalariados, parceiros e outros segmentos com características locais tinham o poder contrabalanceado com uma categoria genérica cujas reações causavam inúmeras tensões.

Nesse contexto, começaram a surgir críticas à prática sindical e à unidade de representação da categoria “trabalhadora rural” (MEDEIROS, 2001, p. 10). A autora apontou que o principal porta-voz dessas críticas era o segmento da teologia da libertação, ligado à Igreja Católica, que tinha trabalho em todo país, principalmente em espaços intensos de conflitos de terra, como nas áreas de fronteira. Surgiu deste segmento, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), cuja legitimação teológica e demandas emergentes de resistência pela terra faziam crescer novos quadros (NOVAES, 1997).

É desse trabalho molecular da Igreja que emergiram as “oposições sindicais”, expressando crítica à estrutura sindical e suas

práticas cotidianas. Antes dispersos, esses sujeitos formavam redes, muitas das quais articuladas ao “novo sindicalismo” urbano. Aos poucos ganharam força, trabalharam com temas de lutas políticas, como redemocratização, autonomia sindical e eleições diretas. Segundo a autora, desse processo de ruptura no interior foi que se reafirmou a identidade dos rurais com o mundo do trabalho, com algum viés de classe. Afirmou a importância dessas ligações externas, possibilitando escapar das malhas do poder local e, por outro lado, articular uma enorme rede de diversidades, construindo alianças políticas presentes até o momento na luta pela educação do campo.

Assim, se nas décadas de 1960 e 1970 a luta foi marcada pela resistência à expulsão da terra (posseiros, rendeiros, foreiros), no final dos anos 1970 e início de 1980 surgiram novos atores e demandas, principalmente no sul do país, onde a modernização agrícola teve mais ascensão. O modelo agrícola gerou um intenso processo de pauperização e expropriação de trabalhadores que antes tinham acesso à terra na condição de pequenos proprietários ou arrendatários. Assim, nasceram os “sem-terra”, na luta pela demarcação de terra no seu local de origem, negando-se a aceitar terras dos projetos de colonização do governo no período da ditadura militar.

Aos poucos, os “sem-terra” se constituíam dentro de um perfil próprio em relação às questões fundiárias e à própria estrutura organizativa. A reforma agrária, bandeira de luta e causa da identidade do “trabalhador rural”, passou a ser socialmente identificada como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (PALMEIRA, 1985; MEDEIROS, 2001), sendo o MST capaz de produzir uma “identidade política” (CALDART, 2000).

Contudo, na análise de Regina Novaes (1997), há uma explicação de que as ligas camponesas e os sindicatos (dois principais atores que estão presentes na gênese das classes sociais do campo) eram “entidades estanques, que por ‘natureza’ possuíam conteúdos diversos”. Aponta os seguintes pares de oposição (1997, p. 64):

- legalidade (sindicato) X ilegalidade (ligas),
- partido comunista (sindicatos) X “julianismo” (ligas),
- questões trabalhistas (sindicato) X questões de terra (ligas),
- via parlamentar - partido (sindicato) X ações radicais (ligas).

Nesse texto não será possível aprofundar ou dar maiores contornos a essas nuances, porém achamos importante demonstrar, ainda que de forma breve, aspectos que perfazem a historicidade desses sujeitos políticos tendo em vista identificar a potencialidade da luta constituída e a base com viés de classe, que mais tarde sustenta a proposta em torno da educação do campo.

Com esse destaque, pretende-se demonstrar que a partir da década de 1980 a luta pela conquista da terra leva esses sujeitos coletivos unirem bandeiras e compreenderem que a terra sem direitos, sem justiça, sem um projeto de sociedade não garante dignidade de vida, ou seja, o processo de luta veio gerando organização, consciência de direitos, pertença na luta de classe e noção de como se processam as relações com o Estado. Nesse bojo, os sujeitos vão se tornando aptos para a luta social, fazendo-se “classe” (THOMPSON, 1987a).

A tecitura descrita aos poucos formou uma identidade que se configurou em força organizativa política, cultural, constituindo um sentido de território, demarcando a luta, fazendo enfrentamen-

to às concepções dadas pelo modelo do capital, pelo agronegócio, conforme aponta Fernandes (2003, p. 141): pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. Assim, ao fazer referência ao campo, está-se referindo a esse espaço construído por diferentes sujeitos, que o sistema capitalista quer negar. Para a autora, “o conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural, somente como espaço de produção de mercadoria” (FERNANDES, 2003, p. 141).

Desse processo nasceu a luta “Por uma Educação do Campo”, uma luta que buscava reaver um direito historicamente negado. São os “sujeitos de direito” que buscam estabelecer uma relação próxima entre produção, conhecimento, desenvolvimento e vida. Processo que também começou a indagar o modelo de produção, as relações sociais, as relações familiares, a educação, questionando o sistema de ensino na forma como vinha sendo implantado, como, por exemplo, as consequências desastrosas do fechamento das escolas no campo, transportando diariamente as crianças para estudarem nas escolas urbanas.

Esses sujeitos se deram conta de que no país, mesmo com uma formação eminentemente agrária, nunca tiveram preocupação legítima com os camponeses, principalmente no que diz respeito à sua escolarização. Prova disso é a não menção da educação das populações do campo (rural) nas constituições brasileiras, conforme ressalta o parecer CNE/CEB n. 36/2001 da Câmara de Educação Básica:

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrário, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, de outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (BRASIL, 2002).

Um dos momentos significativos de democratização vividos em nível nacional foi o processo de elaboração da Constituinte na década de 1980, que resultou na Constituição de 1988. Esta Constituição possibilitou uma abertura maior para o diálogo, gerando maior participação da população nas decisões políticas da nação, aumentando a inserção das organizações da sociedade civil e a consciência de participar da vida política do país. Essa abertura e a caminhada dos movimentos sociais foram fundamentais para a constituição da política pública da Educação do Campo. A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira de 1996 também abriu brechas para pensar a escola a partir do campo, estabelecendo adaptação de propostas às necessidades do meio rural, o que não significava ainda pensar o campo a partir dos sujeitos. Conforme o artigo 28 da LDB,

na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II.

Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e condições climáticas; III. Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 35).

Contudo, não são as leis que garantem efetivamente os direitos. Para os movimentos sociais era necessário tomar a educação do campo como mais uma bandeira de luta. Na trajetória dos movimentos sociais, o acúmulo de experiências, debates e reflexões dava subsídio para propor alternativas à construção de um projeto de educação e de sociedade, desde as necessidades e anseios dos povos do campo. Esses povos, formados pelos agricultores camponeses, familiares, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores, acampados, assentados da Reforma Agrária, do Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros, possuem uma luta em comum própria e querem que a educação reconheça e considere suas especificidades.

A legislação passou, enfim, a compreender a maneira própria de conceber o mundo desses sujeitos, o modo próprio de vida, a sua condição histórica, a memória, as dimensões culturais, sociais e políticas. É a realidade desses povos problematizada, e aprenderam com Paulo Freire que “educação” se faz partindo da realidade, transformando o que oprime e retornando à realidade, para, de forma dialética, recriar e perceber novos componentes a serem transformados.

Nesse sentido, o parecer CNE/CEB 36/2001 definiu o campo como

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu

lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o espaço da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é o espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é o lugar de vida e sobretudo de educação (BRASIL, 2002, p. 92).

Com os avanços dessas proposições, principalmente junto aos acampamentos e assentamentos dos sem-terra, como um marco do surgimento da educação do campo, tem-se o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA),² realizado em 1997, em Luziânia - DF. A provocação desse encontro suscitou pensar a educação a partir do mundo do campo, despertando junto aos movimentos sociais um novo sentido para a educação. O encontro serviu ainda para estampar a realidade desigual dos níveis de escolarização do campo e cidade, demarcada, inclusive, pela ausência de dados e pesquisas voltadas ao ensino rural, o que impedia uma análise mais ampla da situação educacional do campo no país. Destacou-se a presença de Paulo Freire nas místicas esperando os participantes na luta por uma educação dos seus sujeitos, libertadora, no direito capaz de construir a causa e os sujeitos que dessa participam.

No I ENERA, Paulo Freire seria uma das presenças mais esperadas, porém ele faleceu antes, mesmo assim foi criativamente trazido para o encontro. Conforme palavras de Camini (2021),

² O I ENERA foi um encontro dos educadores e educadoras orgânicos do MST que trabalham com Educação de Jovens e Adultos nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. Este encontro reunia uma significativa representatividade de movimentos e organizações sociais populares do campo, universidades, órgãos nacionais e internacionais, educadores, lideranças.

Paulo Freire seria um dos nossos ilustres convidados, mas ele acabou falecendo no dia 2 de maio daquele ano. Não podia ser diferente: a homenagem principal do I ENERA foi a ele, ser humano e obra social. Na solenidade de abertura do Encontro todos os participantes puderam acompanhar sua entrada como figura pintada em um grande painel, de calça branca e camisa azul, conduzido por jovens educadoras do fundo da plenária para ser colocado como um dos membros da mesa de abertura. *Paulo Freire presente!* Logo depois, seguindo a ordem das falas da mesa, ouvimos sua voz através de uma gravação que tinha sido feita com ele no final do ano anterior, com palavras depois repetidas em muitas outras ocasiões: “Vivam por mim, já que eu não posso viver a alegria de trabalhar com crianças e adultos, que com sua luta e com sua esperança estão conseguindo ser eles mesmos e elas mesmas...”. Teria sido o segundo encontro presencial dos educadores e das educadoras do MST com ele (CAMINI, 2021).

A partir desse encontro constituiu-se um grupo de trabalho (GT) de apoio para a pesquisa, com diferentes representações, que passaram a trabalhar uma metodologia de pesquisa e a elaborar seus primeiros passos. Os fundamentos freirianos acompanharam as elaborações sejam no método, concepção, sejam nos fins que se busca atingir.

Esse encontro, pela expressão da causa, conseguiu apoio de um importante órgão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que tomou posição:

O entusiasmo com o êxito do I ENERA levou a representante do Unicef, Ana Catarina Braga, a desafiar as entidades promotoras e as que apoiavam o evento

para um trabalho mais amplo sobre a Educação do Campo a partir do mundo rural, levando-se em conta o contexto do campo em termos de sua cultura específica quanto à maneira de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho (KOLLING, NERY; MOLINA, 2010, p. 13-14).

Forjou-se, assim, o conceito da educação do campo, que se configurou como uma movimentação a partir do mundo do campo para pensar a escola, mas também para além dos espaços da mesma, um movimento que buscava um projeto de campo, de país, junto à formação unilateral dos seus sujeitos. Assim, delineava-se uma concepção:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda, a partir de sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 141-142).

No ano de 1998, iniciaram-se os encaminhamentos de articulação dos movimentos sociais com o Estado, o que se evidenciou mais tarde na bandeira de luta denominada “Por Uma Educação

Básica do Campo”.³ Como resultado desse processo, articulou-se a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, onde se manifestou o apoio de importantes entidades, órgãos governamentais e universidades,⁴ reafirmando junto aos movimentos sociais a legitimidade dessa causa.

No ano de 1998, foram realizadas em cada Estado da Federação as “Conferências estaduais preparatórias”, tendo como base o texto escrito por Bernardo Mançano Fernandes “Educação no meio rural: por uma escola do campo”. O texto, além da realidade socioeconômica e cultural do campo, abordava os conceitos de “agricultura camponesa” e de “agricultura familiar”, apontando componentes de uma proposta educacional para o campo, em contraposição à visão de desenvolvimento que vinha sendo difundida. Além disso, fez-se necessária a articulação de encontros estaduais preparatórios para se promover o “estudo massivo e representativo da diversidade de experiências e de discussões regionais no sentido de culminar com propostas concretas, visando

³ As organizações e movimentos sociais do campo que se articularam em torno da educação estabeleceram, inicialmente, a educação básica como principal bandeira de luta e construíram o lema “Por Uma Educação Básica do Campo”, que, mais tarde, por entenderem que a educação é mais que a educação básica, e todos os sujeitos do campo têm direito à educação em todos os níveis, redefiniu o lema que ficou “Por uma Educação do Campo”.

⁴ A vinculação dos parceiros com a temática, no período, foi evidente e marcante. O UNICEF, por todo o seu trabalho mundialmente reconhecido em favor das crianças, estava envolvido com a promoção das crianças do mundo rural e suas famílias e prospectava o investimento na educação específica do mundo rural. A UNESCO, que tem entre suas tarefas a educação e a cultura, via como necessária a educação básica do campo. A CNBB já trabalha a temática por meio de diversos organismos com engajamento no mundo do campo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indígena Missionário (Cimi), Movimento de Educação de Base (MEB), Associação de Educação Católica (AEC), setor Educação Popular, Escolas Famílias Agrícolas e outras pastorais sociais. A Universidade de Brasília, em seu decanato de extensão, tinha um Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, que desenvolvia diversos projetos educacionais para o meio rural. O MST possuía uma coordenação nacional especializada para a educação do campo (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 14-15).

a superação dos problemas enfrentados na escolarização do povo brasileiro que trabalhava no campo”.⁵ Este encontro tinha por objetivo levantar um diagnóstico da realidade da educação no meio rural do Estado. Reunir experiências significativas desenvolvidas através das organizações e movimentos sociais, debater propostas a partir do “texto-base” e escolher os delegados e experiências que seriam apresentadas na Conferência Nacional.

De posse do resultado de pesquisas, o movimento passou a denunciar a grave situação enfrentada pelo povo brasileiro que vivia no campo e as consequências de um modelo de desenvolvimento baseado no esvaziamento do campo. Questionou-se o modelo de educação implementado no Brasil e a falta de estruturas nas escolas do campo. Destacou-se o processo coletivo que as gerou, a ampliação do conceito e do “direito” pensado desde e com os sujeitos do campo; de suas especificidades e condições existenciais de vida.

Com o processo, reafirmava-se o novo conceito de campo que se somava a outras lutas em torno de uma nova formação cultural e política desses sujeitos. Compreendia-se que era fundamental para o avanço do projeto contra-hegemônico do campo pensar a educação a partir do campo, junto com os sujeitos do campo, e não para eles, mas a partir das pessoas que nele viviam, do modo próprio de vida da cultura produzida, resgatando e construindo novos valores, valores humanistas, portanto, que defendessem a vida.

⁵ Na motivação apresentada pela Coordenação Nacional da Conferência, intencionava-se o germe de um espaço de explicitação, constatação e estudo crítico das experiências e bandeiras existentes nos Estados, voltadas à realidade do campo, bem como a busca da fundamentação e debate em torno não somente de um projeto de Educação Básica no Campo, mas de um Projeto de Desenvolvimento para o Campo, pensado e proposto pelos povos que vivem no campo (GHEDINI; PARMIGIANI; GOBO, 2000).

Acontece, então, a II Conferência Nacional de Educação do Campo (CENEC), marcando a entrada para a política pública.

A II CENEC pretende, ainda, que seja reconhecida a especificidade dos povos do campo e de suas formas de viver e de ser. De formar-se, socializar-se, aprender, de produzir e relacionar-se com o conhecimento, com as ciências e as tecnologias, com os valores e a cultura. Enfim, com os processos educativos. Reconhecidas estas especificidades, sejam elaboradas políticas públicas específicas e estratégias, considerada sua eficaz implementação (Por Política Pública de Educação do Campo, texto-base, p. 4, 2004).

O conjunto de atores mobilizou-se, amparando-se nos aportes legais (Constituição de 1988, Diretrizes Nacionais da Educação LDB), onde conseguiram explicitar elementos significativos de uma disparidade com as questões educacionais às populações do campo.

Todo esse processo que aconteceu desde a base assegurou o debate político que discutisse, aprofundasse e elaborasse as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Na data de 4 de dezembro de 2001, de acordo com a Lei nº 9131/95, que determinou à Câmara de Educação Básica a deliberação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, a relatora conselheira Edla de Araújo Lira Soares votou a favor da aprovação do texto que havia sido proposto como base do Projeto de Resolução, o qual fixava tais diretrizes. As mesmas foram aprovadas em 3 de abril de 2002, publicadas no *Diário Oficial da União* de 4 de junho de 2003.

Tem-se, assim, o aporte da política pública,

[...] diretrizes, com base na legislação educacional, que constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal (BRASIL, 2002).

Essa movimentação tem em sua essência a consciência do direito à escolarização, devendo ser vinculada às questões inerentes à realidade camponesa. Proposições que encontrou respaldo na atual Constituição (1988), na LDB n° 9.394/1996, sendo esta ratificada pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo/2002 e mais tarde pelo decreto n° 7.352/2010 que instituiu e ajudou a consolidar o movimento desencadeado. Conforme Molina, movimento que não se dá sem tensão

essa tensão se amplia na medida do próprio processo de ampliação do Movimento da Educação do Campo e de sua inserção na agenda pública. A pressão e o processo organizativo desencadeado pela ação social de reivindicação da garantia de seus direitos pelos trabalhadores rurais obrigam os diferentes níveis de governo a criar espaços institucionais para o desenvolvimento de ações públicas que deem conta das demandas educacionais do campo. Estas instâncias governamentais tendem a excluir a materialidade dos conflitos presentes no campo. A prática destas instâncias demonstra uma compreensão da conflitualidade carregada de um imaginário negativo; temido; que necessariamente deve ser eliminado (2010, p. 105).

A trajetória que ficou denominada “Por uma Educação do Campo”⁶ indicou o caminho a ser percorrido no sentido da necessidade de um projeto de educação que pudesse contribuir para a realidade do campo e suas necessidades específicas. A mesma se consolidou dando passos no sentido de se materializar em práticas e lutas concretas. Mesmo brotando como algo que já existia, inaugurou algo novo: nunca antes se havia pensado numa educação do campo como expressão de práticas e lutas do povo camponês.

Contribuições ao processo formativo da classe trabalhadora e a necessária resistência ante o antagonismo do Estado

Com o passar de mais de duas décadas, pode-se afirmar que os referenciais da Educação do Campo, que se manifestam em nosso meio, possibilitaram visualizar mudanças significativas junto à prática da educação do campo na perspectiva do fortalecimento da classe trabalhadora e sua práxis. Molina e Hage (2015), referindo-se aos cursos de licenciatura em Educação do Campo, assim se manifestam:

Dados os princípios originários do Movimento da Educação do Campo e de sua intrínseca vinculação com a luta de classes, entende-se que há elementos presentes na concepção dessas políticas que efetivamente têm contribuído para promover uma formação crítica e transformadora. Trata-se de uma formação que, em vez de formar educadores do campo como intelectuais da disseminação da nova pedagogia da hegemonia (Neves, 2013), forma educadores formu-

⁶ Realizada no período de 27 a 31 de julho do ano de 1998, em Luiziânia - GO.

ladores e disseminadores da contra-hegemonia como sujeitos sócio-históricos capazes de compreender e promover a necessária articulação das lutas entre as escolas do campo e a superação dos elementos que sustentam a estrutura da sociedade capitalista (MOLINA; ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2019, p. 4).

É importante destacar que entre 1998 e 2011 com o apoio do PRONERA realizaram-se cerca de 320 cursos vinculados às concepções da educação do campo, envolvendo as modalidades de educação de jovens e adultos, ensino médio e ensino superior. Foram envolvidas 82 instituições de ensino e 38 organizações sociais, com a participação de 161.894 educandos das diferentes regiões do país. No âmbito da graduação realizaram-se cursos de Pedagogia da Terra, Pedagogia das Águas, História, Letras, Artes, Geografia, Direito, Agronomia, Veterinária, entre outros. O programa, no período mencionado, contabiliza um total de 5.920 produções de teses e dissertações.⁷ Além de uma valiosíssima produção artística, como místicas, poemas, desenhos, produções em vídeos, peças de teatro, músicas, cartas-compromisso, entre tantas outras produções que foram demarcando uma identidade e reafirmando a concepção da educação do campo (MOLINA; HAGE, 2015).

Nas escolas⁸ ocorreram experiências que foram forjando rup-

⁷ No Banco de Dissertações e Teses da Capes (*apud* CARVALHO, 2018), verifica-se o total de 451 produções referentes ao descritor *educação do campo* no período de 15 anos. Nessa produção estão envolvidas 17 instituições, distribuídas em todas as regiões do país. No levantamento elaborado por Carvalho (2018), compreendendo o período de 2001 a 2016 (MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. S.; MARTINS, M. F. A., 2019).

⁸ Oferta educacional escolas do campo: 56.954 escolas; 5.136.169 matrículas; 376.850 profissionais escolares em sala de aula. Escolas quilombolas: 2.471 escolas; 253.924 matrículas; 17.458 profissionais escolares em sala de aula. Escolas indígenas: 3.307 escolas; 251.938 matrículas; 21.252 profissionais escolares em sala de aula (Fonte: Censo Escolar Inep/MEC, 2018).

turas na “forma escolar vigente”. Ancorou-se a práxis pedagógica na pedagogia do movimento socialista, com destaque ao “princípio educativo do trabalho”. Nesse processo foi sendo possível reavivar estudos das experiências russa com o Complexo Pistrak, contendo esse princípio legítimo da escola dos trabalhadores vinculada a processos revolucionários de transformação da sociedade capitalista (FREITAS, 2009).

O processo contribuiu, sobretudo, para desocultar o papel da instituição escolar moldada para a conformação da estrutura social vigente, que age de forma a contribuir para a reprodução da cultura dominante. Assim, comungam-se com Bourdieu (1989) e Bourdieu e Passeron (1992), que ao fazerem a crítica encontraram meios de promover o devir do enfrentamento, delineando novas proposições curriculares à escola e ao processo formativo dos envolvidos como a sua própria materialidade estabelece.

Essa materialidade emana da ação comprometida dos próprios sujeitos da educação do campo expressa na maioria das vezes de forma tensa, como se pode constatar nas referências que vão sendo reconstruídas nos vínculos com os movimentos sociais. Concebe-se outra leitura de sociedade, de campo, de educação, a qual passa a ser vista como direito e produto da política pública. Assim, o debate da educação do campo vem alicerçado na análise das condições existenciais, que, problematizada, coloca-se em vias de transformação, gera luta, prospecta direitos enquanto forma sujeitos. É dessa relação que emerge o novo do conceito, conforme Caldart:

A materialidade de origem (ou de raiz) da Educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: *Campo - Política Pública - Educação*.

É uma relação, na maioria das vezes tensa, entre estes termos que constituem a novidade histórica do fenômeno que batizamos de Educação do Campo (2007, p. 2).⁹

Caldart (2015) define a educação do campo como um movimento protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, tornando-se uma novidade histórica, quando esta for capaz de constituir-se como “[...] um movimento coletivo de pensar a educação/formação dos trabalhadores e não para eles, lutando por políticas públicas que garantam as condições para que estas práticas sejam construídas desde seus interesses sociais, políticos e humanos” (CALDART, 2015, p. 2). Na sutileza da conceituação, a autora apresenta o elemento fundante do caráter formativo que caminha no devir do que Marx postulava aos trabalhadores “[...] deixam, pois, de ser classe em si e começam a emergir como classes para si” (1976, p. 163-164).

Assim, arrisca-se dizer que há uma fermentação geradora de embriões de classe junto às experiências que se articulam as lutas dos movimentos sociais do campo. Para Thompson, é essa “fermentação” que gera consciência de classe. E é nesse “fazer-se involuntário” que se engajam camponeses, sem-terra, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores, segmentos que se tornam sujeitos da educação do campo. Thompson diz que é nesse “fazer-se” que um grupo e seus sujeitos se formam com “consciência de classe”, constituída pela forma como são tratadas tais experiências.

⁹ Texto apresentado por Roseli Caldart no III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), realizado em Luziânia - GO, de 2 a 5 de outubro de 2007.

Para o autor, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (1987a, p. 10), que perfazem a consciência, sempre em processo. Para isso não há uma regularidade, pois “surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (1987a, p. 10). Afirma Thompson: “A classe operária não surgia tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”, tendo com Lukács o fundamento de que necessitávamos na compreensão deste conceito que perpassa pela causalidade. “Em suma, o elemento aqui destacado, retoma a tese de que os homens fazem a própria história, porém não por plena consciência e domínio das tendências e dinâmicas por eles postas em curso” (VAISMAN; FORTES, 2015, p. 5).

A constatação é que os sujeitos se fazem na produção e reprodução da vida. Tratando-se dos sem-terra por exemplo, não nascem como sujeitos feitos, mas fazem-se no embate, na luta pela terra, o que leva a compreender que nisso estão implícitos componentes altamente formativos. Outrossim, não há sujeito coletivo sem que haja sujeito, não há sujeito sem que tenha feito a opção pela causa, e esta não se dá sem que se garanta a formação dos sujeitos, sendo eles inseridos na luta. “É esta dimensão/tensão pedagógica fundamental, presente na materialidade dos Movimentos Sociais, que os torna educadores ou pedagogos coletivos, condutores de processos de formação humana [...]”, que veio permitindo o desencadear do movimento em torno da educação do campo (CALDART, 2005, p. 3).

Pode-se dizer que a educação do campo é também síntese do aprendizado de uma trajetória histórica das populações do campo,

de lutas contra a expropriação de suas terras, seu trabalho, sua cultura, e nesse processo de resistência forja-se uma pedagogia construtora de emancipação humana. Afirma-se com Caldart (2008) que a educação do campo já é uma “categoria teórica”, ou seja, uma abstração que se torna possível devido ao “acúmulo de práticas, relações e embates” existentes no campo. Todavia, as mesmas não podem ser vistas de forma estática, sem considerar as constantes mudanças, fruto dos embates e das pressões sociais sofridas cujo êxito depende da superação das imposições capitalistas. É nesse sentido que é preciso dar-se conta de que no momento atual o capital tende a apropriar-se desse movimento em construção. É preciso retomar e ter presente o grito de ordem dos movimentos sociais: “Educação do Campo, direito nosso dever do Estado e compromisso da comunidade.”

Diante desse olhar está em tempo de dizer que se concorda que uma revolução cultural, no caso como a geradora da educação do campo, é proveniente da revolução política e social gestada. Assim, apoiados em Gramsci e em sua imensurável contribuição teórico-metodológica, é fundamental compreender a convocatória de continuar incidindo junto aos trabalhadores e camponeses “por meio de organizações da classe trabalhadora constituída com alicerces de uma nova cultura, para criar uma hegemonia proletária” (1971, p. 207). Mesmo em tempos de recuo das mudanças sociais a favor dos oprimidos e da necessidade de muita formação e “organização dos trabalhadores”, diante das acirradas disputas onde o modelo de desenvolvimento que se hegemoniza tem o ingrediente novo, que é a tomada do campo pelo capital, como seu espaço atraente de investimento. Para isso, as estratégias são exatamente o extermínio das culturas, das relações comunitárias, das relações

de trabalho familiares, como bem aponta Fernandes: “Para sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como por exemplo, os territórios camponeses e indígenas” (2008, p. 44).

Assim, com outras roupagens, enquanto nas décadas atrás era necessário dar visibilidade ao campo, atualmente visível aos olhos do capital, o cenário é de expropriação, desterritorialização e extermínio. Com intensificadas disputas por parte do capital em seus fins de investimentos, acirram-se as relações competitivas e produzem-se impactos de toda ordem. Como espaço de investimento do capital, está presente uma lógica de extermínio e devastações atendendo as demandas geradas pelo lucro concentrador de grupos econômicos.

Nisso insere-se o desmonte dos marcos legais constituídos, bem como de muitos princípios constitucionais, “sobretudo porque a articulação entre governos e as classes dominantes convertem a vida do campo em apenas um negócio que cresce e deslumbra os olhares cobiçosos e desumanizantes da burguesia mundial” (CARVALHO, 2013, p. 4). Para este autor, a concentração da riqueza e o desprezo insanável pelas pessoas são os elementos fundantes do projeto das empresas capitalistas no agrário brasileiro.

Esses aspectos são preocupações ainda mais recorrentes na configuração da educação do campo atualmente em sua concepção fundada na formação humana e em sua omnilateralidade. Para tornar ainda mais intenso o debate, em muitas situações a própria educação tornou-se um dos aparatos a mais na implantação do modelo sob o patrocínio de empresas. Essa disputa veio sendo alertada há mais de uma década por Caldart, quando passou a afirmar que “mais que a centralidade dada ao acesso à democratização do conhecimento, a Educação do Campo precisa intensificar o neces-

sário vínculo entre conhecimento e vida, ética e política” (2008, p. 81). No momento atual, torna-se mais intenso e necessário reafirmar esse olhar e intensificar o movimento político e prático para que não se perca a materialidade de origem da educação do campo. Em especial, considerando o momento que estamos imersos de um neotecnicista, com reformas contidas de evidências que desmontam a política pública e destituem as instâncias que foram constituídas ao longo das duas décadas com ampla participação dos sujeitos do campo.

O início desse recuo, conforme Sader (2016), pode ser como marco o ano de 2014, onde frentes internacionais conservadoras, tentando a todo custo ativar a economia mundial em grande recessão, reorquestram e intensificam formas imperativas de intervenção nos países latino-americanos e no mundo, em especial onde os recursos naturais se destacam. Apesar dos investimentos e dos esforços, na época, a economia sob o projeto capitalista quase parou em nível mundial. Todavia, as forças conservadoras seguem se aglutinando de forma a intensificar as intervenções e enfraquecer a concepção de Estado do bem social. No Brasil interferem no governo, acabando por promover, em 2016, o *impeachment* da presidenta democraticamente eleita. Em 2018, a nova eleição em colaboração com essas mesmas forças coloca no poder um presidente autoritário, que comanda um desmanche da política em curso, aplicando o conceito de Estado mínimo, com privatizações, corte dos direitos dos trabalhadores, reformas que desmantelam o conjunto de direitos historicamente constituídos a duras custas. Para Frigotto, instigando uma “doutrina que, para sua manutenção de sua agressividade, desliza para a criminalização daqueles que se opõem e na anulação do Estado de direito e a montagem de um

Estado policial” (2017, p. 25). Assim, pelas declarações recentes do presidente, temos grandes riscos de crise ao Estado de democracia no contexto brasileiro (SINGER, 2018). Por outro lado, a Constituição cidadã (1988) que assegurava direitos econômicos, políticos e sociais vem aos poucos sendo reescrita com as medidas provisórias que fundam reformas¹⁰ e emendas constitucionais.

Nesse cenário, os exemplos de desmonte com o atual governo se intensificam. Vamos destacar aqui apenas alguns mais impactantes na política da Educação do Campo. O ataque começa já na posse do governo. Tão logo o ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodriguez¹¹ havia acabado de assumir o cargo, no segundo dia de janeiro de 2019 anuncia a destituição da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).¹² Criada em 2001, essa secretaria vinha atendendo uma crescente demanda de ações afirmativas das populações chamadas minoritárias, cujos direitos historicamente foram negligenciados. “A Secadi foi criada com vistas a contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental” (PORTAL

¹⁰ Referimo-nos, por exemplo, à Reforma Fiscal ocorrida com a Emenda Constitucional n. 95/2016, que estabeleceu um teto para as despesas primárias, a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a Reforma Administrativa que está em pauta para ser aprovada em 2021. Os impactos que vão da redução significativa nos recursos destinados às ações de serviços públicos a não garantia de direitos, já estão gerando preocupação, tendo em vista a necessidade de identificar o alcance desse impacto nos direitos que são constitucionalmente garantidos sob a égide de princípios, como a universalidade e a integralidade.

¹¹ Colombiano indicado por Olavo de Carvalho para o cargo de ministro da Educação permanece no cargo até 8/4/2020, sendo substituído por Abraham Weintraub.

¹² As atribuições que competiam à SECADI estão Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012; 15 abr. 2019 - Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) foi extinta tão logo o ex-ministro Vélez Rodriguez assumiu o MEC.

DO ANDIFES).¹³ A SECADI desenvolvia ações prioritariamente voltadas para os sujeitos do campo, estruturando a “Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais”. Preceitos assegurados na Constituição federal no art. 205.¹⁴

Da mesma forma, outra medida que foi na contramão do reconhecimento da diversidade, equidade e fortalecimento da inclusão no processo educativo foi a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁵ ainda em maio de 2016. O MDA alocava o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), autarquia que fazia parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).¹⁶

Criado em 16 de abril de 1998, por meio da portaria nº 10/98, através do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o PRONERA no período entre 1998 e 2011 desenvolveu cerca de 320 cursos em diversas áreas do conhecimento. Sendo cursos de educação de jovens e adultos, ensino médio e ensino superior, envolvendo 82 instituições de ensino e 38 organizações sociais com a participação de 161.894 educandos das diferentes regiões

¹³ Disponível em: [2] <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Apresentac%C3%A7%C3%A3o-SECADI-ANDIFES.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁴ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

¹⁵ O MDA foi extinto ainda em maio de 2016 ao criar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), momento em que foi criado uma secretaria inexpressiva ligado à Casa Civil da Presidência da República, considerada um penduricalho improvisado e inexpressivo ligado à Casa Civil da Presidência da República.

¹⁶ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

do Brasil, contabilizando um total de 5.920 produções (MOLINA; HAGE, 2019).

O mapa a seguir dá ideia da abrangência e demonstra a presença dos cursos do PRONERA nos estados brasileiros.

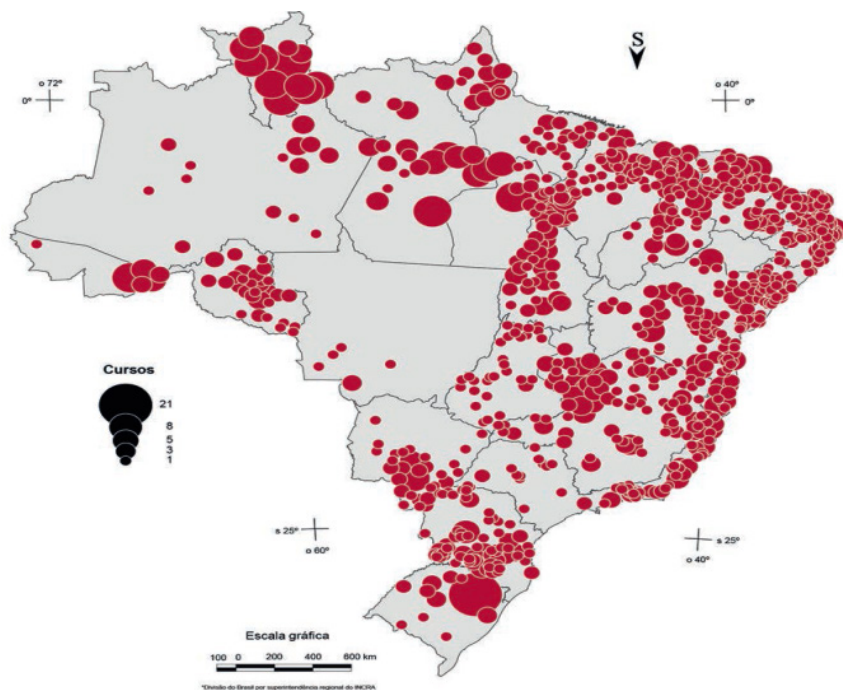


Figura 1: Fonte: Ipea - 2015 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Por meio do PRONERA, jovens e adultos de assentamentos tinham acesso a cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado). O programa também capacitava educadores para atuarem nos assentamentos e coordenadores locais, multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Pode-se dizer que

milhares de pessoas foram alfabetizados pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos) através do Pronera. Cerca de 9 mil alunos concluíram seu ensino médio; 5.347 foram graduados no ensino superior em convênio com universidades públicas; 1.765 deles tornaram-se especialistas e 1.527 são alunos na Residência Agrária Nacional. Foram agrônomos, veterinários, pedagogos e advogados, formados ao longo dos anos de desenvolvimento do programa (Fonte: Brasil de Fato - Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020).

O PRONERA, por meio do decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, tornou-se uma política pública para toda a educação do campo, ampliando seu objetivo e passando a desenvolver projetos educacionais de caráter formal executados por instituições de ensino.

Por ser um dos principais programas, destaca-se ainda em relação ao PRONERA que o sentimento é de um grande golpe para os direitos educacionais do campo, o ato ocorrido na data de 20 de fevereiro de 2020, véspera de carnaval, onde o presidente da República publicou no *Diário Oficial da União* (DOU) o decreto nº 20.252. Este ato enxugou significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extinguindo o PRONERA. Desde a criação do Estatuto da Terra em 1964, o INCRA dava suporte aos programas de incentivo aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas. A emenda Constitucional nº 95, que limita o teto dos gastos públicos por vinte anos, é uma ameaça concreta à continuidade do programa, haja vista, por exemplo, que o orçamento médio girava em torno de R\$ 34 milhões, e já em 2018 o valor disponibilizado foi de apenas R\$ 9,7 milhões.

Assim, vive-se no país uma crucial mudança de rumos, tornando-se antagônicos ao que se vinha construindo com aportes do Estado, numa relação que forjava mobilizações e negociações pelos direitos, entendidos como política pública. Para Agamben: “Vivenciamos uma destruição irreparável, com a entrada de uma mistura confusa de categorias ético-religiosas e conceitos jurídicos, que formam hoje um paradoxo de histeria a toda construção democrática e de projeto de país” (2015, p. 117).

Para entender o que se configura hoje nas políticas educacionais, cabe rebuscar o que estava em curso no final da década de 1990. Mesmo o momento sendo outro, segundo Freitas (2018), “os personagens são quase os mesmos”. Na análise desse autor, com as forças em coalizão do Partido Social Democracia Brasileiro (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Partido Democrata (DEM), de forma sistemática e oficial essas forças conduziram a implementação das “Referências Nacionais Curriculares”. O pacote previa a ampla avaliação, com campanhas de descrédito da educação brasileira. Segundo o autor, essa tentativa havia sido ensaiada em 1988, oficializada em 1994 com o governo de Itamar Franco, resultando nos “Parâmetros Curriculares Nacionais” (BRASIL, 1997). Freitas analisa o movimento ocorrido nos Estados Unidos na década de 1990, o que abriu o chamado *accountability* (um sistema de responsabilização aos gestores), ou seja, a educação de política pública passou a ser um serviço dentre de um estado que assume a perspectiva de privatista e de empresa com a chamada “reforma empresarial da educação” (FREITAS, 2018).

Adentrando nessa análise, pode-se dizer que o ingresso no poder do Partido dos Trabalhadores (PT) em parte freou o percurso (2002-2016). Nas palavras de Freitas: “Mas creio que se pode di-

zer, fazendo justiça, que a nova coalizão petista não foi nem linha reta e nem célere em direção a reforma empresarial” (2018, p. 10). Não se tem uma conclusão que culmine com a análise desse momento com o golpe jurídico-parlamentar que tirou o PT de cena, com apoio do PSDB, PFL (DEM agora), e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido do vice-presidente, que na coalizão com PT, elevou-o, pelo golpe, à presidente da República. Naquele momento marcou a volta total do liberalismo econômico, tirando de cena o desenvolvimentismo. Essas forças voltaram ao poder e estruturaram o que haviam chamado de Parâmetros Curriculares, porém agora não como parâmetro, mas como “Base Nacional Comum Curricular”. Os termos já assinalam, de “parâmetro” passou a ser “base” com fins de padronização, alinhado às determinações mundiais dadas as competências e habilidades necessárias ao mercado, diga-se capital. O debate ocorreu dentro de um movimento global de reforma da educação que padronizou implementando testes e responsabilização (*accountability*), afirma Freitas.

Para além desse processo em curso, temos ainda a entrada de movimentos radicais, com a eclosão do Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento da Escola Sem Partido, Reforma do Ensino Médio (entre tantas outras medidas autoritárias) e sem maior debate com a sociedade, Movimentação pelas Escolas Cívico-Militares,¹⁷ maior empenho do Ministério nestes últimos meses.

¹⁷ Para explicitar o que é o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que vai na contramão de tudo o que falamos, propõe a total alienação da massa trabalhadora, tornando-a disciplinada à subserviência militar quando afirmam que prospectam “aprimorar as práticas educativas da escola na formação integral do aluno”, basta destacar o próprio anunciado no portal oficial do Ministério da Saúde. “O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares” é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educa-

Mais recentemente (dezembro de 2020) a aprovação da votação na Câmara Federal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), revertida em parte no Congresso, dá sinais do espírito que perpassa as forças econômicas deste país. Freitas (2020)¹⁸ define assim a ação: “O que se viu, a partir daí, foi um festival de traições e dilapidação da maior conquista da educação pública nos últimos anos.” Em seu blog “Avaliação educacional”. Complementa Freitas: “O incontido apetite privatista dos partidos de Direita, especialmente do chamado Centrão (base de apoio do Governo Bolsonaro), não só recolocou no texto do FUNDEB os principais pontos que haviam sido retirados por ‘acordo’ entre o relator e os partidos de oposição, como piorou ainda mais a regulamentação.”¹⁹ A versão sancionada, felizmente, foi aprovada pelo

cional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano. O modelo a ser implementado pelo Ministério da Educação tem o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares. Os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico. Participarão da iniciativa militares da reserva das Forças Armadas, que serão chamados pelo Ministério da Defesa. Policiais e Bombeiros militares poderão atuar, caso seja assim definido pelos governos estaduais e do Distrito Federal” (BRASIL, 2020).

¹⁸ AVANÇO DO CONSERVADORISMO: expressões e formas de resistência. Universidade Federal do Maranhão São Luís. Disponível em: Brasil <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppthp/rppublica/article/view/10558/6164>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁹ Esse processo, votado na Câmara Federal na data de 9/12/2020. O Congresso votou na data de 15/12/2020 rejeitando as alterações da Câmara Federal e recuperando o texto do relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES). No Senado, o projeto foi relatado pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF). O texto foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União*, na noite de sexta-feira (25), feriado de Natal. Dentre as medidas previstas pela Câmara estavam: 1. A privatização da oferta de educação técnica e profissional, drenando recursos públicos para instituições conveniadas ou “parceiras” com o poder público, sobretudo as entidades do Sistema S, que já contam com fartos

Senado, rejeitando as alterações que não consideram o acordo feito inicialmente, tendo que ser confirmada pela Câmara Federal a versão do Senado. O texto excluiu as emendas que direcionavam parte dos recursos a escolas filantrópicas e do Sistema S,²⁰ que reúne entidades empresariais.

Dessa forma, é fundamental sempre atentar para qual movimento a história vem imprimindo sobre os processos. Dados os interesses de grupos que subvertem os controles das construções e conquistas históricas que demandam novas lutas, novos nexos, cujo enraizamento com a experiência histórica que produziam a educação do campo é fundamental manter viva a luta política necessária aos processos revolucionários.

É preciso, de outro lado, compreender que a educação do campo não sendo um movimento que emerge no vazio, ou que se dá pela iniciativa do Estado, ou de algum governo, traz em si o diferencial da mobilização capaz de forjar a política pública, que de-

recursos públicos e ganharão ainda mais com o FUNDEB. E não há travas para essas parcerias! 2. A privatização por convênios irrestritos na educação infantil (creche e pré-escola) e na educação especial. Também não há limites para as parcerias entre o poder público e as instituições privadas (conveniadas) nessas etapas e modalidades. 3. A privatização de 10% das vagas do ensino fundamental e médio, atendendo especialmente aos interesses de entidades confessionais e aquelas que fazem filantropia com recursos públicos no país. 4. A privatização das atividades de contraturno escolar, algo inédito na educação brasileira. As instituições conveniadas (comunitárias, confessionais e filantrópicas) poderão abocanhar mais 30% do custo aluno do Fundeb para ofertar atividades extracurriculares aos estudantes das escolas públicas (Fonte: Blog do Freitas Avaliação educacional – Fundeb foi desfigurado na Câmara – diz CNTE – Publicado em 11/12/2020 por Luiz Carlos de Freitas).

²⁰ Atualmente, nove entidades compõem o sistema. Todas têm seu nome iniciado com a letra “S”: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Social de Transporte (SEST).

sencadeia tensionamentos à medida que é ampliada a compreensão dos próprios sujeitos, e esses passam a assumir a condução de luta nos mais diferentes espaços. Um processo que pela essência de sua natureza não se dá sem conflitos. É dentro dessa perspectiva que a educação do campo caminha, e estando organicamente vinculada às lutas sociais, assume um traço identitário de classe, o qual se substancia pelo significado do seu conceito político, sendo assegurado nos embates teórico-práticos, estes, por sua vez, quando demarcam outro projeto de sociedade.

Para ajudar a compreender o papel do Estado, em especial com este quadro tão adverso que estamos imersos, buscamos Engels (2010) e passamos a concordar com o mesmo quando explica que o Estado nasceu para conter o antagonismo das classes. O Estado se coloca como um poder que parece estar acima das classes, mas na verdade sua função é bem delimitada: está sempre a garantir e defender a propriedade privada e os interesses da classe dominante.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 2010, p. 215-216).

Nesse contexto, cabe trazer a análise de Gramsci (1971), quando sistematiza, a partir dos estudos em Marx, a filosofia da práxis, que se fundamenta no materialismo histórico dialético. A concepção, além de ser um instrumento de compreensão da sociedade, torna-se fundamental por oferecer elementos importantes e necessários para a orientação dessas questões. A ênfase que o autor atribui à política surgiu, em grande parte, da situação histórica na qual viveu como líder intelectual envolvido em um movimento proletário de massa. Esse fato o fez desenvolver estudos com enfoque marxista a respeito do Estado, uma estratégia para a derubada do Estado burguês, uma vez que concebia o Estado como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas, com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação” (GRAMSCI, 1971, p. 244).

Diante dessa concepção de Estado burguês, a estratégia de Gramsci era organizar trabalhadores e camponeses por meio de organizações da classe trabalhadora constituída com alicerces de uma nova cultura, de novos valores, de uma nova sociedade, criando uma hegemonia proletária, posto que, para ele, “um grupo social pode, e na verdade deve, já exercer liderança (isto é, ser hegemônico) antes de conquistar o poder governamental. Esta é realmente uma das principais condições para a conquista de tal poder” (GRAMSCI, 1971, p. 207). A ideia era sitiar o aparelho do Estado burguês com uma contra-hegemonia criada pela organização de massa da classe trabalhadora, corroendo o poder, e na primeira oscilação, conquistar o Estado.

O que Gramsci acrescenta sobre estado, classe e relações econômicas, na ideia que prevalecia em Marx e Engels, cuja proposi-

ção era de que “a classe que tinha os meios de produção material ao seu dispor tinha também a produção mental”, foi o conceito de hegemonia, segundo o qual poder-se-ia estabelecer poder político independentemente da força econômica. Nesse sentido, Carnoy (1994, p. 95), referindo-se ao modo como Gramsci percebia a hegemonia em constituição no proletariado, diz: “Para ele nem a força nem a lógica de produção capitalista podiam explicitar o consentimento do que goza essa produção entre as classes subordinadas.” Isso revela o encantamento de Gramsci à força produzida pelo proletariado, frente da qual reafirma o conceito de hegemonia. De certa forma, eis por que é de aguardar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico, além de político-prático, porque implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética em conformidade com uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou, embora entre limites ainda restritos, crítica.

Segundo Carnoy (1994 p. 96), “Gramsci adotou a ideia de Benedetto Croce de que o homem era o único protagonista na história: seu pensamento estimula a ação, ação ético-política concreta, que é a criação de uma nova história”. Esclarece Carnoy (p. 327-328) que, na visão da luta de classe, o Estado pode se mover contra os interesses capitalistas através do avanço de movimento dentro e fora do Estado para forçá-lo a lutar contra seu papel fundamental de reprodutor das relações de classe. O Estado é moldado por tais movimentos: suas funções são expandidas e esse adquire responsabilidade crescente com relação à acumulação de capital e à paz social. Entretanto, o Estado não se reformará numa direção progressista sem a pressão dos movimentos. Em outras palavras, o Estado capitalista está inerentemente baseado em classes e agirá

dessa maneira, a menos que seja pressionado por organizações de massa.

Munidos dessas ferramentas, considera-se que é possível compreender como a política da Educação do Campo alargou-se em determinada medida como política pública por dentro dos aportes do Estado. Pode-se pensar como foi possível desenvolver nos limites do jogo de forças uma movimentação contra-hegemônica até encontrar os limites da correlação de forças, tendo em vista, principalmente, o olhar para o campo como um espaço de investimento do capital. Em suma, se for considerada a perspectiva gramsciana, “o homem é mesmo o único protagonista da história” e é preciso movimentar o motor da história a favor dos trabalhadores.

Marx, nessa perspectiva, dá a indicação da necessidade de educar por meio da indignação, da denúncia e do anúncio, e é dessa forma que propõe a filosofia da práxis. No mundo germânico e de forma mais retardatária no caso da Alemanha, indica que tal qual a crítica à religião dever-se-ia exercer a crítica à política, ao direito e ao Estado. “O que Marx observava na cena teórica e política alemã era que ninguém percebia que a filosofia era parte importante do mundo germânico, que era sim, necessária a abolição, mas justo e por meio da transformação do mundo material e das relações sociais existentes” (DEL ROLO, 2015, p. 88). O que Marx propunha, utilizando palavras de Del Rolo, era “realizar a filosofia para aboli-la. Vale dizer que seria necessária uma filosofia da práxis: uma prática consciente de transformação do mundo” (p. 88).

Considerando esses pressupostos, deve-se elucidar que no início do século XXI ainda se tem necessidade de se reportar a Karl Marx se se quiser interpretar e transformar o mundo huma-

no e social. O motivo é simples de se compreender, mesmo com todo o desenvolvimento da ciência dos séculos XIX e XX, como apresenta Souza Junior (2015, p. 72), “ainda não fomos capazes de suplantar a ordem iniciada como advento do capitalismo como formação social e humana”. Em outras palavras, se está longe de assegurar uma compreensão do ser humano em sua essência na originalidade de seus alicerces. Compreensão que, segundo o autor, é fundamental à transformação do “mundo humano”, cujo propósito, dar-se-ia “para além de interpretar, cabe compreender e apreender para transformar” (p. 72).

Na educação do campo, contudo, acredita-se que o desdobramento em inúmeras ações estruturantes e a constituição de sujeitos coletivos, como as “Articulações em Defesa à Educação do Campo”, os fóruns estaduais, o Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC), entre outros sujeitos coletivos, que serão os sustentáculos da concepção de educação do campo.

Ainda que se estagnaram os avanços na legislação em termos de conquista para a configuração da educação do campo, mudanças substanciais e cotidianas foram implementadas, seja nos espaços formais como a escola do campo, seja nas inúmeras frentes e espaços formativos, que foram implementados também com a participação do Estado, como políticas institucionais. Conforme o Dossiê da Educação do Campo:

São conquistas importantes as políticas públicas que juntos construímos nestes vinte anos de luta. Todas elas: o Pronera; a Residência Agrária; o Procampo – Licenciaturas em Educação do Campo; o PRONA-CAMPO; o Saberes da Terra; o PNLD Campo; o Observatório da Educação do Campo; o PIBID Diversidade; o Escola da Terra; o PET Campo; as bolsas

específicas para estudantes indígenas e quilombolas, entre outras, ainda que com imensas limitações, significam a conquista de fundos públicos para a garantia do direito à educação dos trabalhadores (SANTOS et al., 2020, p. 427).

Tais proposições fincaram cunhas importantes e anunciam maneiras de fecundar a educação, de encharcá-las de práticas sociais, permitindo reflexão, problematização, contribuindo para seguir dando passos às mudanças necessárias enquanto se constroem sujeitos no sentido de compreensão de classe, conforme aponta Thompson (1987a).

Acredita-se que se a educação do campo for capaz de incidir sob os aspectos formativos constituindo os sujeitos, levando-os a compreenderem a situação em que estão inseridos no contexto da sociedade, identificando os principais desafios e estabelecendo as prioridades de ação, os próprios sujeitos coletivos forjarão rumos. Assim, nesse “fazer-se involuntário” (THOMPSON, 1987a) é que se inserem nos embates políticos de seu tempo o que lhes possibilita que aos poucos também se tornem sujeitos no sentido da compreensão de classe.

Contudo, ainda conforme nos ensina Gramsci na conceituação de Estado, cabe sempre analisar as correlações de forças ao perceber as possibilidades de corrosão do mesmo na disputa do que lhe cabe como direito. De modo geral, compreende-se a natureza do Estado como atributo que mantém funcionando um sistema para dar conta de uma relação social que é o capital oculto na forma de uma sociedade democrática. A relação do capital sempre irá expropriar o trabalhador de sua riqueza de forma legal e sancionada pelo próprio Estado, que encobre o conflito e mantém

o controle ideológico, avalizando uma relação social que favorece o capitalista, ou seja, a escola mantida pelo estado terá por fim alimentá-lo de forma a repô-lo no mercado como força de trabalho. É nas brechas desse instituído, deixadas por este Estado, que se forjaram as ações formativo-educativas, como as que viemos descrevendo. Por outro lado,

o protagonismo dos Movimentos Sociais Populares e Sindicais do campo, aliados aos realizados pela Educação Básica e Superior de todo o país, juntos na luta pelo direito à educação dos camponeses, foi capaz de construir um imenso patrimônio de práticas educativas, que não pode mais ser apagado, porque fincou raízes dentro de nós: construímos juntos uma nova forma de educar (SANTOS et al., 2020, p. 426).

Assim, compreende-se que é fundamental para o momento, para a resistência da educação do campo, articular-se mais à luta dos movimentos sociais, aos processos potentes na perspectiva formativa da educação popular, tensionando concepções, conteúdo e forma da escola. É preciso incluir o diálogo capaz de produzir sínteses e superações, revalorizando a historicidade e seu legado de resistência presentes nessas duas décadas de construção.

Pode-se dizer que “escreveu-se um novo período na História da Educação em nosso país. Não é mais possível aos livros de História da Educação no Brasil não acrescentar mais um capítulo à sua periodização: a construção da Educação do Campo!” (SANTOS et al., 2020, p. 426).

E é preciso sempre perceber que o movimento brotou nas brechas de uma nação que, mesmo sendo essencialmente agrária, pouco atribuiu em termos de reconhecimento a esses povos. E são

esses sujeitos que, organizados, testemunham a história da construção de um direito até então negligenciado, o direito à educação. Uma luta dinâmica que se junta a outras, como a luta pela terra para quem nela trabalha e vive e outras lutas que marcham e demarcaram/demarcam a cena política e cultural deste país. A escola do campo, quando imbuída desses aspectos, torna-se instigante, formativa, constrói-se ganhando adeptos, tornando-se instrumento potente capaz de mobilizar o projeto do campo.

Assim, nessa construção coletiva o fortalecimento da organização popular e a produção de saberes críticos vão para além da escola, porém a práxis, a experiência da educação popular, o caráter formativo das lutas são componentes que estão no bojo dessa escola que estamos falando. Serão esses que ajudarão a aumentar a pertença de classe, fortalecer a consciência política, a solidariedade de classe (campo e cidade) diante da necessária reconstrução de nosso projeto popular de país. Nesse gerarão processos com embriões do “Inédito Viável” (FREIRE, 1987) que se re-existencializam e constroem novos saberes, valores e identidades, de modo a ir ecoando até os pesquisadores e formuladores de políticas públicas protagonizadoras das políticas sociais e educativas, como já demonstradas no percurso.

Referências

AGAMBEN, G. *Meios sem fim* - notas sobre política. Belo Horizonte; São Paulo: **Autêntica**, 2015.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel et al. (Org.). *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis - RJ: **Vozes**, 2008b. p. 148-158.

CALDART, R. S. *A pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: **Vozes**, 2000.

CAMINI, I.; STEDILLE, J. P. *Jornada Nacional Viva Paulo Freire! Um educador do povo! Texto para estudo nº 01/21 - O encontro de Paulo Freire com o MST. (prelo)*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em: 6 ago. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: **Bertrand**, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: **Francisco Alves**, 1992.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4. ed. Campinas - SP: **Papirus**, 1994.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI*. Possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Petrópolis: **Vozes**, 2007.

DEL ROLO, Marcos. Marx e o trabalho como princípio educativo. *Trabalho e Educação*, Belo **Horizonte**, v. 24, n. 1, jan./abr. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1291.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Meire Santos Azevedo de (Org.). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: **Coordenação Nacional de Educação do Campo**, 2004.

FERNANDES, B, M.; CERIOLI, P.; CARDART, R. Por uma educação básica: texto-base. In: KOLLING CAMPO, E.; NERY; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação básica do campo*. Brasília: **UnB**, 1999. (Col. Por uma Educação do campo, n. 1).

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.

FREITAS, L.C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico da didática*. 9. ed. São Paulo: **Papirus**, 2008.

FREITAS, L.C. Luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, M. M. (Org.). *A escola comuna*. Trad. de Luís Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. São Paulo: **Expressão Popular**, 2009.

FRIGOTTO, G. (Org.). *Escola “sem partido”*: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: **LPP/UERJ**, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from Prison Notebook*. New York: International Publishers, 1971.

GUIMARÃES Maria Clariça Ribeiro Guimarães. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, 2018.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2010.

MEDEIROS. “Sem terra”, “Assentados familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: BONATO, Amadeu. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios teóricos e práticos na execução das políticas públicas da educação do campo. In: MUNARIM, Antônio et al. (Org.). *Educação do campo*: reflexões e perspectivas. Florianópolis: **Insular**, 2010.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. M. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da Educação Superior. **Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 121-146, jan./abr. 2015.

NOVAIS, Regina Reyes. *De corpo e alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: **Graphia**, 1997.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilde (Org.). *A Igreja e a questão agrária*. São Paulo: **Loyola**, 1985.

LEAL, A. A. et al. Cartografia das licenciaturas em Educação do Campo no Brasil: expansão e institucionalização. In: MOLINA, M. C.; MARTINS, M. F. A. (Org.). *Formação de formadores*: reflexões sobre as experiências da licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2019. p. 39-53.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Trad. de Ar-

tur Mourão. Lisboa: **Edição 70**, 1976.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. S. L. A produção do conhecimento em educação do campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento a educação do campo: de janeiro de 2019 Epub Oct 14, 2019. *Revista Brasileira de Educação* (DOSSIÊ). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240051>

SANTOS, C. A. et al. (Org.). *Dossiê da Educação do campo*: documentos 1998-2018. Brasília: **Ed. UnB**, 2020.

SADER, E. (Org.). *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: **UERJ**, 2016.

SINGER, A. Para onde vai a democracia? O Brasil 30 anos após a Constituição de 1988. In: SEMINÁRIO FEDERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS. *Anais...* Vitória: **UFES**, 31 de novembro de 2018.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. As origens da ontologia do ser social: a questão do método. *Trabalho & educação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, jan./abr. 2015.

THOMPSON. *A formação da classe operária inglesa II*. A árvore da liberdade. Trad. de Denise Bootmann. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987b. (Col. Oficinas da história, v. 2.

VAISMAN, E.; FORTES, R. V. Três abordagens distintas sobre a categoria da reprodução: Lukács, Althusser e Bourdieu & P Passeron. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, jan./abr. 2015.



Sobre os autores e autoras

Adelmir Fiabani. Graduado em Estudos Sociais pela Universidade do Alto Uruguai e Missões - campus Erechim, graduado em História pela na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestre pela Universidade de Passo Fundo - campus Passo Fundo, doutorado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - campus São Leopoldo. E-mail: adelmir.fiabani@uffs.edu.br.

Ana Cristina Pandolfo. Graduada em Direito pela Unochapecó (2013). Acadêmica de Ciências Sociais (UFFS) e mestranda em História (UFFS). É servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. E-mail: anapandolfo@gmail.com.

Abel Irala. Licenciado en trabajo social por la Universidad Nacional de Asunción. Maestrando en Ciencias Políticas por la universidad Nacional de Asunción. Investigador de BASE Investigaciones Sociales (BASE IS). Docente universitario. E-mail: abelirala@gmail.com

Emerson Neves da Silva. Doutor em História da América Latina pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS/UFFS). Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFFS) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional e Educação (PPGPE/UFFS.). E-mail: emerson.silva@uffs.edu.br.

Emiliano Guedes Bica. Graduado en Ciencias Veterinarias, Facultad de Veterinaria, Universidad de la República, Uruguay. Maestrando en Educación y Extensión Rural, Programa de Posgrados Facultad de Veterinaria, Universidad de la República, Uruguay. E-mail: emilianoguedes@gmail.com.

Fabiane da Silva Prestes. Graduada em Direito com Mestrado em Direito (2014) e Doutorado em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento (2018) pela UNIVATES – Universidade do Vale do Taquari. É bolsista PNDPD/CAPES em Estágio Pós Doutoral na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências. E-mail: fabianeprestes@gmail.com.

Gabriel Picos. Graduado en Sicología, Facultad de Sicología, Universidad de la República. Master en Ciencias Agrarias (Opción Ciencias Sociales), Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Uruguay. E-mail: gpicos.uy@gmail.com.

Humberto Tommasino Ferraro. Graduado en Medicina y Tecnología Veterinaria, Facultad de Veterinaria, Universidad de la República, Uruguay. Master en Extensión Rural, Universidad Federal de Santa María, Brasil. Doctor en Medio Ambiente y Desarrollo, Uni-

versidad Federal de Paraná, Brasil. E-mail: h.tommasino@gmail.com.

Jaisson Teixeira Lino. Possui graduação em História (UNESC), Especialização em Arqueologia (URI), Mestrado em História (UFRGS), Doutorado em Arqueologia (UTAD) e Pós-Doutorado em Arqueologia (UvA). É professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil. E-mail: jaissonlino@gmail.com.

Jhonny L. Ledezma Rivera. Licenciado en Economía por la Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Magíster en Proyectos de Investigación Científica y Tecnológica por la UMSS, Magíster en Territorio e Interculturalidad por la UMSS y Doctor en Ciencias Agrarias por la Universidad Autónoma de Chapingo (México). E-mail: jhonny.ledezma@umss.edu.

Libia Esperanza Nieto Gómez. Especialista en Recursos Hidráulicos, Ingeniera Agrícola. Universidad Nacional de Colombia – Sede Bogotá. Docente Asistente de la Universidad Nacional Abierta y a Distancia -UNAD, Bogotá – Colombia. Investigadora del Grupo de Investigación Producción Sostenible. Línea de investigación Desarrollo Rural. E-mail: libia.nieto@unad.edu.co

Luana Campos: Doutora em Quaternário, Materiais e Culturas. Professora Substituta da Universidade Estadual de Goiás. Pós-doutoranda do LAP/UNICAMP. E-mail: lcampos.ms@gmail.com.

Luís Fernando da Silva Laroque. Graduado em Estudos Sociais e História com Mestrado em História (2000) e Doutorado em História (2006) pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É professor da Universidade do Vale do Taquari – Univates, no Centro de Ciências Humanas e Sociais e no Programa de Pós-

-Graduação – Mestrado e Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: lflaroque@univates.br.

Marielle Palau. Licenciada en Ciencias de la Comunicación por la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción. Master en Sociología por el Instituto Universitario de Pesquisas de Rio de Janeiro, Brasil. Investigadora de BASE Investigaciones Sociales (BASE IS) en temas vinculados a movimientos sociales y crítica al modelo de desarrollo. Docente de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Asunción. E-mail: mpalau@baseis.org.py.

Noemí M. Girbal-Blacha. Profesora y Doctora en Historia (Universidad Nacional de La Plata, Argentina, 1969 y 1972). Profesora Emérita de la UNQ e Investigadora Superior Emérita del CONICET, Argentina. Especialista en Historia Agraria Argentina. E-mail: noemigirbal@gmail.com.

Pablo Saravia Ramos. Sociólogo por la Universidad de Concepción de Chile. Master en Historia con mención en América Latina por la Universidad de Santiago de Chile. Máster y Doctor en sociología por la Universidad de Granada de España. Investigador del Observatorio de Participación Social y Territorio de la Facultad de Ciencias Sociales de la de la Universidad de Playa Ancha y Académico del departamento de Sociología misma universidad. Ha compartido perspectivas e información en diversos formatos escritos y registros audiovisuales sobre agroecología, circuitos cortos de comercialización, extensión crítica, agricultura familiar, diversidades económicas e investigación participativa y militante. E-mail: pablo.saravia@upla.cl.

Rafael Quiroga Maciel. Técnico em Agroecologia (2014) pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL-Bagé). Morou na Venezuela de 2015 a 2017 e 2020, onde trabalhou com o Ministério de Agricultura e Terra, Ministério de Comunas e o Ministério de Agricultura Urbana e Periurbana. Atualmente é técnico de campo da Cooperativa Agroecológica Nacional Terra E Vida Ltda. (Bionatur Sementes). E-mail: quiroga-83@live.com.

Raúl Zibechi. Periodista, educador popular y escritor nacido en Uruguay. Colabora con movimientos y organizaciones sociales en tareas de formación y acompaña proceso de resistencia y reflexión colectivas. En 2017 recibió el Doctor Honoris Causa a su trayectoria por la Universidad Mayor San Andrés de La Paz, Bolivia. Su último libro es “Tiempos de colapso. Los pueblos en movimiento” (2020). E-mail: raulzibechi@gmail.com.

Reinaldo Giraldo Díaz. Ingeniero Agrónomo de la Universidad Nacional de Colombia, Magister en Filosofía de la Universidad del Valle, Doctor en Filosofía de la Universidad de Antioquia, Doctor en Agroecología de la Universidad Nacional de Colombia. Docente Asociado de la Universidad Nacional Abierta y a Distancia -UNAD, Palmira – Colombia. Línea de Investigación Desarrollo Rural. E-mail: reinaldo.giraldo@unad.edu.co.

Solange Todero Von Onçay. É Doutora em Antropologia Social pela Universidad Nacional da Misiones (UNAM - AR), mestre em Educação/UPF, professora do Magistério Superior da UFFS, Campus Erechim. Membro do Grupo Educação Popular na Universidade (GRUPEPU) e do Núcleo de Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS/UFFS). E-mail: solange.oncay@uffs.edu.br.

A importância de estudos como os reunidos nesta coletânea está diretamente relacionado ao esforço de compreensão do processo em tela, a partir de diferentes países que constituem a América Latina. Ademais os estudos evidenciam a resistência às proposições neoliberais desde o espaço local, cabendo destacar que a visibilidade destas experiências, na América Latina, e em especial no Brasil, é muito reduzida, sendo de suma importância a circulação de reflexões como as que constituem esta coletânea.

Prof.^a Dr.^a Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Coordenadora do Mestrado em Ensino de História
Universidade Federal de Santa Maria-UFSM

